



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

JOSÉ ITALO BEZERRA VIANA

**As muitas artes do Cariri: relações entre turismo e patrimônio cultural no
século XXI**

**Fortaleza
2017**

JOSÉ ITALO BEZERRA VIANA

AS MUITAS ARTES DO CARIRI: RELAÇÕES ENTRE TURISMO E PATRIMÔNIO
CULTURAL NO SÉCULO XXI

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em História Social, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira.

Fortaleza
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V1m VIANA, José Italo Bezerra.

As muitas artes do Cariri: relações entre turismo e patrimônio cultural no século XXI / José Italo Bezerra VIANA. – 2017.

255 f.: il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2017.

Orientação: Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira.

1. Patrimônio Cultural. 2. Turismo. 3. História do Cariri. I. Título.

CDD900

JOSÉ ITALO BEZERRA VIANA

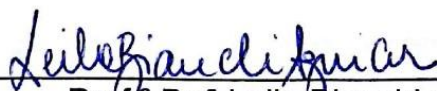
AS MUITAS ARTES DO CARIRI: RELAÇÕES ENTRE TURISMO E PATRIMÔNIO
CULTURAL NO SÉCULO XXI

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em
História Social, do Centro de Humanidades, da
Universidade Federal do Ceará (UFC), como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em
História.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC




Prof.ª Dr.ª Leila Bianchi Aguiar
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO



Prof.ª Dr.ª Kenia Sousa Rios
Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos
Universidade Federal do Ceará – UFC



Prof. Dr. André Aguiar Nogueira
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

AGRADECIMENTOS

“São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tanto tempo, tudo miúdo recruzado.” (Guimarães Rosa)

À minha mãe, Claudenir, um mundo de amor sem fim.

Às minhas irmãs, Claudiany e Shara, parte de mim vivendo em outros corações.

Aos meus sobrinhos, Emanuely e Nicolás, estrelas em forma de gente.

À Maruza, por todos anos que seguimos juntos. Esse viver ninguém me tira, porque o nosso amor é como um grão.

Ao meu orientador, Antonio Gilberto Ramos Nogueira, por tantos anos de parceria, incentivo e confiança. Agradeço imensamente por ter sido brisa quanto tudo parecia tempestade.

Aos professores Leila Bianchi, Kênia Rios, André Aguiar, Régis Lopes, pela composição da banca examinadora e a disposição em contribuir para a qualidade deste trabalho. Agradeço ainda à professora Marcia Chuva, pelas valiosas contribuições ao trabalho durante o exame de qualificação, juntamente com o professor Régis Lopes, ambos responsáveis por importantes sugestões e críticas que me permitiram reelaborar a escrita do texto.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social, pelos diálogos e aprendizados durante o curso.

Aos colegas de turma, pelas horas de alegrias compartilhadas. Agradeço especialmente a Joaquim, Marylu e Paulo Cesar (Cezinha), por serem amigos para além dos muros da academia. Por todas as conversas, gargalhadas, cafés e bolos.

Aos amigos amados Juliana e Renato, pela alegria e irmandade que nos une.

À Amanda Teixeira, por estar atenta a todos os sinais. Desde aqueles que anunciavam o café até os de pontuação deste texto.

Aos membros do grupo NMCR's, Amanda, Jucieldo, Lucas, Patrícia, Priscilla, Simone e Sávio. Esse é um fórum de discussão virtual que não cansa nunca de surpreender. Agradeço tudo, ciente que só isso não dá conta. Nossa amizade vai além.

À Ana Amélia Oliveira, pela generosidade pouco comum nesse meio. Sua ajuda foi fundamental para que esta pesquisa tomasse um rumo.

Aos colegiados dos cursos de História das universidades onde trabalhei durante a realização do curso (URCA – 2012/2014 e UVA – 2014/2016). Agradeço a compreensão e o apoio na distribuição da carga horária, a fim de que eu conseguisse realizar todas as atividades da melhor maneira possível.

Aos que colaboraram com esta pesquisa indicando, emprestando ou doando fontes: André de Andrade, Daniela Medina, Ravena Monte e Tânia Peixoto.

Aos funcionários dos acervos onde consultei as fontes desta pesquisa: Bibliotecas Públicas Municipais de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte; Secretaria de Cultura e Turismo de Barbalha; Instituto Cultural do Cariri; Biblioteca Pública Governador Meneses Pimentel.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM/UFC/CNPq), por todas as discussões e pela possibilidade de aprofundamento dos estudos no campo do patrimônio cultural.

Ao Gilberto Gilvan, pela generosidade e paciência nos ajustes finais. Auxílio fundamental.

Ao Yazid Jorge, pela tradução do resumo.

A Oswald Barroso, Édio Callou, Eugênio Costa e Sandra Nancy, pelas conversas que me ajudaram a construir as problemáticas de estudo desta tese.

À Luciana Cavalcante, secretária da pós-graduação, pela paciência frente às inúmeras questões que eu levei. Foram tantas e tão frequentes que nos tornamos bons amigos.

A Deus, fonte de força e esperança

Por fim, agradeço a CAPES, pelo financiamento da pesquisa no último ano do curso.

RESUMO

As relações entre turismo e patrimônio cultural na configuração de discursos sobre o tempo e as representações acerca de uma identidade cultural cariense são os objetos de estudo desta tese. O objetivo do trabalho é analisar os usos turísticos do patrimônio cultural com vistas ao desenvolvimento sociocultural e econômico da região do Cariri no limiar do século XXI. A partir dos anos 2000, nota-se que os processos de patrimonialização engendrados ali estiveram vinculados a projetos de futuro que mobilizavam os bens culturais enquanto recursos turísticos, inserindo-os nos ritmos de temporalidades que ora se aproximavam do passado, associado à tradição, ora se dirigiam ao futuro, relacionado aos aspectos de inserção comercial do patrimônio. Esse movimento correspondeu a processos sociais de singularização do presente, mediante estratégias deliberadas de fabricação de tradições e invenção de práticas e valores culturais sobre os quais atribuiu-se relevante importância na construção dos sentidos de pertencimento. Desenvolvidas a partir de um conjunto documental que abrange periódicos da imprensa, guias e folderes de divulgação turística, relatórios de trabalho, projetos de desenvolvimento do setor do turismo, entre outras, as problemáticas deste trabalho convergem com as discussões realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória –GEPPM/UFC/CNPQ, no qual esta pesquisa vinculada, no intuito de contribuir com a reflexão em torno das questões relativas ao campo do patrimônio cultural no Brasil.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Turismo. Identidade. Tempo. Representações.

ABSTRACT

The main research subjects of this dissertation are the relations between tourism and cultural heritage in setting discourses about time and the representations on a Cariri region cultural identity. The objective of this work is to analyse the touristic uses of cultural heritage aiming to the social and economic development of Cariri region at the beginning of 21st century. Starting in the 2000s, one notes that the patrimonialising processes engendered in Cariri were bound to projects of future that mobilized the cultural assets as touristic resources, putting them in temporal paces that sometimes drawn close to the past, associated to tradition, sometimes reaching to the future, associated with some aspects of the market integration of cultural heritage. This movement corresponded to social processes that singularized the present by means of deliberate strategies on the fabrication of traditions and the invention of practices and cultural values on which it was set as relevant in the elaboration of a sense of belonging. Developed from a group of documents – which embraces journals from the press, tourist guides and leaflets, reports of work, development projects from touristic sector, and others –, the issues on this work converge with the discussions carried out by Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória – GEPPM/UFC/CNPq, to which this research is associated. It aims to contribute to the debate related to the field of cultural heritage in Brazil.

Keywords: Cultural heritage, tourism, identity, time, representations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Mapa da Região Metropolitana do Cariri.....	14
Figura 2	– Guias Turísticos de Barbalha	77
Figura 3	– Folder “Crato, Caminhos da Fé”.....	96
Figura 4	– Folder “Crato, a cultura vive aqui”.....	102
Figura 5	– Folder “Juazeiro do Norte tem o Padre Cícero e muito, muito mais”..	105
Figura 6	– Regiões Turísticas Prioritárias do Ceará.....	140
Figura 7	– Guia Turístico Cultural do Ceará.....	156
Figura 8	– Guia de programação Mostra Cariri das Artes.....	168
Figura 9	– Guia de programação II Mostra Cariri das Artes.....	169
Figura 10	– Guia de programação VII Mostra Cariri das Artes.....	171
Figura 11	– Frame do vídeo institucional da 10ª Mostra Cariri de Cultura/Logotipo da Mostra Sesc Cariri de Culturas.....	179
Figura 12	– Folder “Cariri: patrimônio cultural do povo brasileiro”.....	220

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Taxa de ocupação da rede hoteleira do Cariri - 2009	133
Quadro 2 – Mestres da Cultura/Tesouros Vivos – Cariri (2004-2009)	150

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. MEMÓRIA, REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE TURISMO	30
1.1 OS USOS TURÍSTICOS DA CULTURA E DA NATUREZA.....	31
1.2 ARTESANATO E FOLCLORE COMO RECURSOS TURÍSTICOS.....	52
2. A SEDUÇÃO DO PATRIMÔNIO: PROPAGANDA TURÍSTICA DO CARIRI	69
2.1 BARBALHA: “DA CANA DE AÇÚCAR AO PARQUE AQUÁTICO”	70
2.2 CRATO: NARRATIVAS DE FABRICAÇÃO DO PASSADO NA CRIAÇÃO DO PRODUTO TURÍSTICO	87
2.3 “JUAZEIRO DO NORTE TEM PADRE CÍCERO E MUITO, MUITO MAIS”	104
3. INTERVENÇÕES TURÍSTICAS E POLÍTICAS PATRIMONIAIS.....	121
3.1 PROVIDENCIANDO SERVIÇOS E PROMOVENDO O DESTINO: O SEBRAE E A ORGANIZAÇÃO DO TURISMO	122
3.2 SECULT E SETUR: O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE INTERIORIZAÇÃO DO TURISMO	137
3.3 O SESC E AS MUITAS ARTES DO CARIRI	158
3.4 O GEOPARK ARARIPE E A PATRIMONIALIZAÇÃO DA NATUREZA.....	180
4. FESTA (D)E DEVOÇÃO: PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISMO NOS EVENTOS RELIGIOSOS.....	198
4.1 “ESPETÁCULO DE ATRAÇÕES”: ROMARIAS, TURISMO E PATRIMÔNIO EM JUAZEIRO	199
4.2 FESTA DO PAU DA BANDEIRA DE SANTO ANTÔNIO DE BARBALHA: PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL	217
4.2.1 <i>Notas sobre o Dossiê de Registro</i>	223
CONSIDERAÇÕES FINAIS	238
FONTES.....	243
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	247

INTRODUÇÃO

Um “homem muito ladino, de instruída sensatez”, chamado João Guimarães Rosa, usou Riobaldo, personagem-narrador do romance *Grande Sertão: veredas*, para deixar registrado quão difícil é a arte de lidar com as palavras quando queremos contar uma história. Disse ele:

Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. O que falei foi exato? Foi. Mas teria sido? Agora, acho que nem não (IDEM, 2001, p. 200).

Perfumadas de poesia, as palavras de Riobaldo acabaram se tornando numa solene história de amor. Agora, chegada a minha vez de contar, tentarei também ser habilidoso no exercício da narrativa, começando pelo “balancê” da história desta prazerosa e conturbada relação de amor com a pesquisa, da qual resultou a presente tese. Penso que “pelos anos que já se passaram”, será possível daqui em diante pôr em revista as trocas, os diálogos, os encontros e desencontros que “remexeram dos lugares” todos os elementos de construção desse trabalho.

Pois bem, a história dessa pesquisa começa no ano de 2012, quando de minha aprovação no curso de doutorado do programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Àquela altura, meu interesse era dar continuidade às discussões do trabalho realizado durante o mestrado, que resultou na dissertação intitulada *O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade*¹. Em linhas gerais, esse trabalho discutiu a produção de um discurso histórico, a partir da segunda metade do século XX, que teve por objetivo construir um passado de glórias para a cidade do Crato, especialmente no contexto de comemorações pela passagem do centenário de sua elevação à categoria de cidade. Nessa dissertação, portanto, procurei destacar que foi a partir desse lugar social que se buscou construir uma memória histórica para o Crato e, por extensão, para a região do Cariri.

¹ VIANA, J. Italo Bezerra. *O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2011.

Foi, então, pensando nos anseios dos intelectuais locais em narrar o passado daquela cidade que escrevi um projeto voltado a compreensão dos processos de patrimonialização da memória local, gestados a partir de meados dos anos 1950, porque eu entendia que naquele período o patrimônio se tornara um importante componente de construção da identidade cratense. Essa compreensão estava respaldada pelas fontes da pesquisa, que indicavam ações de valorização da história e do passado empreendidas pelo grupo reunido em torno do Instituto Cultural do Cariri – ICC. Ali, eles discutiam os aspectos da constituição e preservação do patrimônio local, com o intuito de legar às futuras gerações a preservação da memória e do patrimônio cultural da cidade do Crato. Nesse sentido, o projeto com o qual eu ingressei no doutorado abordava a emergência e implantação da questão do patrimônio como tema relevante para compreender os processos de construção da memória, exercendo um papel mediador entre as distintas dimensões temporais, em busca de uma referência identitária.

Com o início das atividades de orientação, e a partir das discussões realizadas nos encontros com os professores do curso e os colegas de turma, várias ponderações sobre a proposta inicial do trabalho foram feitas, como é de praxe. As sugestões para tornar mais preciso o objeto de estudo e melhor definir suas problemáticas foram indicações recorrentes, a fim de que eu pudesse tornar mais clara e visível a trama histórica que propunha. Assim, voltei às fontes para tentar identificar questões que me possibilitasse uma discussão mais adensada e consistente em torno da ideia de patrimônio. Das fontes – tomem-se como exemplo a Revista Itaytera, órgão oficial do ICC, e o jornal A Ação, publicação semanal ligada à Igreja Católica –, depreendiam-se inúmeras referências à questão patrimonial em correlação com aspectos da tradição cultural e histórica do passado, bem como os projetos de modernização da cidade do Crato, pensado pelos intelectuais daquele lugar como movimento de aproximação gradual e irreversível com o futuro.

Nesse retorno ao acervo documental, deparei-me com o tema do turismo sendo posto em pauta pelos intelectuais ligados ao ICC. Eles, que acompanhavam as discussões empreendidas nos contextos internacional e nacional a respeito do assunto, tinham o objetivo de convencer as autoridades políticas constituídas a investir no aproveitamento turístico das chamadas potencialidades locais, como a natureza, o folclore e o artesanato. Percebi ali a atribuição de importância ao entrelaçamento das atividades culturais com o turismo, assim como a definição de

uma função patrimonial de certos bens culturais, como modo de investir em projetos de futuro não apenas da cidade do Crato, mas também dos municípios vizinhos, especificamente Barbalha e Juazeiro do Norte. De tal forma, passei a considerar o desenvolvimento de uma pesquisa que buscasse compreender os fundamentos e a historicidade dos processos de patrimonialização da região do Cariri em relação direta com o fomento das atividades turísticas, tendo como referência a criação, nos anos 1960, do *Grupo de Trabalho para o Turismo no Cariri*, liderado pelos membros do ICC, com o intuito de inserir a região no planejamento turístico do governo estadual.

Decidi, arbitrariamente, expandir esse recorte até a primeira década dos anos 2000, pressupondo que a imensidão do *corpus* documental que eu encontraria seria ideal para analisar um período de tempo tão alargado – ciente que isso daria mostras significativas dos usos turísticos do patrimônio naquela região –, com destaque para a dinamização da economia, a promoção das ações de proteção e salvaguarda dos bens culturais formadores do patrimônio, além dos benefícios sociais, políticos e culturais possivelmente decorrentes dessa interação. Não digo que seria impossível um estudo tão aprofundado, mas ele carecia de um rigor científico que eu ainda não dispunha. Ora, para entender tantas questões era necessário perscrutar um vasto acervo documental e uma bibliografia igualmente variada e complexa, que multiplicavam as problemáticas, tornando a proposta um desafio bastante arduo, semelhante a andar num terreno movediço. Foi esse terreno que tentei atravessar até chegar o momento de apresentar o relatório de exame de qualificação.

Naquela ocasião, as reiteradas falas de advertência do meu orientador encontraram eco na voz da banca avaliadora, me fazendo entender a necessidade de redefinir, mais uma vez, o objeto de estudo e o recorte temporal sobre o qual a pesquisa se debruçava. Dali em diante, ficou definido como objeto desta pesquisa o lugar do patrimônio cultural na (re)organização das atividades turísticas na região do Cariri, partindo da hipótese de que ali essa associação foi a resposta encontrada por diferentes agentes planejadores do turismo (historiadores, jornalistas, religiosos, políticos, instituições públicas e privadas) para promover o discurso do crescimento econômico e da necessidade de ampliação da infraestrutura local, já que, ao menos em tese, as relações entre turismo e patrimônio gerariam receitas e propiciariam a preservação dos bens culturais.

Neste rearranjo, o marco temporal que serve de baliza para a pesquisa passou a compreender os processos de patrimonialização engendrados a partir do ano de

2001 – decorrentes da institucionalização do Decreto Federal nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que regulamentou o registro do patrimônio cultural de natureza imaterial –, e estendidos até a metade da segunda década deste século – com o registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, no ano de 2015, como patrimônio cultural do Brasil –. Nesse período, podem ser observadas inúmeras estratégias de planejamento turístico que antes de se apropriarem do patrimônio cultural e vendê-lo como produto, trataram primeiro de produzi-lo.

Embora bem definido, o recorte temporal adotado aqui não segue uma perspectiva de análise engessada, estática, o que me permite fazer recuos temporais na tentativa de situar o debate em torno das relações entre turismo e patrimônio em contextos anteriores ao século XXI. Essa estratégia não tem a intenção de definir origens ou estabelecer filiações inquestionáveis, antes ela pretende demonstrar o caráter processual e dinâmico das questões relativas ao fomento das atividades turísticas em consonância com a própria ideia de patrimônio, termo ressemantizado ao longo dos anos, inicialmente associado à formação dos Estados Nacionais, no século XIX, até sua “virada cultural” de viés antropológico, relacionada à questão das identidades locais e da identificação da diversidade cultural, imprimindo nova configuração marcada pela “desmaterialização” do patrimônio (NOGUEIRA, 2014, p. 66). Concebido dessa forma, a noção de patrimônio se inscreve no campo de estudos definido por Reinhart Koselleck (2006) como história dos conceitos, perspectiva que faz reconhecer a dimensão política dos sentidos e significados atribuídos a certos objetos, sujeitos e práticas.

É preciso agora fazer algumas considerações sobre o recorte espacial da pesquisa: as cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte. Situadas no limite sul do estado, na região do Cariri, um pedaço do território cearense cujos contornos estão marcados pela parte circundada pela Chapada do Araripe, na fronteira com os estados de Pernambuco, Paraíba e Piauí. A escolha deste recorte levou em consideração o destaque e a projeção histórica e socialmente instituída ao triângulo CRAJUBAR (Crato, Juazeiro e Barbalha), responsável por fazer toda a região do Cariri ser pensada, política e culturalmente, a partir destas três cidades pelo menos desde a segunda metade do século XX. No transcurso do tempo, tais lugares têm atraído uma expressiva gama de investimentos públicos e privados, em sua maioria concentrada no setor imobiliário e comercial, não sendo pouco frequente que os investidores recorram aos variados aspectos históricos, geográficos, religiosos, artísticos e

culturais como elementos catalisadores do consumo, fortalecendo a ideia de que o Cariri possui uma “natural” inclinação ao progresso econômico, teoricamente servindo como modelo para as demais regiões do Ceará.

De acordo com a definição do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, através do *Anuário Estático do Ceará 2012*, o Cariri está situado na mesorregião sul cearense, ocupando uma área aproximada de 14.799,6 km², composta por 25 municípios². Já a Região Metropolitana do Cariri – RMC, onde estão as cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte – criada a partir da Lei Estadual Complementar nº 78, de 26 de junho de 2009 (D.O.E, série 3, ano I, nº 121, 03 de julho de 2009, pp. 01-2) –, ocupa uma área aproximada de 5.025,655 km² e abriga uma população estimada em 530 mil habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – Censo 2010), sendo constituída pelo agrupamento de 09 municípios, conforme o mapa que segue:

Figura 1 - Mapa da Região Metropolitana do Cariri.



Fonte: Governo do Estado do Ceará. Secretaria das Cidades. Disponível em: http://www.cidades.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=43448:projeto&catid=12:categoria-4

² São eles: Abaiara, Altaneira, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Carriáçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteira, Potengi, Salitre e Santana do Cariri.

É, pois, sobre este espaço, historicamente constituído com base no discurso telúrico da tradição (MARQUES, 2004, p. 37), que desenvolvo minha análise. A partir da observação das interações e tensões entre políticas de fomento ao turismo e de proteção do patrimônio cultural, demonstrei como diversos sujeitos investiram na promoção da distinção sociocultural entre as cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte com o intuito de tornar cada uma delas a mais representativa de um legado cultural que, se supunha, demonstrativo da marca singular da identidade regional. E o sentido de regional aqui indica muito mais que um território delimitado, pois ele está associado a um conjunto de significados culturais e políticos que insuflam a região de saberes, fazeres e artefatos que a produzem culturalmente (SANTOS, 2010).

Nesse sentido, refiro-me a ideia de *região* como uma construção histórica que tentou dar conta de uma “especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade” (AMADO, 1990, p. 08). Com isso, penso estar reconhecendo a *Região do Cariri* não como um bloco estável, com um caráter definidor perene para um lugar e seus habitantes, mas como produto de um discurso que visa uma representação homogênea e coesa da sociedade.

Trato a questão a partir das observações feitas por Pierre Bourdieu, que considerou: “qualquer enunciado sobre a região funciona como um argumento que contribui [...] para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por este meio, à existência” (2006, p. 120). Dessa forma, entendo que a defesa das atividades econômicas associadas ao turismo, como fator de promoção do patrimônio cultural, serviu de enunciado aos projetos políticos que tentavam fazer existir aquela região, sobretudo através das estratégias de identificação dos valores culturais de determinados bens, aspirando sua preservação e salvaguarda mediante os processos de patrimonialização do Cariri.

O que chamo aqui de *processos de patrimonialização* tem a ver com a ideia de patrimônio como construção social, equivalente a dizer que, a princípio, ele não existe em si, não é uma coisa dada. Desse modo, é resultado de um processo de atribuição de valores e sentidos patrimoniais a certos bens e práticas culturais, com o objetivo de conferir e consagrar uma feição identitária a uma determinada sociedade, seguindo as orientações oferecidas pela historiadora Marcia Chuva:

Patrimonializar é selecionar um bem cultural (objetos e práticas) por meio da atribuição de valor de referência cultural para um grupo de

identidade. O bem patrimonializado tem como atributo a capacidade de amalgamar grupos de identidade. Uma nova trajetória se impõe aos bens instituídos como patrimônio, que, a partir desse momento, estão submetidos a uma nova ordem jurídico-legal, bem como a condições de existência diferenciadas, marcadas por essa singularidade. [...]. Isso é aplicável a bens de natureza material e imaterial, posto que os processos de patrimonialização necessariamente instituem diferenças ao incluir alguns bens na categoria de patrimônio cultural, conferindo-lhes prestígio e reconhecimento e deixando fora outros tantos desse mesmo lugar (2012, pp. 73-4).

Posto dessa forma, a perspectiva aqui adotada está levando em conta que esse processo atende a um ordenamento de tempo e espaço, com uma historicidade subjacente às práticas patrimonializadoras, a partir das quais se afirmam diversos interesses. É claro que não vou movido pela intenção de julgar o mérito ou demérito, o “avanço” ou o “atraso” dos projetos de patrimonialização no Cariri, mas pela vontade de compreender os diversos momentos em que se deu a *ativação* do patrimônio cultural, entendida aqui como o discurso que o institui (PRATS, 1998, p. 64). Uma vez que esse fenômeno torna as noções de patrimônio, memória e identidade como elos de ligação entre passado, presente e futuro, meu estudo também encontra ocasião para refletir sobre os modos pelos quais nos relacionamos com as categorias de tempo, delas retirando sentidos para o nosso próprio lugar no mundo.

Nesse ponto, encontro orientações teóricas no trabalho de François Hartog, que definiu a proliferação do patrimônio como uma tentativa dos diversos grupos sociais de livrar-se do esquecimento, resultando no fenômeno da “patrimonialização galopante” (2006, p. 265). Trabalhando com a noção de *regimes de historicidade*, este autor observa que é num regime dominado pela categoria do presente que se dissemina o gosto excessivo pelo passado e que palavras como memória e patrimônio se tornam categorias dominantes para pensar “a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana” (IDEM, p. 261). Dessa forma, o medo da perda de identidade soma-se ao movimento de constituição dos referenciais do passado que, de maneira geral, estão inscritos no patrimônio cultural. Isso não significa que o patrimônio esteja restrito ao debate sobre o passado e o que dele herdamos, mas que ele poderá oferecer à sociedade um referencial para a construção de sua história e da sua identidade.

Com frequência, os processos de patrimonialização valem-se daquilo que José Reginaldo Gonçalves chamou de “retórica da perda”, configurada como

[...] resposta a uma situação social e histórica na qual valores culturais são apresentados sob um risco iminente de desaparecimento [...]. Sua missão é, conseqüentemente, definida como a de proteger aqueles valores ameaçados e redimi-los em uma dimensão de permanência e transcendência (1996, p. 89).

Entendida dessa forma, a *retórica da perda* indica a dimensão política do fenômeno da patrimonialização, demonstrando ser necessário compreender o patrimônio cultural menos como herança e mais como reivindicação (CANDAU, 2011). A partir desta compreensão, o debate se encaminha para as questões acerca dos usos sociais dos bens patrimoniais, o que em outros termos significa entender como o patrimônio tem sido (re)ativado com o passar dos anos e construído como “um lugar de cumplicidade social” (CANCLINI, 1994, p. 95), sem perder de vista que ele também tem seu valor questionado pelos diferentes setores da sociedade, motivados ou não pela dimensão do pertencimento, seja no tempo ou no espaço.

Continuamente relacionado à questão das identidades, o patrimônio se torna politicamente relevante na medida em que é celebrado em comemorações, monumentos, museus. Isto é o que o antropólogo Néstor Canclini chamou de “teatralização do patrimônio”, na medida em que demonstra “o esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação à qual deveríamos atuar hoje” (2011, p. 162). Todavia, esse uso espetacularizado e quase recreativo do patrimônio, que visa o consenso coletivo em torno do que se pensa como sendo a essência de uma sociedade, acaba por distrair o olhar que deveria mirar nas identidades não como objetos naturais, mas como artefatos culturais (HALL, 2011, p. 88).

Ao fazer estas observações, não estou insinuando que o patrimônio cultural é usado apenas para representar ideias e valores abstratos. O que faço aqui é ajustar o foco das lentes, para que elas favoreçam um olhar desnaturalizador das identidades, das memórias e, conseqüentemente, da história. Um olhar que seja, enfim, capaz de compreender a dinâmica de uma “maquinaria patrimonial” (JEUDY, 2002) que inflige um enquadramento de objetos e práticas culturais e visa construir, via patrimônio, a identidade cultural de um lugar.

Para pensar a noção de patrimônio, bem como compreender suas políticas de preservação, é de grande valia estudos como o de Françoise Choay, que no livro *A Alegoria do Patrimônio* situa essa questão “no centro de uma reflexão sobre o destino das sociedades atuais” (2001, p. 32). Neste estudo, além da noção de patrimônio a

autora trata da noção de monumento como mediação e presentificação de um tempo passado, por sua vez

[...] edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar” (Idem, p. 18).

Convém não perder de vista o sentido de patrimônio analisado por Françoise Choay. No contexto de sua análise, a historicidade dessa noção atribuía-lhe um caráter monumental, sinônimo da excepcionalidade estética e histórica das antigas edificações e das obras de arte de tradição europeia. Tratava-se, pois, de uma noção que abarcava o monumento histórico e artístico como testemunhos do passado, por isso mesmo legitimadores do projeto de construção de uma identidade bastante cara aos projetos de constituição de uma memória nacional na França oitocentista.

Nesta perspectiva, as políticas de preservação patrimonial nos países ocidentais durante muito tempo orientaram-se pelos conceitos de permanência e autenticidade, com base no modelo francês (NOGUEIRA, 2014). Contudo, esse modelo sacralizava uma memória cujo traço principal não correspondia à imensa variedade dos grupos sociais, sobretudo no caso do Brasil. Aqui, essa visão do patrimônio foi levada adiante pelo decreto-lei 25/37, que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, atual IPHAN. Por meio de instrumentos de preservação representados pelo tombamento, tendo o restauro como sinônimo dessa preservação, o SPHAN manteve-se centrado sobre o patrimônio de “pedra e cal”, elegendo Minas Gerais e o barroco colonial como monumentos nacionais que dariam testemunhos dos elementos autênticos e singulares do passado e da identidade cultural brasileira.

Nova orientação, no entanto, surgiu nos anos 1970, a partir dos trabalhos do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC (1975) e da Fundação Pró-Memória (1979), que atuavam em consonância com a discussão proposta pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, por meio de recomendações aos estados-membros para a preservação e valorização do patrimônio cultural a partir de uma concepção antropológica de cultura, em oposição a um sentido estrito que privilegiava tão somente os bens de “valor excepcional”, considerados como herança legada pela colonização portuguesa. Naquela década, o

conceito de bem cultural apontava para uma noção de patrimônio que estava preocupada muito mais com os processos do que com os produtos, o que significa dizer que o patrimônio passou a ser visto como fruto das experiências coletivas e cotidianas que não estavam restritas a um único grupo social, tendo em vista a multiplicidade de agentes envolvidos na produção, apropriação e usos do patrimônio cultural. Todavia, a pesquisadora do campo do patrimônio Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p. 24) avalia que a noção de “referência” na política patrimonial federal ficou limitada ao plano discursivo por longo tempo, enquanto a prática de preservação seguia patrimonializando apenas os bens de “pedra e cal”.

De todo modo, a ampliação do sentido que a noção de referência cultural ofereceu ao patrimônio foi respaldada pela Constituição Brasileira de 1988, que no seu artigo 216 definiu como tal “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. De acordo com o texto da lei, o compromisso para com a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro deve ser assumido tanto pelo poder público quanto pela comunidade em geral, por meio de uma política que lance mão de “inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988). A questão do patrimônio entrou, então, na ordem do dia quando se discutia cultura brasileira, “para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cindem a sociedade”, como afirma Néstor Canclini (2011, p. 160).

Tal orientação foi se ajustando ao longo dos anos às normativas internacionais como as da UNESCO que em 1989, por exemplo, emitiu uma Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, ali definida como “um conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social” (CURY, 2000, p. 294-5). A propósito dessa orientação, foi instituído por meio do Decreto nº 3.551/2000 o Registro e o Inventário do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial (FONSECA, 2009), também com base na noção de referência cultural, que indica que os elementos de força e riqueza do patrimônio são construídos social, cultural e historicamente. Na versão imaterial do patrimônio cultural, expressam-se tradições orais, festas e demais produções cotidianas dos diversos grupos sociais.

Nesse itinerário, a Unesco apresentou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), seguida da Proclamação das Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade e a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, ambas datadas de 2003.

Essas observações mostram, portanto, que o patrimônio foi tratado de diversos modos em diferentes momentos, definido a partir de sentidos e valores que evidenciam escolhas políticas. Nesse campo de lutas, a própria conceituação tornou-se uma prática em transformação, por isso mesmo passível de ser confrontada com essencialismos que o tomam como um dado natural. Sua problematização se faz necessária na medida em que é uma determinada concepção de patrimônio que orientará os argumentos e o resultado desta tese. Digo isso para esclarecer que a perspectiva teórica aqui adotada remeterá às reflexões em torno do conceito de patrimônio cultural, não aderindo a uma divisão entre patrimônio de natureza material e imaterial, como a que parece ter-se estabelecido a partir da publicação do decreto anteriormente mencionado.

Obviamente, não serão desconsideradas as especificidades dos bens tornados patrimônios, muito menos ignoradas as ações que os consagram e que lhes oferecem, por intermédio de um novo ordenamento jurídico-legal, condições de existência diferenciada. Todavia, o que intenciono colocar em debate é a diversidade relativa ao campo do patrimônio, de modo que os processos de patrimonialização poderão ser entendidos no jogo dinâmico e complexo que envolve as questões contemporâneas em torno do patrimônio cultural.

Como a perspectiva histórica é de fundamental relevância para compreensão e produção de conhecimento acerca do vasto campo do patrimônio cultural, também se faz necessário chamar atenção para a historicidade das relações estabelecidas com a atividade turística no nosso país. Essa relação ganhou fôlego a partir da década de 1960, quando da universalização das preocupações de órgãos internacionais³

³ Segundo Cury (Op. cit. p. 113), “a Conferência das Nações Unidas sobre Viagens Internacionais e Turismo (Roma, 1963) não somente recomendou que se desse alta prioridade aos investimentos em turismo dentro dos planos nacionais, como fez ressaltar que, ‘do ponto de vista turístico, o patrimônio cultural, histórico e natural das nações constitui um valor substancialmente importante’ [...]. Por sua vez, a Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (1964) recomendou às agências e organismos de financiamento, tanto governamentais como privados, ‘oferecer assistência, na forma mais apropriada, para obras de conservação, restauração e utilização vantajosa de sítios arqueológicos, históricos e de beleza natural’”. Em 1965, a 13ª Reunião da Conferência Geral da UNESCO também se dedicou à questão do turismo, determinando a realização de um estudo que avaliasse em que medida a preservação do patrimônio monumental contribuía para o desenvolvimento do turismo e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico de um país; a 72ª Reunião do

como a Unesco, a exemplo da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, organizada em 1967 pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em Quito, no Equador, que estabeleceu as chamadas *Normas de Quito*.

Segundo este documento, a solução para o problema gerado “pela entronização de um processo anárquico de modernização” tinha de ser conciliatória e favorável à valorização e promoção do turismo integrado num plano econômico de desenvolvimento:

Valorizar um bem histórico ou artístico equivale a habilitá-lo com as condições objetivas ambientais que, sem desvirtuar sua natureza, ressaltem suas características e permitam seu ótimo aproveitamento. Deve-se entender que a valorização se realiza em função de um fim transcendente, que, [...], seria o de contribuir para o desenvolvimento econômico da região. Em outras palavras, trata-se de incorporar a um potencial econômico um valor atual; de por em produtividade uma riqueza inexplorada, mediante um processo de revalorização que, longe de diminuir sua significação puramente histórica ou artística, a enriquece [...] (CURY, 2000, p.111).

Embora esta carta patrimonial afirme que “os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se aos interesses turísticos” (Idem), a historiadora Françoise Choay (2006, p. 212) identifica uma espécie de mais-valia neste tipo de proposta: “É verdade que se trata de uma mais-valia de interesse, de encanto, de beleza, mas também de capacidade de atrair, cujas conotações econômicas nem é preciso salientar”. Para a referida historiadora, o problema é que a noção de valorização “rivaliza com a da proteção e a põe a serviço de um conceito que serve para tudo – o de desenvolvimento” (IDEM, p. 223).

Semelhante pensamento possui o historiador François Hartog, que acredita que “ao tornar-se um ramo principal da indústria do turismo, [o patrimônio cultural] é objeto de investimentos econômicos importantes. Sua ‘valorização’ se insere, então, diretamente, nos ritmos e temporalidades rápidas da economia de mercado de hoje, chocando-se e aproximando-se dela” (2006, p. 270).

Conselho Executivo da UNESCO (Budapeste, 1966) “adotou como ordem do dia a ‘preservação dos monumentos e outros bens culturais em sua relação com o desenvolvimento com o turismo.’ Nessa reunião, o Diretor-Geral da UNESCO, René Maheu, apresentou um estudo sobre a ‘possibilidade e utilidade de associar a conservação dos bens culturais ao desenvolvimento do turismo, levando-se em conta os valores históricos, artísticos e educativos inerentes a esses bens culturais’”. Ver. *Resolutions et Décisions adoptées par Le Conseil Exécutif en sa soixant-douzième session*. In: MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Brasília, 1980, pp. 15 e 17.

Ambos os historiadores demonstram suas preocupações com a importância econômica atribuída ao patrimônio cultural, compartilham ainda do entendimento de que o estreitamento da relação entre desenvolvimento econômico e a valorização do patrimônio cultural, a partir da perspectiva do turismo, é uma estratégia de solução dos problemas referentes à sua própria preservação, mas que nem por isso devem ser desconsiderados os riscos acarretados pelo excesso da demanda de consumo patrimonial a partir da atividade turística.

De volta à contextualização histórica das relações entre turismo e patrimônio cultural no Brasil, deve-se dizer que em âmbito nacional a regulação do turismo era de responsabilidade de um órgão estatal, a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, que fora criada através do Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, com estrutura semelhante à extinta Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR, de 1958. A historiadora Leila Bianchi Aguiar afirma que, para além de desenvolver políticas de incentivo ao turismo, a EMBRATUR tinha também a função de “melhorar a imagem do país no exterior, abalada pelo golpe militar e pelas violências cometidas a partir de então” (2010, p. 06). Mas, ela também ressalta que àquela altura o tema do turismo não era inédito no Brasil, podendo ser datada da década de 1920 – a despeito da pouca expressividade da atividade turística no país neste momento –, a formação de associações empresariais voltadas para o desenvolvimento do turismo, caso da Sociedade Brasileira de Turismo, mais tarde Touring Clube do Brasil; e da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH, em 1936 (IDEM, 2014, p. 85).

Corroborando estas afirmações, a historiadora Claudia F. Baeta Leal (2012) indica que o estreitamento dos laços entre turismo e patrimônio cultural teria se dado a partir dos contatos estabelecidos entre a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN e a Unesco. Preocupadas em estruturar um segmento cultural do turismo no Brasil, as duas entidades firmaram um acordo de cooperação técnica para tentar encontrar saídas para os problemas relativos à preservação do patrimônio brasileiro, diante dos entraves decorrentes da urbanização e industrialização das cidades brasileiras na segunda metade do século XX. Esse acordo culminou na visita do inspetor francês Michel Parent, entre os anos de 1966 e 1967, como especialista enviado no âmbito do programa “Turismo Cultural” daquele órgão, cujo foco do interesse era destacar as potencialidades da atividade turística e os benefícios de sua relação com ações de proteção, utilização e promoção do

patrimônio cultural como “uma das fontes do futuro desenvolvimento da renda nacional” (LEAL, 2012, p. 137).

Essa associação entre turismo e as práticas culturais enfatizada pelo programa da Unesco pode ser pensada, a partir das indicações do sociólogo inglês John Urry, como herdeira de uma tradição que remonta ao século XVII, mas que teve sua consolidação apenas no século seguinte, quando os homens jovens da elite inglesa viajavam pelo continente europeu a fim de complementar sua educação formal, em excursões que ficaram conhecidas como *Grand Tour*. Nos lugares visitados, os *grand tourists* buscavam conhecer a história e a cultura local, visitar monumentos e descrevê-los, influenciando as primeiras teorias sobre conservação e preservação. De acordo com Urry, essas viagens iam desde “uma ênfase escolástica do turismo, enquanto oportunidade para um discurso até o conceito de viagem como observação de um testemunho ocular” (2001, p. 19). Nesse sentido, diversos autores sugerem que o turismo cultural se originou com base na experiência dos *grand tours* e suas observações apaixonadas sobre os lugares visitados. Mas, para Margarida Barreto (1995), seria mais adequado situar as práticas turísticas num contexto social mais amplo, sobretudo a partir das mudanças ocorridas no desenvolvimento das tecnologias que estimularam inovações nas estruturas das viagens, afetando também seus objetivos (IDEM, p. 51).

Penso que tais reflexões se aproximam da discussão posta por George Yúdice (2006) a respeito da *conveniência da cultura*. Em livro homônimo, este autor sugere que o investimento na cultura como atração para o desenvolvimento econômico e turístico funciona como mola propulsora para aquilo que ele chama de “indústrias do patrimônio”. Nesse sentido, se o patrimônio gera valor, a cultura pode gerar renda através do turismo, mas há um preço a ser pago pela sua transformação em recurso, diz ele:

O conceito de recurso absorve e elimina distinções até então prevaletentes nas definições de alta cultura, da antropologia e da cultura de massa [...]. Rituais, práticas estéticas do dia-a-dia, tais como canções, lendas populares, culinária, costumes e outras práticas simbólicas também são mobilizadas como recursos para o turismo e para a promoção das indústrias do patrimônio (IDEM, p. 11).

Penso que tal constatação sugere que há substâncias no meu argumento sobre o processo de “culturalização” do Cariri mediante os usos turísticos do

patrimônio. Ali, a demanda por atrativos culturais chegou ao século XXI relacionando os vínculos do turismo com a dinâmica patrimonial, o que incluiu o consumo de bens culturais. Nesse sentido, a definição de cultura posta pela Secretaria Estadual de Turismo do Ceará demonstra, a título de exemplo, o desenvolvimento de políticas culturais com base na crença generalizada de que o turismo poderia oferecer drásticas transformações nas economias locais, argumento legitimador das tendências exploradoras dos recursos naturais ou culturais da forma mais lucrativa possível.

É, pois, com base nas discussões acerca dos usos turísticos do patrimônio cultural que o presente trabalho se dispõe a analisar os modos pelos quais se deu a relação entre turismo e patrimônio na região do Cariri, considerando tal interação como “uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (CERTEAU, 1994, p. 41). Relação compreendida aqui como uma das muitas artes do Cariri.

As fontes que subsidiam o texto da tese são aquelas que, a meu ver, dão mostras da participação de diferentes sujeitos na fabricação do patrimônio cultural do Cariri. Vinculados a instituições culturais ou políticas, de caráter econômico ou religioso, esses sujeitos incorporaram nos seus discursos várias reivindicações em torno da identidade cultural regional, anunciando e enunciando o turismo como tábua de salvação da economia local, mediante o investimento em projetos de organização da atividade em relação direta com os bens culturais de natureza material e imaterial. Os registros desses reclames foram encontrados em jornais e revistas de circulação local, além dos veículos de comunicação que alcançam uma abrangência maior. No primeiro caso, refiro-me ao jornal *A Ação*, órgão da Igreja Católica de maior circulação na região do Cariri (1939-1985). Através desse semanário, os intelectuais ligados ao ICC investiram com recorrência, entre as décadas de 1960 e 1970, na necessidade de organização da atividade turística no Cariri com base no aproveitamento da natureza, do folclore e do artesanato. Ali, eles expuseram os argumentos e projetos que pretendiam desenvolver, ou que julgavam ser competência das autoridades políticas executar. Esse jornal pode ser consultado no acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo e no Centro de Documentação do Cariri – CEDOC, da Universidade Regional do Cariri, ambos na cidade do Crato; o jornal *Tribuna do Cariri*, que circulou semanalmente na década de 1970 na cidade de Juazeiro do Norte, também foi uma importante fonte de pesquisa para esta tese. Ele encontra-se disponível para consulta no acervo do Memorial Padre Cícero, em Juazeiro, e através de suas páginas pode-se notar como naquela cidade o artesanato

e o folclore foram configurados como recurso turístico a partir da segunda metade do século XX. Esses dois jornais foram as principais fontes utilizadas para a escrita do primeiro capítulo da tese, que faz um apanhado geral da discussão em momento anterior ao recorte temporal aqui estudado.

No acervo da Biblioteca Pública Governador Meneses Pimentel – BPGMP, em Fortaleza, encontrei o *Jornal do Cariri*, de fundamental importância para o debate em torno do aproveitamento turístico dos bens culturais no século XXI. De publicação diária, esse órgão de imprensa surgiu na segunda metade dos anos 1990, no bojo dos projetos de organização do setor turístico no Cariri, sendo fruto das atividades desenvolvidas pelo “Pacto de Cooperação do Cariri”, um grupo de trabalho que reunia semanalmente empresários locais para traçar estratégias de desenvolvimento regional, tendo por objetivo a reestruturação da economia, face a cooperação de diversas entidades na viabilização técnica-financeira de projetos voltados para diferentes setores da produção econômica, sobretudo o turismo. No acervo da BPGMP estão disponíveis apenas as edições dos anos de 2002 a 2004.

Para o caso dos jornais de circulação além dos limites do Cariri, utilizei aqui os jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*, extraindo informações acerca da ressonância do debate no contexto estadual. Em suporte físico, ambos os veículos se encontram igualmente disponíveis para consulta no acervo do BPGMP, mas também recorri com frequência aqui às versões digitais disponibilizadas pelos próprios órgãos na internet. Acredito que esse tipo de documentação contribui, sobremaneira, para a compreensão das questões em torno das políticas públicas do patrimônio no Cariri inseridas numa teia de processos que teceram a própria política cultural do Estado do Ceará. O estudo de todo esse material tornou-se, pois, fundamental para compreender até que ponto a política cultural desenvolvida no Ceará instrumentalizou o projeto de preservação dos bens patrimoniais na região do Cariri.

Partindo do princípio de que foram diversos os agentes envolvidos nos processos de patrimonialização do Cariri, busquei estabelecer sentido ao conjunto de narrativas dispersas em jornais (*A Ação*, *Tribuna do Cariri*, *Gazeta de Notícias*, *Folha de Juazeiro*, *Jornal do Cariri*, *Diário do Nordeste*, *Diário de Pernambuco*, *O Povo*, *Flor do Piqui*) revistas (*Aspectos*, *Itaytera*, *A Região*, *Mostra Sesc Cariri de Culturas*, *A Província*), folders de divulgação, guias turísticos, relatórios de trabalho e etc, rastreando indícios, buscando conexões, num exercício de *pensar relacionalmente*, conforme as sugestões de Pierre Bourdieu (2006, p. 23). Nesse sentido, persegui

também leis, decretos, memorandos, ofícios, relatórios de trabalho, enfim, um vasto conjunto material de teor burocrático que se somou à fala de agentes especializados para reclamar políticas públicas de investimento no turismo e no patrimônio cultural. A leitura deste material agiu em favor do entendimento dos modos pelos quais o patrimônio cultural foi pensado pelas formulações oficiais.

Em relação ao material de divulgação turística utilizado como fonte neste trabalho, cumpre informar que ele foi garimpado em diversos lugares, dentre as quais podem ser citadas as bibliotecas públicas municipais de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte; Secretaria de Cultura e Turismo de Barbalha e Instituto Cultural do Cariri, além da doação proveniente de acervos particulares.

Aliando fontes documentais às proposições teóricas e metodológicas já referenciadas, o texto da tese está estruturado em quatro capítulos. No primeiro deles, intitulado **Memória, representações e práticas de turismo**, tratei de inventariar as condições históricas de emergência dos discursos e práticas em favor de um objeto: o turismo. Sem a pretensão de encontrar as origens dessa discussão no Cariri, este capítulo visa sinalizar que desde os anos 1960 se estabeleceu relações de conveniência com patrimônio, a fim de possibilitar alternativas de crescimento econômico para a região, compreendido como parte de um processo mais amplo, estudado por autores como a historiadora Leila Bianchi Aguiar (2010), que aponta para a existência de uma política de promoção e criação de atrativos turísticos nacionais, proposta pela EMBRATUR, como uma das possíveis soluções para o problema do desenvolvimento nacional e para a criação de uma “mentalidade” do turismo interno no país.

Dessa forma, as ações mapeadas no primeiro capítulo resultam dos achados que a pesquisa ofereceu, tentando dar conta de um movimento sistematizado a partir da segunda metade do século XX, para encorajar aproximações entre passado e presente por meio dos usos turísticos do patrimônio, no momento visto como estratégia de sobrevivência no futuro. A aliança desses tempos desencadeou processos que se deram em cenários diferentes, mas os resultados finais tendiam à homogeneidade, definindo, de antemão, o que deveria acontecer para tornar as dimensões de espaço e tempo das cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte em polos de atração para visitantes.

Ao fazer esse recuo no período de tempo abrangido pela pesquisa, o primeiro capítulo tenta demonstrar o processo histórico da constituição e consolidação de

projetos e planos de ação que serviram à identificação de possibilidades de utilização turística de uma região que se queria singular, marcada pela presença de uma cultura dita tradicional. Assim, o objetivo do capítulo é acompanhar a produção de discursos e práticas atribuidoras de sentidos e significados às ideias de cultura, tradição e região que serviram de apoio para elaboração de uma identidade local, apontando como determinados bens simbólicos foram inventados como tradição cultural para o consumo turístico.

No segundo capítulo, cujo título é **A Sedução do Patrimônio: propaganda turística do cariri**, analiso o agenciamento de discursos na propaganda de apresentação e representação turística das cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte, considerando que a divulgação turística destes lugares selecionou algumas especificidades, entre a variedade de formas e matérias de expressão cultural na região do Cariri, para fabricar tradições que se dizia já estarem ali, possibilitando sua exploração pelo turismo como um complexo cultural à parte no Ceará.

O objetivo deste capítulo é demonstrar as maneiras pelas quais foi delegado ao patrimônio e ao turismo o papel de ordenadores dos estratos temporais, fazendo emergir temporalidades que, embora coetâneas, eram também diversas. Assim, ora se aproximavam do passado, associado à tradição, ora se dirigiam ao futuro, quando se tratava dos aspectos de inserção comercial e turística do patrimônio. Desse modo, Barbalha apareceu em guias e folders de divulgação como uma terra de passado sempre presente, marcado pelo casario construído na época do Brasil Imperial – quando a cidade tinha na produção canavieira seu esteio econômico –, mas atenta aos anseios do futuro, com vistas a deixar marcada uma incontestável “vocação” para o turismo, com destaque para o patrimônio natural em estreita relação com as dimensões intangíveis dos bens culturais.

Já a cidade do Crato foi divulgada como um lugar de tradição cultural e política onipresente, supostamente legadas por um passado glorioso que reclamava sua continuidade no presente como forma de preparar e garantir um futuro igualmente dourado, o que permitiu à propaganda turística uma dimensão evocativa do patrimônio cultural como recurso turístico. Carregada de intencionalidades políticas, a propaganda turística do Crato reiterava convites para conhecer e experimentar elementos culturais hipoteticamente herdados de um tempo e de um espaço identificados ao tradicional. Com base nesses elementos, o discurso de promoção da atividade turística seguiu fabricando narrativas sobre o tempo e selecionando suas

tradições, embora as artes do turismo tenham optado por lhes apresentar mais como “sobrevivência” do que como invenção (HOBBSAWN; RANGER, 1997).

Em relação a Juazeiro do Norte, a propaganda da cidade investiu na sua definição como um lugar cheio de futuro. Sem negar a relevância do passado para sua constituição histórica, foi a preocupação com o porvir que se destacou na propaganda turística daquele local, afinal, era preciso mostrar Juazeiro como um lugar que investia no futuro porque acreditava que esse tempo já é, mesmo ainda não sendo. Dessa forma, a divulgação turística de Juazeiro dizia que a cidade tinha o Padre Cícero e “muito, muito mais”. Seria lugar cambiante, hiperbólico, dinâmico, afeito e preparado para entrada triunfal do Cariri no tempo do turismo.

O terceiro capítulo, **Intervenções turísticas e políticas patrimoniais**, analisa determinadas estratégias institucionais que se comprometeram com o turismo a partir da lógica de promoção e valorização da “cultura regional” do Cariri, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social daquela região. A pretensão do capítulo é destacar como instituições situadas em diversas esferas desenvolverem ações pautadas na identificação das chamadas vocações e potencialidades regionais, criando instâncias de compartilhamento de ideias, formulação de planos, execução e monitoramento de ações cujo objetivo era definir o patrimônio cultural a partir de uma dimensão mercadológica, posicionando competitivamente o Cariri entre os destinos e roteiros turísticos do país.

O direcionamento dos interesses para o turismo cultural, principalmente na vertente voltada para a compreensão do patrimônio como indutor de demanda turística e fonte de formatação de produtos singulares, estimulou a formatação do “destino turístico Cariri”, com trabalho de estruturação da oferta (atrativos, infraestrutura, serviços e produtos) para atendimento das demandas específicas dos turistas. Dessa forma, as instituições observadas no presente capítulo atuaram como agentes de turismo, no sentido de agirem com empenho no fornecimento dos serviços adequados aos anseios de consolidação do Cariri como um destino turístico notável, tais como serviços de hospedagem, alimentação e receptivo de boa qualidade.

O objetivo do capítulo, portanto, é demonstrar como por meio de trabalhos diversos, tais agentes criavam uma simbiose que propunha o turismo enquanto alternativa econômica de função precípua para a preservação do patrimônio cultural.

O último capítulo da tese, **Festa (d)e Devoção: patrimonialização e turismo nos eventos religiosos**, acompanha as tensões e interações entre as atividades

turísticas e os anseios patrimonializadores nas cidade de Juazeiro do Norte e Barbalha, localidades onde acontecem importantes manifestações da religiosidade católica no Cariri. Apesar das nuances particulares das romarias, em Juazeiro, e da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, em Barbalha, o discurso patrimonializador destacou convergências na conformação de uma identidade cultural que interpenetrava cultura popular, religião e turismo. Diante dessas observações, o capítulo indica os modos pelos quais os eventos religiosos do Cariri foram convertidos em espetáculos artísticos, culturais e turísticos politicamente instrumentalizados para disseminação da “cultura do Cariri”, ajudando a configurar um cenário de imbricação do turismo com as tradições religiosas que acomodou práticas diversas sob um mesmo espaço, ensejando investidas patrimonializadora definidas a partir de interesses turísticos.

O objetivo deste capítulo é evidenciar as dificuldades da Igreja Católica em tratar as romarias como evento turístico, mas também discutir os projetos políticos das gestões municipal e estadual em fazer uma leitura das romarias voltada para o consumo do turismo. Também neste capítulo analiso como se deu o equacionamento da questão turística e cultural na festa do santo padroeiro de Barbalha, com o intuito de demonstrar a complexidade do fenômeno da patrimonialização a partir da interpretação do documento que fundamentou o registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha num dos quatro livros de registro do patrimônio imaterial, no caso o das celebrações, guiando-me pela hipótese de que o Dossiê de Registro teve a função de fabricar o patrimônio cultural da região e inseri-lo num projeto de nacionalização que resultou no reconhecimento da referida festa como Patrimônio Cultural do Brasil.

Diante de todo o exposto, volto ao começo desse texto para reiterar a concordância com Riobaldo, o personagem já citado de Guimarães Rosa: “Contar é muito, muito dificultoso”. Mas, penso que ao fazer o “balancê” necessário nestas páginas introdutórias, contei algo que faz sentido, embora ciente da “astúcia que tem certas coisas passadas”...

Boa leitura!

1. MEMÓRIA, REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE TURISMO

O Cariri teve sua identidade cultural forjada numa busca incessante pela afirmação da singularidade deste espaço, sobejamente imbuída de particularidades demonstrativas da tradição histórica de um povo que carregava consigo a essência de sua memória. Essa tradição foi inventada num meio restrito de intelectuais ligados à elite local⁴, preocupados em explicar o presente como resultado lógico do encadeamento de fatos e processos do passado. Tal constatação se desdobrava em desejos políticos e necessidades culturais de aliar glórias do passado às iluminações do futuro, com a tarefa de estimular e financiar projetos que teriam como preocupação salvar uma tradição cultural dita popular e autêntica, por suposição ainda infensa ao cosmopolitismo, mas que imaginava-se estar em vias de desaparecer.

Nesse movimento de produção cultural, sistematizado a partir da segunda metade do século XX, o discurso de promoção do turismo foi encorajado progressivamente a aproximar passado e presente como garantia de sobrevivência no futuro. A aliança desses tempos desencadeou processos que se deram em cenários diferentes, cujos resultados finais tendiam à homogeneidade, definindo, de antemão, o que deveria acontecer para tornar as dimensões de espaço e tempo das cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte em polos de atração para visitantes.

Balizados pela ideia de um presente problemático, mas um futuro promissor, os entusiastas do turismo no Cariri (historiadores, jornalistas, religiosos, políticos) transformaram determinados bens simbólicos em expressão do patrimônio cultural e a eles incorporaram uma série de políticas de preservação, discursos, representações e práticas que acabaram por inventá-lo como tradição pronta para o consumo turístico. Enquanto produto com valor de consumo, o patrimônio cultural do Cariri foi apresentado com características supostamente contrárias ao caráter estandardizado recorrente no segmento turístico. Alegava-se que o diferencial do turismo naquela

⁴ O Instituto Cultural do Cariri (ICC) foi o grande artífice desse processo. Inaugurado no ano de 1953, no bojo das comemorações pelo centenário de elevação do Crato à categoria de cidade, o ICC orientou-se pela preocupação de fazer um inventário de lembranças das experiências do passado, tendendo a organizá-lo num todo coerente e dotado de sentido, que passou a ser conhecido pelo nome de História do Cariri. Presumindo pioneirismo e superioridade do Cariri nos setores político, econômico, social e cultural, este grupo trabalhou incansavelmente no agenciamento de bens culturais. São indícios deste trabalho a criação de museus, a constituição de um plano de turismo para a região, a (re)elaboração das festas religiosas e/ou populares, a promoção e valorização da cultura popular – entendida numa chave folclorista –, a reivindicação por políticas públicas de cultura, entre outros. Ver: VIANA, J. Italo Bezerra. *O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2011.

região era a oferta de cultura e tradição, símbolos que ao mesmo tempo em que remetiam ao passado e à conservação também ansiavam pelo futuro e pela mudança.

Postulando a convergência entre cultura e tradição, por um caminho que acabava por idealizar os estratos temporais, o discurso de promoção do turismo construiu as referências física e simbólica formadoras do patrimônio cultural e, junto a ele, fundamentou os discursos de representação do Cariri como “celeiro da cultura”.

É com base nessas proposições que este trabalho trata do processo histórico da constituição e consolidação de projetos e planos de ação que serviram à identificação de possibilidades de utilização turística de uma região que seria singular, marcada pela presença de uma cultura dita tradicional. Neste percurso, acompanho a produção de discursos e práticas atribuidoras de sentidos e significados às ideias de cultura, tradição e região, que serviram de apoio à elaboração de uma identidade local, apontando como determinados bens simbólicos foram transformados em expressão do patrimônio cultural e incorporados ao planejamento turístico do Cariri a partir de meados do século XX.

Considerando que ao longo do tempo esses processos de apresentação e representação das especificidades de Barbalha, Crato e Juazeiro ensejaram consensos com vistas a fazer emergir diversos espaços culturais no interior de um mesmo espaço, a análise passa ao século XXI, a partir da observação dos modos pelos quais essas representações foram agenciadas na propaganda turística. Afinal, o discurso de promoção do turismo, na medida em que ia fabricando as tradições – embora dissesse que elas já estavam ali – permitiu que essa atividade retomasse o inventário dos elementos naturais, históricos, sociais e culturais que particularizariam aquela região, cujas conquistas teriam sido transmitidas pela *tradição*, possibilitando explorá-la turisticamente como um complexo cultural à parte no Ceará.

1.1 Os usos turísticos da cultura e da natureza

No ano de 2008 circulou um guia turístico na região do Cariri que trazia inscrita na capa a expressão “Cariri: a Fortaleza do Ceará”. Neste material informativo, questões alusivas à cultura e suas expressões mais “autênticas” integraram-se ao acervo de assuntos que transcendiam o próprio contexto de enunciação. Falava-se do avanço do Cariri como destino turístico, do crescimento da demanda por mão de obra nesse setor e das ações planejadas entre o *trade* (conjunto de empresas que

comercializam o produto turístico) e o poder público para a promoção e organização do segmento, que redundaria em benefícios para os turistas, para a população local e, obviamente, para os empresários e planejadores dessa atividade. Além disso, o texto deste material tentava estabelecer, sincrônica e diacronicamente, um lugar específico para as cidades que compõem o Vale do Cariri (Crato, Juazeiro e Barbalha) no “cenário turístico” do estado do Ceará:

Totalmente inserido dentro do roteiro turístico do estado do Ceará, a região do Cariri se configura como uma grande potência do turismo natural, de aventura, científico e religioso. [...]. Dentro desse potencial turístico algumas cidades se destacam pelos mais variados atrativos. No turismo de aventura, histórico e cultural a cidade de Crato, com uma história expressiva e rica nos movimentos culturais, além do seu pé de serra de natureza abundante, onde se encontram os clubes serranos e suas fontes cristalinas encabeçando este turismo natural [...].

A maior cidade da região, Juazeiro do Norte, é hoje referência da religião católica no Nordeste e um dos maiores centros religiosos do Brasil. A cidade recebe mais de 2 milhões de romeiros por ano. Dentro do mesmo foco está a cidade de Barbalha que além de seus verdes canaviais, se destaca pela grande festa em homenagem ao seu padroeiro Santo Antônio. A festa chega a atrair num só dia, durante o transporte do pau da bandeira, cerca de 200 mil pessoas à cidade. (GUIA TURÍSTICO E SOCIAL – CARIRI: A FORTALEZA DO CEARÁ, julho de 2008, pp. 57-8)

Definindo o que seria o lugar e qual a sua posição no setor do turismo, os roteiros e descrições difundidos neste guia constituem uma importante via de pesquisa sobre as representações da identidade cultural e turística projetadas em torno do Cariri. Eles apresentam uma permanente evocação temporal que submetem a relação entre passado, presente e futuro a constantes redefinições. Se em algum momento as páginas do referido guia destacam que apesar de “tantas potencialidades” o Cariri carecia, tal como no passado, de “estrutura adequada para proporcionar conforto e comodidade” aos seus visitantes, logo mais elas o apresentam como um destino que seria “impossível deixar de visitar”, sob pena de não conhecer o artesanato, as belezas naturais e a religiosidade que estariam fazendo o Cariri despontar como um “destino em expansão” (IDEM, p. 58), logo, um lugar que estaria sintonizado com o ritmo do futuro.

Transformando um acontecimento contemporâneo como o turismo em evento inserido numa tradição vinda do passado – cuja marca particular seria certa história expressiva e rica nos movimentos culturais –, o guia turístico e social do Cariri dirigia

suas informações no sentido da construção de uma ideia decisiva daquela região como lugar onde residiria a expressão mais legítima da cultura popular cearense, sendo, portanto, lugar de visita obrigatória para aqueles que passeavam pelo Ceará. Isso me dá subsídios para pensar tal guia como mais do que um simples roteiro de apresentação dos atrativos turístico das cidades, posto que ele expandiu seu recorte espacial, tentando estabelecer uma identidade regional ampliada que se sobreporia à “identidade cearense”. Nesse sentido, a analogia com Fortaleza não só transferia simbolicamente para o Cariri o espaço da capital, como também buscava afirmar aquele lugar enquanto base que dava força ao turismo no estado. Era, portanto, mais que um roteiro de visita. Tratava-se da afirmação de uma suposta monumentalidade e do seu pretense caráter dinâmico, que elegia a atividade turística como pilar de sustentação do Ceará.

Ora, o modelo de turismo proposto e vigente na região do Cariri neste século XXI se utilizou de feições bucólicas e artesanais impressas na segunda metade do século passado, cristalizando no senso comum qualificações adjetivantes das cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte. Subordinado a esta lógica, o conteúdo das representações sociais que conferiram identidade turística a tais lugares desenhou para eles funcionalidades distintas na trilha do caminho para o chamado desenvolvimento regional. Nessa perspectiva, a “vocaçãõ turística” do Cariri foi sendo construída social e historicamente a partir de um sistema integrado de significados, por meio dos quais os ideais do típico e do autêntico apareceram convenientemente como oferta diferenciada para reavivar a cultura e a economia local.

Como se o Cariri fosse um lugar em que passado e futuro aparecessem nitidamente diante dos olhos, o discurso do turismo tem evocado desde meados do século XX um conjunto de imagens e representações que visam apresentar designações específicas para as cidades de Crato (cultural), Juazeiro (religiosa) e Barbalha (folclórica). Ora, construída com base em estereótipos, a repetição dessas imagens instaura sentidos de olhar e práticas de caminhar (CERTEAU, 1994) que convergem na direção da visibilidade turística e induzem ao consumo de tradições inventadas. Assim, os usos culturais do patrimônio enquanto recurso turístico representaram o surgimento de um modelo de lugar que invocou a conveniência da recíproca relação entre cultura e turismo como equivalentes do desenvolvimento econômico da região.

Um dos elementos desencadeadores desse processo foi a invenção da vocação turística do Cariri, que promoveu os chamados “atrativos da natureza” à condição de mercadorias acessíveis, e se esforçou em configurar a paisagem local como essencialmente turística, numa espécie de duplo irremediável que sobrepôs atributos turísticos aos espaços físicos naturais. A substância desse argumento é sugerida pelos exemplos empíricos, um deles extraído de uma matéria de jornal intitulada “Turismo no Cariri”, assinada por Jósio de Alencar Araripe⁵, figura de destacada atuação na articulação de narrativas do passado e projetos de futuro para a região do Cariri:

Somente quem conhece os focos principais de atração turística do interior do Nordeste poderá avaliar os imensos recursos que oferece o Cariri cearense nesse setor [...]. **Nosso Cariri é bem diferente e vale a pena a gente ver.** Verdes as encostas da serra [do Araripe] que emolduram o Vale, os baixios e brejos, tudo verde o ano todo, até onde alcança a vista. Fontes perenes por toda a parte, bicas, cascatas, em meio a vegetação mais luxuriante. O clima também é bom. Pode-se andar à vontade, léguas seguidas, e enche-se a vista com as mais belas paisagens [...]. Nada ficamos a dever às cidades serranas do Estado do Rio [de Janeiro]. [...] **Basta ajeitar um pouco o que a natureza nos deu prodigamente** [...]. Assim é o Cariri, que poucos cearenses conhecem, e que poderíamos orgulhosamente mostrar a todo mundo, se os Governos nos dessem a mão, para dotar a Região de uma infraestrutura turística eficiente [...]. **Como em tudo o mais, também no turismo o Cariri ajudará o Ceará a faturar muito mais. Desde que nos ajudem, a Região poderá se transformar na Meca do turismo nordestino** (JORNAL A AÇÃO, 01/09/1973, p. 02 – grifos meus).

Apontando um dos sentidos que orientaria a questão do turismo naquela região, o trecho citado permite colocar em evidência os modos pelos quais o discurso de valorização da natureza credenciou iniciativas públicas ou privadas na busca pelo estabelecimento do Cariri como destino turístico por excelência, dada a convicção em torno da “excepcionalidade” de suas características naturais. Seguindo esse viés de

⁵ Formado em direito, Jósio de Alencar Araripe foi vereador e atuou como secretário geral da prefeitura do Crato na gestão de Décio Teles Cartaxo (1951-1955), no momento em que estava sendo preparada a festa de comemoração do centenário da cidade do Crato. Em 1953, Jósio coordenou a Feira de Amostras do Centenário, principal evento da programação daquela festa. Sua atuação projetou-o política e culturalmente, de modo que em 1974 ele assumiu a presidência do Instituto Cultural do Cariri, após a morte de seu sogro, o historiador J. de Figueiredo Filho, que esteve à frente do ICC por quase duas décadas. Logo, o lugar social, cultural e político de Jósio de Alencar Araripe indica que suas reivindicações pela promoção do turismo na região do Cariri estavam inseridas numa rede articulada, que buscou fazer emergir ações coletivas capazes de dar fundamento à construção de um roteiro turístico local.

interpretação, é plausível afirmar que quando Alencar Araripe disse que o Cariri nada tinha a dever a outras cidades com destacados atrativos turísticos ele não estava se utilizando de um mero detalhe de retórica. Penso que essa fala indica a tentativa de inscrição espacial num mapa turístico mais amplo, posto que o turismo ali praticado não seria apenas de um lugar (o Cariri) num determinado estado (o Ceará), antes, ele seria inspiração e motivo para o turismo de toda uma região (o Nordeste).

Conforme indicações de disponibilidade para uso da atividade turística, a natureza foi sendo percebida como uma obra de arte e apresentada como a moldura digna para um quadro de investimentos. Sua conotação de indústria deixava entrever que a comercialização da natureza seria a responsável pela fonte de riquezas que se esperava jorrar daquele lugar. Ademais, a própria cultura estava sendo pensada como fruto da natureza dita exuberante, como se ela resultasse do contato direto com a sua forma mais rudimentar, pretensamente definidora das características mais puras e originais do *jeito de ser* do povo caririense. Seguindo essa lógica, o Cariri estava deixando de ser apenas natureza para ser também cultura.

Nesse movimento, o discurso da natureza privilegiada não só exerceu influência na configuração de narrativas que apresentavam o Cariri enquanto roteiro turístico predestinado como também operou uma interpenetração linear dos tempos, cujos fatos e personagens do passado teriam sido frutos da fecundidade e riqueza desses “imensos recursos” naturais, ao passo que o futuro era a única direção lógica capaz de garantir benefícios à altura de sua importância histórica.

Defendendo a tese de que a natureza constituía um dos *valores* da identidade local, a perspectiva subjacente às palavras de Jósio de Alencar Araripe era aquela que buscava territorializar a identidade cultural, ao mesmo tempo em que ansiava por fazê-la pertencer ao mundo, acreditando que isso seria possível através do esforço governamental em projetar o Cariri para o exterior. Com isso, criava-se a oportunidade para o lugar ser visto, entrar na rota turística, competir com outros lugares, investir na melhoria de infraestrutura, ampliar e diversificar a oferta de serviços, mas sem perder de vista suas especificidades.

O argumento de Alencar Araripe também se pautava pela concepção de turismo como promissor instrumento de desenvolvimento econômico, social e cultural no contexto cearense. O quinhão do Cariri seria, pois, o de oferecer atrativos naturais e culturais de grande demanda turística, contribuindo assim com a promoção do

produto local e incentivando a implementação e consolidação do turismo a partir de uma visão prospectiva, isto é, que exigia continuidade de ações nesse setor.

É preciso sublinhar que o mote da natureza como especial atrativo turístico repercutia preocupações de um movimento mais amplo, datado de início dos anos 1960, quando as pressões internacionais pela preservação da natureza associaram a importância do turismo à conscientização dos problemas ambientais e suas possíveis soluções⁶. No âmbito nacional, a essa questão somou-se o processo de formação de uma demanda turística interna, iniciado pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), e levado adiante por meio de uma campanha publicitária veiculada no ano de 1972, cujo objetivo central era:

Incutir na classe A, a que dita moda, que fazer turismo no próprio país também é status [...]. Há ainda, a intenção de despertar nas pessoas um certo sentimento de culpa, ou mesmo de vergonha, pelo fato de não conhecerem certos lugares e coisas que vez por outra são citadas nas conversas, inclusive as sofisticadas. É, pois, uma alfinetada na vaidade humana (EMBRATUR apud AGUIAR, 2010, p. 08).

Aliado a esse processo, o governo do estado do Ceará dava os primeiros passos para planificação e exploração da atividade turística, muito embora ainda estivesse organizada de modo tímido e restrito à capital (OLIVEIRA, 2015). Atuando no sentido de promover e dinamizar a “vida cultural” do estado, as ações públicas de investimento na cultura tomaram-na como um objeto de uso e de consumo que deveria ser pensado regionalmente, ao passo em que as diversas regiões do estado passaram a ser pensadas culturalmente. Dito de outra forma, o que estava acontecendo era o estabelecimento de fronteiras naturais e culturais dentro do espaço comum do Ceará que projetava a imagem desse estado com base em “repertórios culturais regionais”⁷. Isso corresponde a dizer que não há nenhuma obviedade no fato de ser o Cariri, naquela década de 1970, um lugar *naturalmente* vocacionado ao turismo, posto que sua identidade turística e cultural estava sendo construída historicamente e a partir de relações humanas fundamentadas em interesses.

⁶ Essa questão foi discutida na 12ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, realizada em dezembro de 1962, da qual resultou o documento chamado *Recomendação de Paris*. Cf. CURY, Isabelle (org.) *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, pp. 82-3.

⁷ A expressão é tomada de empréstimo a SANTOS, Rafael José dos. *As cores locais: regionalidade, cultura e turismo*. In: PELEGRINI, Sandra C. A. [et al] (org). *Turismo e Patrimônio em tempos de globalização*. Editora da FECILCAM, 2010, p. 45-68.

Em reforço do que digo, convém fazer referência ao estudo elaborado em meados dos anos 1970 pela Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR), conjuntamente com a Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado e o Banco do Nordeste, acerca das potencialidades turísticas do Ceará. Esse estudo, parte integrante do projeto desenvolvimentista do Governo Cesar Cals (1971-1975), foi encaminhado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República como proposição para a definição de territórios turísticos do estado. Ali, os elementos de maior interesse turístico do Cariri foram identificados como sendo os balneários da cidade do Crato, a estância do Caldas, em Barbalha, e a “cidade mística” de Juazeiro do Norte, conforme noticiado na terceira página do jornal O Povo, edição de 12 de agosto de 1975.

Nesse processo de construção turística das paisagens cearenses, a feição atribuída ao Cariri foi aquela que possibilitaria uma imagem de unidade social e cultural determinada pelo potencial da fauna e da flora, pela força da religiosidade, pela peculiaridade do artesanato e do folclore, além das singularidades da formação histórica da porção sul do Ceará. Um dos resultados diretos desse estudo foi a inclusão de Barbalha no Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos, mais conhecido como Programa de Cidades Históricas (PCH), criado em 1973 como resultado do trabalho de um grupo interministerial⁸ que tinha por finalidade a realização de um levantamento acerca da situação do patrimônio histórico no Nordeste, a fim de possibilitar a restauração de prédios históricos em situação de risco e aproveitá-los para atividades de geração de renda na região, cujos benefícios esperados estariam ligados às atividades do turismo.

Em Barbalha, o PCH atuou na restauração do Sobrado nº 21, situado na Rua da Matriz. Foram necessários cinco anos de obras (de 1976 até 1980) e um valor aproximado de três milhões de cruzeiros⁹ para concluir a restauração do prédio

⁸ Em atendimento à solicitação dos ministérios do Planejamento e da Educação e Cultura, em janeiro de 1973 foi nomeado um grupo interministerial “constituído de representantes do MEC, através do Iphan, do então Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, do Ministério do Interior, através da SUDENE, e do Ministério da Indústria e Comércio, através da EMBRATUR”. Ver: MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, 1980, p. 21.

⁹ À Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) coube a maior parte do investimento, uma quantia de Cr\$ 2.261.726,00, sendo que a contrapartida do Estado do Ceará foi da ordem de Cr\$ 565.446,00, gerando a soma total de Cr\$ 2.827.172,00. Estes dados foram sistematizados e apresentados por CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. *Programa de Cidades*

erguido em 1859, nos moldes dos sobrados da Rua Imperatriz, no Recife, a mando do comerciante Antônio Manoel Sampaio. Decorrido pouco mais de um século de sua construção, a edificação foi protegida pelo tombamento estadual, de acordo com a lei nº 9.109 de 30 de julho de 1968, através do decreto nº 16.237 de 30 de novembro de 1983. Adaptado às funções de hotel, tornou-se conhecido na cidade como Casarão Hotel. Atualmente, a edificação abriga a Secretaria de Cultura e a Biblioteca Pública Municipal.

Longe de diminuir sua significação histórica, é preciso salientar que a restauração do sobrado em Barbalha não apenas deu valor a um determinado bem, habilitando-o para o aproveitamento turístico, como também deu força e legitimidade aos projetos que insistiam na promoção do turismo, via incorporação de um potencial econômico aos bens culturais da região, como solução para os problemas da economia local, tentando dar produtividade a uma riqueza supostamente inexplorada.

Vinculando encanto, beleza e capacidade de atrair visitantes, o discurso que falava em favor do turismo era o mesmo interessado na construção do patrimônio cultural do Cariri. Ora, ao definir esse patrimônio como um ramo significativo, quando não o principal, da atividade turística, sua valorização passaria a ser objeto de importantes investimentos econômicos. Assim, sob pretexto de contribuir para o desenvolvimento da economia regional, o turismo foi construindo as referências do patrimônio cultural e natural daquele lugar, buscando inseri-lo nos ritmos e temporalidades do mercado turístico, conforme pode ser observado na explanação de J. Lindemberg de Aquino¹⁰, em matéria de jornal intitulada “A potencialidade da Serra do Araripe”:

Riquezas minerais incalculáveis dominam o panorama da Serra [do Araripe]. Riquezas minerais que poderiam servir à economia cearense. Riquezas vegetais que na parte da Floresta sofrem impiedosa, criminosa e devastadora destruição [...]. A Serra com um microclima espetacular, que favorece a indústria do turismo, das caçadas, dos velódromos e autódromos, dos aeroportos sem fim, dos mirantes espetaculares [...]. A Serra que é um patrimônio vivo – esperança e redenção do Cariri e do Ceará aguarda, tranquilamente,

Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do Patrimônio Cultural – 1973/1979. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Unb, 2012, p. 280.

¹⁰ O radialista João Lindemberg de Aquino foi um dos mais assíduos entusiastas da promoção do turismo na região do Cariri, sobretudo na cidade do Crato. Por sua extensa atuação na imprensa falada e escrita, ele dispunha de prestígio e espaço suficientes para defesa dessa causa. Ocupante da cadeira número 01 da Seção de Letras do Instituto Cultural do Cariri, que tinha como patrono o Padre Ibiapina, Aquino foi secretário geral, tesoureiro e, a partir do ano de 1976, presidente do ICC, atuando ainda como diretor e redator da Revista Itaytera, órgão oficial do referido instituto. Cf: BORGES, Raimundo de Oliveira. *O Crato intelectual: dados bio-bibliográficos*. Crato: Coleção Itaytera, 1995, pp. 157-69.

a criação de um Grupo de Trabalho, de técnicos variados, de diversas especialidades, para preparar um estudo completo sobre suas potencialidades. A Serra que é a riqueza, o patrimônio maior do Cariri – que jaz esquecida da tecnologia e da ciência, como se zelosa se resguardasse para o futuro, para no futuro dar tudo o que pode em benefício do seu povo! (JORNAL A AÇÃO, 11/11/1972, p. 02)

Apresentando de forma resumida os benefícios que seriam oriundos do desenvolvimento do turismo na região do Cariri, a passagem acima oferece pistas importantes para pensar como a Serra do Araripe foi concebida enquanto espaço onde diferentes temporalidades encontravam lugar. “Aberta” aos visitantes, a Serra do Araripe responderia ao imediatismo do tempo do turismo, que é o tempo do movimento e da transformação. As ações de planejamento que deveriam marcar e guiar este processo seriam orientadas pela preocupação com a proteção, ou melhor, com a preservação (do futuro) da floresta, a fim de evitar sua “impiedosa, criminosa e devastadora destruição”. Tentava-se ainda ajustar o presente e o passado, mostrando como “esse resto de um colosso de serra” poderia se tornar um produto do encontro entre o novo e o antigo, concebido em uma incubadora de projetos “da tecnologia e da ciência” que revelasse muito mais sobre suas potencialidades e servisse de incremento ao desenvolvimento econômico, tanto do estado do Ceará quanto da região do Cariri. Nessa formulação, a Serra do Araripe descrita por Lindemberg de Aquino permitia ordenar e engrenar as categorias de passado, presente e futuro, dando-lhes um único sentido: o da patrimonialização do meio ambiente.

Esse fenômeno, segundo a tese de François Hartog, designa a extensão da noção de patrimônio por meio de um indicador de temporalidade que aponta para “novas interações entre presente e futuro”. Nesse sentido, a preocupação com o futuro se justificaria pelo seu caráter não mais de “promessa ou princípio de esperança”, mas porque antes disso ele é uma ameaça (IDEM, 2013, p. 245). No caso anteriormente citado, é como se somente o futuro tivesse a competência exclusiva e restauradora do “patrimônio maior do Cariri”, modo pelo qual Aquino se referia à Serra do Araripe. A função desse patrimônio seria, pois, oferecer bens naturais e culturais capazes de definir e identificar o prestígio simbólico da região. As únicas operações possíveis seriam a sua preservação e difusão. A perenidade desse patrimônio, sugerida na expressão “para no futuro dar tudo o que pode em benefício do seu povo”, leva a supor que Lindemberg de Aquino imaginava a Serra do Araripe com um bem patrimonial

cuja essência do passado dito glorioso sobreviveria às mudanças impostas pelo aproveitamento turístico.

Convém destacar que a necessidade sentida por Aquino (de preservar a floresta e dela fazer uso turístico) estava em consonância com as deliberações da 17ª sessão da conferência geral da UNESCO, realizada em Paris, no outono de 1972, e a partir da qual um conjunto de obrigações relativas ao trabalho de “identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às futuras gerações o patrimônio cultural e natural” foi estabelecido por meio da Convenção sobre a salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. A partir de então, as normas internacionais de salvaguarda atualizaram o conceito de patrimônio que “doravante é ao mesmo tempo cultural e natural” (HARTOG, 2013, p. 240).

Vale lembrar também que, num período anterior a esse contexto, tal discussão já tinha sido aventada no Cariri. A incorporação de potencialidades econômicas e turísticas à Serra do Araripe foi posta em debate através de diversas matérias publicadas nos jornais locais, como aquela veiculada no semanário cratense A Ação, que afirmava idilicamente o potencial turístico dos “aspectos sociais e folclóricos do manancial da Serra” como “motivo maior do nosso entranhado amor a esse trecho da natureza, tão característico e invulgar no interior do Brasil” (JORNAL A AÇÃO, 18/01/1969, p. 06).

Com essa formulação em mente, os intelectuais reunidos em torno do Instituto Cultural do Cariri pressupunham uma promissora associação entre folclore, natureza e turismo, lançando, para tanto, a proposta de criação de um roteiro turístico para a região, convencidos que estavam da especial diferenciação geográfica, histórica e cultural do Cariri em relação ao restante do Ceará e mesmo do Nordeste. De tal modo, os intelectuais do ICC sugeriram aos prefeitos das cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro a formação de um único grupo de trabalho para promover “uma das mais ricas e mais promissoras zonas onde se poderá implantar um plano de aproveitamento turístico no Nordeste do país” (REVISTA ITAYTERA, 1961, nº 06, p. 79). Como se vê, uma ideia era fixa: fazer do turismo uma forma de contato com aquilo que o Cariri teria de mais característico e peculiar.

Para justificar tal proposta, a imprensa cratense não cansava de divulgar “a riqueza potencial” das cidades vizinhas e diariamente destacava a contribuição que elas dariam para o incremento da atividade turística na região. Assim, veiculou-se a notícia do início dos estudos e obras de “aproveitamento turístico da fonte do Caldas,

situada no município de Barbalha” (JORNAL A AÇÃO, 21/10/1967, p. 01) ou da construção de “uma grande obra de fundo turístico: o monumento ao Padre Cícero” (JORNAL A AÇÃO, 23/03/1968, p. 09). Em Juazeiro, o jornal Gazeta de Notícias informou que “a grande feira” local poderia representar para o visitante “uma festa aos olhos e um convite ao bolso do cliente que goste de lembranças, coisas do artesanato, joias [...] fabricadas por ourives dedicados, tudo enfim que seja típico e representa a cidade” (JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS, 01/11/1969, p. 08). A propaganda turística estendeu-se até Fortaleza, quando uma matéria veiculada no jornal O Povo (03/08/1968, p. 04) reiterava a existência de “imensas potencialidades” e destacava a necessidade de um planejamento turístico da região que abrangesse os municípios de Juazeiro, Crato e Barbalha.

Essa divulgação do Cariri como atração turística geralmente buscava reforçar uma identidade “caririense” cujas características seriam tradicionais e positivas, o que vai desde a bravura e espírito liberal das lutas políticas dos séculos XIX – teoricamente responsáveis pelo pioneirismo político, material e cultural da região –, até a inventiva e criativa cultura popular (chamada de “costumes”), que faria os caririenses emergirem de forma diferenciada na arena turística estadual. Assim, o trabalho de promoção e consolidação de um mercado turístico para o Cariri visava uma identidade hegemônica, narrada como autêntica, a despeito dela resultar de uma construção histórico-cultural fundamentada em elementos seletivamente acionados como *tradição*. Fabricada no presente, essa tradição se valia da crença de um passado dourado como qualidade definidora de uma cultura tradicional, cultura essa ativada com base numa narrativa histórica descontínua, que visava estabelecer uma continuidade temporal e espacial. Portanto, essa invenção histórica de um passado heroico e glorioso foi se tornando o carro-chefe de sustentação do turismo naquela região a partir de meados do século XX, retornando com frequência nas reivindicações de promoção do turismo do século seguinte.

Em defesa da singularidade do Cariri diante do turismo, ou em decorrência dele, o discurso que falava em nome da região era o mesmo que dava destaque assimétrico às diferentes cidades que a compunham. Sendo assim, os intelectuais locais adoravam criar a ideia dessa coisa linda que seria o Cariri. Mas não era qualquer Cariri! Tinha de ser um Cariri muito bem diagramado, um Cariri “autêntico”. Qual seria, então, o símbolo maior dessa autenticidade regional? Pelo menos entre

os intelectuais do ICC, a resposta era óbvia: a cidade do Crato possuiria todas as credenciais para levantar o estandarte da “política do regionalismo”:

O Crato, sempre liderando o progresso do Cariri, é um baluarte na defesa do regionalismo sadio, que muito contribui para que melhore a fama do nosso verde vale [...]. Não estamos censurando ninguém por não adotar o regionalismo. Achamos mesmo justo que o nome da cidade figure nas iniciativas louváveis de um município. Se o empreendimento é da comunidade, pode levar o nome da comunidade para promoção e orgulho desse povo. O que queremos mostrar é que a cidade do Crato, a cabeça pensante da Região, é orgulho do Cariri e nos seus empreendimentos e iniciativas, em vez de colocar o nome da cidade, prefere o da Região. O regionalismo do Crato é fato potente [...]. Uma coisa é certa: quando se vê o nome do Cariri numa promoção, iniciativa ou empreendimento sabe-se logo que é do Crato. O que não deixa de ser um orgulho para nós e para os demais municípios vizinhos (JORNAL A AÇÃO, 03/08/1968, p. 02).

De fato, a cidade do Crato teve um papel decisivo na elaboração de um discurso regionalista local e na própria invenção da ideia de cultura do Cariri, o que favoreceu uma espécie de solidariedade regional entre as elites política e intelectual – que, não raro, coincidiam. Mas o que precisa ser destacado aqui é o modo pelo qual a formulação de uma identidade regional tomou a cidade do Crato como elemento distintivo e definidor da própria ideia de região. Assim, embora o trecho citado tenha se esforçado para fazer crer na existência de laços de solidariedade que uniriam as cidades do Cariri, ele acabou por revelar um desejo de superioridade e vanguarda da cidade do Crato em relação às demais. A lógica parecia ser mais ou menos essa: sendo superior, nada mais natural que toda a visibilidade e a maioria dos investimentos provenientes do setor do turismo se desse justamente na cidade do Crato. A partir daí, acreditava-se no estabelecimento de uma grande referência para os modelos de projeto e investimento do turismo em toda a região do Cariri.

Foi nesse sentido, aliás, que poucos anos depois da reivindicação anteriormente citada, se deu a produção do relatório *Diagnóstico das Potencialidades Turísticas do Crato* (1975), elaborado pelos alunos do quarto ano da Faculdade de Ciências Econômicas do Crato, como atividade avaliativa da disciplina de “Elaboração e Avaliação de Projetos”, trabalho que resultou numa publicação patrocinada pela referida Faculdade em parceria com o Serviço Nacional da Indústria (SENAI). No prefácio do *Diagnóstico*, não bastasse a descrição da cidade por meio de adjetivos pouco modestos, ela ainda foi apresentada no grau superlativo:

Crato não é substantivo comum. **Não é rotina ou repetição de outros lugares.** Ele é substantivo próprio. **Possui características genuínas que alegram e extasiam àqueles que o conhecem e o visitam.** Por tudo isso precisava ser mais conhecido e divulgado, mais bem detectado em seus valores e riquezas humanas, mais bem diagnosticado e explorado em seu contexto global, **mais equipado e adaptado às exigências turísticas do homem moderno.** Feliz a ideia e louvável o esforço [...] em apresentar [o Diagnóstico] àqueles que conhecem o valor e a importância do turismo para os nossos dias, proporcionando à nossa cidade o ensejo de ser contemplada com projetos e investimentos de grande alcance [...]. É destas iniciativas que o Crato está precisando, para que não fique sufocado por forças adversas, mas continue a se projetar, dentro do cenário nacional, como cidade soberana, capital da cultura caririense [...] (IDEM, 1975, p.4i-4ii, grifos meus).

A certeza de alguns acerca da soberania do Crato nas discussões que giravam em torno do incremento do turismo e do conseqüente desenvolvimento econômico da região do Cariri, não deve fazer supor que o tema desse debate fosse ausente de conflitos, como se as demais cidades disputassem uma partida cujo resultado da vitória do Crato já fosse inadiável. Pelo contrário, a disputa era acirrada e os times de outras cidades não abandonavam o campo.

Para acompanhar a dinâmica desse confronto, será interessante observar o texto de um outro relatório, dessa vez um trabalho produzido pela comissão técnica de planejamento urbano do II Seminário de Desenvolvimento do Sul do Ceará, ocorrido na cidade do Crato em maio de 1976¹¹. A leitura de alguns trechos deste documento tornará perceptível o jogo de conflitos e interesses em torno da elaboração de planos de desenvolvimento econômico do Cariri – incluindo o setor de turismo –, bem como evidenciará os conflitos políticos que constituíram a própria configuração regional:

A expectativa [sic] existente no povo em geral como nas lideranças, é a de que esse triângulo merece ser pensado como um todo [...]. O topônimo CRAJUBAR, formado pelas sílabas iniciais das três cidades [Crato, Juazeiro e Barbalha], indica muito bem o reconhecimento popular da interrelação [sic] existente, como também, da ação dos

¹¹ A realização deste seminário aconteceu quatorze anos após a primeira edição, ocorrida em agosto de 1961, que teve como intuito discutir os impactos econômicos da eletrificação da região do Cariri pela hidrelétrica de Paulo Afonso. Segundo informações disponíveis na Revista Itaytera (nº 21, 1977, p. 29-43), o contexto de realização do I Seminário apontava as possibilidades de industrialização do Cariri, cabendo, portanto, um planejamento para o aproveitamento da energia de Paulo Afonso a partir das seguintes comissões: (a) Educação e Saúde, (b) Crédito e Finanças, (c) Indústria e Energia, (d) Agricultura, (e) Pecuária, (f) Transporte e Comunicação, (g) Ajudagem e Irrigação, (h) Cooperativismo.

órgãos oficiais que devem agir naquela direção. Consistirá, portanto, uma violência, o não reconhecimento oficial deste processo espontâneo [sic] de integração entre as cidades que formam o triângulo cariense [...]. Levando-se em conta a grande proximidade e a integração das três cidades, exercendo 'uma função de complementaridade entre si', [...], qualquer planejamento territorial, que não tome em consideração esses fatores, estará fadada ao insucesso. Tendo em vista o exposto, recomendamos que, para as três mais importantes comunidades do Cariri, seja elaborado um plano de desenvolvimento a nível regional [...] que dote a região da infraestrutura [sic] necessária à expansão de sua economia (TRABALHO DA COMISSÃO TÉCNICA: PLANEJAMENTO URBANO. Proposição A – fl. 6 e Proposição B – fl. 2).

O entendimento do conteúdo desta passagem deve, necessariamente, estar atrelado à compreensão da configuração histórica e social na qual foi produzida. Sendo assim, cumpre informar que o relatório da Comissão Técnica de Planejamento Urbano constituía, na verdade, uma reivindicação do reconhecimento e valorização do lugar que a cidade de Barbalha deveria ocupar no debate do II Seminário de Desenvolvimento do Sul do Ceará, promovido pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A própria constituição dessa comissão foi uma maneira encontrada pela prefeitura de Barbalha para inserir o município no debate e nas ações que visavam o desenvolvimento regional; isso porque, no projeto oficial do II Seminário, as únicas comissões existentes eram: a) agricultura, b) pecuária, c) indústria e d) sistemas educacionais. Assim, quando o engenheiro civil Fabriano Livônio Sampaio, à época prefeito de Barbalha, ficou sabendo dessa distribuição ele propôs à organização do referido seminário a criação da Comissão de Desenvolvimento Urbano, justificando que a temática estava “diretamente relacionada com o grau de desenvolvimento humano e turístico” discutido naquele evento (IDEM, Justificativa, fl. 02).

Apesar de algumas opiniões contrárias à constituição da referida comissão, a proposta de Sampaio foi aprovada e assumiu a denominação de Comissão de Planejamento Urbano. Para os efeitos daquele seminário, a referida comissão foi composta pelo arquiteto Carlos Alberto Torres Quental, o economista Fabrício Livônio Sampaio e o já citado Fabriano Livônio Sampaio.

Pois bem, o interesse do prefeito de Barbalha era garantir que aquele município fosse contemplado com os investimentos oriundos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), um plano apresentado em setembro de 1974, seis meses após a posse do presidente Ernesto Geisel, que visava o desenvolvimento econômico

das regiões do país de modo equânime e por meio de um ajuste estrutural, tendo entre seus objetivos a reorganização das bases da “economia ainda vulnerável do Nordeste semiárido, e do quase intocado continente tropical úmido da Amazônia” (BRASIL, 1975, p. 10).

Sinalizando um processo de transição da política do “Brasil do milagre econômico” e o início do “Brasil potência” (PRADO e EARP, 2007), o II PND destinou recursos na ordem de cem bilhões de cruzeiros para a Região Nordeste, com a intenção de imprimir novo rumo ao desenvolvimento da economia brasileira, “sem deixar nenhuma classe ou região à margem do processo de modernização” (BRASIL, 1975, p. 14). Nesse sentido, o Estado seguia realizando uma experiência de planejamento territorial por meio da implantação de um programa que visava promover as cidades de porte médio do Nordeste, numa política de urbanização que estava inserida o II Seminário de Desenvolvimento do Sul do Ceará.

Dado esse quadro, tem-se os elementos desencadeadores das ações empreendidas pelo prefeito de Barbalha no sentido de defender a necessidade da participação daquela cidade no “Programa Prioritário para capitais e cidades de Porte Médio do Nordeste”. Em ofício datado de 18 de março de 1976, e enviado ao Departamento de Desenvolvimento Local da SUDENE, o prefeito Fabriano Livônio Sampaio dava ciência da não participação de Barbalha naquele programa e da consequente perda de “recursos para desenvolver projetos de natureza urbana, infraestruturais, sociais, econômicas e outros que colaborem com a fixação do homem” (Ofício nº 36/76, p. 01). Na expectativa de reverter a situação, a estratégia de convencimento utilizada por Sampaio apresentou o seguinte argumento:

Como Crato e Juazeiro do Norte foram escolhidos para integrar o programa, constitui uma violentação [sic] do processo de integração em franco e espontâneo [sic] desenvolvimento, a exclusão de Barbalha; Muitas vezes mais vale o dinâmico que o estático, e Barbalha é uma das cidades onde as perspectivas de desenvolvimento são atualmente mais acentuadas. As indústrias e outros projetos já em funcionamento e em implantação, bem atestam nossa afirmativa [...] (IDEM).

Valendo-se do discurso da integração, com vistas a suscitar solidariedade política e seu corolário econômico, o prefeito de Barbalha estava procurando encaixar numa ordem natural as distinções das “cidades irmãs” formadoras do triângulo

CRAJUBAR¹², e reivindicar, pela via do apagamento de tensões, uma unidade que mesmo esculpindo diferenças não denunciaria descontinuidades, numa ideia descrita por ele como “função de complementaridade”. Desse modo, o CRAJUBAR era apresentado não apenas como um território com sentido jurídico e político, mas, sobretudo, como uma conurbação enfeixada de sentidos culturais. Nesse mesmo documento, Sampaio ainda elencou uma série de estabelecimentos industriais em funcionamento e em implantação que atestariam a capacidade e a necessidade de integrar aquela cidade ao programa de “cidades barragens”, numa alusão a tais cidades como verdadeiras barragens construídas para conter o fluxo migratório em direção às capitais. Nessa justificativa, Sampaio incluiu ainda o Balneário do Caldas e o Casarão Hotel no rol de estabelecimentos “industriais” que trariam benefícios socioculturais e econômicos para Barbalha e, conseqüentemente, colaborariam com o processo de contenção do fluxo migratório. Possivelmente fez isso por considerar o turismo como uma “indústria sem chaminé”, vislumbrando ali a possibilidade de realização de negócios turísticos que exerceriam efeitos positivos tanto para satisfazer os fins da atividade comercial, quanto para a manutenção e proteção das edificações históricas do centro da cidade.

Entendendo que não se tratava apenas de um programa que servia para o aproveitamento turístico do patrimônio natural e cultural que estava sendo gestado naquele momento, mas também de um projeto de desenvolvimento urbano que dava primazia às “três mais importantes comunidades do Cariri”, Fabriano Livonio Sampaio defendia com veemência a inclusão de Barbalha nas políticas que, no limite, definiam a própria Região do Cariri. Afinal, não se tratava de um movimento que buscava atrair apenas recursos financeiros, ele queria também buscar a afirmação destas cidades como lugares distintos, como legítimas e autênticas representantes da cultura regional do Cariri, possuidoras, portanto, de um importante papel de referência para os grupos sociais ali estabelecidos. Afora isso, era um modo de garantir legitimidade e dar visibilidade ao seu projeto político frente à administração municipal de Barbalha.

¹² No intuito de entender a historicidade da unificação figurada na expressão CRAJUBAR, a indicação mais consistente que encontrei faz referência ao trabalho de sistematização desse topônimo pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), através do seu Departamento de Desenvolvimento Local (DDL), em convênio com a Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC), em meados do século XX. No entanto, não foi possível determinar a data do referido estudo. Essa referência encontra-se no documento enviado pelo prefeito de Barbalha, Fabriano Livônio Sampaio, em março de 1976, ao diretor do DDL da SUDENE, o senhor Ronaldo de Medeiros Ferreira Tavares, e também é aludida por SOARES, Douracy. *O Cariri – Crato-Juazeiro do Norte. Estudo de Geografia Regional*. Crato, Faculdade de Filosofia do Crato, 1968.

Numa perspectiva diacrônica, observa-se que o processo de fabricação das identidades locais foi incentivado pela promoção da distinção cultural e hierarquização da importância política das cidades de Crato, Juazeiro e Barbalha. Tal processo, que tentava colocar uma ou outra cidade em maior grau de evidência, indica que os interesses e conflitos políticos foram marcantes na constituição dessa região e que suas fronteiras são menos naturais do que pode parecer. Nesse ponto, é preciso reiterar que a região do Cariri, como qualquer outra, resulta de uma produção simbólica, de uma atividade de atribuição de sentidos e significados que são definidos e defendidos por sujeitos sociais historicamente situados. Logo, toda região é produto de uma atividade humana, sendo realizada no campo das práticas e representações sociais (CHARTIER, 1990; BOURDIEU, 2006). Essa produção, longe de ser estanque, é elaborada cotidianamente, não estando separada de um investimento político. Ela faz emergir sentidos de identidade e de cultura regional, tendo em vista que “uma cultura regional não é apenas a cultura produzida em uma região, mas também a região produzida pela cultura” (SANTOS, 2010, p. 51). Arrisco mesmo afirmar que a produção de uma região é também a prática de produção social do seu patrimônio cultural.

Conforme mostrei, o uso do conceito de região – bem como as representações que lhe foram associadas – com ênfase nas identidades locais, fez parte das reivindicações do prefeito de Barbalha para o investimento no setor do turismo, sobretudo quando se tratava de planos de desenvolvimento econômico que poderiam beneficiar o Cariri. Contudo, é preciso dizer que Sampaio não foi o único a sentir-se preterido pelos órgãos responsáveis pelo incremento da atividade turística naquela região. A esse respeito, o já citado jornalista cratense J. Lindemberg de Aquino se pronunciou através de uma matéria de jornal, intitulada “Turismo para o Crato”:

O Crato, por exemplo, é um Município que tem ficado à parte do planejamento turístico do Estado. Aqui temos verdadeiros encantos da natureza, na paisagem deslumbrantes dos pés de serra, nos sítios encantadores, nos banhos maravilhosos das fontes. Quando [os] mostramos aos que nos visitam, [...], ficam todos maravilhados. E temos o folclore e festas populares de grande tradição e outras belezas que só vindo ao Crato se poderá conhecer [...]. Só queremos aqui é que no dia em que for estruturado e dinamizado o Departamento de Turismo, [...], não seja o Crato esquecido e marginalizado – quando o nosso Município pode dar uma contribuição tão grande ao turismo estadual [...] (JORNAL A AÇÃO, 13/03/1971, p. 02).

Pondo-se a serviço de construir uma imagem grandiosa para a cidade do Crato, Lindemberg de Aquino desconfiava dos projetos de planejamento turístico do estado do Ceará que não consideravam aquele município como um dos alvos de investimento. O invólucro pelo qual ele e outros intelectuais tendiam a recobrir aquela cidade era marcado pela imagem de um passado dito heroico e glorioso, que uns poucos consideravam como símbolo da força de suas tradições. Para Aquino, não parecia compreensível que o estado do Ceará fosse capaz de resistir aos “verdadeiros encantos da natureza” do Crato, marginalizando a riqueza que ele acreditava que aquela cidade tanto teria a oferecer para o incremento do turismo no Ceará.

Ressalte-se que essa ideia de esquecimento do Crato no planejamento turístico era recorrente nas páginas dos jornais locais desde meados dos anos 1960. Em matéria divulgada pelo jornal *A Ação*, a crítica e o lamento foram postos a serviço de um cortejo de bens culturais apresentados como fosse um tesouro prestes a se perder, daí a necessidade de estabelecer relações mais íntimas entre o turismo e patrimônio cultural do Cariri. A mesma matéria reclamava da importância dada à atividade turística no Ceará pelo governo federal e julgava que a atenção dispensada a esse estado era inferior àquela atribuída a outros lugares do país, afirmando que “o turismo no Brasil é apenas o carnaval, o Rio Amazonas, Cataratas do Iguaçu e a velha cidade de Ouro Preto, bem como a encantadora Salvador” (IDEM, 25/06/1967, p. 06).

Provavelmente o autor da matéria em questão dirigia críticas às chamadas “Missões da UNESCO” e ao trabalho desenvolvido pelo inspetor francês Michel Parent, entre os anos de 1966 e 1967, como especialista enviado no âmbito do programa “Turismo Cultural” daquele órgão, cujo foco do interesse era destacar as potencialidades da atividade turística e os benefícios de sua relação com ações de proteção, utilização e promoção do patrimônio cultural como “uma das fontes do futuro desenvolvimento da renda nacional” (apud LEAL, 2012, p. 137), sobretudo num contexto de acentuada urbanização e de inúmeros problemas advindos do processo de industrialização do país. Além do aproveitamento turístico das cidades brasileiras, aquele período também abrigou a discussão que levantava questionamentos em torno dos principais entraves ao planejamento do desenvolvimento turístico: precariedade da infraestrutura viária, insuficiência da rede hoteleira, degradação da natureza.

Como em outras partes do país, todos esses problemas eram visíveis e vividos pelos moradores da região do Cariri. No Crato, dizia-se que tais deficiências

também decorriam da pouca ou nenhuma “mentalidade turística” da população e dos governantes locais:

O Crato ainda não compreendeu, o Crato ainda não sentiu, em toda a sua plenitude, o que tem de potencialidade, para estimular o turismo. E, pior ainda, não aprendeu as vantagens que o turismo pode trazer à terra, trazendo visitantes que aqui gastam dinheiro, que aqui movimentam os hotéis e movimentam o comércio e que, acima de tudo, fazem novas amizades, fazem o entrelaçamento e fazem a boa propaganda da terra [...]. O Crato precisa se cientificar de que o turismo hoje é uma indústria, que pode e deve ser explorado, que dá dinheiro, que movimenta, que faz crescer a cidade, torna-a conhecida, faz relações públicas e humanas. No dia em que o Crato compreender isso – e com a potencialidade que tem – então o Crato terá descoberto uma de suas grandes fontes de renda (JORNAL A AÇÃO, 01/11/1969, p. 07).

O meio encontrado para criar a tal “mentalidade turística” no Crato foi fazer turismo. Não no sentido de planejar, mas de praticar mesmo. Daí que um grupo de moradores da cidade, composto pelas figuras “mais conhecidas do nosso meio social”, resolveu estimular uma espécie de viagem de intercâmbio com “as principais cidades nordestinas”. A ideia era simples: o grupo ou a pessoa iria até outra cidade ficando lá por dois ou três dias e, depois, como retribuição, deveria receber uma “comitiva” da cidade visitada. Tem mais, quando os cratenses saíam em visita recomendava-se que cada um levasse “alguma coisa turística do Crato, [...] como propaganda da terra [...]”. E assim, vamos fazendo turismo. Criando condições de turismo, de propaganda turística para o que o Crato representa” (JORNAL A AÇÃO, 20/09/1969, p. 02).

Sendo a propaganda a alma do negócio, a cidade do Crato bem que estava precisando investir na divulgação de uma imagem positiva, principalmente se levarmos em consideração as reclamações expressas nas páginas dos jornais locais, veículos de registro das constatações pouco animadoras para o turismo local: suposto desinteresse por parte da administração municipal; ponto turístico sem turistas; estradas precárias; falta de uma rodoviária; ausência de novos hotéis; falta de restaurantes e abuso de preço por parte dos comerciantes eram algumas das reclamações mais recorrentes nos periódicos.

Seria arriscado, talvez simplista, estabelecer uma relação direta entre a ideia do “intercâmbio turístico” com a mudança de rumo que o turismo naquela cidade tomou, mas o fato é que no ano seguinte ao surgimento de tal empreitada foi publicada

no mesmo jornal, A Ação, uma matéria que afirmava ter o Crato, finalmente, (re)encontrado o “caminho do turismo”:

Parece que, afinal, as nossas autoridades, os nossos homens de empresa, os líderes da comunidade despertaram para a grandeza de uma tarefa que a Cidade estava a exigir há muito tempo: o aproveitamento das capacidades turísticas do Município. O Crato compreendeu, enfim, que o turismo é dinheiro, que turismo é indústria sem chaminés, cuja renda vai saindo lenta, ou vertiginosamente, dos turistas, para enriquecer a cidade e melhorar o padrão de vida do seu povo [...] não era possível que no quadro do Ceará e do Nordeste, o Crato, Município com tanta potencialidade turística, esquecesse de também fazer sua ‘fezinha’ nessa grande indústria (IDEM, 30/05/1970, p. 02).

Diga-se de passagem, a aposta no turismo local foi sinalizada pela criação da Sociedade de Turismo do Município do Crato (SOCIETUR) com o objetivo de administrar um hotel que seria construído com recursos financiados pela EMBRATUR. O Hotel Municipal de Turismo, hiperbolicamente descrito como “o palácio do turismo cearense, num dos projetos mais soberbos, fascinantes e arrojados do Estado”, seria localizado ao lado do “deslumbrante e sedutor” Clube Recreativo Grangeiro, “junto a uma aba da Serra do Araripe, próximo às fontes naturais [...], próprio para a exploração da indústria turística em nosso meio”, conforme a citada matéria do jornal A Ação. Mas, apesar de muita propaganda e planejamento, os anos foram passando e o Hotel Municipal de Turismo jamais foi construído.

Em Barbalha, também foram feitos planos de construção de um hotel junto “a uma reserva natural de grande potencial turístico” (JORNAL A AÇÃO, 20/04/1974, p. 05), classificada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral como sendo fonte de águas minerais naturais hipotermiais, mas ali o empreendimento foi realmente construído. De acordo com a narrativa da revista A Região (15/07/1984, p. 91) a natureza privilegiada e o complexo do Balneário do Caldas, inaugurado em meados dos anos 1970, tornavam Barbalha uma das cidades brasileiras que mais disporia “de excelente material turístico”, incrementado pela existência do “luxuoso e confortável” Hotel das Fontes, inaugurado em 1983.

Antes, porém, da inauguração ou mesmo da construção de um hotel em Barbalha, o tema suscitava polêmica na vizinha cidade de Juazeiro do Norte. A divergência começou no ano de 1971, quando a prefeitura apresentou à Câmara de Vereadores a proposta de venda das ações que o município possuía na Petrobrás,

cujo valor arrecadado deveria ser investido na construção de um “moderno” hotel. O assunto foi parar nas páginas da imprensa, que ficou do lado dos legisladores que acusavam a prefeitura de estar pondo em risco o patrimônio de Juazeiro, haja vista que as ações da Petrobrás forneciam anualmente ao município a quantia de cinco mil cruzeiros, enquanto sua venda geraria o montante de 250 a 300 mil cruzeiros e nada mais. Apesar de toda a celeuma entre a prefeitura, a Câmara de Vereadores e a imprensa local, o projeto foi aprovado, o hotel foi construído e, logo mais, inaugurado, no mês de julho de 1972.

Esses exemplos da construção de hotéis em Barbalha, Crato e Juazeiro expressam o movimento que se esforçava em criar uma rede de instituições que favorecessem a elaboração, divulgação e atribuição de sentidos turísticos à região do Cariri. Era, pois, a oportunidade ideal de reconhecer e legitimar o destino turístico daquela região, dotando de conteúdo uma realidade imaginada e materializando a singularidade dos bens culturais que se definiam pelo pertencimento a um dado recorte espacial.

Com essas observações, estou querendo chamar atenção para o fato de que a operação de fabricação turística do Cariri e do seu patrimônio cultural não esteve separada de um investimento político. Ela articulou história, memória e relações de poder como fundamentos dos discursos da promoção do turismo que selecionou, definiu e nomeou as características culturais qualificadas como sendo típicas do Cariri. Esta seleção fez emergir formas e expressões particulares que revelariam os saberes e fazeres tradicionais do povo pobre daquela região, apresentadas sob uma visão romântica que lhes atribuía um certificado de origem, como fosse uma espécie de fragmento autêntico do passado que deveria ser salvo e preservado do caráter corrosivo do tempo.

As manifestações culturais ditas como populares teriam como aspecto distintivo justamente a possibilidade de veicular mensagens que definiriam as linhas mestras da campanha em favor do turismo no Cariri. Designando uma série de ações que procuravam adequar práticas culturais surgidas no meio rural, ou em pequenas cidades, à incipiente atividade turística, os simpatizantes da causa buscavam estimular uma política turística que pudesse fazer folclore e artesanato serem vistos e ouvidos, dando a eles novos arranjos, mas sem deixar de garantir-lhes a presumida autenticidade. Era como se folclore e artesanato fossem uma só entidade, que

encarnava o passado no seu modo mais puro e inteiro, ambos representando o último refúgio de um tempo em transformação e progressivamente ameaçado de extinção:

No Ceará, os diversos artesanatos e grupos folclóricos são ainda focos isolados que resistem de teimosos e sobrevivem por milagre. Núcleos isolados no meio social, separados e distantes entre si, dissociados do calor comunitário, mas jorrando em manifestações de beleza e modelos fascinantes. Acreditamos que a estruturação da política turística urge ser conduzida no sentido de proteger, dignificar e difundir o artesanato, a arte popular e os grupos folclóricos, mas sem o perigo de alocá-los ou oficializá-los, pois tudo que se oficializa deixa de ser folclore [...] (JORNAL A AÇÃO, 23/08/1975, p. 03).

Identificados e nomeados como regionais, avaliados como sendo portadores de uma materialidade exterior ao discurso que os instituía, apreciados como manifestações que ocorriam em outros tempos – pois mesmo quando ocorriam no presente eram vistos como sobrevivências –, os atrativos selecionados como produtos turísticos do Cariri procuravam instituir uma cultura e um modo de ser atemporal. Foi assim que o artesanato e o folclore começaram a ser evocados turisticamente: sem historicidade, inseridos na eternidade temporal do “desde sempre”, como fossem símbolos autênticos e reveladores da essência de uma cultura que, estando de cara com a morte, apelava ao turismo pela salvação das expressões artísticas que seriam a verdadeira “alma do povo”.

1.2 Artesanato e folclore como recursos turísticos

A história da atividade artesanal na região do Cariri alimenta-se de um repertório de narrativas que afirma ter sido o Padre Cícero o seu maior incentivador, mormente nos dias em que chegava um sem número de romeiros ao povoado de Joaseiro, levados pela crença de que Jesus Cristo ali se manifestava por meio do milagre da hóstia consagrada que vertia sangue da boca da beata Maria de Araújo, fato que teria ocorrido no alvorecer da primeira sexta-feira do mês de março do ano de 1889. Logo que se espalhou a notícia do suposto milagre, milhares de pessoas partiram em romaria em direção ao pequeno vilarejo onde vivia o Pe. Cícero Romão Batista desde o dia em que o próprio Jesus Cristo lhe teria aparecido em sonho, incumbindo-o da missão de cuidar dos pobres daquele povoado (DELLA CAVA, 1976).

Graças ao fluxo constante de pessoas, a população do povoado de Joaseiro crescia a passos largos e era o referido padre quem dava o consentimento para viver ali. Como as oportunidades de trabalho não eram fartas, Padre Cícero encaminhava alguns romeiros para a lida nas terras sob sua administração e incentivava outros ao comércio de utensílios que ele achava que os próprios romeiros poderiam produzir, como instrumentos de trabalho no campo (foice e enxada), artigos religiosos (santos, medalhas, terços e rosários) e de uso doméstico (panelas e potes de barro). A migração, portanto, teria sido responsável pela pluralização dos saberes e modos de fazer que, mais tarde, acenderiam um alerta positivo para as possibilidades de uso enquanto recursos turísticos.

Contados com múltiplas variantes, são frequentes os relatos que apontam como o “padrinho” fazia para garantir trabalho e renda às famílias daquela localidade. Um dos mais conhecidos diz que um romeiro recém-chegado atravessava momento de grandes dificuldades financeiras e, por isso, fora procurar Padre Cícero em busca de auxílio, tendo recebido conselho para produzir o maior número possível de lamparinas. Mesmo sem entender bem o porquê de produzir justamente lamparinas, o romeiro teria seguido as indicações do padre e este, por sua vez, logo teria tratado de anunciar na missa antecedente à procissão de Nossa Senhora das Candeias que os fiéis deveriam comparecer àquela celebração com uma lamparina na mão, indicando a oficina do dito romeiro como o lugar onde os devotos deveriam comprar seus candeieiros. Desde então, aquele romeiro nunca mais teria passado maiores necessidades, e Juazeiro passou a abrigar uma expressiva produção artesanal, marcada não apenas pelas lamparinas, mas também por velas e imagens de santos esculpidas no gesso, na madeira e no barro, que paulatinamente foram transformados em “lembrancinhas” com grande potencialidade econômica.

A estratégia de desenvolvimento de Juazeiro pela via do turismo certamente não se restringia ao aproveitamento comercial do artesanato, mas estava inserida num projeto mais amplo, que delineava aquela atividade como uma das principais vias de promoção da economia local, cujas diretrizes podem ser acompanhados no relatório elaborado pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), intitulado “Aspectos Econômicos do Artesanato Nordestino”¹³. Quando de sua publicação, no ano de 1958, esse

¹³ O Banco do Nordeste do Brasil foi uma das principais instituições a promover o artesanato nesta região. A lei que autorizava sua criação (Lei 1.649, de 19/07/1952), deixava bem claro o interesse do

documento apresentava os resultados de pesquisas realizadas “em quase todos os pontos de concentração do artesanato nordestino”, cujo objetivo seria o de “estudar aspectos econômicos das atividades artesanais, avaliar sua importância em termos de renda e de emprego, examinar problemas de mercado, de matérias primas e estudar as possibilidades de desenvolvimento” (ETENE/BNB, 1958, p. 08).

As informações disponíveis neste relatório apontavam o Ceará como o estado com maior concentração e diversidade de produtos, além de ter apresentado o maior volume de emprego em atividade de caráter artesanal em toda a região no Nordeste. Os dados desta pesquisa indicavam ainda que somente em Juazeiro do Norte estariam envolvidas com a produção artesanal, na tipologia de cestaria e trançados de palha, cerca de duzentas pessoas, além daquelas que desenvolviam trabalhos de tecelagem manual na produção de redes de dormir. O dito relatório indicou a cidade do Crato como cidade mais destacada pelo trabalho desenvolvido em redes bordadas à mão, mas sequer fez menção ao artesanato produzido em Barbalha. O foco do relatório foi mesmo voltado para o artesanato de Juazeiro do Norte, particularmente as ourivesarias instaladas desde as ruas centrais até os subúrbios, com o fluxo de vendas determinado pela afluência deromeiros à cidade cujo “os ourives tomavam conta de uma rua inteira. Os sapateiros e os seleiros igualmente se encontravam em todas as ruas” (RABELO, 1967, p. 73).

As informações do documento em questão revelam um discurso de simpatia pelo universo das manifestações culturais ditas populares, mas nem por isso deixam de mencionar a distância existente entre códigos estéticos dos compradores provenientes das “classes de renda mais baixa e de gosto menos apurado” (ETENE/BNB, 1958, p. 37) e os códigos prevalentes nas classes sociais mais abastadas, principalmente entre os letrados, que enxergavam na rusticidade daquela produção o fator primordial que tornaria Juazeiro num “dos pontos de maior concentração de artesanato e pequena indústria no Nordeste” (IDEM, p. 35).

Uma década depois da publicação do documento em questão, a propaganda positiva do artesanato de Juazeiro reverberava de tal modo que parecia incomodar

governo federal em conceder crédito especial às atividades desenvolvidas neste setor. As atividades financiáveis pelo BNB seriam, então, aquelas que estivessem voltadas para o “desenvolvimento e criação de indústrias, inclusive artesanais e domésticas, que aproveitem matérias primas locais que ocupem com maior produtividade as populações ou que sejam essenciais à elevação dos seus níveis de consumo essencial, no Polígono das Secas”. Cf. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Aspectos socioeconômicos do artesanato nordestino*. Fortaleza: ETENE/BNB, 1958, p. 7.

algumas pessoas na cidade do Crato, despertando antigas rivalidades e estabelecendo comparações sobre a “natureza artística” dos produtos. Chegou-se mesmo a dizer que o artesanato produzido no Crato era “espontâneo e realmente artístico” (JORNAL A AÇÃO, 12/06/1971, p. 06), enquanto o artesanato de Juazeiro valia-se das constantes romarias para alimentar a fama de “maior centro artesanal do Nordeste”.

Suponho que essa ideia, implícita no plano de ação da prefeitura do Crato para o quadriênio 1973-1977, durante a gestão de Pedro Felício Cavalcanti, estava inferindo que o artesanato de Juazeiro teria um caráter muito mais utilitário e restrito ao aspecto econômico do que o artesanato do Crato, que estaria mais relacionado ao aspecto cultural, vinculado à tradição e, sob essa ótica, entendido como muito mais “autêntico” ou, pelo menos, mais legítimo. Se esta interpretação não estiver equivocada, tal percepção teria sido estimulada mediante o reconhecimento – por parte dos legisladores de Juazeiro – do artesanato como o “sustentáculo da economia caririense”, fazendo com que a Câmara de Vereadores aprovasse a lei municipal nº 297, de 1968, que instituía o Conselho Municipal de Integração do Artesanato, “com a finalidade de criar condições para a sobrevivência do artesanato da Terra do Padre Cícero”.

Apesar das críticas destinadas à cidade vizinha, e talvez em decorrência delas, foi inaugurada uma “loja do artesão” no Crato no ano de 1972, sob o argumento de que já se fazia necessário ali um estabelecimento que fosse responsável pela comercialização de “bonitos artigos regionais e folclóricos” (JORNAL A AÇÃO, 21/10/1972, p. 07). Esse fato seria revelador de uma contradição? Acredito que não. Afinal, não havia uma dissociação do valor econômico em relação ao artesanato cratense, mas a ótica da intelectualidade local considerava preferível apresentá-lo sob a perspectiva do valor simbólico, uma vez que isso era o que lhe daria uma importante faceta comercial.

É importante lembrar que esse processo que reconhecia o artesanato enquanto fonte complementar de renda e de aproveitamento turístico para a região do Cariri teve grande impulso a partir de duas pesquisas realizadas ali na década de 1960¹⁴. A primeira, no ano de 1962, foi desenvolvida pelo Serviço Social da Indústria (SESI) e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), e avaliava o artesanato

¹⁴ São elas: RIOS, José Arthur [et al]. *Artesanato e desenvolvimento: o caso cearense*. RJ: SESI, 1962; RABELLO, Sylvio. *Os artesãos do Padre Cícero*. Recife: IJNPS, 1967.

cearense de modo geral, destacando a importância da região do Cariri no desenvolvimento dessa atividade no estado. A segunda pesquisa, muito mais direcionada, realizada pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, realizou o primeiro levantamento do artesanato na cidade de Juazeiro do Norte. Os resultados da análise deram origem ao livro “Artesãos do Padre Cícero”, publicado no ano de 1967 pelo Ministério da Educação e Cultura, de autoria de Sylvio Rabelo.

O livro seguiu uma estrutura muito semelhante ao relatório do ETENE/BNB, identificando os “tipos tradicionais” do artesanato de Juazeiro e as possibilidades de seu aproveitamento, sobretudo enquanto recurso turístico. O prefácio foi assinado pelo sociólogo Gilberto Freyre, que indicou como um dos objetivos do trabalho a busca de conciliação entre “aparentes arcaísmos com a modernização tecnológica”, de modo a formular uma política em relação ao artesanato “que sendo economicamente válida fosse também cultural e socialmente idônea” (IDEM, in RABELO, 1967, p. 10). Para Freyre, o “problema do artesanato” estava inserido num contexto de modernização tecnológica da região Nordeste, que acentuava a existência de um espaço intermediário, por ele chamado de *rurbano*. Nesse sentido, Juazeiro representaria um dos exemplos desse tipo de espaço, marcado pela “relativa urbanização de áreas rurais sem que essas áreas deixem radicalmente de ser rurais nos seus ambientes e nos motivos de vida de sua população”. Assim, Freyre mostrava-se convencido de que nos “ambientes mistos”, como Juazeiro, as várias expressões do artesanato encontrariam condições para a sua valorização econômica, escapando da triste sorte de um “destino melancólico de arcaísmos condenados à morte” (IBIDEM, p. 11-12).

O fato é que o trabalho de Sylvio Rabelo reverberava o discurso de criação da SUDENE no final dos anos 1950 e a ênfase da necessidade de intervenção do Estado no desenvolvimento do Nordeste, com vistas a minimizar as desigualdades regionais. Essa intervenção passava pela modernização e expansão de diversos setores da indústria, instaurando um processo de implantação de relações mercantis que se estendeu à produção artesanal.

Na documentação pesquisada, encontrei uma nota de jornal assinada pelo professor Jesu Sisnando que demonstra bastante insatisfação com esse processo. Intitulado “Notas Estranhas”, o argumento do autor gira em torno da ideia de que a modernização da atividade artesanal significava mesmo era a sua descaracterização pela inserção num sistema que retiraria a pretensa originalidade do artesanato local.

Sisnando estava convencido da necessidade de ser mantido aquilo que ele considerava como sendo autêntico do artesanato de Juazeiro, passível de “orientação” que garantisse aos artesãos condições de fazer escoar a produção, mas rejeitando intervenções que pudessem pôr em questionamento o seu caráter tradicional:

Juazeiro é a Meca do artesanato. Em toda parte, no armazém, na escola, no lar, tudo artesanato. E esse artesanato existe por si só [...]. O artesanato brota em toda a sua exuberância. Natural, mística, humana. Mas o artesanato deveria ser orientado, não explorado. Quantos pecados não se cometem em nome desse artesanato, quantos crimes em seu nome. Se orientado, teríamos uma poderosa fonte de renda. Já é uma fonte de renda, [...], mas sem maior expressão econômica [...]. Qual o valor das peças dos nossos santeiros? Quanto vale uma peça feita com ponta de canivete e suvela feita com haspa de guarda chuva? Se o artesanato fosse orientado, valor inestimável. Uma sugestão seria a exposição das peças juntamente com a dos instrumentos usados na confecção. Quanto mais rústicas forem as condições do trabalho, tanto mais valiosa será a produção obtida [...]. (JORNAL TRIBUNA DO CARIRI, 20/10/1970, p. 70).

Como se vê, eram ambíguas as esperanças que Sisnando depositava na modernização do artesanato e isso o fazia reforçar o ideal de pureza dessa produção. Ora, como pensar em algo tão fixo diante de um cenário marcado pela industrialização e urbanização, que alteravam e produziam novas experiências no cotidiano da população brasileira em geral (e juazeirense, em particular). Imagino que essa defesa do mundo tradicional do artesanato tenha surgido como recusa ao novo que se avizinhava. Mesmo dando a entender que compreendia o artesanato não somente como a expressão de uma tradição e de um saber-fazer, mas também como valiosa mercadoria, talvez Sisnando estivesse pensando que, de súbito, a novidade trancafiaria numa armadilha aquela produção de características hipoteticamente rústicas, puras e autênticas. Dessa forma, a inquietude do professor de Juazeiro pretendia situar o artesanato dentro do “espírito” da originalidade que, no seu entender, sublinhava o valor e a diferença das características de criação pessoal dos artesãos frente aos produtos industrializados. No entanto, parece que o preocupado professor não percebia o quanto o seu zelo folclorista de proteger o artesanato, exibindo os objetos num circuito de exposição, através dos quais seriam nomeados e

classificados, também o aprisionava “nos enfeites do exotismo” (CERTEAU, 2005, p. 64)

Ao que parece, Jesu Sisnando acreditava que qualquer intervenção sobre a produção artesanal em Juazeiro do Norte redundaria em prejuízos para a tão desejada autenticidade, o que, de resto, representaria também o enfraquecimento de uma relação orgânica com o passado. O artesanato “autêntico”, nesse sentido, confortavelmente evocava uma hipotética identidade cultural com vistas a transformar o passado num eterno presente. A questão levantada pelo professor Jesu Sisnando oferece, então, a ocasião de pensar dois problemas: o primeiro diz respeito ao embate entre a tradição e a modernidade na determinação de um valor para o artesanato. Para este caso, é como se a tradição se limitasse à cultura, enquanto a modernidade/modernização se especializasse na economia, como sintetizou Néstor García Canclini no seu estudo sobre hibridação cultural nos países latino-americanos (2011). Nessa direção, é possível pensar que tanto uma quanto outra (tradição e modernidade) estariam fazendo a opção simbólica por um artesanato do tipo ideal, a fim de vendê-lo como autêntico e conseguir lucros que compensassem essa “pureza”. Quanto ao segundo problema, ele se refere ao jogo das temporalidades implicadas nessa relação entre tradição e modernidade. Se, de um lado, a “orientação” proposta por Sisnando sinalizava uma vontade de manter as influências do passado na produção do artesanato, de outro, ela apontava em direção ao encontro entre o futuro e o passado, estabelecendo um horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006) que fazia a ligação entre as formas tradicionais e modernas da produção artesanal na cidade de Juazeiro do Norte, pondo em marcha um processo de sofisticação da tradição que, não custa ressaltar, não era exclusividade daquele lugar.

Sisnando temia a descaracterização do artesanato pela possibilidade de uniformização sugerida pelo influxo industrial, mas seu medo maior parecia estar relacionado à fruição da temporalidade. Afinal, ele estava experimentando a substituição de um tempo mais pausado, em que cada coisa a ser feita consumia muitas horas, por um tempo quase sem pausas, presidido pela ânsia do “quanto antes, melhor”.

O contexto de organização da atividade artesanal no Brasil talvez justifique a preocupação de Jesu Sisnando, pois, naquele período, o Estado incluiu a produção artesanal nos seus projetos de política econômica, passando o poder público e a iniciativa privada a investirem no artesanato enquanto elemento de atração turística,

e os artesãos começando a se organizar em associações como a Associação Brasileira de Artesãos e a Sociedade do Artesão Cearense (OLIVEIRA, 2015, p. 97). No final dos anos 1970, o Ministério do Trabalho elaborou o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA), firmando um convênio entre o Ceará e mais oito estados brasileiros – sendo dois deles localizados na região Sudeste (Minas Gerais e São Paulo) e os demais na região Nordeste (Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), – no valor de oito milhões e setecentos mil cruzeiros. Desse total, quatrocentos mil cruzeiros foram destinados ao estado do Ceará para realizar atividades de treinamento de pessoal em gerência de cooperativas e núcleos artesanais, atualização do cadastro de artesãos e mapeamento geográfico da atividade, com o intuito de “conceituar adequadamente o artesanato de modo a preservar a sua identidade como atividade econômica peculiar e caracterizar profissionalmente o artesão” (BRASIL, 1977, p. 02).

Seguindo essa mesma linha de atuação, o Instituto Nacional do Folclore¹⁵ promoveu no Rio de Janeiro, em 1983, o “Encontro de produção de Artesanato e Identidade Cultural”. O debate ali realizado gerou, entre outros resultados, o “Projeto Piloto de Apoio ao Artesão”, com o intuito de identificar e acompanhar toda a cadeia produtiva do artesanato, através de um projeto que foi desenvolvido nas cidades de Paraty (RJ) e Juazeiro do Norte¹⁶.

A escolha de Juazeiro do Norte para fazer parte desse projeto foi explicada por Amália Lucy Geisel, então diretora interina do Instituto Nacional do Folclore. Veja como sua justificativa apontava uma série de ações que convergiam para a construção de uma representação da cultura popular do Ceará que, materializada no Juazeiro, expressaria mesmo a “alma” da cultura nordestina:

¹⁵ Fruto do chamado movimento folclórico brasileiro, liderado pela Comissão Nacional de Folclore, criada em 1947, no âmbito do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), por recomendação da UNESCO. Desse processo resultou, em 1958, a instalação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, primeiro órgão permanente dedicado a esse campo, vinculado ao então Ministério da Educação e Cultura. Em 1976, a Campanha foi incorporada à Funarte como Instituto Nacional do Folclore. Atualmente, com a denominação de Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, a instituição integra a estrutura do IPHAN. Ver: VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1997.

¹⁶ De acordo com a informação disponível no site *Ponto de Cultura Mestre Noza*, a escolha desses dois municípios tão distintos entre si teria se dado pelo ponto em comum que supostamente os unia, qual seja, “a preocupação com a produção artesanal como elemento crucial para a sobrevivência econômica e cultural do Município”. Cf: <http://pontodeculturamestrezoza.blogspot.com.br/>. Acesso em 06 de dezembro de 2013.

A seleção de Juazeiro do Norte para área de estudo nos foi sugerida pelos canais competentes da região pela sua representatividade não só da cultura popular cearense, como do homem nordestino, na medida em que esse município funciona como um centro cosmopolita do Nordeste, polo para onde convergem suas várias culturas (IDEM, in: INF/ FUNARTE, 1985, pp. 09-10).

Através do comentário de Amália Geisel pode-se avaliar o trabalho de investimento político em associar a própria ideia de identidade nordestina a uma identidade regional do Cariri que seria visível na sua produção artesanal. Longe de ser um estudo politicamente neutro – pois mais do que identificar a produção artesanal de um lugar, ele acabava por definir esse lugar –, a pesquisa realizada em Juazeiro buscava produzir conhecimento acerca daquilo que seria o espírito da região do Cariri. Esse, por seu turno, seria a expressão da essência do povo do Nordeste. Desta sorte, quem quisesse conhecer a “alma” e a vida do nordestino deveria, sem falta, conhecer o artesanato e o folclore de uma região que se imaginava insulada no tempo e no espaço, e que se queria portadora dos elementos fundamentais para a construção da própria identidade nacional (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p. 99).

Com o apoio das Secretarias de Cultura e Turismo de Juazeiro, e de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, os pesquisadores do Instituto Nacional de Folclore e da FUNARTE visitaram o município e realizaram um inventário que envolveu “um amplo conjunto de peculiaridades, heranças, padrões de comportamento, religiosidade, objetos de uso da população, instrumentos de trabalho e folguedos tradicionais” (INF/ FUNARTE, Op. cit, p. 13). Os resultados deste trabalho foram publicados em 1985 na forma de um livro, intitulado “Pequeno Atlas da Cultura Popular do Ceará – Juazeiro do Norte”, cuja pretensão era oferecer “uma abordagem científica da cultura popular em Juazeiro do Norte” (IDEM, p. 11).

Destinado prioritariamente à rede municipal de ensino, o livro apontava certo caráter pedagógico desta iniciativa e indicava que ela visava sensibilizar um público mais amplo sobre a importância e o valor do patrimônio cultural que estava emergindo conjuntamente à atividade turística. Nesse sentido, a cientificidade do trabalho era o elemento de respaldo para o investimento econômico nas atividades artesanais, e sua consequente transformação em recurso para o turismo. O caráter científico serviria de baliza para uma atividade de pesquisa cujo objeto de estudo seria a cultura popular; principalmente, para o reconhecimento da importância desse objeto figurar no investimento de políticas culturais e identitárias, a partir das quais o turismo

reivindicaria seu lugar. Em termos gerais, é possível afirmar que a proposta do “Pequeno Atlas” se orientava no sentido de atualizar a discussão sobre a preservação dos bens culturais, e convergia para a ampliação da concepção de patrimônio, abrangendo questões como a necessidade da valorização da identidade cultural, chamando atenção para a diversidade regional e propugnando pela causa do desenvolvimento econômico.

É preciso assinalar que essa pesquisa recebeu grande influxo do trabalho realizado pelo Centro de Referência Cultural do Ceará (CERES). Órgão criado em 1975, o CERES atuou como “um espaço de pesquisa e preservação da memória das culturas populares do Ceará” (NOGUEIRA, 2010, p. 455). No Cariri, o trabalho da instituição esteve vinculado ao Projeto Artesanato, oriundo da Secretaria Estadual de Cultura e Desporto, que em meados dos anos 1970 realizou atividades de pesquisa nas cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte, e colheu depoimentos de artesãos consagrados, como Mestre Noza¹⁷ e Dona Ciça do Barro Cru¹⁸.

O trabalho do CERES tinha a intenção de mostrar não apenas o produto, mas especialmente os processos que faziam pulsar o patrimônio cultural no Cariri. O historiador Antonio Gilberto Ramos Nogueira lembra que o CERES foi também responsável pelo “registro sonoro dos instrumentos utilizados na execução das peças artesanais como teares, máquina de descaroçar e fiar algodão, carro de boi etc” (Idem, p. 450). É bem provável que, junto ao trabalho do CERES, a pesquisa que resultou no “Pequeno Atlas” tenha sido basilar para a proposta de criação de uma entidade que acomodasse os interesses dos artesãos de Juazeiro, representados pela pessoa jurídica da Associação de Artesãos de Juazeiro do Norte, gestora do Centro de Cultura Popular Mestre Noza, local de comercialização de parte expressiva da produção artesanal em madeira e barro daquela cidade¹⁹.

¹⁷ Inocêncio da Costa Nick, o Mestre Noza, adquiriu notoriedade em meados dos anos 1960, quando o artista plástico cratense Sérvulo Esmeraldo lhe encomendou uma série de gravuras da Via Sacra, esculpidas em madeira, que foram levadas por ele até Paris, na França, lá sendo editadas por Robert Morel.

¹⁸ Batizada Cícera Maria de Araújo, Ciça do Barro Cru foi, segundo apreciação do pesquisador Gilmar de Carvalho, “uma referência da cerâmica brasileira de todos os tempos. Desenvolveu um mundo de peças marcadas pela magia das cores primárias da tinta xadrez [...]. Existe uma hipótese de que sua opção pelo barro cru veio da impossibilidade de construir um forno. Certo ou errado, ela dividiu o mundo do barro em antes e depois dela”. CARVALHO, Gilmar. *O Cru e cozinhado* In: *Artes da tradição: mestres do povo*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005, p. 102.

¹⁹ Fundadas em 1986 e 1985, respectivamente. Desde a fundação, o Centro Mestre Noza é gerido pela Associação dos Artesãos de Juazeiro, que compra as peças e revende para turistas, colecionadores e donos de galeria. Segundo o depoimento do atual presidente da associação, Hamurábi Batista, concedido ao jornal Diário do Nordeste, os lucros com a venda das peças são reinvestidos no próprio

Impulsionada pela demanda turística, a criação do Centro Mestre Noza foi também defendida em nome da memória do “escultor número um da imagem do Padre Cícero”, pranteado nas páginas da imprensa local pelo memorialista Geraldo Menezes Barbosa, em razão de uma morte que teria sido “melancólica, isolada e anônima”. Afirmando que Mestre Noza fora sepultado como indigente num cemitério paulista, Barbosa clamava às “autoridades juazeirenses de par com a EMCETUR e centros culturais cearenses” pela justa reparação da memória do falecido (REVISTA ITAYTERA, 1984, nº 28, pp. 125-26).

Ressalta-se que o Centro Mestre Noza não foi a única iniciativa criada no sentido de dar vazão ao artesanato do Cariri. Antes dele, foi criada em Juazeiro a Unidade de Cultura Popular do Cariri – UNCUPOCA com o intuito de “apresentar, fornecer, acondicionar condições para o nosso artesanato carente de um mercado que pese realmente em termos econômicos” (JORNAL TRIBUNA DO CARIRI, 11/03/1971, p. 01). A certeza de que aquela Unidade tinha forte motivação turística era tão grande a ponto de ela ser colocada pela imprensa local no mesmo patamar da estátua do Padre Cícero, no Horto, e da capela do Socorro, no centro da cidade, onde estão sepultados os restos mortais do Padre Cícero Romão Batista. Descrita como “um roteiro perfeito para quem gosta de arte popular” e lugar para qual o visitante invariavelmente se dirigiria em busca de adquirir “uma peça de arte regional”, esperava-se que a Unidade colocasse “na órbita comercial” toda a produção artesanal do Cariri, particularmente a da cidade de Juazeiro, visto que “ela é Cultura, é turismo e é a própria cidade” (JORNAL TRIBUNA DO CARIRI, 11/03/1971, p. 01). Naquele período, a importância da UNCUPOCA estava sendo medida pelo grau de visibilidade e referência que ela poderia oferecer, de modo que na Câmara de Vereadores de Juazeiro dizia-se que o fluxo de turistas a faria funcionar como um “verdadeiro mercado público”, responsável pela comercialização e aumento de renda dos artesãos, até então espalhados pelas ruas do subúrbio da cidade (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE, 05/07/1970, fl. 45v).

Na observação destes casos é possível perceber que a folclorização do artesanato no Cariri se deu por meio da classificação, exposição, distribuição e consumo de objetos e artefatos que deixaram de ser de uso corrente e passaram a

centro, utilizados para cobrir as despesas operacionais, de manutenção e compra de peças, já que do ponto de vista jurídico é uma associação sem fins lucrativos. Ver: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=647370> Acesso em 07 de dezembro de 2013.

ser de uso regulado pelos centros culturais e comerciais, cuja produção vislumbrava oportunidades econômicas na divulgação turística de elementos da cultura que se nomeia como sendo popular²⁰.

Nesse movimento de construção de um Cariri folclórico (BEZERRA, 2013), a tarefa a que se destinaram diversos intelectuais residia na apreensão do popular como *tradição*. Dessa forma, o folclore do Cariri foi representado como celeiro da criatividade popular; sublinhado como a “alma do povo” caririense; requerido como símbolo de identidade regional; divulgado como um dos mais eficientes e duradouros instrumentos de projeção da imagem daquela região. Além disso, a percepção dos objetos e costumes ditos populares como uma tradição que estaria correndo o risco de se perder frente às tendências modernizadoras da sociedade, foi a justificativa lógica utilizada pelo discurso intelectual no Cariri para fazer do folclore um atrativo turístico, um recurso simbólico através do qual se pensava que as políticas culturais poderiam dinamizar o patrimônio da região.

Vale a ressalva que o esforço para dar ao folclore um lugar de destaque dentro da atividade turística era um movimento que agitava o meio letrado cearense desde meados da década de 1960, quando a Divisão de Atividades Turísticas da Secretaria de Cultura estabeleceu o levantamento dos “centros folclóricos” do Estado como uma de suas competências, de modo a “preservá-los e animá-los à realização de festejos e concentrações estimuladoras” (REVISTA ASPECTOS, nº 01, 1967, p. 251). O folclore passou a ser, então, um dos alvos da política de turismo no Ceará e, naquele cenário, o Cariri era representado da seguinte maneira:

O Cariri tem no folclore uma de suas maiores riquezas [...] todos os folguedos e artes populares peculiares à mesma [região], um numero ilimitado de dansas [sic], festas, bailados e artesanato [sic] populares, eivados de grande versatilidade e de riqueza indizível, capazes de proporcionar os melhores momentos aos gostos mais requintados e de fornecer material fabuloso para quantos se dedicam aos estudos do quanto se dedicam aos estudos do folclore [...] (VASCONCELOS,

²⁰ Isso não significa dizer que os artesãos deixem de sentir e resistir à expropriação material e simbólica levada adiante pelo processo de mercantilização de sua produção artística. A historiadora Germana Coelho Vitoriano apresentou um trabalho que analisa a invenção da “arte popular” em Juazeiro do Norte e transcreveu a fala de um artesão que se referiu ao Centro Cultural Mestre Noza como um “cativeiro”. Vejamos: “O centro de cultura explora e a gente não explora. Por que é que nós estamos sofrendo? Porque nós vendemos barato, eles botam caro e nós não pegamos em dinheiro, porque o povo acha caro e nós morrendo de fome, estão tirando o pão da nossa boca”. Cf: VITORIANO, Germana Coelho. *A invenção da arte popular em Juazeiro do Norte*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2004, p. 56-57.

Francisco. *O Folclore e a arte popular no Cariri*. Reproduzido em *Jornal A AÇÃO*, 23/05/1965, p. 05).

Para defender, incentivar e divulgar “o genuíno e rico folclore” da região, os intelectuais que se fizeram folcloristas no Cariri criaram, no ano de 1966, na cidade do Crato, o Clube dos Amigos do Folclore, uma agremiação que na verdade foi mais do discurso do que da ação. Seus estudos buscavam ressaltar divisões internas naquela região, atribuindo uma predisposição inata do Crato para abrigar as manifestações do autêntico e tradicional folclore do Cariri, supostamente visíveis na performance das bandas cabaçais, ao passo que Juazeiro deixaria sua marca nesse setor por meio do artesanato. Para a cidade de Barbalha, os intelectuais do Instituto Cultural do Cariri, que eram os mesmos que compunham o Clube dos Amigos do Folclore, e que foram os principais divulgadores da causa do movimento folclórico brasileiro (VILHENA, 1997) na região, tentaram naturalizar sua condição de “capital da rapadura”, em alusão aos engenhos de moagem de cana-de-açúcar que desde o século XIX foram a base de sustentação econômica daquela cidade (FIGUEIREDO FILHO, 2010, p. 51).

O problema dessa classificação é que ela aprisiona dentro dos limites de cada um desses municípios um universo de práticas culturais que, na realidade, se constituiu num processo dinâmico e de interação. Com isso não estou querendo negar as características locais de cada uma das três cidades mencionadas, pelo contrário, entendo que foram estas características que ajudaram a definir suas identidades culturais e as especificidades do seu processo histórico. Todavia, é preciso reconhecer que o valor do patrimônio cultural não é apenas simbólico, sendo ele principalmente político. Dessa forma, será possível compreender os esforços empreendidos em Barbalha para ser reconhecida como “capital do folclore” (*REVISTA A REGIÃO*, 15/07/1984, p. 91); a afirmação de que a cidade do Crato abrigava “o maior e mais rico folclore do Estado” (*JORNAL A AÇÃO*, 05/12/1965, p. 03); ou ainda a constatação de que “artistas em Juazeiro são como folha de mameleiro” (*JORNAL TRIBUNA DO CARIRI*, 25/12/1970, p. 02). É, pois, no sentido de problematizar as singularidades convencionalmente dadas que se poderá demonstrar como a associação de determinados atributos para cada uma destas cidades tentou naturalizá-las no tempo e no espaço, a partir de discursos que, com efeito, carregavam um propósito político e uma finalidade turística.

O fato é que a ativação do patrimônio cultural não se deu apenas no campo discursivo, havendo também um grande investimento na sua visibilidade. No caso do folclore, desde o final da década de 1960 buscava-se um estreitamento da sua relação com o turismo através de diversas estratégias, tais como a elaboração de um calendário folclórico:

De uns tempos para cá têm as autoridades e grupos especiais de intelectuais ‘descoberto’ e valorizado, na medida do possível, as nossas manifestações folclóricas, que estavam a desaparecer, e fatalmente teriam desaparecido [...]. Falta, entretanto, uma ordenação. Um calendário especial para serem fixados os festejos: tal mês isso, tal mês aquilo, tal data, isso, tal data, aquilo, de forma que tivéssemos um roteiro certo, com atrações certas. Um calendário folclórico poderia atrair, inclusive, turistas para a nossa região, mediante divulgação prévia de suas atrações (JORNAL A AÇÃO, 20/05/1967, p. 04).

Apesar da ideia de criação de um calendário de eventos folclóricos ter sido aventada no 1º Congresso Brasileiro de Folclore, realizado no Rio de Janeiro no ano de 1951, ela só ganhou força mesmo no Cariri a partir da década de 1970, possivelmente orientada pela política de incentivo e valorização das “atividades folclóricas e artesanais” levadas a cabo pelo Estado, que percebia essas manifestações culturais como impulsionadoras da chamada “indústria do turismo”, mas que ainda estariam padecendo de um ordenamento interna. Atribuindo lugares e definindo hierarquias, o calendário folclórico poderia, finalmente, oferecer ao visitante, “estranho aos hábitos da região” (BNB/ETENE, 1971, p. 13), atrações turísticas em forma de manifestações culturais nomeadas como populares, num movimento de intensa associação do folclore com as aspirações da lógica mercadológica. Não por acaso, diz Renato Ortiz, “as Casas de Cultura Popular, sobretudo no Nordeste, se encontra[va]m sempre associadas às grandes empresas de turismo, que procura[va]m explorar as atividades folclóricas e os produtos artesanais” (1994, p. 87).

Tomando para si a responsabilidade de afirmar socialmente o folclore e o artesanato como expressão singular da identidade regional, os letrados do Cariri colocavam em evidência sua dimensão espetacular:

Seria dispensável dizer-se – porquanto todos sabem disso – que as atividades turísticas crescem e florescem em função da clássica tríade: - hospedagem, atração e locomoção. Estes três impulsos se coordenam e se completam. Mas é no setor atração que se fixa o ponto máximo de interesse e de sedução. Na atração reside todo

magnetismo, toda magia, toda fascinação. Este plano pode ser conceituado como o centralizador positivo, dinâmico e imediato. É, portanto, o ponto de captação, o chamariz poderoso e irresistível. E aí aparece o folclore como processo de comunicação, meio eloquente de interesse e forte elemento publicitário. Chega mesmo a vencer os possíveis e imprevistos embaraços de hospedagem e transporte (JORNAL A AÇÃO, 23/08/1975, p. 03).

Movimento semelhante poderá ser observado em Barbalha, mormente nas ações em torno da Festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade, cuja devoção remonta ao século XVIII, por volta do ano de 1790, quando da inauguração de uma capela dedicada ao orago. Segundo o historiador Océlio Teixeira de Souza (2000), é possível que a espetacularização da Festa de Santo Antônio tenha assumido seus contornos ainda na década de 1940. Contudo, teria sido somente na década de 1970 que os festejos ao santo casamenteiro, de fato, se tornaram parte de um grande evento turístico na região do Cariri.

Para a historiadora Simone Pereira da Silva (2011), essa espetacularização indicava a tendência de folclorização da festa, que tomou forma a partir do ano de 1973, quando a dinâmica celebrativa inseriu a apresentação de grupos da chamada cultura popular, adotando um desfile em formato de cortejo, em que se fazia uso de símbolos, como estandartes que os identificavam, com a intenção de dar visibilidade ao chamado “folclore do Cariri” e promover o caráter de entretenimento dos festejos ao santo padroeiro. Dessa forma, diz ela:

O poder municipal de Barbalha, em parceria com a paróquia local, decide inserir os grupos culturais na Festa de Santo Antônio [e] os organizadores do evento designam, em meio à programação das festividades do dia de hasteamento do pau, um horário pela manhã para o desfile e exibição dos grupos da cultura popular. O colorido que eles proporcionavam veio acrescentar um sentido todo especial à comemoração, à sua aceção de tradição e salvaguarda (IDEM, p. 54).

Pelas décadas seguintes, a festa de Santo Antônio foi sendo descrita como uma expressão das características coloridas, artesanais, festivas e folclóricas da identidade cultural do Cariri. Essa caracterização foi reiterada nas palavras de saudação aos visitantes da festa no ano de 1987, lida na Igreja da Matriz de Barbalha por um dos mais destacados intelectuais da cidade, Napoleão Tavares Neves²¹:

²¹ Formado em medicina, Napoleão Tavares Neves tem expressiva participação na vida intelectual das cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro, com destaque para sua participação no Instituto Cultural do Cariri, em Crato, e no Instituto Cultural do Vale Caririense, em Juazeiro, onde chegou a ocupar o posto

Sejam bem-vindos [sic] a Barbalha que hoje lhe oferece sua maior festa religiosa de par com a maior cena folclórica a céu aberto do Cariri, corolário dos festejos de seu Padroeiro, SANTO ANTONIO [...]. Aos que nos visitam pela primeira vez direi que no dia de hoje abrem-se as cortinas verdes dos pés de serra e de lá desce para a cidade todo o nosso rico folclore para apresentações públicas cheias de ingenuidade, mas plenas de autenticidade! [...]. Aqui vocês terão oportunidade cada vez mais rara e difícil de sentirem os costumes do povo simples já em vias de extinção, como é o caso dos Penitentes que, fora da Festa de Santo Antônio, só poderão ser vistos no escuro das noites rurais, nas cruzeiras abandonadas de ermas estradas ou nos abandonados cemitérios de vilarejos escondidos nas quebradas dos sertões ou na ondulada topografia dos pés de serra! [...]. Pois bem, senhores visitantes que hoje nos honram com suas ilustres presenças, dando um especial colorido à nossa cidade, a Festa de Santo Antônio, de Barbalha, é o imenso cadinho que reúne, mistura e funde tudo isto para ser visto de maneira compacta, com destaque, é óbvio, para o fato religioso, a crença do povo, razão maior da festa! [...]. Hoje aqui vamos ver a tradição, que vive empilhada nas prateleiras dos pés de serra, aparecer para dizer alto e bom som que ainda vive, a despeito do progresso [...]. Meus amigos! A cortina se abre e o espetáculo vai começar! (*Oração de Boas Vindas, por Barbalha!* In: REVISTA ITAYTERA, nº 31, 1987, pp. 127-128).

Os adjetivos que Napoleão Tavares Neves usou para se referir aos ditos costumes populares da cidade de Barbalha foram ampliados de tal modo que, por extensão, eles passariam a significar a própria cultura popular do Cariri. O discurso interessado e curioso sobre o folclore, identificado como coisa de gente pobre e ligada ao mundo rural, tendia a defini-lo como uma mercadoria exposta e pronta para o consumo, cuja singularidade estaria marcada pelo seu estado hipoteticamente mais puro e autêntico. Para Neves, aquele momento de expressão pública da “tradição” proporcionaria ocasiões de encontro com outros tempos, num cruzamento de temporalidades que imaginava ali uma atividade de reencenação do passado no presente. Pela descrição que nos chegou, Napoleão Tavares Neves tinha a impressão de que, à medida que avançava o processo de urbanização e modernização do Cariri, esse patrimônio de tradições, conservado pelo costume, estaria correndo risco de desaparecer. Por este motivo, ele esperava que os visitantes percebessem naquelas manifestações a expressão de uma realidade em frangalhos, merecedora de registro, apreciação, valorização e difusão. Seria, pois, a chance para o folclore não passar

de vice-presidente. Em Barbalha, Neves participou da Liga Barbalhense Contra o Analfabetismo. Essa atividade intelectual foi brevemente tratada por BORGES, Raimundo de Oliveira. *O Crato Intelectual*. Op. cit. p, 182.

despercebido pelos visitantes de Barbalha e nem mesmo pelos que nela viviam, já que ele congregaria e representaria os elementos de distinção da identidade cultural do Cariri. Fascinado pelo exotismo da cena folclórica, a questão crucial para Napoleão Tavares Neves era fazer perceber que as pessoas estariam assistindo ali a algo “natural”, de existência ancestral, esperando que o senso comum autenticasse a tradição de um patrimônio imemorial.

O fato é que a saudação que Napoleão Tavares Neves fez aos visitantes de Barbalha tornou-se, com o passar do tempo, em imagem dominante da identidade cultural do Cariri, atraindo atenção e adesão de um maior número de pessoas a essa comunidade imaginada (ANDERSON, 2008). Elaboradas em meados do século XX, essas representações seguiram ganhando matéria e forma de expressão no século seguinte, repetindo à exaustão imagens culturais preexistentes que constituíram práticas sociais de atribuição de valor e tornaram corriqueira uma adjetivação que se espalhou: “Cariri, celeiro da cultura”.

Diante disso, tais representações demandaram estratégias de visibilidade que tornaram patrimônio e turismo em reivindicação e recurso de uma região subsumida sob o guarda-chuva da cultura. O agenciamento de discursos na propaganda turística do século XXI será o caminho pelo qual o próximo capítulo trilhará o roteiro elaborado para as cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte.

2. A SEDUÇÃO DO PATRIMÔNIO: PROPAGANDA TURÍSTICA DO CARIRI

No afã de transformar uma cidade candidata ao desenvolvimento turístico numa cidade inserida no circuito do turismo, o papel da propaganda turística é suscitar o desejo de ir. Nessa perspectiva, questões alusivas à memória, à história e suas expressões culturais parecem relevantes para a construção de materiais de divulgação que tentam antecipar o tipo de experiência que o visitante terá, disseminando o discurso de que ali se goza tudo (ou quase tudo) o que não seria possível em outros lugares. Contudo, por mais que o trabalho de atração da propaganda turística tente incorporar a complexidade e diversidade histórica, social e cultural de um determinado lugar, ele possui uma tendência constante de reduzir diferentes espaços a imagens estereotipadas. Essas imagens, por sua vez, passam a constituir referências a partir das quais emergem representações nos guias turísticos, catálogos, folders de divulgação, postais, cartões telefônicos e páginas de internet que estão permeados de descrições dos motivos de atração de grande fluxo de visitantes ao local (BARREIRA, 2012, p. 25).

Seguindo essa tendência, os discursos de representação contemporâneos atualizaram antigos significados culturais e investiram material e simbolicamente na definição de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte como destinos turísticos marcados pela riqueza do patrimônio cultural. A partir dos anos 2000, esse patrimônio foi apresentado como objeto de consumo que exprimiria a identidade e a qualidade do Cariri enquanto atraente e sedutor destino turístico. Ao patrimônio cultural delegou-se, então, o papel ordenador dos estratos temporais, que faria a ligação entre um passado distante e glorioso – tempo caracterizado por princípios religiosos e manifestações culturais que seriam marcadas pela experiência do mundo rural –, a um presente cuja realidade urbana seria capaz de inserir o Cariri na rapidez do mundo que integra práticas ligadas ao turismo a interesses comerciais e definições políticas.

Nesta seção, demonstrarei como esse cruzamento temporal foi utilizado na propaganda turística do século XXI com o intuito de planejar o futuro pelos exemplos do passado, como se respondesse aos desejos difusos de uma coletividade em fazer coincidir passado, presente e futuro na construção de uma “entrada triunfal” do Cariri no tempo do turismo²².

²² Segundo a elaboração de Reinhart Koselleck (2006), as categorias de *experiência* e *expectativa*, embora possuam formas diferentes, são adequadas para pensar o tempo histórico porque elas

2.1 Barbalha: “da cana de açúcar ao parque aquático”

Em julho de 2002, o Anuário do Ceará – uma publicação do jornal O POVO e da Fundação Demócrito Rocha – apontou Barbalha como um dos dez melhores municípios cearenses no índice que mede o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²³. Na referida publicação, a jornalista Daniela Cronemberger sugeriu que a economia do município, historicamente voltada para os canaviais, poderia ganhar mais força a partir da construção de um “ambicioso projeto de parque aquático e ecológico” que se anunciava como o segundo maior parque temático do Brasil:

A vocação incontestável de Barbalha para o turismo, evidenciada pelo patrimônio da Serra do Araripe e suas fontes de águas naturais, pode começar a transformar o município com a construção do Arajara Park, parque temático às margens da CE-386 [...]. Dentro do município, o negócio acabou transformando-se na esperança de alavancar a infraestrutura local. A conversa que se escuta nas esquinas de Barbalha é que, se a atração turística decolar, a economia da cidade alça voo junto. [...] O turismo agora arregala os olhos da administração pública (IDEM, ANUÁRIO DO CEARA, 2002, p. 63).

Firmando o aparecimento de um importante atrativo turístico dentro do município de Barbalha, a descrição oferecida pela jornalista apresentava o empreendimento como um instrumento a serviço da economia local. Embora socialmente seletivo, não tardou para que a ele se associassem discursos políticos que definiam ocasiões de investimentos dos recursos públicos na iniciativa privada.

entrelaçam passado e futuro, sem fazer com que eles coincidam: “[...] o que se espera para o futuro está claramente limitado de uma forma diferente do que o que foi experimentado no passado. As expectativas podem ser revistas, as experiências feitas são recolhidas. Das experiências se pode esperar hoje que elas se repitam e sejam confirmadas no futuro. Mas uma expectativa não pode ser experimentada de igual forma. [...] Sempre as coisas podem acontecer diferente do que se espera: esta é apenas uma formulação subjetiva daquele resultado objetivo, de que o futuro nunca é o resultado puro e simples do passado histórico” (Idem, p. 311-12). KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

²³ O relatório anual do IDH é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), e tem por base os critérios de educação (taxa de alfabetização e matrícula escolar), renda (PIB per capita) e longevidade (expectativa de vida ao nascer). No ano de 2002, dos dez municípios cearenses classificados pelo *Anuário* como os melhores do estado com base nesse índice, seis coincidiam com o IDH das Nações Unidas (Fortaleza, Maracanaú, Limoeiro do Norte, Crato, Juazeiro do Norte e Sobral) e os outros quatro (Barbalha, Caucaia, Russas e Pacatuba) foram avaliados pelo próprio anuário a partir de dados sociais, econômicos e de infraestrutura referentes a cada um desses municípios. Cf: CRONEMBERGER, Daniela. *IDH revela avanços nos municípios*. Jornal O Povo, 31/12/2002. Disponível em: http://www.fiec.org.br/artigos/social/ceara_e_estado_que_mais_elevou_idh.htm Acesso em 11 de agosto de 2015.

“Criado o atrativo, a expectativa é de que o turismo seja impulsionado e, com isso, entre capital no município”, disse o então prefeito de Barbalha, Edmundo de Sá Filho, à redatora do suplemento especial daquela edição do Anuário do Ceará, condicionando o êxito do empreendimento a um conjunto de decisões acertadas entre o município, o estado e o proprietário do Arajara Park, que fossem capazes de integrar a infraestrutura e os serviços numa área de presumível potencial turístico, mas que até aquele momento estaria subaproveitada ou pouco explorada.

Além do próprio parque aquático, o dono do empreendimento, o médico Antônio Correia Saraiva, oferecia a possibilidade de expansão dos noventa leitos de hospedagem, distribuídos entre um hotel e três pousadas, que existiam em Barbalha. A promessa do investidor era disponibilizar uma estrutura recreativa composta por “18 mil metros quadrados de cascatas, piscinas de águas quentes, toboáguas [sic] gigantes, trilhas ecológicas e grutas com nascentes” como opção de lazer para uma elite relativamente limitada, isto é, “a classe média-alta da região, turistas de outros Estados e até mesmo de outros países” (ANUÁRIO DO CEARÁ, 2002, p. 63).

Mas para que aqueles que tinham condições de frequentar o balneário pudessem acessá-lo, a contrapartida da prefeitura e do governo do estado deveria ser o investimento na melhoria da infraestrutura rodoviária, o que resultou no asfaltamento da rodovia estadual (CE-386) que faz a ligação entre os distritos de Caldas e Arajara, e deste último à cidade do Crato. Os recursos para execução da obra eram oriundos do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR), um programa que no Ceará foi coordenado pela secretaria estadual de turismo, responsável por alocar a verba disponível em obras de infraestrutura, equipamentos e serviços com vistas a exploração da atividade turística conjuntamente com a iniciativa privada²⁴.

²⁴ Criado pela SUDENE e EMBRATUR no início da década de 1990 (Portaria Conjunta nº 001, de 29 de novembro de 1991), o programa objetivou “aumentar a permanência do turismo no Nordeste; induzir novos investimentos em infraestrutura turística; gerar emprego e renda com exploração direta ou indireta da atividade turística”, conforme Portaria Conjunta nº 002, de 16 de Abril de 1993 (Apud CRUZ, 2000, p. 111). Para a geógrafa Rita de Cássia Cruz, “a indução de investimentos em infraestrutura turística constitui objetivo central do Prodetur-NE, e a estratégia adotada para alcançar esse fim é o provimento de infraestrutura básica e de serviços públicos ‘para áreas em expansão turística, onde a capacidade do estado não acompanhou a demanda por tais serviços’ (IBIDEM). O Estado do Ceará passou a integrar o PRODETUR-NE a partir do ano de 1992, no governo Ciro Gomes. Mais sobre o Prodetur em: CRUZ, Rita de Cássia. *Política de turismo e território*. SP: Contexto, 2000; BENEVIDES, Ireleno Porto. *Turismo e PRODETUR: dimensões e olhares em parceria*. Fortaleza: Edições UFC, 1998.

A ênfase na chamada potencialidade natural de Barbalha para a atividade turística apresentou-se como argumento justificativo da modernização da região do Cariri e de sua integração à economia do turismo. Os desdobramentos políticos desse modo de pensar resultavam numa imagem relacionada ao ideário aparentemente mais técnico do que propriamente político, e essa característica foi utilizada para definir lideranças locais como figuras empreendedoras e preocupadas em levar adiante um projeto de desenvolvimento para as cidades do Cariri que estaria acima dos interesses partidários. No caso específico de Barbalha, a justificativa de apoio à implementação de alguma estrutura para uso do turismo esteve relacionada ao suposto arrojo visionário de determinados líderes políticos:

Apesar do momento crítico, a cidade de José Martiniano de Alencar – pai do escritor José de Alencar e um dos líderes políticos do Ceará no século XIX – conseguiu encontrar novos combustíveis para a economia [...]. Contrariando a visão comum a muitos administradores do interior, que apontam a indústria como solução para todos os males, o prefeito [Edmundo] Sá Filho aposta no desenvolvimento integrado. Quer ver a indústria crescer em consonância com investimento em outros setores (ANUÁRIO DO CEARA, 2002, p. 62).

Ora, sendo a cidade administrada por um líder/grupo político que estaria disposto a investir em infraestrutura urbana e turística, acreditava-se que sua capacidade técnica em produzir espaços para o desenvolvimento da atividade do turismo colocaria Barbalha num lugar situado em algum plano superior desse tipo de “indústria”. Como tal, ela implicava em custos, investimentos, competição e lucros. Assim, o desejo político das lideranças locais parecia ser o de fazer crer que elas estavam conduzindo um novo momento da história de Barbalha: o da consolidação de um destino turístico.

Para entender essa questão, é preciso dizer que a inserção de Barbalha num roteiro turístico estadual antecede os anos 2000, uma vez que a cidade esteve inserida nos programas de promoção e fomento ao turismo do período político autodenominado “mudancista”, iniciado ainda na segunda metade dos anos 1980, capitaneado pelo empresário Tasso Jereissati, que esteve à frente do governo estadual por três períodos (1987-1990/1995-1998/1999-2002). Vale lembrar que o chamado *Governo das Mudanças*, assim denominado para se distinguir do grupo que dominara por décadas a política cearense, identificado por seus opositores como conservadores representantes do coronelismo, investiu de modo recorrente na mídia

publicitária para estabelecer uma imagem de modernização e do Ceará que estaria lutando contra as forças retrógradas do partido dos coronéis (PARENTE, 2002).

Quando o Arajara Park foi inaugurado, Tasso Jereissati iniciava o último ano de seu terceiro mandato como governador, e o embate político que fixava em polos opostos a “modernidade” e “tradição” na gestão pública já tinha virado uma marca que reforçava a necessidade de continuar o projeto mudancista, o que foi feito através da construção de imagens publicitárias que objetivavam positivar a imagem do Ceará enquanto singular destino turístico dentro do país (BELMINO, 2011). Minha interpretação é a de que esse programa político viabilizou projetos de aproveitamento turístico em Barbalha que definiram esta atividade como estratégica para potencializar novas configurações da economia local, daí o investimento publicitário que promovia o turismo como a “nova era” do desenvolvimento do município, afinando o discurso que tinha na modernização econômica e de infraestrutura do estado seu eixo central. Assim, o investimento material em projetos, como o Arajara Park, funcionava como catalisador de uma política turística que atribuía à Barbalha e seu espaço natural uma marca distintiva, como fosse um cenário paradisíaco, de característica exuberante, praticamente intocado, conforme notou a jornalista do Anuário do Ceará, Daniela Cronemberger: “mais surpreendente que a riqueza do patrimônio natural é o fato do município nunca o ter explorado com mais interesse” (IDEM, ANUÁRIO DO CEARÁ, 2002, p. 63). Nesse sentido, a referida jornalista só via vantagens na relação de conveniência entre turismo e patrimônio, supondo a existência de uma adequação entre ambos que concorreria positivamente para a divulgação e, sobretudo, a instituição do patrimônio natural de Barbalha.

Esse discurso de patrimonialização da natureza tomava elementos da paisagem de modo quase sacralizado, atribuindo-lhes valores próprios, como se fossem imutáveis, dissociados de contingências políticas, socioculturais e mesmo ambientais. Esboçada na propaganda turística como um patrimônio monumental, a natureza era apresentada como uma paisagem tão impressionante que seria capaz de assumir sozinha “os significados dispersos no espaço de que faz parte” (MENESES, 2002, p. 50). Sua patrimonialização servia, pois, como argumento legitimador da implantação, em Barbalha, de um cenário favorável ao desenvolvimento do segmento turístico voltado para a natureza. No entanto, a publicidade turística, por si só, não poderia garantir as imagens de distinção dos atrativos naturais da cidade. A esse discurso deveriam se somar ações efetivas que

criassem e respondessem às demandas do turismo. Nesse movimento, foi sancionada em abril de 2002 a lei municipal nº1.511, que instituiu o conselho municipal de turismo e estabeleceu a porcentagem dos recursos que constituiriam as receitas do fundo municipal para aquele setor, o chamando Funtur, doravante vinculado à secretaria de cultura, turismo e desporto²⁵.

Analisando diacronicamente, ou seja, em relação às políticas anteriores voltadas para este setor, era a primeira vez que em Barbalha os recursos aplicados no turismo estavam sendo sistematizados e apresentados de modo objetivo, o que pode indicar o reconhecimento, por parte da administração municipal, da necessidade do planejamento turístico na cidade, cujas vantagens poderiam ser capazes de reverter a estagnação econômica e os processos de degradação ambiental. Contudo, é preciso estabelecer também uma reflexão que leve em conta a perspectiva de análise sincrônica, isto é, no contexto das políticas públicas implementadas naquele período. Desse modo, poderemos situar a lei nº1.511 em um plano articulado com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMTur), cujo modelo de gestão vislumbrava a descentralização e operacionalização das políticas públicas que definiriam as diretrizes gerais para o turismo no país (BRUSADIN, 2005). Inserido na política nacional de turismo proposta para o ano 2000, um dos objetivos do PNMTur era o fortalecimento dos órgãos municipais de gestão das atividades turísticas, e sua associação a outros elementos geradores de riqueza, resultando em vários tipos de lucros “com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política” (EMBRATUR, 1999, p. 11).

Mais do que inventar um destino e seus atrativos, a propaganda de Barbalha se preocupou em estabelecer vantagens competitivas que teriam sido criadas pela natureza ou pela história, cuja força do capital simbólico incidiria decisivamente sobre os fundamentos da organização do turismo. Essa estratégia pode ser observada num guia turístico que circulou na região do Cariri no ano de 2008, através do qual as fontes

²⁵ A lei nº1.511/2002 além de criar o conselho municipal de turismo, também alterou a redação da lei nº1.378, de 26 de abril de 1999, que vinculava o fundo de turismo à secretaria municipal de infraestrutura e meio ambiente. Outra alteração importante era referente à porcentagem dos recursos destinados ao Funtur. Enquanto na lei de 1999 a porcentagem não era estabelecida de modo preciso, a partir da lei de 2002, a captação de recursos do fundo ficou assim definida: 50% do ISS (Imposto sobre Serviços) nos preços de cessão de espaços públicos para eventos de cunho turístico, mesmo que fossem esses espaços locados ou arrendados; 50% do ISS da venda de publicações turísticas editadas pelo poder público; 50% do ISS na participação na renda de filmes e propaganda turística do município.

do balneário do Caldas, situadas a poucos quilômetros do centro de Barbalha, foram apresentadas como “um verdadeiro espetáculo das águas”:

Fundada no século XVIII, Barbalha é uma cidade conhecida por sua arquitetura antiga, parques ecológicos, artesanato, festas populares e balneários. A água de Barbalha alimenta as plantações de cana e a fé dos que veem benefícios através de seus poderes curativos para o corpo e a mente. [...]. As águas que banham o Caldas são minerais, naturais, hipotermiais e medicinais consideradas as mais leves do Brasil. Elas abastecem as piscinas e descem pelas bicas fazendo a alegria de turistas e moradores do local (GUIA TURÍSTICO E SOCIAL – CARIRI: A FORTALEZA DO CEARÁ, julho de 2008, p. 58).

Vislumbrando aspectos que seriam particularidades da cidade de Barbalha, a água foi o elemento que prevaleceu na descrição do lugar e o principal artifício simbólico de atração de uma demanda turística para o balneário do Caldas. Por conseguinte, o olhar sobre aquele lugar foi fundamentado nos benefícios terapêuticos²⁶ que a água do balneário propiciaria, tornando as características climáticas da Chapada do Araripe em apelo frequente da propaganda de Barbalha, instada a ser mais que um mero local de passagem. Era, pois, uma marca imagética que estava sendo construída como identidade local: água tinha o tempo todo.

Vale lembrar que essa narrativa foi apresentada num guia turístico que definia o Cariri como sendo “a fortaleza do Ceará”, e penso que essa expressão não parece refletir apenas um criativo jogo de palavras, uma vez que só pelas imagens formuladas mentalmente sobre a cidade de Fortaleza, com base na propaganda acerca da capital cearense, mesmo aquele que nunca ali estivera poderia rapidamente ser capaz de estabelecer a comparação com o Cariri: era como se fossem duas fortalezas, uma do litoral, e outra do sertão. E era também um desafio aos clichês do sertão nordestino, comumente associado à seca, muito embora no contexto de circulação do guia turístico aqui analisado já fosse bem-sucedida a imagem do Ceará como terra do sol, sobretudo através do binômio sol e mar (BELMINO, 2011).

²⁶ Segundo John Urry, foi a partir do século XVII, com a instalação de numerosos balneários em todo o continente europeu, que ocorreu o desenvolvimento da crença nas propriedades da natureza enquanto restauradoras da saúde, tornando recorrentes os desejos de frequentar balneários que “propiciavam água mineral, usada para banhos e para beber”. Porém, diz ele, “de modo algum ficou exatamente claro como e por que as pessoas passaram a acreditar em suas propriedades medicinais” (2001, p. 34). Cf. URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. SP: Studio Nobel: SESC, 2001.

Ora, num lugar em que a imagem do sol por muitos anos se associou à miséria, tendo sido o mesmo vaiado em praça pública (CARVALHO, 1983), presumia-se que a água em abundância, num cenário dito paradisíaco, era um dos principais motivos para visitação de Barbalha. Para tanto, as imagens reproduzidas no referido guia promoveram uma integração entre as cinco fontes de água do balneário do Caldas que só parece possível através da computação gráfica, tendo em vista que nesse material estão dispostas uma ao lado da outra, dando a impressão de serem muito mais numerosas do que, de fato, são. Essa convergência propiciava contato visual, com o intuito de construir quadros de beleza única, visando alimentar o desejo de contemplação desta suposta obra de arte da natureza, e buscando garantir uma imagem suficientemente forte de um produto turístico singular, pronto para ser compartilhado e consumido por moradores e visitantes.

Mas, para os planejadores do turismo no município de Barbalha, não bastava que os folhetos de promocionais apresentassem apenas os presumíveis encantos da paisagem natural. A eles deveriam acrescentar-se outros estímulos, que seduzissem o turista e favorecessem a representação simbólica da identidade do lugar, situando Barbalha num roteiro temático que também se utilizava de palavras como *cultura* e *tradição* para referenciar sua potencialidade no desenvolvimento do setor, conforme pode ser observado na capa de dois guias turísticos produzidos pela prefeitura da cidade:

Figura 2- Guias Turísticos de Barbalha, anos 2011 (à esquerda) e 2013 (à direita).



Fonte: Prefeitura Municipal de Barbalha. Acervo pessoal do autor.

Produzido no intuito de divulgar os atrativos turísticos de Barbalha, o material ilustrado nesta imagem tentou estabelecer uma relação entre a cultura e o turismo que justificasse os esforços em promover o aumento da demanda de visitantes naquela cidade. Penso que a explicação da própria materialidade desses guias aponta alguns indícios dos modos pelos quais a atividade turística foi sendo planejada em Barbalha, sobretudo no que se refere ao trabalho de divulgação turística.

O guia representado na imagem à esquerda é um livreto de vinte páginas no total (21 cm de comprimento e 10 cm de largura), cujo conteúdo apresenta aspectos geográficos, políticos, climáticos, históricos, culturais e turísticos da cidade de Barbalha. É, na verdade, mais uma espécie de boletim informativo das ações da gestão municipal daquele período do que propriamente um guia turístico, sobretudo se analisado pelo ponto de vista da praticidade da informação, visto que a descrição muito detalhada dos elementos citados não se adapta a uma narrativa associada ao tempo rápido das viagens.

De todo modo, nota-se neste guia que aspectos ligados à tradição religiosa de devoção a Santo Antônio foram identificados às demandas do universo do turismo, na confiança de que os festejos ao padroeiro exerceriam um efeito positivo sobre os

demais setores produtivos. Afinal, a festa do pau da bandeira, nome pelo qual é popularmente conhecida, é o evento municipal que provavelmente reúne maiores estatísticas de circulação de produtos, bens e serviços, possibilitando um efervescente período de atividades econômicas pela via do turismo.

Observando as páginas do guia que apresentou Barbalha como “terra da cultura, turismo e tradição”, é possível perceber a intenção de construir a imagem de uma realidade social muito peculiar, que poderia proporcionar aos visitantes um manancial de atrativos históricos, culturais e religiosos, oferecendo, de um lado, a tradição para o turista e, de outro, possibilitando benefícios econômicos para a parcela da população municipal que estava ligada à exploração dessa relação.

Intenção semelhante foi reforçada no guia turístico do ano de 2013, à direita da imagem anterior, um folder com quatro dobraduras, impresso em papel *couchê* brilhoso, contendo oito páginas igualmente distribuídas em frente e verso, com as seguintes dimensões: 30 cm de comprimento, 15 cm de largura fechado e 60 cm aberto. Nesse material gráfico observa-se o predomínio das imagens sobre o texto, que, por sua vez, aparece sucintamente como descrição dos pontos turísticos do município. Do ponto de vista da narrativa turística é um guia mais ágil do aquele produzido em 2011, fazendo as vezes de um manual prático que tentava diminuir as chances de decisão aleatória sobre os lugares que serem visitados pelos turistas. Essa estrutura também acentua os objetivos normativos do guia, uma vez que ele tenta definir, em nome da praticidade da visita, o que deveria ser visto pelo visitante de Barbalha.

Esse guia também apontou um feixe de relações entre “turismo, cultura e beleza naturais” como “realidade turística” da cidade, relação que envolveria uma plethora de questões e despertaria o interesse de um fluxo muito grande de visitantes, inclusive do exterior, razão pela qual o guia foi traduzido para a língua inglesa. Com essa tradução, certamente a prefeitura de Barbalha estava mirando a possibilidade de inscrição do município num circuito turístico mais amplo, pensando em fazer sua fama ultrapassar as fronteiras do país. Para tanto, divulgava imagens que pudessem induzir o consumo e definir especializações, ou, como se diz na linguagem do planejamento turístico, “vocações”.

Nesse sentido, é importante observar o modo pelo qual imagem e texto interagiram no guia turístico de Barbalha do ano de 2013, uma vez que mais que dar visibilidade àquilo que o texto tornava legível (MARIN, 2011), as imagens exibidas no

referido guia também tratavam de construir uma representação. Um exemplo disso pode ser observado na primeira página do guia em questão: Barbalha foi mostrada a partir da imagem de um horizonte delimitado pela Chapada do Araripe, na tentativa de transmitir um sentido de grandeza e vitalidade da natureza que se presumia reverberando nas práticas culturais e turísticas da cidade. Assim, criava-se uma representação imagética-discursiva com o intuito de reforçar as singularidades dos atrativos turísticos locais, supostamente resultantes das combinações dos elementos da natureza e da cultura, que fariam de Barbalha um lugar detentor de “todas as qualidades que um paraíso por si só deve possuir” (GUIA TURÍSTICO DE BARBALHA, 2013, p. 02). De tal modo, o referido guia agia como lugar de transferências de representações, tendo em vista que os turistas necessitavam dessa mediação para experimentar o lugar e manter o contato com seus atrativos.

Contudo, ainda que as imagens divulgadas a partir dos guias de Barbalha visassem simbolizar o prestígio das “tradições locais”, não custa lembrar que a atribuição de significados patrimoniais e valores turísticos também depende dos visitantes, que não se isentam de conferir sentidos próprios aos objetos, práticas e lugares oferecidos ao seu consumo.

A questão que se coloca aqui, portanto, é a de que em diversas circunstâncias o valor turístico de bens patrimonializados tende a ser redefinido e, certamente, é essa avaliação que possibilita a construção de instrumentos de ação conjunta e gestão compartilhada do patrimônio cultural. A difusão da informação turística desse patrimônio, por sua vez, suscita ações de preservação que atribuem valores culturais e/ou identitários, além de favorecer o reconhecimento do papel simbólico dos bens culturais na dinâmica econômica e social. De fato, este foi um dos aspectos importantes com os quais a política de investimento no turismo começou a disseminar o entendimento das atividades culturais como um setor de grande potencialidade para desenvolver economicamente uma cidade do porte de Barbalha.

Muito embora o município de Barbalha estivesse se organizando desde a segunda metade do século XX para corresponder aos interesses de consumo de bens, serviços e paisagens, o material de divulgação turística do século XXI continuava apontando os limites para o crescimento dessa atividade, atribuindo os problemas do setor principalmente à falta de estrutura adequada “para proporcionar conforto e comodidade a quem visita a região” (GUIA TURÍSTICO E SOCIAL DO CARIRI, 2008, p.58).

No ano de 2008, por exemplo, uma pesquisa realizada pela Secretaria de Turismo do Estado do Ceará apresentou números que a gestão municipal considerava insuficientes para suprir as demandas da atividade do turismo naquela cidade²⁷. Assim, com o intuito de solucionar os problemas do setor, a prefeitura de Barbalha encomendou, em 2010, uma pesquisa que traçasse o perfil socioeconômico do município e ressaltasse sua “vocação para o turismo [além da] existência de uma ampla gama de alternativas de produtos turísticos” (BARBALHA, 2010, p. 25). O resultado desse trabalho chegou à conclusão de que a questão da hospedagem era o principal gargalo do setor, para o qual a solução seria uma ação conjunta entre a gestão pública e a iniciativa privada, no sentido de repensar tanto a estrutura receptiva quanto a configuração do produto turístico local:

A infraestrutura de recepção ao turista é bastante deficiente. É comum a falta de hospedagem no período de festas, assim como falta abrigos populares e centrais de informação. A ausência de um setor privado expressivo em Barbalha, como é o caso dos serviços de hotelaria, mostra uma restrição para o desenvolvimento dessa atividade. O balneário do Caldas com suas fontes naturais no sopé da serra oferece excelentes opções de lazer, embora esteja distante dos aglomerados populacionais. Programas culturais são limitados, apesar da existência de espaço físico (IDEM, pp. 21-2).

Explicando a situação numa metáfora temporal, era como se um presente em desordem gerasse um futuro comprometido, que parecia não poder iniciar-se. Para além de destacar a desorganização da cadeia produtiva do setor, cujo efeito seria a fragilidade econômica desta atividade, o estudo encomendado pela prefeitura de Barbalha também apontava como obstáculo para a atração de demanda turística a ausência de políticas de identificação, proteção e destaque dos bens patrimoniais do município. No meu entendimento, essa percepção indica um modo de planejamento do turismo que antes de se apropriar do patrimônio cultural e vendê-lo como produto, tratou primeiro de produzir esse patrimônio, atendendo à necessidade constante do

²⁷ O Anuário Estatístico do Ceará, edição 2008, que apresentou os dados relativos aos anos de 2006 e 2007, indicou que a oferta nos meios de hospedagem (incluindo hotéis, pousadas, apart-hotel ou *flats* e albergues) em Barbalha, para aquele período, seria de 200 leitos, distribuídos em 66 unidades habitacionais (apartamentos, quartos ou alojamentos), disponíveis em apenas 03 estabelecimentos. Os dados desta pesquisa encontram-se disponíveis para consulta no site do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. Cf: <http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/anuario/anuario2008/atividadesEconomicas/turismo.htm> Acesso em 19 de agosto de 2015.

setor em renovar seus produtos, numa quase infundável formatação de novos atrativos (ALMEIDA, 2006).

Vale ressaltar que o início dos anos 2000, em Barbalha, apresentou-se marcado pelo aumento dos investimentos e da preocupação em inserir o patrimônio cultural na pauta das políticas voltadas ao desenvolvimento turístico e, conseqüentemente, econômico da cidade. Num dos jornais que me serviram de fonte para essa pesquisa, o Jornal do Cariri, encontrei diversas matérias datadas do ano de 2002 que davam conta dos projetos de (re)inserção dos bens culturais na dinâmica econômica e social de Barbalha. Uma dessas notícias informava sobre um projeto, encabeçado pela prefeitura municipal, cujo objetivo seria o de operar “modificações profundas” na festa do santo padroeiro a ser realizada naquele ano.

Segundo o referido jornal, a discussão em torno do assunto teria surgido durante uma reunião entre o prefeito Edmundo de Sá Filho e o então secretário de cultura do município, chamado Paulo Márcio. Na ocasião, fora apresentado um roteiro de programação para a festa de Santo Antônio que incluía a realização de um cortejo, pelas ruas centrais de Barbalha, de lideranças políticas e autoridades da região do Cariri. Ainda de acordo com o noticiado pelas páginas do Jornal do Cariri, essa possibilidade teria sido prontamente descartada pelo prefeito, que alegou ser o evento “uma festa folclórica e não política”, certamente sem levar em consideração o caráter visivelmente político de seu posicionamento. O texto da matéria também informava que o prefeito teria recusado a proposta de contratação de trios elétricos para animar os dias de festa. A justificativa estava ancorada na hipótese de que o evento estaria perdendo “suas raízes”, razão pela qual o executivo municipal definiu como prioridade a promoção do “resgate da cultura local”:

Não adianta misturarmos a festa do pau da Bandeira com trios elétricos. Esses trios não fazem parte da nossa cultura, isso é coisa da Bahia [...]. Nós queremos mostrar a população que vem participar da festa que as raízes culturais são preservadas aqui em Barbalha [...]. É muito importante que nós possamos manter as raízes da nossa cultura, objetivando a vinda de turistas de outros Estados e regiões a Barbalha (JORNAL DO CARIRI, 02/04/2002, p. 03).

Preocupado em romper com os modelos massificantes que estariam presentes nas festas baianas, como se todas elas seguissem a mesma lógica, e no afã de tornar visíveis as “raízes da cultura” de Barbalha, o prefeito se colocava como

defensor de um festejo supostamente vilipendiado, daí porque investir num modo de organização da festa que atendesse às expectativas dos visitantes. Então, a partir daquele ano de 2002, o cortejo dos grupos folclóricos deixou de seguir o percurso que ia da igreja da matriz até o parque de eventos da cidade e passou a ser realizado numa das principais ruas do centro de Barbalha, sob o argumento de que o antigo percurso gerava muita dispersão “e os turistas e pesquisadores não tinham possibilidade de ver o nosso potencial cultural” (JORNAL DO CARIRI, 02/06/2002, p. 04).

Àquela altura, o secretário de cultura e turismo de Barbalha justificou a mudança no intuito de agradar ao turista, que estaria preocupado em observar o que a festa teria de mais “diferente”. A elaboração desta ideia passava pela representação de personagens ligados ao folclore nordestino, tentando mostrar as características particulares que teria o homem do interior, bem como apontando o valor cultural de Barbalha frente à riqueza do folclore regional. Foi nesse cenário que os organizadores da festa de Santo Antônio passaram a (re)produzir expressões culturais que seriam esteticamente representativas do folclore do Cariri: “O diferente é a nossa cultura popular que é muito rica e nossa ornamentação de rua é em cima desse potencial cultural” (IDEM).

A fala do secretário Paulo Márcio referia-se ao projeto de ornamentação das ruas de Barbalha levada adiante pela historiadora Sandra Nancy Freire, à época coordenadora do núcleo de artes da Secretaria Municipal de Cultura, que sugeriu decorar as ruas da cidade com bonecos gigantes, “caricaturas de personagens da cultura popular barbalhense (JORNAL DO CARIRI, 11/05/2002, p. 07), medindo cinco metros de altura, semelhantes àqueles que ocupam as ruas de Olinda, em Pernambuco, durante o carnaval. Em depoimento sobre esse assunto, a referida historiadora me disse que a ligação histórica e cultural que unia Barbalha ao Pernambuco – relação expressa nas configurações familiares, intelectuais e políticas, muito mais próximas do estado vizinho do que mesmo com a capital cearense –, fundamentou a releitura dos bonecos de Olinda na festa de Santo Antônio, emprestando um colorido todo especial à “data mais expressiva do calendário de Barbalha”. Ainda segundo esse depoimento, sua sugestão foi recebida de bom grado pelo prefeito da cidade, que liberou verbas para que um experiente artesão pernambucano se deslocasse até Barbalha a fim de ministrar oficinas de confecção desse tipo de bonecos. Conforme afirmação de Sandra Nancy Freire, essa decisão

teria sido tomada para que os próprios artesãos da cidade se sentissem valorizados, ao contrário do que seria se os bonecos fossem apenas importados²⁸.

Esse impulso transformador da festa, levado adiante pela prefeitura de Barbalha, certamente foi motivado pelo início de um trabalho coletivo realizado entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – através de sua 4ª Superintendência Regional –, e a Universidade Regional do Cariri – URCA, cujo principal objetivo era a realização do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) voltado às quatro categorias do patrimônio imaterial, em consonância com os pressupostos do Decreto nº 3.551, de 04 de Agosto de 2000, que passou a contemplar as dimensões imateriais do patrimônio cultural, inserindo estes aspectos nas políticas de preservação, dali em diante passíveis de serem reconhecidas em quatro livros de registro, assim denominados: Livro dos Saberes, Livro das Celebrações, Livro das Expressões e Livro dos Lugares. No caso de Barbalha, o registro da Festa do Pau da Bandeira e sua inscrição no Livro das Celebrações.

A partir do ano de 2001, esse processo passou a ser denominado Projeto Cariri, contando com a instalação de um escritório técnico do IPHAN nas dependências da URCA. Entre anos de 2003 e 2007 os questionários e fichas integrantes do INRC da Festa de Santo Antônio foram confeccionados por alunos-bolsistas dos cursos de História e Geografia da URCA, sob a supervisão de uma equipe interdisciplinar, composta por historiadores, geógrafos, antropólogos e cientistas sociais. No ano de 2010, a solicitação do registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha foi encaminhada pela prefeitura municipal, por meio da Secretaria da Cultura e do Turismo de Barbalha, com o endosso da Superintendência do IPHAN no Ceará. Quatorze anos depois do início das atividades do Projeto Cariri, a festa foi registrada no livro das celebrações como patrimônio cultural imaterial do Brasil²⁹.

Durante todo esse processo, a questão dos usos turísticos dos bens culturais, sobretudo a partir da patrimonialização, foi reiterada com frequência:

O registro de um bem cultural imaterial também contribui para a melhoria da qualidade de vida da população e pode trazer benefícios econômicos para a comunidade. [...]. O turismo cultural bem planejado e bem administrado tem aumentado a arrecadação municipal e deve

²⁸ Entrevista concedida em 07 de outubro de 2015.

²⁹ Uma discussão mais aprofundada sobre o “Projeto Cariri” e o processo de patrimonialização da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha será feita no último capítulo deste trabalho.

contribuir para assegurar a melhoria das condições de criação e transmissão das manifestações da cultura tradicional popular (IPHAN, 2007, p. 16).

Extraído de um material informativo produzido pelo IPHAN, cujo objetivo central era apresentar a política de “desmaterialização” do patrimônio cultural e indicar um roteiro de salvaguarda dos bens intangíveis da região do Cariri, o fragmento de texto anteriormente citado mostra como o patrimônio foi sendo integrado às estratégias de desenvolvimento das diversas cidades brasileiras, constituindo mesmo parte significativa da sua atividade turística. Para o caso de Barbalha, os processos de patrimonialização da festa, da natureza e da cultura alcançaram destaque na propaganda turística da cidade, boa parte dela patrocinada pela administração municipal, que passou a enxergar as oportunidades que a valorização e a preservação patrimonial poderiam oferecer.

De imediato, esse tipo de divulgação turística estava preocupado com a visibilidade nacional e até mesmo internacional que a festa poderia projetar sobre Barbalha, tendo como consequência o aumento do interesse por ver de perto esse patrimônio em destaque. Vale lembrar também que essa propaganda se constituía numa maneira de potencializar o turismo por meio da promoção de eventos de expressiva riqueza cultural, entre os quais a festa de Santo Antônio é importante exemplo, e a partir da qual outros tantos se associaram.

Como o significado do atrativo turístico tem relação direta com a atribuição de valor que os diferentes sujeitos sociais lhes impõe, os planejadores do turismo em Barbalha reconheceram a importância dos bens culturais na redefinição da economia do município, mas apontando para uma tendência de “fetichização” do patrimônio (VELOSO, 2006), que apelava para a compatibilidade entre promoção e consumo patrimonial, sem fazer, com isso, que os vínculos com uma “identidade regional” fossem colocados em primeiro plano. Isto é, sem que significasse necessariamente relações de afeto entre a comunidade e seus bens culturais.

Nesse sentido, o consumo de bens culturais que apareciam sob o vocábulo de patrimônio se tornou uma alternativa ao crescimento da atividade turística em Barbalha, bem como estimulou a execução de projetos que, sob o argumento de valorização do passado e da memória, catalisariam cada vez mais visitantes para a cidade, a quem se desejava afetar pelo presumível caráter especial do produto turístico local:

Se o Cariri cearense é um reconhecido celeiro cultural, a cidade de Barbalha é, sem dúvida, a capital desse celeiro. Com uma tradição herdada da época do povoamento, quando ali conviviam índios, negros e colonizadores, Barbalha é hoje uma das mais representativas cidades do Nordeste quando o assunto é folclore. Reisados, Lapinhas, Bandas Cabaçais, Maneiro-pau, Quadrilhas juninas e mais uma infinidade de outras manifestações populares, fazem da região um maravilhoso e colorido caldeirão de cores e ritmos [...] e a cidade se veste de alegria para receber milhares de turistas que invadem as ruas estreitas protegidas por casarões seculares [...]. Em Barbalha, [...], a festa não tem hora para terminar (EVENTUS PRODUÇÕES E PUBLICIDADE, 2003, p. 08).

Inventando o patrimônio e reinventando o passado de acordo com as demandas do presente, a apresentação de Barbalha por meio das suas tradições tentava dar uma sensação de continuidade onde houve rápidas transformações. Eis o papel da tradição nas sociedades modernas, tal como pensou Eric Hobsbawn (1997): ser reatualizada para poder ser sentida.

Provavelmente por isso a propaganda dos atrativos de Barbalha insistisse tanto no estímulo sensorial. São imagens e sons que se apresentam de forma intensa aos sentidos da visão e da audição, aguçados pelo colorido da vestimenta dos grupos de reisado e pelos cânticos dos penitentes, na busca obsessiva de definir essa cidade como “baluarte do folclore nordestino”. Acionava-se também outros sentidos, como o olfato, para qual a cidade precisaria ter um cheiro, uma fragrância que lhe desse certa identidade: o cheiro doce da rapadura.

A atualização do passado no presente (que para nós se configura, hoje, como outro passado) foi a estratégia mais perceptível de estreitamento dos vínculos entre turismo e patrimônio cultural em Barbalha, principalmente durante a gestão do prefeito José Leite Gonçalves Cruz (2009-2012), cujo intuito era estimular o desenvolvimento turístico do município e “promover o resgate da cultura tradicional do engenho de rapadura”, mediante o aproveitamento das estruturas restauradas “de uma construção única que simboliza[ria] os tempos gloriosos da aristocracia rural da região” (BARBALHA, 2010, p. 22): o antigo Engenho Tupinambá, que teria sido o mais importante engenho de rapadura do Cariri (SÁ, 2007), para servir de museu. Refazer esse engenho seria, pois, garantir, sob certo aspecto, a união do grupo social por meio de uma identidade, ressaltando seu caráter de referência cultural para a população de Barbalha (GONÇALVES, 2011) e definindo os sentidos de coesão construídos em torno de um passado comum.

Mas, é preciso lembrar que a ideia de construção desse tipo de museu fora aventada nos idos de 1990, pelo Instituto Cultural do Cariri, mediante a sugestão de aproveitamento do espaço desativado de um antigo engenho onde se poderiam instalar “equipamentos que lembrem e preservem, para sempre, o ciclo da rapadura, todos os apetrechos do engenho, fotos, documentos, notas fiscais, correspondência, literatura sobre o ciclo rapadureiro, etc.” (Revista ITAYTERA, 1990, nº 34, p.16). Contudo, a proposta do ICC não fazia nenhuma referência à historicidade dos objetos ali expostos, sendo eles exibidos apenas como vestígios da riqueza e prosperidade econômica do passado, e sem qualquer questionamento acerca da sua função. Na década seguinte, a proposta de construção do “Museu do Engenho”, sob os mesmos moldes pensados pelo ICC, foi estabelecida como prioridade no Plano Diretor de Barbalha, mas não seguiu adiante devido à falta de entendimento entre os proprietários do engenho Tupinambá e a prefeitura do município.

Assim como nas décadas anteriores, a proposta do ano de 2010 retomava o espaço do trabalho, imaginava seu uso turístico, mas não levava em conta os ofícios e saberes, o tempo e o labor empregados pelos “homens que faziam o Tupinambá moer” (SÁ, 2007). Ao museu do engenho, ou da rapadura, atribuía-se a função pedagógica de continuidade das origens, de ritualização do passado e reelaboração de seus significados. A narrativa do museu serviria à apreciação estética e satisfação cultural imediata dos visitantes, apostando na suspensão temporal com o intuito de demonstrar a permanência de um tempo que seria o da “tradição”, como se fosse possível pensá-la ao modo de uma realidade fixa ou um objeto estático, atribuindo-lhe um valor de perenidade.

A ideia da prefeitura de Barbalha de “resgatar a cultura tradicional do engenho” se associava à tentativa de abrir uma janela para o período da agroindústria canavieira, a partir da qual os visitantes poderiam vislumbrar o passado como fosse um tempo que, embora não mais vivido, ainda pudesse ser sentido. Era como se essa janela fosse a moldura de um quadro que já estaria lá, pronto a ser enxergado nitidamente, cumprindo o papel de espelho e escudo para um futuro incerto.

Fazer tornar o passado foi, portanto, a principal estratégia da prefeitura de Barbalha, em diferentes gestões, para produzir um produto de valor patrimonial, e uma oferta turística com sentido emocional (FORTUNA, 2012). Nesse movimento, o que o discurso da propaganda fez foi tecer o turismo numa colcha de retalhos em que se costurava passado, presente e futuro. Como havia a necessidade dos planejadores

do turismo em produzir modos de legitimação ancorados na capacidade de não somente narrar o tempo, mas também de fazê-lo, eles definiram o compasso do ritmo da oferta, produção, circulação e consumo turístico do patrimônio cultural; assim como também agiram no intuito de dar conformação às imagens que, de um lado, buscavam promover um efeito de ruptura entre as dimensões temporais, e de outro, insistiam em garantir o vínculo entre elas, como se o turismo fosse uma única e grande narrativa da experiência do tempo em Barbalha.

2.2 Crato: narrativas de fabricação do passado na criação do produto turístico

Tida e havida como capital da cultura, a cidade do Crato é dona de uma lisonjeira referência identitária que, sem modéstia, pensa sua singularidade como um absoluto, tomando uma parte (Crato) para expressar o todo (Cariri). Exacerbadas pela historiografia e pela mídia, as imagens diversificadas atribuídas a essa cidade (cultural, religiosa, universitária, histórica) servem de pretexto para falar de riquezas passadas, dão ânimo para mobilizar energias e recursos para o planejamento do futuro e alimentam o interesse em torná-la predisposta ao turismo.

Nessa perspectiva, a atividade turística tem sido apresentada como um instrumento promissor para o desenvolvimento econômico, mas não somente. Ela também foi percebida como uma das vertentes que ajudariam a solidificar um padrão cultural condizente com a identidade almejada de cidade moderna e civilizada. Assim, a propaganda turística da cidade do Crato parece reproduzir *ad eternum* narrativas que exploram representações em torno de símbolos abstratos como cultura, civilização, modernidade e progresso. Junto a eles, está a noção da influência sobre outros lugares como marca distintiva de sua desejável superioridade:

Quando Fortaleza era ainda um denso areal, sem ruas definidas, com a maioria das casas de palha e de taipa, a cidade do Crato já se erguia como importante centro econômico e cultural, irradiando o 'processo civilizatório' por todos os sertões do Ceará e pelos os circunvizinhos [...]. Essa pujança econômica e cultural levaria poderosas famílias da região a participar de acontecimentos históricos importantes e transformadores da sociedade sertaneja (ROTEIRO METROPOLE SUL, nº 02, 2015, p. 15).

Com o intuito de afirmar que Crato sempre foi um local pioneiro, sedutor e repleto de atrativos, emergiu desse folheto de divulgação turística, cujo objetivo era

apresentar um roteiro de produtos e serviços de lazer aos visitantes da cidade, uma narrativa que reproduziu, com seus filtros de descrição e apreciação, impressões vigentes desde a segunda metade do século XIX. Nesse sentido, a narrativa do “Roteiro” em muito se aproximou do discurso que apresentava o Crato a partir de uma experiência histórica singular, mas dessa vez oferecendo a possibilidade do visitante entrar em contato com acontecimentos que teriam sido marcos fundantes da identidade local. Seria, pois, a chance de o turista fazer um deslocamento no tempo e se colocar diante de um passado memorável, que se supunha preservado nas edificações e nos hábitos culturais, donde o turismo surgiria como recurso de valorização e promoção dos bens materiais e imateriais constituidores do patrimônio cultural daquela cidade.

Semelhante a outros modos de produção do espaço pela narrativa histórica, a propaganda turística sobre a cidade do Crato fez e faz usos do passado de acordo com demandas do presente. Nesse tipo de formulação, o discurso de promoção do turismo investiu na busca de nostalgia e exotismo para preservar e difundir elementos materiais e simbólicos que contariam aspectos da história e da cultura local e legitimariam a reivindicação de lugar destacado. Isso pode ser observado num folheto informativo de uma empresa de transporte rodoviário que pegou carona no movimento de viajantes com destino ao Crato durante as férias de julho, período em que ali acontece uma feira agropecuária tornada a principal festa da cidade³⁰, para afirmar que a variedade de elementos turísticos da cidade possibilitaria a satisfação de todos os desejos do visitante:

Se você está imaginando suas férias em um lugar especial no Nordeste, fugindo da badalação do litoral, com diversas opções de

³⁰ A Exposição Centro-Nordestina de Animais e Produtos Derivados, teve sua primeira edição realizada no mês de dezembro de 1944, passando por um interregno de nove anos devido às dificuldades econômicas do país no período do pós-guerra. No ano das comemorações pelo centenário de elevação do Crato à categoria de cidade, em 1953, a exposição foi retomada como parte do programa dos festejos comemorativos. A partir de sua terceira edição, em 1954, o evento ganhou um espaço-sede. Em 1959, um convênio firmando entre cinco secretarias estaduais de agricultura do Nordeste, transformou a Exposição num evento regional. Nos anos 1960 e 1970, o evento foi impulsionado pela presença de instituições financeiras estatais, como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, que financiavam transações comerciais com base no crédito bancário, principalmente para a comercialização de maquinários e implementos agrícolas. Dali em diante, a Exposição do Crato tornou-se um dos principais eventos festivos da cidade, atraindo um número crescente de visitantes e mobilizando os setores do comércio e da prestação de serviços. No ano de 2014, os organizadores do evento estimaram em cerca de quatrocentos mil o número de visitantes, durante os sete dias de realização do evento. Cf: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/expocrato-omeca-amanha-e-deve-bater-recorde-de-negocios-1.1056591> Acesso em 07 de novembro de 2015.

passeios, boas pousadas e hotéis, culinária saborosa e uma vida cultural pulsante, o seu destino certo é a cidade de Crato [...]. O município, localizado no sopé da Chapada do Araripe [...] é um dos mais antigos e importantes do Estado e possui uma oferta turística que se qualifica a cada ano, com possibilidades para todos os gostos – desde o turismo religioso até o ecoturismo [...]. O Crato é o centro catalisador da história e da cultura do Cariri. Foi palco de importantes fatos da história nacional [...]. Referência em tradição cultural, a cidade brinda os visitantes com manifestações artísticas e folclóricas preservadas desde o tempo dos índios Kariris [...]. Diante de tantos atrativos, não é difícil se apaixonar pelo Crato. (INFORMATIVO DA EXPRESSO GUANABARA, ano XVIII, nº 132, julho de 2015, p. 02 e 03).

Mediante a difusão de uma imagem positivada da cidade, cuja singularidade cultural estaria fortemente vinculada à afirmação de uma trajetória histórica gloriosa, o informativo da empresa de ônibus estabeleceu um elo ativo entre turismo e cultura, que funcionaria como indicativo do roteiro atraente pelo qual o visitante deveria se deixar seduzir. De um lado, esse elo orientava os circuitos de investimento e consumo de produtos turísticos, de outro, ele tornava a própria cidade em produto, ali definida como lugar “que respira cultura, aventuras e religiosidade” (IDEM, p. 01).

Mantendo estereótipos e simplificações que não dão conta de uma cidade múltipla, há muito tempo essa imagem-síntese busca dar subsídios para processos de reestruturação econômica que viam na atividade turística a possibilidade de inserção renovada do produto local. Essa compreensão torna-se evidente a partir da leitura de uma matéria de jornal publicada no início dos anos 2000, cujo trecho citado demonstra o entendimento de que não bastava reconhecer e valorizar as “potencialidades” turísticas do lugar, visto que seria também necessário explorar presumíveis riquezas e delas dar notícias:

A exploração de suas potencialidades, cultural, religiosa, científica e econômica ainda deixa muito a desejar por falta de investidores de outras Regiões, por falta de conhecimento [para] desenvolver o seu turismo como uma das fontes alternativas em todos os seus aspectos e dimensões [...]. Para tanto, se faz necessário o total engajamento de toda a sociedade [em torno de] uma melhor estruturação e embelezamento paisagístico para assim atrair o turista e nosso visitante. Para isto também se faz necessário haver eventos, seminários, cursos na especialidade turística para qualificar pessoal [...]. Para melhor fundamentar essas prerrogativas, é indispensável a divulgação nos meios de divulgação local e Estadual e até da imprensa falada e escrita do Sul do País (JORNAL DO CARIRI, 18/04/2002, p. 02).

Intitulada “O turismo como alternativa para o Crato”, essa matéria foi assinada por um dos colaboradores do Jornal do Cariri, chamado Joaquim Gonçalves, sujeito que se mostrava convencido de que a organização da atividade turística do município não poderia prescindir de um projeto cuja produção de imagens assumisse caráter estratégico. Para ele, por meio dessa produção também seriam definidos os modos pelos quais elas deveriam ser consumidas. De tal modo, Gonçalves acreditava que cabia aos planejadores do turismo na cidade a tarefa de reconstrução simbólica da história e da memória local através da difusão de imagens e discursos que tentavam, pela repetição, consagrar um tempo e um espaço cuja presumível permanência os converteria no próprio atrativo turístico. Nesse sentido, reconhecia-se na construção de uma imagem turística para o Crato as condições de possibilidade dessa cidade concorrer com outras, principalmente nos mercados local e estadual, na atração de investimentos públicos e privados para o desenvolvimento do setor do turismo.

Como a atribuição de uma imagem turística para aquela cidade era também uma prática política, que buscava reforçar e definir suas características identitárias, uma das ferramentas para fazer funcionar essa engrenagem seria o ordenamento de políticas públicas voltadas ao segmento turístico. Desse modo, observa-se nos anos iniciais da década de 2000 um esforço dos setores públicos e privados do Crato em construir e mapear o campo do turismo na cidade, a fim de permitir e potencializar o planejamento de ações de aproveitamento da história e da cultura como mercadoria turística, tornando viável e rentável o encontro entre cultura, turismo e economia.

Considerando que as políticas públicas de investimento no turismo não se desligavam da lógica mercantil, a gestão do prefeito Walter Peixoto (2001-2004) definiu essa atividade como uma das prioridades do seu governo. No ano de 2003, quando da solenidade de entrega do “Selo de Município Prioritário para o Desenvolvimento do Turismo” – projeto gerido pela EMBRATUR no âmbito do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que tinha, entre outros objetivos, descentralizar a receita gerada por essa atividade econômica –, o prefeito do Crato destacou o papel positivo da atividade turística na geração de empregos e na arrecadação de impostos, perspectivas que seriam favoráveis para transformar o turismo em “pivô de desenvolvimento econômico” da cidade (JORNAL DO CARIRI, 25/03/03, p. 03), criando expectativas de prosperidade e dinamização da economia a partir da inserção do Crato no mercado turístico.

Vale lembrar que a entrega do selo não representava pura e simplesmente o “reconhecimento da Embratur pelas potencialidades turísticas do município” (JORNAL DO CARIRI, 26/03/03, p. 03), tendo em vista que, para ser qualificado como município turístico, era necessário implementar ações e políticas nesse setor, mobilizando diversos agentes interessados no desenvolvimento da atividade na cidade. Assim, a constituição do conselho municipal de turismo, órgão consultivo composto de forma equitativa por representantes do setor público, da sociedade civil organizada e do setor privado, representou um importante passo na estruturação do turismo no Crato.

É viável pensar que o cumprimento das exigências federais para o desenvolvimento efetivo da atividade turística foi acionado pelo executivo municipal como instrumento político privilegiado de afirmação de seu plano de governo, isso porque, na busca dos meios necessários para legitimar ações de reestruturação da economia, a gestão municipal evocava para si um impulso modernizador que também indicava disputas pela posição dominante no campo político, onde o que estava em jogo era a afirmação de competências que assegurariam “mobilização e implementação de políticas e diretrizes [...] para um município com forte vocação turística” (JORNAL DO CARIRI, 16/04/03, p. 06). Além do mais, a afirmação de que ações semelhantes deveriam ter sido anteriormente postas em prática, por outros governantes, sugere, entre possíveis conclusões, que as relações de força entre os atores da política partidária local buscavam construir experiências de sucesso na gestão pública, com o intuito de que elas pudessem ter continuidade a partir da manutenção de determinados grupos políticos no poder.

Aos anseios políticos de agentes públicos se somaram os interesses econômicos de agentes privados na articulação de discursos de adesão aos projetos locais de investimento no turismo, como parte de um movimento que insistia em tornar o Crato numa cidade “naturalmente” turística. Dentre as diversas estratégias empresarias que atuaram nesse sentido, posso destacar a campanha de divulgação encetada pela Câmara de Dirigentes Lojistas do Crato logo após a reeleição da diretoria da entidade para o biênio 2003/2005. Desenvolvida por uma agência de publicidade local, a campanha denominada *Eu vou pro Crato, quem me vê jamais esquece* tinha o intuito de “divulgar o Crato, tanto na área do turismo científico, como cultural” (JORNAL DO CARIRI, 31/05/03, p. 03). Como o projeto da CDL seguia a lógica da relação entre consumidores e prestadores de serviço, Francisco Parente, presidente da entidade à época da referida campanha, informou que o turismo

religioso, centrado na figura do Padre Cícero, também teria lugar garantido nos planos daquela associação “como forma de mostrar a cidade [do Crato] aos religiosos que chegam em Juazeiro do Norte”:

Nosso objetivo é levar alguns desses turistas ao município do Crato [...]. Vários vt's estão sendo produzidos, mostrando os principais potenciais da cidade. [...]. Nós precisamos mostrar as qualidades [...] que ficaram por muito tempo esquecidas (IDEM, IBIDEM).

Criando e recriando os atrativos turísticos locais, o papel da CDL no processo de estruturação do turismo no Crato foi o de produtor de discursos de representação sobre a cidade que buscavam contribuir na sua projeção turística. Dessa forma, mostrar “qualidades esquecidas” era um dos modos pelos quais fundavam-se significações motivadoras de experiências turísticas, assim como evidenciar certos lugares para serem representativos do produto turístico local era um modo de internalizar essa imagem de forte “vocação” para o turismo, inserindo representações do espaço que desejavam se transformar efetivamente em práticas espaciais (CERTEAU, 1994).

Para combinar e utilizar tais práticas, a CDL investiu no aproveitamento turístico das romarias de Juazeiro do Norte, valendo-se do fato de ser o Crato lugar de nascimento do sacerdote para instrumentalizar um discurso de retorno às origens. Ademais, a recepção dos romeiros do Padre Cícero na Praça da Sé do Crato – com a distribuição gratuita de kits compostos de água, fitas de tecido gravadas com o nome do padre, roteiro de visitas aos pontos turísticos da cidade – indicava que os dirigentes da CDL viam os romeiros como potenciais consumidores do produto turístico local, definindo-os enquanto turistas, ainda que eles não enxergassem a si mesmos como tais³¹.

³¹ De acordo com o antropólogo Edin Abumanssur, a abordagem turística do fenômeno religioso tornou-se possível graças ao adensamento dos processos de secularização da cultura, que possibilitaram levar em conta elementos lúdicos nas viagens de motivação religiosa. Contudo, ele pondera, “a peregrinação não se torna ‘turismo religioso’ apenas pela ação ou tratamento dado a ela pelos agentes e gestores do turismo ou da administração pública [uma vez que] o próprio peregrino moderno comporta-se como um turista à medida em que a religião mesma se torna objeto de consumo” (ABUMANSSUR, 2003, p.58). Mas, para outro antropólogo estudioso das relações entre religião e turismo, Carlos Alberto Steil, o ponto fulcral dessa combinação reside no grau de imersão interna e externa ao campo religioso: “Enquanto as peregrinações e romarias tendem a ser vivenciadas como um ato religioso de imersão no sagrado, o turismo, mesmo quando adjetivado como religioso, caracteriza-se por uma externalidade do olhar, fundamental para que um evento possa ser considerado como turístico [...]. Ou seja, se a experiência da peregrinação e romaria está centrada na participação, [...], o turismo está mais associado ao espetáculo” (STEIL, 2003, p. 35). Esse debate pode ser

No final da gestão que lançou a referida campanha de divulgação turística, a entidade quis demonstrar o êxito de sua ação e, para tanto, encomendou a publicação de uma matéria sobre o assunto num jornal de circulação diária e com abrangência em todas as cidades do estado do Ceará. Dizia a reportagem:

Um fato novo está ocorrendo nas ruas do Município. É a presença dos romeiros do Padre Cícero na Igreja da Sé. Os visitantes querem conhecer a pia onde o cearense do século foi batizado. Ontem pela manhã, pelos menos, oito ônibus dos mais diversos Estados do Nordeste estacionaram na praça da Sé. Os peregrinos tiram o chapéu de palha da cabeça e entram na igreja a procura da pia, que está localizada logo na entrada com um cartaz indicando: 'Pia onde o Padre Cícero foi batizado'. Ali, eles se benzem com a água. Alguns banham as pernas e os braços. [...]. Depois de se benzerem e rezarem no pé da pia, os romeiros visitam os altares dos santos [...]. Alguns esticam a visita até [o balneário da] nascente [do rio Grangeiro], onde tomam banho. O vigário da Catedral deu uma bênção especial [e] os romeiros escutam contritos as palavras do padre: 'Aqui nasceu o Padre Cícero, muito obrigado pela visita de vocês'. Terminado o ritual de visitas, eles dão uma volta na Praça da Sé, onde a Câmara de Dirigentes Lojistas do Crato, montou uma estrutura de apoio aos romeiros. A estátua do Padre Cícero foi colocada no centro da fonte luminosa, cercada de imagens de santos [...]. O movimento ainda é pequeno, [disse um sacristão], 'mas é um grande avanço para uma cidade que via o romeiro com indiferença' (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, Caderno Regional, edição online, 15/09/2005).

Por meio do significado cultural de devoção ao padre Cicero Romão Batista, a Câmara de Dirigentes Lojistas do Crato inventou um lugar turístico e construiu espaços e objetos de veneração para os peregrinos, que tanto serviram para (re)organizar a configuração espacial do movimento das romarias como para fortalecer a representação simbólica do Crato enquanto lugar de muitas e variadas possibilidades turísticas. Situando a questão num plano de análise puramente administrativo, vale lembrar que parte dos recursos investidos nessa divulgação turística retornaria à CDL na forma de percentual extraído sobre os lucros do comércio, a ser aplicado na construção da sede própria da entidade, conforme afirmação da diretoria eleita para o biênio 2003/2005. Portanto, o aproveitamento turístico das romarias fazia parte de um plano de gestão cujo funcionamento da engrenagem se dava mais ou menos assim: o aprimoramento das técnicas de divulgação turística geraria aumento da demanda de produtos e serviços que, por sua vez, resultaria no

acompanhado em: ABUMANSUR, Edin Sued (org.). *Turismo religioso: ensaios antropológicos sobre religião e turismo*. Campinas: Papirus, 2003.

crescimento dos lucros, fonte das receitas para investimento na infraestrutura da referida entidade. Grosso modo, a otimização dos recursos do comércio pela dinamização do mercado turístico fazia a CDL agir em causa própria.

Mas é necessário ressaltar que a proposta de aproveitamento turístico das romarias também era indicativa de disputas materiais e simbólicas, que induziam amostras das “vocações” das cidades que recebiam esse fluxo de visitantes. Nesse sentido, os usos turísticos das romarias de Juazeiro, no Crato, tentavam reforçar a “vocação turística” dessa última, o que equivale a dizer que buscavam naturalizar algo que, na verdade, possui um caráter dinâmico e histórico, sendo, portanto, o produto de uma atividade sempre em processo.

Como a invenção do turismo religioso no Crato não aconteceu sem um suporte histórico de referência, é preciso destacar que, desde meados do século XX, a Igreja Católica iniciou um processo de distensão em relação a Juazeiro do Norte e suas romarias, acompanhando um movimento maior que estava em curso no seio da própria Igreja, e que promovia mudanças substanciais nos seus preceitos, cuja marca importante foi deixada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), e a abertura que ele propôs à modernidade, até então rechaçada no âmbito da Igreja (PAZ, 2011). A partir daquele Concílio, houve uma flexibilização do olhar eclesial em relação às práticas da chamada religiosidade popular, com efeitos consideráveis sobre as romarias à terra do padre considerado santo, fato que, em partes, explica a mudança de postura caracterizada pela matéria de jornal anteriormente citada como um “grande avanço para uma cidade que via o romeiro com indiferença” (DIÁRIO DO NORDESTE, Caderno Regional, edição online, 15/09/2005).

Contudo, a questão da assimilação dos romeiros e das romarias no Crato ainda é tensa. Para mim, isso ficou evidente quando me deparei, numa conversa informal, com o depoimento de uma das pessoas responsáveis pela elaboração dos planos de marketing e divulgação das ações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do município do Crato (SDET), manifestando, quase ao modo de confissão, certa cautela em relação ao incremento desse segmento turístico na cidade, uma vez que, pela sua interpretação, a dinâmica das romarias representaria movimentos econômicos efêmeros e pontuais, além de atrair para a cidade um tipo de turista que não seria tão desejado pelos agentes do setor de turismo no Crato.

Ora, se levarmos em consideração que nessa cidade o sentimento de superioridade que acompanha discursos afirmadores da distinção cultural em relação

a Juazeiro do Norte é recorrente desde o início do século XX, esse modo pouco simpático de ver os romeiros não representa nenhuma novidade³². Porém, os agentes filiados ao discurso de rechaço aos romeiros também percebem a importância das romarias enquanto demanda mercadológica do turismo, fazendo desse segmento um foco de atenção das políticas públicas voltadas para o setor, como no caso do Programa Crato Turístico, e sua definição superlativa da cidade como “um dos principais pontos de visitação do Cariri cearense”:

O turismo religioso em Crato se insere, [...], numa das mais importantes rotas de peregrinação religiosa do Nordeste com a construção da maior estátua dedicada à Nossa Senhora de Fátima. Outro fato de destaque é a existência da Pia Batismal, localizada na Sé Catedral, onde foi batizado um dos maiores ícones da religiosidade nacional: o Pe. Cícero Romão Batista (PROCRATUR – Programa Crato Turístico. Folder de Divulgação, 2015, p. 05).

Colocando fé no turismo da fé, o PROCRATUR foi lançado em fevereiro de 2015 com a intenção de articular o segmento do turismo e capacitar profissionais para atuar na área, além de fortalecer e divulgar os atrativos da cidade. Seguindo as orientações do Ministério do Turismo, que tinha como objetivo desenvolver um modelo descentralizado de gestão dessa atividade com base na política de regionalização³³, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Crato definiu o marketing e a divulgação turística como um dos eixos principais do programa, no intuito de “provocar um efeito multiplicador no conhecimento das belezas e da estrutura turística do município do Crato” (IDEM, IBIDEM).

Foi nesse processo de criação de atrativos turísticos proposto pelo PROCRATUR que se inseriu a publicação e distribuição de um material voltado para divulgação do segmento religioso do turismo na cidade:

³² Motivado pelos chamados “fenômenos extraordinários” que envolveram o padre Cícero e a beata Maria de Araújo no suposto “milagre da hóstia”, o sentimento de repulsa aos romeiros expandiu-se para o campo político, sendo a chamada Sedição de Juazeiro (1914) um evento bastante representativo dos embates entre Crato e Juazeiro do Norte. No plano cultural, desde a primeira metade do século XX, a pretensa superioridade moral e intelectual dos cratenses em relação aos romeiros do padre Cícero foi reiterada em textos historiográficos e literários, dentre os quais destaca-se o “romance de aspectos sociais” publicado por J. de Figueiredo Filho na década de 1930, que classificou os romeiros como “ralé do fanatismo”. Ver: FIGUEIREDO FILHO, José de. *Renovação. Romance de aspectos sociais do Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Livraria Editora Odeon, 1937.

³³ Cf: MINISTÉRIO DO TURISMO. *Programa de Regionalização do Turismo – diretrizes*. Brasília, Ministério do Turismo, 2013.

Figura 3- Folder "Crato, caminhos da fé", 2015.



Fonte: Prefeitura Municipal do Crato. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Acervo pessoal do autor.

A apresentação do roteiro contida neste material (um folder de três dobraduras, 30 cm de altura x 15 cm de largura, papel *couchê* brilhoso), primou pela enunciação das datas de fundação, a descrição de funções, a explanação dos processos de construção e eventuais reformas de prédios e monumentos religiosos elevados a condição de “ícones do turismo” no Crato. Ressalte-se que, ao sugerir tais lugares para visitação, mediante ilustração de imagens e mapas, esse material selecionava e combinava pontos dotados de múltiplas temporalidades, tentando dar a eles uma ideia de unidade. Tal intenc o pode ser percebida no modo de exposição das imagens, todas elas organizadas com base numa linha cronológica que, além de sugerir a ordem da visitação, também deixa entrever a tentativa de superar marcas descontínuas entre tempo e espaço, como se os “caminhos da f e” atestassem, de fato, a presença da história na cidade. Desse modo, a propaganda turística buscava apresentar o itinerário “caminhos da f e” como uma via de acesso ao passado, uma espécie de somatória dos espaços que referenciariam a história da cidade, no desejo de inscrever no cotidiano a memória de um passado religioso, bem como legitimar os impactos turísticos a ele associado.

Em momento anterior a publicação e distribuição desse material, um dos símbolos nele destacado, o prédio do Seminário São José, foi evocado como referência emblemática do “patrimônio turístico” que tornaria visível uma das faces da identidade cultural do Crato. Isso foi nos idos de 2003, quando o Jornal do Cariri publicou na página dedicada aos assuntos do turismo uma notícia referente ao encaminhamento do processo de tombamento daquela edificação, no bojo dos processos de patrimonialização da cultura que resultaram no Projeto Cariri, a que me referi no tópico anterior.

Para o então bispo do Crato, dom Fernando Panico, a necessidade de concentrar esforços em torno da patrimonialização do Seminário São José representaria:

um avanço na promoção e na defesa dos bens culturais e artísticos de uma Região tão linda como a do Cariri [...] que há de permanecer para outras gerações não apenas como um cartão postal da cidade do Crato, mas as próximas gerações hão de ver no edifício preservada a memória do povo da Região, dos seus antepassados (JORNAL DO CARIRI, 05/04/03, p. 05).

Fato é que a proposta de criação de atrativos fundamentados no par religião/turismo se coadunava com as pretensões de investimento numa relação orgânica com o passado e a possibilidade de reprodução social do mesmo. Pela via do patrimônio, esperava-se que essa relação pudesse dar forma ao conteúdo que elaborava a noção de continuidade da tradição cultural e histórica da cidade do Crato. Nessa direção, patrimônio e turismo seriam fatores de (re)construção identitária, e sinais de distinção de uma cidade supostamente marcada pela existência de um considerável mercado de bens culturais que lhe tornaria apta a receber um fluxo em massa de visitantes. Foi, então, pensando na dimensão desse fluxo que teve início a marcha patrimonializadora observada na primeira metade dos anos 2000, quando o chamado turismo histórico se tornou a vedete dos agentes planejadores da atividade turística no Crato.

São muitos os indícios que apontam que o significado atribuído a essa modalidade turística recaía principalmente na patrimonialização de “prédios monumentais”, a partir dos quais se projetava a estruturação de equipamentos, produtos e serviços culturais que fossem capazes de atrair os visitantes e causar neles a impressão de serem partícipes do passado. Nas diversas notícias de jornal, nos

variados folhetos de divulgação, e nos inúmeros catálogos turísticos pesquisados, encontrei muitas demonstrações de esforço em fazer o passado inundar o presente na forma de patrimônio. O ano de 2004, por exemplo, é sintomático desse processo, uma vez que a cidade do Crato foi escolhida para inaugurar o projeto “Capital da Cultura”, que definia a cidade eleita como alvo das ações de interiorização promovidas pelo Plano Estadual de Cultura do governo Lúcio Alcântara (2003-2006). Desse modo, a cidade receberia auxílios para a realização de feiras e festivais, recursos para investimento nas artes cênicas, editoração de livros, levantamento e catalogação dos bens culturais de natureza material e imaterial; enfim, uma série de projetos seriam contemplados no eixo de “valorização regional das culturas”, desde que todos eles estivessem vinculados ao repertório de vocações regionais e a “geração de novas alternativas econômicas baseadas na oferta de serviços e produtos culturais” (CEARÁ, 2003a, p. 26).

Aproveitando o impacto dos investimentos políticos na cultura, a prefeitura do Crato solicitou a inscrição de determinadas edificações do município num dos livros do tomo da Secretaria Estadual de Cultura, e o pedido recebeu parecer favorável do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural para dois casos: o da Casa de Câmara e Cadeia, construída na segunda metade do século XIX, localizada na praça da Sé; o da antiga estação ferroviária, “com uma arquitetura que lembra as estações inglesas” (JORNAL DO CARIRI, 04/09/2003, p. 05), cujos tombamentos ocorreram, respectivamente, nos meses de Abril e Novembro de 2004.

Esse movimento de inflação patrimonial (CHOAY, 2006) alcançou o ano de 2005, quando se procedeu o tombamento, no âmbito estadual, do Sítio Caldeirão, situado a cerca de 30km do centro do Crato, lugar onde foi formada, na segunda década do século XX, uma comunidade de devotos do Padre Cícero, sob a liderança do beato José Lourenço³⁴. Ali, a patrimonialização da capela de Santo Inácio e dos vestígios remanescentes daquele período suscitaram projetos culturais cuja intenção era fazer o visitante sentir o “espírito” do passado e dele extrair algo mais que recordações de um simples passeio, justificando os anseios da secretaria municipal de cultura, anos mais tarde, em “fornecer uma estrutura com atrativos culturais, turísticos e históricos, trazendo como elemento a memória histórica da experiência

³⁴ Sobre o Caldeirão, ver: RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Caldeirão: estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades*. Fortaleza, NUDOC/UFC, 2011.

vivenciada” (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 28/02/2009, Caderno Regional, edição online).

Transformada em espetáculo, essa experiência foi apresentada como eloquente testemunho “da história política e social da região” (DIÓGENES, 2006, p. 83) e seu uso turístico sugere um tipo de apropriação do passado que apelava para construção de lugares históricos que estivessem em consonância com as demandas da atividade turística. Nesse sentido, a produção do patrimônio esteve associada a interesses de preservação de determinados bens culturais, de valorização da memória e de construção de identidades, com usos turísticos explicitamente atrelados a interesses econômicos. Estes, por sua vez, conviviam com dimensões políticas que enfrentavam o desafio de inserir o Crato num circuito mercadológico que, de um lado, favorecesse a preservação dos bens culturais e, de outro, gerasse recursos oriundos da comercialização de serviços e produtos em torno destes bens.

Assim, no ano de 2009, a prefeitura do Crato deu início às obras de um projeto de revitalização e restauração completa do Caldeirão, divulgando que:

Dentro das metas estruturais do projeto, consta a reconstrução da casa do beato José Lourenço, resgatando o modelo original, restauração completa da Capela de Santo Inácio, com altares, santos e mobiliários, restauração completa do cruzeiro, das fundações e identificação dos cemitérios e dos túmulos dos jesuítas.

Também está incluído no projeto melhoria dos acessos aos caldeirões, fendas abertas nas pedras, que deram origem ao nome do sítio. Eram responsáveis pelo abastecimento d’água da comunidade. Faz parte do projeto, a construção de estrada e espaço para estacionamento, Açude do Caldeirão, restauração das ruínas do engenho, banheiros e uma casa para morador.

Será erguido o ‘Memorial da Religiosidade dos Povos do Nordeste’, incluindo o próprio Caldeirão, Canudos, Pedra Bonita, Pau de Colher, entre outros. Uma sala-auditório está prevista no projeto para palestras, aulas, exibição de filmes e exposições, espaço de recepção aos visitantes e uma pequena loja de souvenir (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, Caderno Regional, edição online, 17/03/2009).

Não obstante as propostas apresentadas pela prefeitura, em maio de 2013 o mesmo veículo de imprensa deu conta da paralisação dos serviços de revitalização do “parque histórico do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto”, projeto agenciado pela secretaria municipal de cultura. Na ocasião, a secretária Dane de Jade informou que do projeto de 2009 somente “um espaço, que deveria ser um museu, foi construído no meio do terreno, de forma aleatória [...]. Na verdade, é um espaço físico que não

tem consistência de um museu” (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, Caderno Regional, edição online, 18/05/2013). Para ela, os planos de valorização e preservação de tal patrimônio não poderiam prescindir da construção de um espaço com infraestrutura necessária para acolhimento do turismo, fortalecendo a ideia de que o Caldeirão deveria ter seu uso associado aos roteiros de visitação e lazer sugeridos pela atividade turística.

A presunção de urgência na associação entre memória, turismo e patrimônio cultural, agia no sentido de conter o risco de destruição, tendo em vista que havia certo distanciamento entre o discurso da salvaguarda e a sua apreensão. Digo isso porque a ideia de “vender” o Caldeirão como patrimônio histórico e lugar turístico voltou à tona diante das ameaças à preservação do referido sítio, quando um morador da localidade teria inserido nas imediações do lugar onde supostamente havia sido a casa do beato José Lourenço uma cerca de arame farpado usando, segundo a citada matéria de jornal, “uma das estacas dos escombros da casa que pertenceu ao beato” (idem). Diante de tal situação, a ideia da secretária de cultura do Crato era conter o avanço da degradação do patrimônio por meio de atividades turísticas “com base histórica dos fatos que ocorreram no sítio” (ibidem). Nesse sentido, o passado selecionado como história tornava-se fiador de um projeto que tentava recriar simbolicamente o modo de vida experimentando pelos moradores daquela comunidade, ao mesmo tempo em que exercia o trabalho de mostrar esse lugar de curiosidade e consumo na forma de *souvenir*.

Parece-me conveniente também chamar atenção para a proposta de constituição do Caldeirão como um “parque histórico”. No meu entendimento, tal expressão remete a um recorte temático de acentuado viés ilustrativo e que devotava ao tempo e ao espaço mais veneração contemplativa do que olhar questionador. Nessa perspectiva, suponho que o projeto da secretaria municipal de cultura para o Caldeirão proclamava um tipo de turismo que, a despeito de contribuir para reavivar a história e a memória da comunidade (o processo de ocupação, a organização social, o cotidiano de trabalho e oração, as relações com Igreja), acabava legitimando a representação folclorizada de um modo de vida que “levava mais a sério a ética da solidariedade contida nos Evangelhos” (RAMOS, 2011, p. 84).

Ademais, a intenção da secretaria municipal de cultura reforça o argumento de que a definição dos elementos constituintes do patrimônio cultural, bem como a produção dos atrativos turísticos que dele fazem uso, manifestam-se a partir dos

interesses e condições do presente. Isso implica dizer que os agentes de turismo no Crato se dispuseram a gerir o legado do passado com o propósito de fazer o ele entre os interesses políticos, culturais, econômicos e sociais que vicejavam dos projetos de “resgate” da memória e de afirmação da identidade cultural. Nesse sentido, a patrimonialização do sítio Caldeirão era conveniente porque se constituía como um recurso para outros fins, tornando esse caso exemplar dos modos pelos quais a ativação do patrimônio cultural se configurou como uma importante estratégia dos agentes planejadores do turismo para fomentar e viabilizar projetos que demandavam grandes investimentos públicos, viabilizando ainda a apreciação de determinados bens de natureza material e imaterial como essenciais para a consolidação de uma história, memória e identidade comuns, cujo equivalente aparece nas narrativas turísticas sob a forma daquilo que é designado pelo termo “tradição”.

Com frequência atrelada à cultura popular, essa tradição tem sido constantemente avaliada como próxima do desaparecimento, o que permitiu à propaganda turística dotá-la de uma dimensão evocativa que, além de se esforçar em garantir sua “sobrevivência” pelas vias do turismo e do patrimônio, também investiu num processo de territorialização do Crato como “cidade da cultura” (CORTEZ, 2000).

Carregadas de intencionalidades, tais representações acabaram por se tornar reiterados convites para conhecer e experimentar elementos culturais hipoteticamente herdados de um tempo e de um espaço identificados ao tradicional. Com base nesses elementos, o discurso de promoção da atividade turística seguiu fabricando narrativas sobre o tempo e selecionando suas tradições, embora fosse muito mais interessante para as artes do turismo apresentar-se como “resgate” do que demonstrar-se como invenção.

Todavia, os usos turísticos do patrimônio cultural são resultantes da ação e da decisão humana e, se a elaboração de produtos culturais tinha intenções e desejos de preservação dessa tradição do passado, inventada no presente, ela também denotava disputas simbólicas pelo reconhecimento do Crato como “um importante centro de arte, cultura, tradição, memória e conhecimento”, conforme indicação do folheto produzido pela secretaria de municipal de cultura, intitulado *Crato, a cultura vive aqui*:

Figura 4- Folder “Crato, a cultura vive aqui”, 2014.



Fonte: Prefeitura Municipal do Crato. Secretaria de Cultura. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Acervo pessoal do autor.

Produzido num contexto de celebrações, quando as secretarias municipais de cultura e de desenvolvimento econômico e turismo do Crato buscavam dar visibilidade e atrair visitantes para as comemorações em alusão aos 250 anos de criação da Vila do Crato, o referido folheto estava repleto de imagens cuja intenção era dar conta de todas as possibilidades de aproveitamento turístico da cidade. Um verdadeiro inventário de representações que agia no sentido de territorializar a cultura – afinal, ela viveria ali! –, indicando os lugares a serem visitados pelo turista e criando estratégias de convencimento acerca do Crato como destino turístico privilegiado na região do Cariri.

Demonstrando uma sensibilidade afinada com o ritmo rápido das viagens, em que não há tempo a perder, a proliferação das imagens em detrimento do texto escrito sugere o propósito de fazer tal folheto funcionar como uma espécie de manual prático para o roteiro de visita da cidade, na medida em que a prescrição do roteiro indicava o desejo de fazer o turista desistir de escolhas aleatórias e seguir as orientações ali predeterminadas (BARREIRA, 2012). Além disso, o mesmo mapa geográfico que apontava os atrativos turísticos do município também pode ser

pensado como um mapa simbólico que acentuava as representações de uma realidade imaginada, a fim de que ela fosse reconhecida, valorizada e autenticada por moradores e visitantes como tradições sustentadas diante do turismo ou em decorrência dele. Outro aspecto interessante a ser observado é que as imagens ali exibidas, pensadas para atrair e treinar o olhar do turista (URRY, 2001), ofereciam produtos turísticos intangíveis – a beleza da cidade, a história do lugar, a exuberância da natureza, a riqueza das tradições culturais –, que funcionavam como um quadro paisagístico que buscou instigar desejos de contato e experimentação dos atrativos naturais e culturais da cidade, retratados como eminentemente turísticos porque pretensamente singulares.

Tratando-se de um folheto elaborado por órgãos cuja função era implementar a atividade turística tomada em sua variante de turismo cultural, as representações do tempo e do espaço turístico do Crato contribuíam para a consagração da imagem dessa cidade como lugar turístico por excelência. Aliado a isso, os agentes do turismo, nas suas melhores intenções políticas, apresentavam a importância dessa atividade na consolidação da imagem do Crato como cidade economicamente desenvolvida e sequiosa pela sua fatia de participação na economia globalizada. Porém, limitando-me a esta consideração, corro o risco de deixar na sombra justamente um aspecto essencial e que diz respeito à complexidade da relação entre turismo e cultura, uma vez que ali a atividade turística assumiu duplo papel frente aos bens culturais: ela foi fonte de criação e prática de preservação do patrimônio, contrariando as críticas que lhe atribuíam sentido predatório. Não por acaso, a propaganda turística sublinhou a importância dessa atividade para a formulação de projetos que tinham como objeto a valorização da cultura e a preservação da memória pela via do patrimônio. Cada vez mais, o discurso que falava em nome da tradição seguiu exercendo um papel significativo nas estratégias de promoção do turismo local e nos processos de fabricação do passado.

Com alguma dificuldade de superar entendimentos essencialistas e elitistas da cultura, a propaganda turística do Crato tratou o turismo como uma “indústria da tradição” (URRY, *Idem*, p. 143), tentando passar a impressão de imobilidade do tempo; imaginando a existência do passado como uma época excepcionalmente feliz; revelando o desejo de apresentar uma experiência tida por especial e fora do comum naquela cidade; ansiando por afirmar o “típico” como fosse uma entidade que

realmente existisse e tivesse, de fato, a forma que lhe é atribuída pela propaganda turística.

2.3 “Juazeiro do Norte tem Padre Cícero e muito, muito mais”

Juazeiro que aparece na propaganda é, antes de tudo, uma cidade hiperbólica. No modo como tem sido apresentada pelos guias, folders, catálogos, folhetos de divulgação e notícias de jornal, costuma-se frequentemente adjetivá-la como “melhor”, “maior” ou “mais” que outras localidades, evidenciando a construção simbólica de sua superioridade no contexto das cidades ditas turísticas (BARREIRA, 2003). Nessa condição, a imagem projetada sobre Juazeiro é carregada por atrativos diversos, cultura e serviços de todo tipo, cuja lógica mercantil expansiva atingiria um futuro alentador da prosperidade econômica.

A julgar pelo cenário apresentado pela prefeitura municipal no folder de divulgação turística intitulado *Juazeiro do Norte tem Padre Cícero e muito, muito mais*, a cidade abrigaria uma expressiva gama de oferta turística digna de ser visitada por todos aqueles que estariam à procura de aproveitar o tempo livre:

Juazeiro do Norte é conhecido por muitos como o Oásis do Sertão e como a Terra do Padre Cícero. Mas tem muito mais para mostrar e para oferecer ao mercado turístico, [pois] é considerado o grande reduto da cultura popular e religiosa nordestina. Juazeiro impressiona pela natureza exuberante, pelas manifestações artísticas do seu povo, pelo patrimônio histórico-arquitetônico, pelas inúmeras opções de lazer e diversão, pelo acervo arqueológico e pela forte religiosidade de sua gente [...]. Um roteiro inigualável de beleza, comércio, cultura e fé. Um verdadeiro milagre de lugar, que está esperando por você (IDEM, 2011, p.07).

A descrição das marcas de atração de visitantes contida neste material gráfico – dobradura tipo sanfona, 12 páginas distribuídas em frente e verso, 22 cm de altura x 10cm de largura fechado –, produzido pela prefeitura de Juazeiro e posto em circulação no ano das comemorações do centenário de emancipação política da cidade, além de sugerir “um roteiro inigualável” para a prática do turismo, constituiu um modo de apresentar um projeto de cidade comprometido com o desenvolvimento de uma atividade econômica que encarava os testemunhos da tradição religiosa como algo importante, mas insuficiente às pretensões de realce turístico e valorização comercial da cidade.

Figura 5 - Folder "Juazeiro do Norte tem o Padre Cícero e muito, muito mais". Capa.



Fonte: Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte. Acervo pessoal do autor.

Tratava-se, portanto, da elaboração de uma imagem turística que não se contentava em difundir representações identitárias unicamente vinculadas ao chamado “milagre da hóstia”, embora não deixasse de fazer constantes referências ao papel relevante do Padre Cícero no desenvolvimento urbano e crescimento econômico da cidade. Assim, parece plausível imaginar que, na retórica do governo municipal, dizer que Juazeiro teria “muito mais para mostrar” indicava a intenção de pontuá-lo como destino turístico notável por outros tantos atrativos turísticos, tais como folclore, artesanato, história, cultura e comércio, que se sobreporiam aos “fatos extraordinários” ocorridos no século XIX.

A exportação desse discurso, sugerida pela tradução do folheto para a língua inglesa, aponta a estratégia de propagação de uma imagem que cultuava a ideia de cidade polo de desenvolvimento do turismo, meio pelo qual buscava afirmar seu lugar no espaço das trocas comerciais, incentivando práticas de lazer e consumo e reafirmando a importância que Juazeiro teria no circuito turístico do país. Desse modo,

o referido material tinha a intenção de demonstrar a ocorrência de uma outra experiência “milagrosa”, mas que pouco ou quase nada tinha de sagrada. O milagre do crescimento de um lugar improvável, que se tornou centro de atração das devoções religiosas, incentivou um constante fluxo de peregrinos, incrementou o comércio agrícola e ferveceu a produção artesanal. “Milagre de lugar”: lugar comum que ajudou a construir uma imagem ainda mais incisiva de cidade “predestinada a um futuro grandioso que jamais será detido pela inércia ou omissão” (GUIA TURÍSTICO DE JUAZEIRO, 2000, p.128). Assim, segundo os padrões do mercado de produção e consumo de bens culturais, Juazeiro se apresentaria apto ao aproveitamento turístico, logo, o turismo estaria dominando o espaço. Mas os planejadores dessa atividade também esperavam que ela pudesse dominar o tempo.

Nos diversos informativos turísticos sobre Juazeiro, a relação entre passado, presente e futuro é uma marca recorrente. Ali, as narrativas se interessaram em mostrar o “progresso” da cidade, sugerindo uma “evolução” que seria compatível com as demandas da economia capitalista, pondo em evidência a dinamização do comércio, a modernização urbana e a construção de espaços e equipamentos voltados à economia do lazer. Nessa perspectiva, os discursos de promoção do turismo em Juazeiro sinalizaram para um movimento linear, cujo sentido ia ao encontro de um tempo progressivo, no qual o presente foi sendo percebido como campo de possibilidades para a construção do futuro.

Vale salientar que, mesmo quando a propaganda turística de Juazeiro apresentou uma abundante lista de atrativos, as qualidades reais ou ideais da cidade aparecem vinculadas diretamente ao Padre Cícero Romão Batista, sendo realçado seu papel relevante para o grau de importância que teria a cidade no contexto nacional. Desse modo, uma das características do discurso de promoção do turismo em Juazeiro diz respeito a certo pendor ao passado como forma de incrementar uma atividade econômica que enxergava o patrimônio cultural como recurso turístico singular e rentável:

Passear pelas ruas de Juazeiro, sobretudo ir de encontro [sic] ao que a cidade mais oferece como fonte de renda em turismo, é encontrar um patrimônio arquitetônico de grande valor principalmente para turistas e visitantes. Quem pensa que a figura do Padre Cícero está tão somente voltada à religiosidade e à fé certamente não viu o lado de um padre ocupado com a cultura e com o desenvolvimento de seu povo [...]. Hoje, [...], a cidade se prontifica para oferecer uns pontos

turísticos para lá de culturais [...] que garante ao roteiro conhecer um pouco da história de um homem que fez surgir, num curto espaço de tempo, uma das maiores cidades do norte e nordeste do Brasil [...]. São roteiros de fé, são casas de oração e penitências, mas são também parte da história de Juazeiro, faz parte do patrimônio artístico, cultural, turístico e arquitetônico da meca do Cariri [...]. Para os turistas, visitantes e moradores deste lugar é possível que entre a fé e a devoção surja também um valor cultural que seja cada vez mais preservado e enfatizado como riqueza patrimonial da famosa formosa Juazeiro do Norte, [...], e assim, todo este passado de valor estará presente no futuro (JORNAL DO CARIRI, 02/02/02, p.04).

Apresentada no editorial de cultura do Jornal do Cariri, essa proposta de fomento do turismo em virtude do patrimônio cultural de Juazeiro adquiria um sentido de reflexão sobre a própria história da cidade, que queria se dar a conhecer em conformidade com os ideais de progresso e civilização da chamada modernidade. Na tentativa de capturar o sagrado pelo turismo, a indicação desse roteiro parecia ter o objetivo de suprir as necessidades materiais e espirituais de visitantes e moradores. Nesse plano, Juazeiro seria um lugar turístico pelo suposto grau de cultura e desenvolvimento que possuía, e o “culto racionalizado” ao padre Cícero (RAMOS, 2012, p. 16) nos museus, por exemplo, seria uma oportunidade ideal “para ampliar os conhecimentos e valorizar a cultura deste lugar” (JORNAL DO CARIRI, 02/02/02, p. 04). No espaço das igrejas, a relevância da religião católica seria complementada pela expressão memorial do tempo das construções, cujas características arquiteturais ali presentes funcionariam como indicativo da “entrada” de Juazeiro num novo tempo. Tal proposta era, portanto, um roteiro narrativo da trajetória “progressista” da cidade, que aliava memória, turismo e consumo. Ao mesmo tempo, era um discurso sugestivo da elaboração da memória pelo patrimônio, cujo teor histórico e cultural representariam, em alguma medida, um modo de restituição da história do desenvolvimento de Juazeiro, geralmente associado ao crescimento econômico e à modernização urbana.

Constituídos na interface dos tempos, patrimônio e turismo promoveram a divulgação de símbolos identitários que visavam instituir imagens correspondentes ao imaginário de Juazeiro do Norte como modelo luminoso para as demais cidades da região do Cariri. Assim foi no caso da construção do chamado “Luzeiro do Nordeste”, uma imensa torre de aço situada no meio do caminho que vai do centro da cidade em direção à estátua do Padre Cícero Romão Batista, cuja simbologia do termo teria sido

inspirada na passagem bíblica que narra o episódio do surgimento da luz criadora do mundo (ARAGÃO; OLIVEIRA, 2013).

No projeto inicial, submetido à apreciação da câmara municipal de vereadores no final do ano de 1999, durante a gestão do prefeito Mauro Sampaio, a construção do luzeiro faria parte das comemorações dos 500 anos do Brasil, com o aval do então Ministro de Estado do Esporte e Turismo, Rafael Greca, que autorizou a liberação de quatrocentos mil reais para a implantação da torre. Todavia, o Tribunal de Contas da União constatou uma série de irregularidades relacionadas ao projeto, questionando ainda sua relação com a efeméride, visto que a cidade de Juazeiro não guardaria nenhuma “ligação histórica com o fato [do ‘descobrimento’]” (DOU, 04/10/2002, p.130).

Diante das circunstâncias, não demorou muito para que o projeto do Luzeiro passasse a ser levado adiante pelo governo estadual, por meio da sua secretaria de infraestrutura e em parceria com o Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes (DERT), fazendo parte da estratégia política de definir os marcos simbólicos da entrada do Ceará no novo milênio. A partir do ano de 2003, as obras da torre integraram o projeto de interiorização do turismo do governo Lúcio Alcântara (2003-2006), em sintonia com a proposta federal de geração de produtos turísticos que contemplassem as diversidades regionais, conforme as metas estabelecidas no Plano Nacional de Turismo para o período 2003-2007.

Representada na propaganda oficial como “um novo destino turístico” que sinalizava perspectivas alvissareiras para a dinamização da economia do município, a torre do luzeiro foi inaugurada às dezenove horas do dia primeiro de novembro de 2005 pelo governador do estado, que esperava com aquele equipamento “fomentar o turismo por meio do marketing religioso, além de promover o aquecimento da economia local, gerando emprego e renda à população de Juazeiro e da Região do Cariri”³⁵.

Metáfora para a pretensa condição de destaque da cidade, as proporções da torre – trinta e oito metros de base, duzentos e cinquenta seis toneladas de aço distribuídas em cento e treze metros de altura, além de apresentar no topo uma cruz sobre uma esfera, representando o mundo, – foram diversas vezes comparadas à presumível grandiosidade econômica de Juazeiro e a frequente apresentação desses

³⁵ Cf. ZANINI, Wilson. Governo do Estado inaugura Torre do Luzeiro do Nordeste, 01/11/2005. In: http://www25.ceara.gov.br/noticias/noticias_detalhes.asp?nCodigoNoticia=15890 Acesso em 21 de janeiro de 2016.

dados em jornais, páginas da internet e catálogos turísticos pode ser interpretada como um modo de dar legitimidade ao comprometimento de recursos públicos em função de tal empreendimento.

Estrategicamente situado entre duas grandes áreas de visitação da cidade – de um lado estão a Basílica Menor de Nossa Senhora das Dores, o Museu Padre Cícero (casa onde morreu o sacerdote), e a Capela do Socorro (local onde o corpo do padre está sepultado); do outro lado, está a Colina do Horto, que abriga a estátua do padre Cícero – o “Luzeiro do Nordeste”, do sertão ou do Juazeiro, nomes pelos quais também foi “batizado”, aparecia como centro catalisador de significados diversos: políticos e econômicos, posto que Juazeiro seria um importante centro de contribuição ao desenvolvimento do Estado do Ceará, exercendo na economia um efeito multiplicador capaz de gerar uma rede de serviços que demandavam empregos e também a cobrança de impostos; turísticos e culturais, através da construção de um parque temático nas imediações do Luzeiro, onde seria instalada uma cidade cenográfica composta pela reprodução da capela e das casas do antigo povoado de Tabuleiro Grande, além do plantio das três árvores que deram nome à cidade. Desse modo, o poder público (municipal e estadual) apostava nos possíveis impactos positivos da torre e se comprometia com a propaganda e o marketing apropriados a uma cidade que buscava se afirmar “vocacionada para o turismo, de forma especial o turismo religioso, que retrata o mais puro e verdadeiro testemunho da fé cristã” (GUIA TURÍSTICO DE JUAZEIRO DO NORTE, 2000, p. 03).

Porém, por mais que a prefeitura municipal, o governo do estado e mesmo a Igreja Católica tenham se esmerado na convergência desses interesses, a ideia de inculcar um “efeito Torre Eiffel” (ARAGÃO; OLIVEIRA, 2013, p. 132) entre os visitantes e moradores de Juazeiro não surtiu o efeito desejado. Tampouco consolidou-se a funcionalidade turística do Luzeiro, a despeito do capricho na iluminação da torre para sua inauguração, da realização de missa e cerimônia de benção do equipamento e, mais tarde, dos planos de construção de um teleférico que o ligaria à estátua do Padre Cícero, como parte das “obras estruturantes” a serem realizadas em face das comemorações do centenário de Juazeiro, mas que até o ano de 2017 não conheceram resultados práticos.

Anos depois da feérica inauguração, o Luzeiro do Nordeste continuava repercutindo na imprensa local. De modo pouco amistoso, o jornalista Roberto Bulhões definiu a torre como “prova cabal do desperdício do dinheiro público”.

Qualificado como um verdadeiro colapso e denunciado pelo estado de má conservação, além dos usos conflitantes com a proposta inicial, o luzeiro foi avaliado pelo referido jornalista como um equipamento “sem a menor serventia”³⁶.

Decerto, a discussão acerca da utilidade do luzeiro colocou em pauta representações voltadas para a questão da constituição e legitimação de um espaço que deveria ser moldado a partir de valores e hábitos de consumo vinculados à atividade turística do novo século, atualizando o debate que ganhou espaço na imprensa local na primeira metade dos anos 2000, quando se perfilava uma estratégia de transformação da cidade de Juazeiro a fim de garantir sua inserção no fluxo da economia do turismo. A matéria do Jornal do Cariri, “Acorda, Juazeiro!”, assinada pelo escritor Daniel Walker, tornou explícita as tensões sobre esse tema:

A comunidade precisa se conscientizar de que é impossível deixar a economia do Município atrelada exclusivamente às romarias, pois elas podem ter seu fluxo diminuído por vários motivos e todos muito fáceis de ocorrer, como por exemplo, seca, enchentes, medidas econômicas emergenciais, fiscalização rigorosa nas estradas etc. [...]. Por isso, é preciso, urgente mesmo, se buscar outras alternativas para incrementar o desenvolvimento econômico desta terra. O turismo, por exemplo, seria uma boa pedida, mas seria necessária uma verdadeira cirurgia plástica para melhorar o visual da cidade, pois fazer de Juazeiro uma cidade turística implica, entre outras coisas, melhorar a educação do povo, o visual das lojas, organizar o caótico trânsito, acabar com os mendigos da Serra do Horto, retirar as barracas da praça da Matriz, renovar a frota de táxis da Rodoviária e adotar o uso de taxímetro, diminuir a violência, embelezar a cidade, zelar pelos pontos turísticos, inaugurar museus, valorizar os vultos históricos e por aí vai. Como Juazeiro pode ser considerada uma cidade turística se não tem sequer um guia turístico atualizado e cujo trânsito, caótico por natureza, faz o turista (ao dirigir pelas ruas) deparar-se com bicicletas, motocicletas, carrinhos de mão (e de picolés, e de chás, e de iogurtes [...])? E o que dizer do comércio que aí está para atender aos visitantes, na maior parte constituída por lojas feias, mercadorias nas calçadas (e até penduradas nas marquises) e barracas cobertas de plástico (aquele preto horroroso)? Como Juazeiro pode ser uma cidade turística se até hoje não conseguiu montar uma agência de turismo receptivo, embora tenha sido dado diversos cursos para esse tipo de atividade? Como ser uma cidade turística se a estação de passageiros do aeroporto de tão pequena chega a reunir num mesmo recinto os setores do check in, embarque e cantina? Conclusão: Juazeiro possui atrações turísticas, mas ainda não é uma cidade turística. E se continuar como cidade de peregrinação não irá muito longe. [...]. Então, acorda, Juazeiro! (JORNAL DO CARIRI, 12/02/04, p. 03).

³⁶ Cf: BULHÕES, Roberto. “O ‘Luzeiro do Sertão’ ou ‘Torre do Nada’ completa sete anos sem a menor serventia”. Disponível em: <https://cratonoticias.wordpress.com/2012/10/23/juazeiro-do-norte-ce-o-luzeiro-do-sertao-ou-torre-do-nada-completa-sete-anos-sem-a-menor-serventia/>. Acesso em 22 de janeiro de 2016.

A importância dessa citação reside no caráter emblemático que ela revela. Para efeito da análise aqui empreendida, trata-se de uma síntese dos discursos adotados pelos agentes planejadores do turismo em Juazeiro como parte da estratégia de colocá-lo no “mapa” turístico do país. Assim, a argumentação do jornalista Daniel Walker assumia explicitamente a necessidade de transformar a própria cidade em mercadoria, adaptando seu espaço aos “novos tempos”. Para ele, de duas coisas uma: ou Juazeiro se modernizaria para garantir seu lugar num mercado cada vez mais competitivo, deixando de ser uma “cidade de peregrinação” para ser, de fato, uma “cidade turística”, ou então seria alijado do circuito da economia do turismo, fora do qual parecia não haver mais esperanças. Na sua visão, um mesmo fio conectava a ação política de entidades públicas e privadas à reação econômica do município e, por isso, ele investiu num discurso de modernização da cidade sobre o qual imperava uma ideia de tempo solidamente apoiada no sentido de “avanço”, o que implica afirmar que o passado era reconhecido como um tempo a ser superado, mas não abandonado por completo, posto que servia de referência contrastante para o devir. Assim, Juazeiro deveria figurar como lugar da atuação de um outro tipo de tempo, moderno e agilizado, em oposição ao hipotético marasmo do passado. Isso incluía tomar conhecimento das disponibilidades locais e desenvolver um plano de ação apropriado ao nicho do mercado turístico, fazendo Juazeiro sair do estado de letargia a que estaria submetido para mirar no futuro, abandonando práticas e costumes de um passado supostamente arcaico que tornava o presente repleto de infortúnios.

Parte considerável daqueles problemas, segundo a interpretação de Daniel Walker, resultava do absenteísmo do poder público local em desenvolver seu papel de agente do investimento de recursos e da sistematização de políticas voltadas ao setor turístico. Lamentavelmente, disse ele, “colocar o destino de Juazeiro nas mãos dos políticos parece não ter sido um bom negócio” (Idem). No seu entendimento, a solução viável para tais questões seria delegar a responsabilidade do desenvolvimento econômico de Juazeiro a entidades de classe que congregassem as “forças produtivas do município”, teoricamente capazes de reconhecer a importância da adequação às demandas do mercado turístico e de definir os serviços a serem comercializados. Postulava-se, assim, uma estratégia de crescimento econômico vinculada à modernização da cidade que, por sua vez, estava consubstanciada em interesses privados, emprestando ao planejamento turístico uma imagem

despolitizada, deixando entrever a ideia de que o ritmo e o regulamento da atividade fariam parte da própria natureza do processo produtivo e não dependeriam da mera vontade político-partidária.

Contudo, no bojo desse processo de “empresariamento” da cidade (SANCHEZ, 2010, p. 32), o capital privado precisou fazer alianças com a administração pública, ambos desempenhando papel fundamental na organização da atividade turística, e se encarregando também de difundir o ideário desse setor como futuro inexorável da cidade. Nesse sentido, o discurso de fomento, promoção e apoio ao turismo em Juazeiro do Norte passou a perseguir o objetivo de tornar a cidade o “único centro consumista da região” (ANUÁRIO DO CEARÁ, 2002, p. 87).

Na narrativa de guias, catálogos e folhetos turísticos, assim como em diversas notícias de jornal, pude constatar a frequente presença dos números relativos ao movimento do comércio de Juazeiro como indicadores da prosperidade econômica e turística local. De modo geral, esses dados eram apresentados para definir a atividade comercial como marca registrada do município, cujos índices seriam “grandiosos até se comparados aos da Capital” (IBIDEM). No ano de 2002, por exemplo, a prefeitura de Juazeiro estimava em dois milhões o número de visitantes e, segundo os cálculos da Câmara de Dirigentes Lojistas da cidade, isso representava a injeção anual de, no mínimo, trinta milhões de reais no município, valor equivalente à metade do orçamento municipal previsto para aquele ano.

Se, de um lado, a divulgação desses números pressupunha a prosperidade econômica e dava visibilidade para o comércio de Juazeiro, por outro, também indicava que sua importância poderia ser prejudicada, em termos de ganho de competitividade, caso a questão da informalidade não fosse rapidamente resolvida. Nesse sentido, a estrutura de (des)organização do comércio de Juazeiro foi avaliada pela jornalista Daniela Cronemberger como objeto exótico, que distorcia padrões de desenvolvimento econômico e turístico, e contrastava com a disciplina e controle hipoteticamente requeridos pela modernidade urbana no limiar do século XXI, conforme exemplifica o trecho de sua fala extraída do *Anuário do Ceará*:

O Centro do município resume-se em um enorme comércio ao ar livre. O calor e o sol forte formam o cenário de uma mistura de lojas e comércio informal que, dos dois lados, parece espremer a rua São Pedro, onde se concentram os serviços da região. Bem próximo dali, a poluição visual do Mercado Central confunde ainda mais os olhos. De um lado, abacaxi, banana, chuchu. Um passo a mais e o vendedor

grita oferecendo vestido de noiva, foice, bateria de relógio. A máxima 'vende-se de tudo' é o bordão perfeito de Juazeiro (IDEM, 2002, p.87).

O amadorismo e o caráter informal do comércio da cidade também foram alvos da atenção do Governo do Ceará, que através do Programa de Desenvolvimento Urbano do Estado (PROURB) produziu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Juazeiro. Finalizado no ano 2000, o PDDU observou as características do comércio local não tanto como exóticas, mas como barreiras ao alcance de metas e objetivos estabelecidos pelo governo estadual com vistas ao desenvolvimento do setor terciário. Assim, foi elaborado um planejamento estratégico que tinha como objetivo central tornar Juazeiro “um centro de referência regional [...], funcionando como centro econômico do interior do Nordeste” (PDDU, 2000, p. 01). Tratava-se, portanto, de um projeto que visava transformar Juazeiro do Norte em modelo a ser replicado pelos grupos políticos e empresariais que procuravam inserir-se na ordem econômica globalizada.

Subjacente à noção administrativa de “plano estratégico” nota-se, mais uma vez, o imperativo do tempo. Ele era o argumento que impunha a necessidade de mudança e firme posicionamento frente à competição econômica, como se Juazeiro estivesse numa disputa pela conquista do protagonismo político-empresarial no interior do estado, quiçá de todo o Nordeste. Prefigurando cenários do futuro, o PDDU tratou as atividades comerciais e turísticas de Juazeiro como prioridades em seis das oito linhas de ação apresentadas no projeto. Uma dessas linhas, aliás, era voltada à elaboração de uma “política agressiva de marketing institucional, de forma a evidenciar as vantagens competitivas atuais do Município” (IDEM, p. 02), demonstrando o comprometimento dos elaboradores do documento com a difusão de imagens e discursos sobre a cidade que oferecessem legitimidade às políticas de modernização urbana empreendidas pelo poder público em parceria com a iniciativa privada, afinal, um plano diretor não é tão somente um projeto de racionalidade técnica, que qualifica os espaços em seus aspectos meramente físicos, muito menos um produto exclusivo dos interesses especulativos econômicos. Aliados a esses critérios, um plano diretor forja preocupações espaciais que emprestam significados culturais às cidades, nesse sentido, é uma produção cultural pródiga em representações, que determina os usos adequados do espaço urbano, enquanto

exclui outros e tolera alguns. É, pois, um trabalho de representação dos espaços físicos que não está imune aos espaços de representação simbólica sobre os lugares.

Desse modo, não parece exagero inferir que o marketing “agressivo” proposto no PDDU de Juazeiro representava o processo de “venda” da cidade para um mercado interessado em agilizar os fluxos de consumo de mercadorias e serviços especializados, sobretudo na atividade comercial do turismo. Então, a força midiática na representação das vantagens do investimento de capital em Juazeiro de Norte concorreria para tornar mais plausível a imagem de cidade economicamente próspera que estava sendo construída pelos governos estadual e municipal às vésperas do novo milênio.

Em alguma medida, isso explica as constantes referências de guias e folhetos de divulgação turística ao comércio como um dos principais atrativos da cidade. Em 2011, por exemplo, o já citado folheto turístico *Juazeiro do Norte tem Padre Cicero e muito, muito mais*, além de promover ampla difusão de “um comércio forte que atrai toda a região” (IDEM, p.04), demonstrou também notável tendência de enaltecimento e valorização do efeito que os variados centros de compras e sua “infinidade de produtos” teriam sobre o fluxo turístico da cidade. Todavia, essa associação tornou-se recorrente antes da virada do século, sobretudo no final da década de 1990, quando da inauguração do “primo rico” do comércio de Juazeiro: o Cariri Shopping.

Segundo informação disponível na página da internet do grupo empresarial que administra o shopping, o empreendimento teria sido o primeiro no interior cearense, influenciando “nos costumes e hábitos da população, que passou a contar com as novidades da moda e de marcas consagradas”³⁷. Na época da inauguração, novembro de 1997, o Cariri Shopping buscava afirmar a inserção de Juazeiro do Norte na comunidade de consumidores de bens e mercadorias integrados à economia do lazer e do turismo. A instalação desse espaço de consumo tornou possível a difusão de signos turísticos que exibiam a “diferença” de Juazeiro frente às demais cidades do interior nordestino. O incremento dessa diferenciação seria, então, capaz de atrair mais visitantes, aumentando o fluxo turístico e favorecendo esse segmento do mercado.

A preocupação de não parecer um espaço fora do tempo fez com que os empreendedores do shopping investissem na ampliação de sua área física, exibindo,

³⁷ Cf: <http://www.grupotenco.com.br/portfolio-item/cariri-garden-shopping/#sthash.EtTQtrzP.dpuf>
Acesso em 07 de fevereiro de 2016.

a partir de 2012, a denominação Cariri Garden Shopping, mudança que estaria “em sintonia com o novo momento de crescimento do Cariri”, segundo a reportagem da jornalista Elizângela Santos para jornal Diário do Nordeste (26/06/2012, Caderno Regional online). Na ocasião de reinauguração, a superintendência do empreendimento destacou o papel de impulso ao comércio e ao turismo que seria dado pelo shopping: “maior arrecadação de impostos para a cidade, geração de empregos para a população local, valorização imobiliária, crescimento turístico e organização do comércio local” (IDEM). Tornado simbolicamente eficiente, um empreendimento privado funcionava então como instrumento da consolidação de uma agenda pública, difundindo propostas de mudanças nos modos de vida e nos hábitos de consumo da cidade que tinha pretensões de assumir posição dominante no mercado de implementação de grandes empreendimentos comerciais. Esse discurso empresarial foi encampado pelas autoridades políticas, se utilizando de uma retórica persuasiva que desejava conformar uma leitura oficial da cidade: a vertente econômica apresentaria fatos inquestionáveis que configuravam uma afirmação política da competência e da hegemonia comercial de Juazeiro.

Nesse processo de construção dos valores materiais e simbólicos de Juazeiro, outros centros de compras da cidade tiveram sua importância assinalada enquanto indutores do movimento turístico e de consumo do “típico”. Foi o caso do Mercado Central, divulgado numa matéria de jornal como “um local de grande atração turística e comercial do município”:

Para quem é amante de produtos culturais e artísticos confeccionados manualmente pelos inúmeros artesãos residentes em Juazeiro do Norte, não pode deixar de fora da agenda os pontos interessantes que a cidade oferece como visita, sobretudo como pontos turísticos, comerciais e patrimoniais que revelam boa parte da história [...]. Nesse sentido, o Mercado Central de Juazeiro oferece um bom roteiro [...] descrevendo a verdadeira identidade e vocação do município [...]. Em outras palavras, o Mercado Central é um espaço amplo que oferece uma diversidade de produtos e serviços para agradar até mesmo os olhos dos turistas e visitantes mais exigentes (JORNAL DO CARIRI, 02/08/02, p.05).

Apesar da evidente sugestão da comercialização de produtos com base no desejo e exigência dos visitantes, creio que um dos pontos centrais desse conselho referia-se à atividade do turismo como algo que não estaria restrito a aspectos estritamente comerciais, visto que as recomendações de visita ao mercado central

presumiam um contato intenso com a “verdadeira identidade” de Juazeiro, chegando a afirmar que seria displicência dos eventuais turistas da cidade deixar de visitá-lo e, mais ainda, de lá sair sem levar “uma pequena lembrança para recordar quando estiver em sua cidade de origem” (Idem), afinal, parte daquilo que é consumido como identidade cultural se refere ao lugar no qual o objeto de consumo foi produzido. Nesse sentido, ao turismo se atribuía a função de ligar os interesses econômicos, culturais e sociais da cidade, e o consumo dos “produtos culturais e artísticos”, que estariam associados à história de Juazeiro, constituía um modo de defesa da “identidade” que lhe seria próprio, servindo também para mediatizar experiências no tempo e no espaço, tornando possível a promoção turística das tradições culturais da cidade. Por fim, gostaria de assinalar o emprego da palavra “história” na citação, pois entendo que ela apareceu para evidenciar uma relação de complementaridade com o comércio, reforçando o estereótipo da “vocaçãõ” por meio da aliança entre características culturais e necessidades econômicas. Assim, o crescimento do turismo teria muito a ver com o reconhecimento da importância histórica desse e de outros centros de produção artesanal, garantindo legitimidade aos processos de produção social de Juazeiro enquanto cidade turística.

De modo semelhante a um guia ou mapa de visitaçãõ turística, diversas notícias de jornal apontaram os variados centros de compras de Juazeiro do Norte como locais que seriam verdadeiros redutos da cultura e da tradiçãõ. Preconizando roteiros obrigatórios de visitaçãõ, tais indicações reiteravam símbolos identitários que construía uma ideia de autenticidade que, a despeito de ser encenada (ALMEIDA, 2003), foi fundamental para o discurso de promoçãõ e consumo de imagens e produtos turísticos da cidade, sempre em busca de um ou mais elementos distintivos. Dessa forma, alguns lugares tornaram-se atrações turísticas obrigatórias devido a essa procura de significados originais, conforme se pode notar, mais uma vez, nas páginas do Jornal do Cariri, numa matéria que assinalou a importância da oferta e do consumo cultural de emblemas que seriam os pilares da identidade local:

O Centro de Cultura Popular Mestre Noza é dos espaços mais valorizados pelos visitantes que vem a Juazeiro do Norte para conhecer a cidade, a sua cultura, o seu artesanato e a sua religiosidade. Além de romeiros e peregrinos, turistas encantam-se com a beleza do lugar, sobretudo com a riqueza e raridade do artesanato que aqui é encontrado com facilidade [...]. Sendo um lugar de parada obrigatória ao turista, o Centro de Cultura Popular Mestre

Noza [...] é um referencial de arte e cultura em todo o Brasil [...], pois lá funciona uma oficina-museu de produção de peças de raríssimos valores histórico, social, cultural e artístico, que contam a história de um lugar, [...], sendo a memória inteira de um povo inteiro, [...], promovendo assim o patrimônio de grande valor para toda uma sociedade (JORNAL DO CARIRI, 05/07/02, p. 05).

Sedimentando uma realidade cultural que foi montada a partir da junção das funções estética e utilitária do artesanato, a narrativa do referido órgão de imprensa atribuiu-lhe um caráter patrimonial que solicitava coerência com o alcance do turismo e sua vertente cultural emergente em Juazeiro. O que se depreende do trecho citado é a ideia de estabelecer uma função social de (re)inserção dos bens culturais, de modo a definir o centro Mestre Noza não apenas como um cenário turístico ou um mero centro de compras, visto que a ele foi atribuída uma importância social que seria definidora da dinâmica econômica e cultural daquela cidade, reafirmando seu papel simbólico na constituição de uma identidade regional. Dessa maneira, as “peças de raríssimos valores” ali produzidas serviriam como mostruário da “identidade”, “memória” e “patrimônio” de “um povo inteiro”, sendo tais categorias utilizadas como instrumentos de reforço da importância do turismo na efetivação do potencial da cultura como geradora do desenvolvimento local, uma vez que havia grande expectativa que a presença de turistas demandasse serviços estimuladores tanto da produção artesanal quanto da dinâmica cultural.

Nota-se semelhante entendimento acerca da potencialidade das atividades culturais para o setor da economia do turismo no *Guia de Negócio Empresarial da Associação Comercial e Industrial de Juazeiro*: “a atividade turística está de tal modo atrelada aos valores socioculturais, que seria difícil pensar em desenvolvimento turístico de uma cidade sem a divulgação simultânea dos valores culturais que lhes são próprios” (2005, p.10).

Nos casos citados, é possível observar os modos pelos quais a atividade turística, quase sempre classificada como a grande ameaça para a manutenção da “autenticidade” cultural, estava sendo acionada para espantar o fantasma da “destruição” ou “perda” dos bens culturais da cidade (GONÇALVES, 2015), o que reforça meu argumento de que o turismo em Juazeiro, assim como em Barbalha e no Crato, teve a dupla função de criar e dar sentido ao patrimônio cultural, agregando-lhes valor de uso e de consumo, e que investiu nos processos de patrimonialização como meios eficazes de multiplicar o número de visitantes.

Mirando as oportunidades turísticas que a valorização do patrimônio cultural poderia gerar, diversos agentes públicos e privados se ocuparam da divulgação de imagens de Juazeiro como um destino repleto de atratividade, acompanhando a perspectiva de pôr o turismo a serviço do desenvolvimento econômico da cidade. Nesse sentido, a estratégia de convencimento da suposta vocação de Juazeiro para a atividade do turismo não estava voltada apenas aos potenciais turistas, mas, sobretudo, aos empresários do setor, conforme demonstra o livreto *Caminhos do Fazer – Guia de Produtos Associados ao Turismo*, produzido pelo Ministério do Turismo em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), publicado em 2010, durante o 38º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens/Feira das Américas, no Rio de Janeiro.

O referido guia, idealizado para promover alternativas para o turismo “vinculadas aos saberes e fazeres locais, que possam enriquecer roteiros turísticos desenvolvidos e comercializados pelo Brasil” (Idem, p.02), destacou a produção artesanal de Juazeiro do Norte como uma atividade produtiva pungente, que oferecia “do simples *souvenir* de gesso a grandes esculturas finamente executadas com argila e fibra de vidro”, bem como deu ênfase à possibilidade da interação social entre “produtores da cultura” e os consumidores dos serviços turísticos: “diversos grupos com o que há de mais representativo no folclore do Cariri [e suas] apresentações podem ser vistas em qualquer época do ano se devidamente agendadas” (p.47). Desse modo, a narrativa do guia “Caminhos do Fazer” instituiu representações culturais condizentes com a proposta de tornar Juazeiro conhecida como uma cidade de ampla oferta de bens culturais, junto aos quais se associavam interesses políticos e econômicos na formação do destino turístico.

Como o objetivo da publicação era agregar valor ao roteiro dos destinos turísticos ali selecionados³⁸, os organizadores do material sugeriram aos operadores de turismo um itinerário de visitação em que quase todos os serviços ofertados teriam

³⁸ Os dezesseis destinos selecionados representavam cada uma das cinco regiões do país. Foram eles: Rio Branco (AC), Manaus (AM), Belém (PA), Mata de São João (BA), Nova Olinda e Juazeiro do Norte (CE), Parnaíba (PI), Bezerros (PE), Caicó (RN), Aracaju (SE), Cuiabá (MT), Brasília (DF), Paraty (RJ), Tiradentes (MG), Bananal (SP) e Pomerode (SC). Segundo o então Ministro de Estado do Turismo, Luiz Eduardo Pereira Barreto Filho, a ideia era “apoiar a promo o e comercializa o dos destinos turísticos por meio da identifica o e registro de produtos com representatividade cultural e identidade regional”. Dessa forma, os produtos associados ao turismo no guia foram apresentados em três diferentes categorias, quais sejam: a) unidades produtivas – reunindo a produ o do artesanato, agropecuária e agroindustrial e industrial; b) manifesta es e grupos culturais – música, dança, teatro, artes plásticas, literatura e folclore; c) culinária – ingredientes locais e pratos tradicionais. Cf: *Caminhos do Fazer – Guia de Produtos Associados ao Turismo*, 2010, p. 02 e 06.

de estar ao alcance dos turistas no momento e no lugar em que fossem produzidos. Ou seja, organizava-se um roteiro que seria ideal para os investidores pela possibilidade de oferecer aos visitantes o contato com os sinais “típicos” da cultura local e suas expressões artísticas ditas exemplares:

- 1- A visita ao Centro de Artesanato Mestre Noza, no centro de Juazeiro, é indispensável. Lá o turista encontrará grande variedade do artesanato local e poderá ver os artesãos produzindo.
- 2- Informe-se com antecedência da programação e ofereça ao turista a oportunidade de assistir apresentações de Reisados, Bacamarte, Dança de Côco, Banda Cabaçal, dentre outras.
- 3- Inclua visita à Lira Nordestina, que abriga importante acervo do cordel e da xilogravura.
- 4- Programe visita ao Memorial Padre Cícero em Juazeiro, onde pode ser conhecida a sua história e visto o acervo de seus objetos pessoais.
- 5- É obrigatória a visita do turista à estátua do Padre Cícero na Serra do Horto, a terceira maior do mundo em altura, medindo 33 metros [sic] (CAMINHOS DO FAZER – GUIA DE PRODUTOS ASSOCIADOS AO TURISMO, 2010, p. 49).

Num trabalho de definição dos elementos que contribuiriam para aumentar a atratividade da cidade enquanto produto turístico, cada uma dessas sugestões tinha a intenção de oferecer o diferencial para que o turista se encantasse e prolongasse sua estadia em Juazeiro, mobilizando diferentes recursos que concorriam para a (re)criação de imagens atrativas do lugar. Em todas elas, porém, um mesmo elemento comum: a acentuada atração pelos equipamentos e produtos culturais que seriam dotados de elevado valor patrimonial e simbólico, ressaltando o princípio de que Juazeiro não seria apenas uma cidade de trabalho e oração, mas também um lugar capaz de captar mercado e fluxos turísticos que viam na cultura o elemento por excelência da identidade local e, conseqüentemente, o recurso que mais interesse e curiosidade suscitaria entre os turistas.

É conveniente ressaltar que esse tipo de promoção turística se ligava a processos de seleção e visibilidade de certas características locais que, invariavelmente, causaram o esquecimento ou desprezo de outras, geralmente aquelas que poderiam ser usadas para tensionar o discurso que buscava criar ambientes atrativos para turistas e investidores em potencial, quais sejam: áreas urbanas degradadas, falta de saneamento básico e de coleta de lixo, deficiente infraestrutura receptiva, desgaste dos pontos turísticos, entre outras. Nessa

perspectiva, os signatários da *Carta de Juazeiro do Norte*, documento resultante do 4º Encontro Nacional das Cidades Históricas e Turísticas e 4ª reunião do Grupo de Trabalho de Turismo Religioso, realizado entre os dias 01 a 03 de setembro de 2011, no Memorial Padre Cícero, discutiram estratégias conjuntas de enfrentamento das dificuldades do segmento de turismo cultural e religioso no país, destacando a importância da propaganda turística na promoção, ordenamento e estruturação do setor, conclamando as autoridades, os empresários e a sociedade civil organizada para construir uma nova política para o desenvolvimento do turismo nas chamadas “cidades históricas e turísticas” do país, com base no fortalecimento de imagens que reafirmassem o compromisso e a disposição destes lugares com o “desenvolvimento econômico e social, justo e solidário” (CARTA DE JUAZEIRO, 2011, p. 02).

Assim, os discursos ligados à promoção do turismo em Juazeiro costumaram acentuar determinados tópicos positivos sobre a cidade a fim de solidificar no imaginário coletivo a ideia de uma realidade urbana que estaria em consonância com critérios de modernização da economia teoricamente impostos pela atividade turística no século XXI. Na sua forma descritiva, esse imaginário se faz evidenciar em frases ou expressões que buscam criar uma concepção generalizada sobre a cidade, tais como “terra de fé e progresso”³⁹ ou “capital da fé e berço da cultura popular”⁴⁰.

Mais ou menos institucionalizadas, essas representações simplificam uma realidade social mais complexa e tendem a qualificar a cidade a partir dos superlativos de preeminência, construindo e reforçando um olhar que percebe Juazeiro como a cidade “mais desenvolvida do interior cearense” e teoricamente “a melhor para se viver” no Cariri. Dessa maneira, os processos de (re)criação de imagens turísticas para a “terra de Padim Ciço e de várias outras maravilhas”⁴¹ contribuíram de modo relevante para as formas como a cidade redefiniu – para dentro e para fora – sua identidade cultural, definiu sua agenda política e se organizou material e simbolicamente para figurar no mercado turístico como “um fenômeno fascinante, único no Nordeste e raro no Brasil”⁴².

³⁹ Guia de Negócio Empresarial da Associação Comercial e Industrial de Juazeiro, 2005/2006. Capa.

⁴⁰ Folheto Turístico da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, [s.d].

⁴¹ Folheto turístico: Juazeiro do Norte tem o Padre Cícero e muito, muito mais. 2011, p. 01.

⁴² Guia Turístico de Juazeiro do Norte, 2000, p. 12.

3. INTERVENÇÕES TURÍSTICAS E POLÍTICAS PATRIMONIAIS

Na seção anterior, demonstrei como em diferentes momentos as estratégias de constituição da atividade turística no Cariri foram concebidas sob uma mesma perspectiva linear e evolucionista da história e da cultura, de modo que os atrativos daquela região apareceram nos discursos de promoção do turismo e de preservação do patrimônio como elementos que apresentariam inevitáveis relações de coerência com o passado e, simultaneamente, constituiriam um vetor temporal apontado para o futuro de cada uma das cidades aqui analisadas. O fato é que o processo de construção dessas categorias temporais tem mais a ver com o presente do que se possa supor, haja vista o entrelaçamento de propósitos práticos que estabeleceram os termos para a institucionalização, classificação e intervenção das atividades de fomento ao turismo e de promoção e preservação do patrimônio cultural na região do Cariri. Nesse sentido, convém pensar o papel de determinadas instituições na definição do turismo como prática direcionada a fins específicos, no caso em análise, a constituição de um acervo de bens culturais identificados como patrimônio, e seus consequentes sentidos econômicos, políticos, culturais, sociais e ecológicos.

Como a atuação dessas instituições pautou-se por um princípio estabilizador, que era o da naturalização da distinção de superioridade cultural do Cariri, a insistência nesse discurso de grandeza somou-se às várias estratégias de construção de uma vasta rede de serviços turísticos apropriados aos significados que emanavam de imagens culturais preexistentes. Frente aos esforços de investimento em projetos ciosos de disputar a preferência dos turistas, as instituições que se dispuseram a pensar e intervir na interface entre turismo e patrimônio cultural no Cariri tentaram construir uma gama tão grande de atrativos históricos, paisagens, balneários e atrações culturais, que em algumas ocasiões ficava pouco claro perceber qual era exatamente o produto a ser adquirido ou o serviço a ser ofertado.

O presente capítulo irá, então, demonstrar os modos pelos quais instituições distintas como Sebrae, Sesc, SECULT/SETUR-CE e Geopark Araripe passaram a discutir uma mesma questão: como investir na conjugação de diversos fatores para oferecer qualidade na interação entre patrimônio cultural e turismo? Uma das respostas possíveis apontava como desfecho “natural” um processo necessariamente social de dinamização da economia a partir da inserção do Cariri nos quadros de um

segmento promissor do setor de bens e serviços culturais, com ênfase no consumo e no lazer correspondentes ao planejamento da atividade turística.

3.1 Providenciando serviços e promovendo o destino: o Sebrae e a organização do turismo

Desde o início deste século, um dos agentes de turismo que mais se mostraram empenhados na estruturação e fornecimento de serviços adequados aos anseios de consolidação do Cariri como um destino turístico notável foi o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. Algumas das ações mais significativas no campo da organização desse setor foram planejadas e levadas adiante pelo escritório regional da referida instituição, implicada em vários graus na promoção dos “negócios turísticos da região do Cariri com foco na qualidade dos serviços” (JORNAL DO CARIRI, 04/09/02, p. 04).

Procurando monitorar e, sempre que possível, transformar as intenções de desenvolvimento da atividade turística em resultados concretos, o Sebrae mobilizou e articulou agentes públicos e privados no intuito de definir uma crescente importância da relação entre cultura e turismo no conjunto das atividades econômicas do Cariri. Nesse contexto, contou com o apoio da imprensa local, que alardeou amplamente a necessidade de gestão do turismo, na lógica de uma atividade econômica organizada, assim como também tratou de organizar encontros que reuniam as secretarias municipais de cultura e turismo de diversas cidades da região, com objetivo de debater os planos de “integração do poder público para a promoção do destino turístico do Cariri como um todo” (JORNAL DO CARIRI, 23/02/02, p. 01).

Conforme as informações que a mim foram concedidas por Édio Callou⁴³, técnico do Sebrae que esteve à frente desse movimento, o interesse dessas reuniões era discutir as possibilidades e limites dos processos relativos ao planejamento do turismo a partir da conjugação de diversos fatores, tais como ações de divulgação por meio da confecção de material publicitário, organização de um calendário de “eventos regionais” e definição de políticas regionais para o setor que criassem um sistema de serviços capaz de atender às demandas de ações que lhes eram próprias.

⁴³ Antonio Édio Pinheiro Callou atua como analista do Sebrae, desenvolvendo atividades de gestão de projetos setoriais e planos de negócios no setor de turismo. Entrevista concedida em 21 de outubro de 2015.

Iniciados no mês de dezembro do ano de dois mil, esses encontros com as secretarias municipais de cultura e turismo promovidos pelo Sebrae visavam identificar ações necessárias ao desenvolvimento da atividade, estabelecer o compartilhamento das responsabilidades e definir diretrizes para ações conjuntas de valorização do turismo nas cidades caririenses. O agenciamento dessa atividade produtiva tinha o intuito de concatenar o máximo possível de bens e serviços que compunham o setor. Enquanto agenciador, o Sebrae estava preocupado em estabelecer metas e diretrizes que orientassem o desenvolvimento da atividade turística tanto no que tangia à esfera pública quanto no que se referia à iniciativa privada, mas sua capacidade organizadora esbarrava nos limites da participação de ambos os setores na produção do “espaço turístico caririense” (LACERDA, 2009).

Essas dificuldades foram noticiadas pela imprensa local, determinada em mostrar como, em geral, a realidade se opunha diametralmente às idealizações. Numa dessas notícias, o Jornal do Cariri destacou a suposta ausência de interesse do poder público pelos projetos de estruturação da região enquanto destino turístico:

O governo do estado, que tem dado uma atenção especial ao turismo na orla marítima tem que acordar para um fator. A região do Cariri e outras do interior cearense estão fora dos investimentos do turismo. Boa hora para se pensar alternativas concretas para investimentos na nossa região. Cabe aos nossos prefeitos e representantes dos legislativos estadual e federal começarem a pensar alternativas (IDEM, 21/02/02, p. 05).

Intitulada *Turismo em Questão*, a citada matéria foi publicada na coluna “Acontecimentos”, espaço onde o jornalista Tarso Araújo deu conta da realização de um evento que reuniria durante quatro dias, na capital do estado, os governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para discutir assuntos relacionados aos processos de desenvolvimento da economia nos países membros. Criticando a opção política de privilegiar uma modalidade de turismo concentrada na faixa litorânea, o referido jornalista acreditava que aquele era o momento ideal para os representantes do poder público criarem as possibilidades de formatação de outros destinos turísticos no Ceará. Afinal, a inserção dessas outras localidades no fluxo turístico oficial do estado dependeria também dos esforços políticos em induzir a

atratividade, investindo no desenvolvimento do turismo por meio da elaboração de políticas públicas e de planejamento da atividade⁴⁴.

Articulada no trecho em análise como elemento que deveria ser objetivo de uma política local/regional de turismo, presumo que essa proposta de diversificação dos fluxos turísticos enquanto “alternativa” para o turismo cearense também pode ser observada como estratégia política que tentava conferir visibilidade para outras regiões do estado e, conseqüentemente, angariar apoio para a descentralização dos investimentos públicos necessários ao desenvolvimento de infraestrutura material de acesso, hospedagem e lazer.

Considerando ainda o aspecto seletivo de tais investimentos – pois do ponto de vista espacial continuavam privilegiando apenas as cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte como localidades detentoras de potencialidades turísticas –, havia nesse pressuposto a criação de um senso comum que dizia que a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a atividade do turismo eram justas e necessárias porque tais atividades seriam eficientes formas de desenvolvimento econômico da região, logo, se constituiriam como fontes geradoras de emprego e renda para a população local. Apesar de eventuais conflitos, a criação desse senso comum superestimava de tal maneira os efeitos da atividade turística que houve até quem arriscasse afirmar que naquela região o início do século XXI estaria sendo marcado pela passagem de uma sociedade “economicamente dominada pela agricultura” para outra que caminhava na direção de “um filão que aos poucos toma corpo para que mais tarde assuma decisivamente uma condição significativa na vida do caririense: o turismo” (JORNAL DO CARIRI, 22/02/03, p. 04).

Na tarefa de tornar possível essa hipotética transição da economia baseada na produção para aquela que se baseia no serviço, o modo como se daria a passagem de uma condição para outra é que determinava a qualidade e a intensidade de tal transformação. Nesse sentido, as ações de planejamento levadas a cabo pelo Sebrae visavam demonstrar que a prática turística dependia fundamentalmente de dois fatores: serviços e produtos turísticos. Assim, a promoção do turismo enquanto

⁴⁴ Segundo Cruz (2000, p. 50), “embora não haja plano ou planejamento sem conteúdo político e toda política setorial careça de planejamento para sua eficaz consecução, a política antecede o plano. [...]. Equívocos na compreensão dos conceitos de política e de planejamento tem um significado importante na história das políticas de turismo no país, pois, entre outras coisas, a confusão entre política de turismo e planejamento turístico vai permear todo o desenvolvimento da atividade no Brasil, resultando na ineficiência tanto de políticas quanto de planos”. Cf: CRUZ, Rita de Cássia. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000.

atividade de grande impacto na reversão do quadro de suposta perda de vitalidade econômica do Cariri no limiar do novo século alimentou-se de um roteiro que incluía artesanato, apresentações culturais, lazer e compras. O intuito era demonstrar uma pretensa diferença estrutural na atividade turística do Cariri, “principalmente nas cidades do triângulo Crajubar, que aposta[va]m na indústria turística do século XXI” (IDEM), com a certeza de que ali ela teria como foco central a vinculação com os bens culturais.

Com base nos parâmetros para o planejamento, a execução e o monitoramento do desenvolvimento da atividade, e em decorrência dos esforços em estabelecer ações conjuntas para a promoção de determinadas expressões culturais enquanto produtos turísticos locais, o Sebrae e algumas associações de artesãos das cidades da região acordaram com a direção do Cariri Shopping, em Juazeiro do Norte, o uso da sua praça de eventos para realização da I Feira de Artesanato do Cariri, ocorrida entre os dias finais do mês de outubro e iniciais de novembro do ano de 2002, período de romarias. Aliás, é bastante sintomático que a realização dessa feira tenha se dado naquele centro de compras, pois ele aglutinava num único espaço a oportunidade do público visitante – fosse ele composto de habitantes locais ou turistas –, contemplar e consumir numa única tarde, por exemplo, signos culturais que talvez levariam vários dias para concretizar.

É de se notar ainda o interesse da propaganda efusiva e romanceada do evento em destacar a produção artesanal local como uma espécie de indústria da tradição:

Para quem não sabe as cidades caririenses são uma grande **indústria do artesanato**, sobretudo o município de Juazeiro que já teve referenciais como Ciça do Barro Cru e o grande Mestre Noza [...]. Além deles, inúmeros outros artistas do gênero, que exportam até para a Europa e os Estados Unidos, fazem de Juazeiro um polo do setor. Esta iniciativa [da Feira de Artesanato] faz parte de uma promoção aos pequenos produtores autônomos que o Sebrae tem investido nos últimos anos, onde comercializa parte desta produção na Cearte, na capital cearense [...]. [No Cariri], a produção de cultura popular pode-se dizer que é **uma das mais exorbitantes do país**, tendo inclusive **trazido turistas, visitantes e admiradores de vários lugares do Brasil e do mundo**, por meio do interesse, da curiosidade e da paixão pela cultura popular que aqui se faz com fartura (JORNAL DO CARIRI, 29/10/02, p. 05. Grifos meus.).

Descrita a partir de um discurso centrado mais na estética do que na técnica, fato que pode indicar a compreensão do artesanato como simples mercadoria para fruição do turismo, a presunção de expressiva produção artesanal no Cariri enquadrava suas competências técnicas numa hipotética escala industrial, que seria igualmente relevante para a dinâmica econômica local, circunscrevendo o valor dessa produção a algo mensurável pelo número de vendas e de espectadores. Ademais, ainda que tenha inferido o artesanato como expressão cultural de fortalecimento da identidade regional, o texto da matéria ignorou completamente os vários ofícios que singularizavam essa atividade, fazendo a opção de tomar a parte pelo todo, ou seja, o produto artesanal já no seu “ponto final”, dando margens para interpretação do valor simbólico dessa atividade em decorrência da sua capacidade de agradar os olhares curiosos e supostamente apaixonados dos consumidores/turistas “de vários lugares do Brasil e do mundo”.

Tratando-se de uma matéria encomendada, é razoável supor que o Sebrae também compartilhava desse modo de compreensão, uma vez que todo o planejamento do turismo por ele formulado se utilizava da cultura, em termos mais amplos, como mercadoria, inclusive tornando o uso turístico do patrimônio cultural em significativa fonte de renda para a região do Cariri. De todo modo, convém não negligenciar a integração desse patrimônio ao circuito de produção, circulação e consumo do mercado de bens simbólicos, haja vista que as ações do Sebrae em torno da inserção do patrimônio cultural como produto turístico só foram possíveis porque ele já estava sendo forjado por agentes dos setores público e privado como mercadoria que gerava uma determinada demanda para o turismo.

No caso em questão, a relevância do artesanato media-se pela interface junto ao turismo, uma vez que a competitividade do Cariri enquanto destino estaria relacionada à diversificação e qualificação de *produtos associados*⁴⁵ que valorizariam as manifestações culturais ditas tradicionais. No funcionamento dessa engrenagem, a produção artesanal também dependeria da demanda turística para criar importantes meios de acesso a mercados consumidores, por isso o turismo era entendido como

⁴⁵ O conceito de produção associada se refere, para fins de planejamento e implementação de políticas públicas de turismo, ao desenvolvimento de produtos adequados ao mercado de comercialização turística. Segundo definição do Ministério do Turismo: “Qualquer produção artesanal, industrial ou agropecuária que detenha atributos naturais e/ou culturais de uma determinada localidade ou região, capaz de agregar valor ao produto turístico. São as riquezas, os valores e os sabores brasileiros”. Ver: BRASIL, Ministério do Turismo. *Manual para o desenvolvimento e a integração de atividades turísticas com foco na produção associada*. Brasília, 2011, p. 13.

um instrumento de fomento a atividades econômicas vinculadas ao patrimônio cultural.

Bastante relevante também para a compreensão do papel do Sebrae na promoção do turismo pela via do patrimônio foi a realização de um seminário, em setembro de 2002, na cidade de Juazeiro do Norte, que tinha por finalidade debater o “turismo com qualidade”, propondo soluções para o desenvolvimento dos “negócios turísticos” mediante a criação do “produto local” e o investimento em ações de “qualidade dos serviços e qualificação profissional” (JORNAL DO CARIRI, 04/09/2002, p. 04). Naquela ocasião, a socióloga Claudia Leitão foi a palestrante convidada, e criticou a concentração de investimentos públicos na indústria de calçados sintéticos – que tem uma rede de fornecedores instalados na região –, em reforço do argumento de defesa do lugar privilegiado que os bens culturais ocupariam na dinamização da economia local mediante a formatação de produtos, serviços e destinos turísticos:

[...] não será a indústria fundamental e primária, produzindo calçados, que conseguirá mais resultados e divisas para o Estado, mas produzindo bens simbólicos, cultura, artesanato e outros atrativos existentes no Ceará. [...] que [o turismo] apresente um novo produto que não seja somente o de sol e praia [pois] é preciso descobrir outros ceará. **O Cariri é um outro Ceará.** (JORNAL DO CARIRI, 06/09/2002, p. 04. Grifo meu)

Três meses após essa fala, Claudia Leitão foi convidada a deixar a direção cearense do Serviço Social de Aprendizagem Comercial – SENAC para tomar assento na pasta da cultura durante a gestão do ex-governador Lúcio Alcântara (2003-2006). Embora afirme que tenha se sentido desconfortável com o convite (LEITÃO, 2014, p. 31) ela o aceitou e, a partir de então, passou a operar uma política de estímulo às atividades econômicas especialmente vinculadas aos bens culturais, com considerável destaque para a região do Cariri, em decorrência de acordos e compromissos políticos, mas também da naturalização que reforçou estereótipos sobre aquela região e normatizou, em nome dessa presumível diferença, políticas públicas de fomento e gestão do patrimônio.

No contexto da análise aqui empreendida, o que interessa reter da fala de Claudia Leitão é a ideia que servia de referência para o trabalho de planejamento do turismo desenvolvido pelo Sebrae no Cariri: agregar produtos simbólicos aos negócios turísticos. Afinal, foi com esse intuito que a entidade elaborou instrumentos de

(re)conhecimento da demanda local, propôs diagnósticos sobre as potencialidades turísticas dos bens culturais, estimulou as gestões pública e privada para implantar ações em atividades culturais com foco no turismo, enfim, levou para o âmbito da organização social do turismo a importância da valorização e preservação dos saberes e fazeres tradicionais na ampliação do repertório cultural local.

É útil destacar que se o Sebrae não desconsiderou os interesses culturais e identitários do patrimônio na conformação da atividade turística no Cariri, suas ações tinham foco acentuado na promoção de atividades culturais voltadas quase exclusivamente para uso do turismo, não necessariamente comprometidas com questões ligadas a democratização da cultura ou promoção da diversidade cultural da região. Assim, o que identifiquei nessas ações de planejamento é um crescente modo de apropriação da cultura em que predominou a percepção da função lucrativa dos bens culturais, cuja rentabilidade estaria orientada para satisfazer as necessidades e expectativas da própria instituição em relação à atividade turística.

Também as questões relativas à capacitação profissional e à qualificação dos serviços em diferentes áreas da cadeia produtiva do turismo foram alvos, ao longo da primeira década deste século, das preocupações dos agentes de turismo no Sebrae. Isso porque havia a crença de que a solução para o problema do turismo só seria dada após o equacionamento de suas variáveis, tomadas isoladamente ou em conjunto, pois delas dependeria não só o aumento do fluxo turístico, como também a melhoria dos serviços. Dessa forma, enquanto agente estimulador de práticas turísticas no Cariri, o Sebrae investiu no aprimoramento de ferramentas que lançavam mão de diversas iniciativas para tornar os negócios mais rentáveis e os destinos mais atraentes. Dentre elas, gostaria de destacar uma, referente à colaboração técnica do consultor para latino-américa na área de desenvolvimento de produtos turísticos, da Organização Mundial do Turismo – OMT, Luis Gustavo Patrucco.

Legitimado pela representação de um organismo internacional de referência para a elaboração de políticas de turismo, Patrucco esteve no Cariri no início de 2003 com o intuito de traçar um diagnóstico que fosse capaz de transformar a região em um destino turístico com um produto próprio, bem como definir as estratégias de sua comercialização. Infelizmente não foi possível acessar os resultados desse trabalho, mas a sua divulgação pela imprensa local dá indícios dos elementos que orientaram a elaboração do mesmo. Nas páginas do Jornal do Cariri pode-se acompanhar o relato do consultor da OMT durante sua estadia na região, como no caso da visita à

Barbalha, ocasião em que Patrucco reconheceu a potencialidade dos usos turísticos de seus bens culturais, a despeito dos aspectos desfavoráveis que ali existiam, já que para ele a cidade possuía uma “infraestrutura interessante, do ponto de vista histórico, mas de pouca estrutura de gasto, onde o turista vá deixar dinheiro” (JORNAL DO CARIRI, 16/02/03, p. 03) e que fosse capaz de estabelecer o diferencial de Barbalha enquanto destino turístico.

Considerando ainda que setores da cultura – como o artesanato – deveriam ser fortalecidos, de acordo com a proposta do governo federal de valorização dos produtos turísticos apoiados numa presumível “regionalidade, genuinidade e identidade cultural” (BRASIL/MTUR, 2003, p. 09), Patrucco sugeriu que a capacidade comercial da produção artesanal do Cariri fosse ampliada de acordo com o crescimento do fluxo turístico e proporcionalmente aos investimentos dos setores público e privado. Ele também explicou que a dinâmica do mercado turístico local carecia de um “plano regionalizado”, que deveria ser orientado por duas vertentes de desenvolvimento, a saber: a maximização das despesas dos turistas e a redução da sazonalidade, pois ambos permitiriam um fluxo contínuo de pessoas e receitas. Outra proposta do referido consultor era a formação de um consenso acerca do que, finalmente, poderia ser definido e oferecido aos turistas nacionais e estrangeiros como produto turístico local, uma vez que “o turismo não é apenas hotel e restaurante” (JORNAL DO CARIRI, 16/02/03, p. 03), numa sugestão que mantinha evidente diálogo com a proposta do órgão estadual de gestão do turismo, à época pautando-se pelo trabalho de “priorizar destinos e produtos turísticos com o maior potencial de resposta em curto e médio prazos em função de seu posicionamento no mercado” (ALCÂNTARA, 2004, p. 04).

De modo geral, o estudo encomendado pelo Sebrae parece ter evidenciado a necessidade das cidades caririenses compreenderem a dinâmica turística e associá-las à infraestrutura de serviços de maneira integrada. Assim, o diagnóstico das dificuldades locais levou as cidades interessadas nos efeitos multiplicadores do turismo a reavaliarem seus projetos de inserção no setor, a fim de permitir ou potencializar o planejamento de ações privadas e públicas que gerassem a necessidade recorrente de realizar cursos de capacitação e formação de pessoal direta ou indiretamente envolvido com os serviços turísticos. A prefeitura de Juazeiro do Norte, por exemplo, mirando o incremento da comercialização da cidade como destino turístico, buscou a colaboração técnica do Sebrae e o apoio institucional da

Secretaria de Turismo do Estado do Ceará – SETUR para investir em ações de qualificação nas seguintes áreas: capacitação em inglês; organização de eventos; qualidade no atendimento para receptivo; capacitação em espanhol; gestão de negócios turísticos; informante e condutor turístico (JORNAL DO CARIRI, 08/11/03, p. 01 e 04).

Em Barbalha, a parceria entre o Sebrae e a gestão municipal, partindo do pressuposto de constatação da sua “vocação turística”, articulou a visita de técnicos para avaliar a cidade num contexto de inclusão em projetos de roteiros turísticos nacionais, aço que estava articulada   proposta federal de descentraliza o da atividade turística. Segundo a notícia veiculada pelo Jornal do Cariri:

A viagem [dos técnicos   Barbalha] foi uma forma de reconhecimento ao Cariri para elabora o de uma proposta de trabalho, após diagnóstico para o fomento das rotas turísticas em nossa Região [...]. Após as avalia es, o plano   vender o projeto fora do Ceará, de maneira organizada e com a devida estrutura [receptiva] (IDEM, 03/08/03, p. 03).

No Crato, por sua vez, tentou-se criar uma associa o “especializada no desenvolvimento do turismo regional” (JORNAL DO CARIRI, 13/03/03, p. 04) contando igualmente com o apoio técnico do Sebrae para desenvolver planos de aço referentes a diversos segmentos turísticos: cultural, ecológico, científico, religioso, de lazer e eventos. A ideia de cria o da Associa o de Turismo Vale do Cariri teria surgido a partir da realiza o dos cursos de Guia de Turismo e Técnico em Turismo, promovidos pelo SENAC e pela Escola Agrotécnica Federal, respectivamente, visando melhorar os serviços de receptividade ao turista na região. Embora as fontes com as quais trabalhei aqui não me permitam afirmar a concretiza o desse projeto, somente o fato dessa associa o ter sido cogitada reforça os argumentos que demonstram a dimensão da preocupa o com atividades de estrutura o do turismo no Cariri.

Em que pese a aço do Sebrae no estímulo aos interesses municipais nesse setor,   preciso destacar que as iniciativas tomadas a fim de elevar a qualidade da oferta turística local estavam em consonância com os planos do governo federal de descentraliza o da atividade do turismo e de inser o definitiva do país no mercado competitivo – ora com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico das m dias e pequenas cidades brasileiras, ora com o fim de defender a salvaguarda da

diversidade cultural e a ampliação dos seus significados para os domínios do turismo –, conforme se evidenciou na criação de uma pasta autônoma para o setor (Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003) e também nas propostas do Plano Nacional de Turismo para o período 2003-2007:

A oferta turística do Brasil tem se configurado pela promoção de poucos destinos em áreas pontuais, gerando produtos de apelo repetitivo. Os produtos atualmente ofertados não contemplam a pluralidade cultural e a diversidade regional brasileira. Existe um potencial a ser revelado e trabalhado no interior do país, e uma urgente necessidade de encontrar alternativas de desenvolvimento local e regional. (BRASIL, Ministério do Turismo, 2003, p. 31).

Em razão dessa pretensão de promover o desenvolvimento local e regional através dos usos turísticos da cultura, as ações coordenadas pela política federal valiam-se do uso recorrente das noções de pluralidade e diversidade como condições de cidadania (questão ressaltada desde o texto constitucional de 1988), para estimular uma espécie de alargamento das atividades de planejamento do turismo, sendo também uma estratégia de gestão política da junção dessas duas atividades (cultura e turismo), evidentemente com o intuito de integrar esforços de órgãos estaduais, municipais e privados para delinear a valorização e preservação do patrimônio cultural como modo mais amplo de resolução dos problemas socioeconômicos.

Para que essa perspectiva se efetivasse no âmbito estadual, o governo Lúcio Alcântara (2003-2006) definiu o desenvolvimento regional e a diversidade cultural como questões intrinsecamente conectadas aos impactos do setor turístico, acreditando no potencial que teria a cultura para movimentar a economia de forma significativa e de modo favorável à criação de empregos e redistribuição de renda. Nesse sentido, a proposta de interiorização do turismo da SETUR visava, entre outros objetivos, desconcentrar espacialmente os impactos da receita gerada pelos turistas que se destinavam ao Ceará, bem como aumentar seu tempo de permanência no estado. O reflexo desses esforços pode ser percebido na implementação de uma política integrada de turismo, conforme se observa no documento denominado Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico no Ceará (2004-2007):

Turismo como estratégia para desenvolvimento social (geração de emprego e renda, inclusão social e melhoria da qualidade de vida);
Turismo como negócio e estratégia para desenvolvimento econômico;
Gestão focada em resultados e parcerias; Sustentabilidade

(econômica, social, cultural e ambiental); Turismo como fator de competitividade territorial (SETUR, 2004, p. 01).

Essas referências servem para ilustrar quão articulada estava a atuação do Sebrae Cariri com os projetos de dinamização do turismo nas esferas estadual e federal, indicando que o investimento em ações de fomento ao turismo local não derivava simplesmente de processos internos da sociedade, mas resultava de inúmeras combinações externas. Dessa forma, os planos de adequação do patrimônio cultural às finalidades turísticas, como marca valorativa da suposta distinção regional, eram consoantes aos propósitos de produtividade e competitividade dos municípios brasileiros no setor do turismo.

O que precisa ser enfatizado é que a produção do patrimônio como recurso turístico constituiu apenas um dos níveis da elaboração de políticas públicas de turismo que visavam ampliar o capital sociocultural da região. Afinal, para facilitar o cumprimento das metas estabelecidas nos planos de ação turística dos órgãos municipal, estadual e federal, tais políticas deveriam extrapolar o caráter econômico da cultura, mirando na oferta de serviços e produtos que criassem a sinergia necessária à estruturação da cadeia produtiva do turismo na região do Cariri. Sob esse viés, foi bastante emblemático o trabalho desenvolvido pelo Sebrae entre os anos de 2007 e 2010 com objetivo de transformar a região do Cariri “num destino turístico competitivo e sustentável (social, ambiental e econômico) através da integração dos municípios com potencial para desenvolver atividades relacionadas ao turismo e a cultura” (SEBRAE; IEL, 2010, p. 01).

Partindo da premissa que a parceria entre patrimônio cultural e turismo só levaria benefícios se suas ações coletivas fossem cuidadosamente planejadas e muito bem gerenciadas, o Sebrae coordenou o projeto *Turismo e Cultura no Cariri*, realizando no seu âmbito 89 consultorias, 14 palestras, 02 seminários, uma rodada de negócios⁴⁶ e uma pesquisa setorial que resultou no cadastro de 205 empreendedores ligados às atividades conjuntas de cultura e turismo na região, somente no ano de 2008. A meta era consolidar a região como um dos principais destinos turísticos do Ceará, ampliando em cinquenta por cento a quantidade de turistas que deveriam

⁴⁶ Eventos de curta duração, que congregam fornecedores e consumidores de produtos e serviços em busca de gerar oportunidades de negócios. Podem ser setoriais (artesanato, hotelaria, construção civil, etc) ou multissetoriais (associações comerciais e órgãos públicos). Ver: <http://co-pyme.sebrae.com.br/mercado/rodadas-de-negocio/> Acesso em 14 de dezembro de 2016.

visitar um dos roteiros turísticos do Cariri até o ano de 2010. Para tanto, o Sebrae, em parceria com o núcleo cearense do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), realizou uma pesquisa a fim de mensurar os números relativos aos meios de hospedagem nas cidades de Crato, Juazeiro e Barbalha. A partir da sistematização dos dados, seria estabelecido um plano de ação conjunta com o *trade* turístico e o poder público, sobretudo no tocante às atividades de capacitação, acesso ao mercado, promoção e organização do segmento. De acordo com os números apresentados no relatório do referido projeto, a taxa média de ocupação dos meios de hospedagem no Cariri era uma das principais preocupações do Sebrae, que passou então a definir como meta uma taxa de ocupação de 60% até dezembro de 2010, a fim de superar o índice do ano anterior, conforme demonstra o quadro seguinte:

Quadro 1: Taxa de Ocupação da Rede Hoteleira do Cariri – 2009

	MESES (2009)			Média
	Janeiro	Julho	Novembro	
Taxa de Ocupação	50,7%	46,8%	53,1%	50,2%

Fonte: Elaborado com base no Relatório Projeto Turismo e Cultura no Cariri. SEBRAE/IEL, 2010, p. 11.

Como o conceito do projeto voltava-se para a Gestão Estratégica Orientada para Resultados – GEOR⁴⁷, o desafio do Sebrae era promover o aumento da estadia dos turistas na região do Cariri a fim de que isso gerasse uma maior concentração dos seus gastos. Das opções possíveis para ampliação do período de estadia, o citado relatório destacou que uma das ferramentas de atratividade do fluxo turístico seria a integração das manifestações artísticas e culturais – em sua maior parte constituídas por espetáculos ditos folclóricos ou populares –, com os diversos meios de hospedagem, *shopping* e restaurantes locais. Esse fato denota a existência de um movimento criador de demandas sociais de lazer que direcionavam as variadas expressões da cultural local para espaços de consumo privadamente controlados, cujos serviços estavam voltados a uma espécie de “divertimento étnico” para o público consumidor.

⁴⁷ As práticas de planejamento e gestão ancoradas na metodologia GEOR apoiam-se em quatro atributos de foco estratégico: “público-alvo definido; orientação das ações e dos recursos para resultados finalísticos; adensamento da visão estratégica e da intensidade; prontidão e proximidade da ação gerencial”. Ver: SEBRAE. *Manual de Elaboração e Gestão de Projetos Orientados para Resultados*. DF: 2006, p. 10.

Enxergo essa proposta como uma tentativa de criação de um modelo de apresentação da *tradição* que pressupunha uma nostalgia do passado e uma pureza da cultura, mas não levava em conta que diferentes visitantes poderiam contemplar o mesmo conjunto de signos culturais de modo muito diverso. Assim, me parece que havia uma tentativa de transformar manifestações plurais em um objeto regional único, a ponto daquelas manifestações artísticas serem reduzidas a amostras de experiências culturais da ordem do agradável, mais informativas que educativas, ou seja, mais preocupadas em recordações nostálgicas de uma era dourada, situada num tempo impreciso, e menos dispostas a abrir espaço para o sentido da complexidade que transmitisse, portanto, algo dos processos sociais envolvidos nessa invenção das tradições (HOBBSAWN; RANGER: 1997).

Outro fator que ajudou o Sebrae a incrementar a atração de turistas para o Cariri foi o estabelecimento de parcerias com o setor de alimentação “fora do lar”, sobretudo com os vínculos de criação da seção regional da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL, em maio de 2010, com sede na cidade de Juazeiro do Norte. Aliás, uma parceria que se vangloriava das ações pioneiras de fomento à atividade turística no interior nordestino, visto que o Cariri seria a primeira região a contar com uma representação daquela entidade, cujo objetivo do trabalho em conjunto era o de tornar a região conhecida como “um importante polo gastronômico, econômico e cultural de nosso estado” (GUIA DE GASTRONOMIA ABRASEL CARIRI, 2015, p. 12).

Exatamente um ano após a criação da referida associação, o discurso de valorização da gastronomia local adquiriu uma amplitude considerável. É que naquela data a Abrasel Cariri, em parceria com o Ministério do Turismo e o Sebrae, inscreveu vinte restaurantes associados na sexta edição do festival gastronômico nacional *Brasil Sabor*⁴⁸. Na ocasião, cada um dos estabelecimentos participantes deveria apresentar um prato preparado especialmente para o festival, “levando em consideração as características e tradições da região” com o objetivo de mostrar que:

[...] além de seus belos roteiros turísticos e de sua valiosa cultura, o Brasil, em especial o Cariri, possui uma riqueza de dar água na boca: a gastronomia. Além disso, o festival pretende comprovar que com sua

⁴⁸ O festival gastronômico *Brasil Sabor* é realizado pela Abrasel desde 2005, com o patrocínio do Sebrae e da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, a partir da perspectiva de “exaltar os sabores únicos de cada lugar e transformar os restaurantes em cenário para memoráveis experiências”. Ver: www.brasilsabor.com.br Acesso em 19 de dezembro de 2016.

variedade de ingredientes, temperos, aromas, cores e sabores a culinária brasileira é um dos importantes atrativos turísticos que o país tem a oferecer (SEBRAE: *Festival dá visibilidade à gastronomia do Cariri*, 10/05/11. www.ce.agenciasebrae.com.br Acesso em 15 de dezembro de 2016).

Deve-se notar que esse tipo de iniciativa, além de encorajar um trabalho de investimento na transformação de produtos e serviços dos bares e restaurantes em recurso turístico, correspondeu também ao exercício intencional de interpretação de determinados aspectos das tradições culturais das cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro como bens patrimoniais representativos da região. Postulado assim, deduzia-se como consequência lógica sua conversão em recurso turístico-cultural com inegável riqueza comercial:

Sabemos da importância da gastronomia como patrimônio cultural e importante diferencial no desenvolvimento do turismo na região, e que nenhum país tem tanta diversidade em sua culinária como o Brasil. Com isso, só aumenta nossa responsabilidade de divulgarmos o que temos de melhor no nosso Cariri, seja do baião de dois com pequi aos saborosos pratos feitos com carne de sol [...]. Desejamos que desfrutem desse passeio gastronômico, saboreando sem moderação. Boa estadia e bom apetite (GUIA DE GASTRONOMIA ABRASEL CARIRI, 2015, p. 03).

No sentido em que foi colocado nesse trecho, o aperfeiçoamento das práticas turísticas locais tornava a *cozinha regional*⁴⁹ um objeto de saber e um lugar de memória onde se organizaria a relação do Cariri com o próprio tempo, afinal, ficar conhecendo a região pela sua comida era também um modo de reencontrar seu passado anterior à urbanização – mas sem se desligar da desejável modernidade urbana –, inserindo as relações entre turismo e patrimônio numa área de continuidade histórica supostamente despertadora de uma consciência de pertença comum. De tal modo, a representação da região feita através de uma resenha das suas especialidades culinárias é uma indicação do estatuto patrimonial que lhe foi outorgado na narrativa do referido guia, bem como também aponta sua inscrição no

⁴⁹ A historiadora francesa Julia Csergo acredita que as condutas alimentares regionais emergiram como sinal distintivo da localidade no final do século XVIII. Diz ela: “após a introdução dos produtos do Novo Mundo ter redesenhado, em parte, as culturas alimentares locais, a grande mudança não é a invenção das cozinhas regionais – elas existiam no âmbito de áreas certamente mal circunscritas –, mas a atenção que lhes é dada, a consciência que se tem delas” (1998, p. 809). Cf: CSERGO, Julia. *A emergência das cozinhas regionais*. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. SP: Estação Liberdade, 1998, pp. 806-824.

imaginário e nas representações simbólicas da identificação coletiva. Nesse aspecto, a ideia do Sebrae e da Abrasel Cariri em construir um “calendário gastronômico turístico” para a região pode ser pensada como um elemento que simbolizava o interesse de representar a culinária local à semelhança de um acontecimento memorável. Logo, um projeto de criar estreitos vínculos entre espaço e memória, conjugando em ambos a sensibilidade que transformava os costumes culinários em expressão íntima das tradições culturais do Cariri.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que investiam na função memorial da cozinha regional, estas duas entidades também buscavam tirar partido do incremento das práticas turísticas locais pelo apelo ao consumo dos espaços de alimentação “fora do lar”. Nesse contexto, as páginas do Guia de Gastronomia Abrasel Cariri – ele próprio associado a um tipo de consumo rápido, informando de maneira concisa o turista sobre diversos lugares que pudessem interessá-lo –, afirmavam que a estabilidade econômica do setor seria oriunda das contribuições que a gastronomia poderia oferecer ao turismo e ao desenvolvimento sustentável. Para tal efeito, o citado guia forneceu, à guisa de quadro sintético, uma geografia gastronômica das cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte, inventariando e propondo aos turistas bares e casas noturnas, hotéis e pousadas, lanchonetes e restaurantes que seriam merecedores de suas visitas. Além das considerações gastronômicas propriamente ditas, que tratavam a “comida do lugar” como um todo homogêneo, o tipo de descrição dos lugares onde seria encontrada essa comida foi dominado pela concepção de extraordinária particularidade da decoração, atrelando a qualidade dos serviços à natureza do ambiente e ao “estilo” de sua cozinha, mas também revisitando tradições e consolidando uma tênue linha entre passado e presente, que agia no sentido de instaurar vínculos e ramificações que investiam no planejamento das atividades de turismo, cultura e lazer como temas interligados. Entrementes, Abrasel e Sebrae, preocupados em atender às necessidades do turismo, esperavam que os espaços de alimentação fora do lar se tornassem representativos de um lugar cuja atividade turística estaria buscando estabelecer vínculos entre experiências gastronômicas e a descoberta de novos circuitos e itinerários, convergindo na vontade de salvaguardar o patrimônio cultural.

Desse modo, o Sebrae Cariri empenhou-se em garantir e promover a manutenção de dois aspectos principais: um, dizia respeito às práticas culturais do turismo, constituído por atividades sociais que se definem pelo interesse em estar em

determinados lugares, contemplando determinados objetos; outro, se referia à estruturação de uma ampla variedade de serviços que possibilitasse o desenvolvimento de um mercado segmentado como o turismo, tendo em vista as possibilidades de maximização dos lucros. Para que isso fosse possível, boa parte dos serviços envolvia uma proximidade espacial, daí a ênfase posta nos traços que comporiam as especificidades locais: curiosidades históricas, atrativos culturais, eventos anuais, lugares que deveriam ser visitados, paisagens que não poderiam deixar de ser vistas e centros de compra que mereceriam a apreciação dos visitantes. Sem esquecer festas e temperos típicos.

O que acabo de descrever aqui, portanto, evidencia que o trabalho sobre o qual se debruçou o Sebrae Cariri a partir do início deste século foi o da conversão de propriedades culturais em recurso turístico, embora seja simplista demais explicar o desenvolvimento da atividade turística no Cariri apenas pela sua influência. A colaboração é inegável, mas não carrega consigo razões suficientes para explicar o fenômeno, pois isso só foi possível porque em maior ou menor medida houve apoio de empresários e autoridades locais a um setor promissor e em plena expansão. Além do mais, a parceria entre as secretarias de cultura e turismo do Ceará, a partir da primeira metade dos anos 2000, tornou viável a execução de variados projetos institucionais como esses do Sebrae, considerando que eles puseram em relevo a atividade turística como recurso econômico de grande contribuição para a afirmação de políticas públicas de cultura que tinham como base a vontade política de reforçar e preservar uma identidade cultural capaz de tornar o Cariri num grande polo de atração para o turismo, atribuindo-lhe um caráter estratégico na configuração do patrimônio cultural para a ampliação dos sentidos de desenvolvimento socioeconômico no estado do Ceará.

3.2 SECULT e SETUR: o patrimônio cultural como estratégia de interiorização do turismo

O tema das afinidades entre turismo e patrimônio cultural foi anunciado como a via de grande expressão da modernização socioeconômica pela qual o Ceará deveria passar a caminho do estabelecimento de uma imagem de estado próspero e moderno. Quando isso ocorreu, na primeira metade dos anos 2000, a principal estratégia da política cultural empreendida pelo governo estadual daquele momento

foi desenvolver a partir da cultura uma nova imagem para o turismo cearense, estando ela vinculada ao objetivo de tornar o estado conhecido “menos pela beleza de suas praias e mais pela pujança de seu patrimônio histórico e cultural”, conforme as expectativas da secretária estadual de cultura, no período 2003-2006, Claudia Sousa Leitão:

[...] os bens e serviços culturais estão se tornando o grande insumo da economia do turismo e do lazer, e a criatividade, mais do que o capital e o trabalho, vem constituindo fundamento destes bens e serviços [...]. Ora, no Ceará as relações entre turismo e cultura ainda são tênues. Nosso potencial cultural mantém-se ainda desconhecido e, portanto, é subutilizado no momento em que são formatados destinos turísticos no Estado. Não teríamos um maior potencial a explorar em produtos turísticos? Não seria a cultura a grande estratégia de interiorização do turismo no Ceará? (In: CEARÁ, 2006, p. 09)

Transcritas a partir do texto de apresentação do *Guia Turístico e Cultural do Ceará* – uma publicação da Secretaria Estadual de Cultura (SECULT) posta em circulação no último ano da gestão do governador Lúcio Alcântara (PSDB/2003-2006) –, as palavras citadas demonstram que havia uma especial atenção sendo dispensada às atividades turísticas ligadas ao conteúdo cultural, e indicam ter sido a cultura um dos principais objetos de investimento material e simbólico por parte do governo estadual naquele período. Desse modo, a aposta de Claudia Leitão na parceria entre ambos os setores não implicava em subordinação das políticas culturais às necessidades do turismo, antes disso, ela defendia a valorização da cultura como alternativa de viabilidade quantitativa e qualitativa para as atividades turísticas a serem desenvolvidas no Ceará do século XXI.

Ao passo em que a cultura ia sendo vista como um setor de forte impacto no desenvolvimento econômico do estado, a tessitura das relações entre turismo e patrimônio foi o objeto definido estrategicamente no “campo de possibilidades” (CERTEAU, 2005, p. 193) que se apresentava à política cultural formulada para aquele período, fazendo emergir planos e políticas delineados pelos objetivos de difusão das criações e manifestações artístico-culturais, valorização e preservação do patrimônio cultural na intensificação das atividades turísticas. Na agenda daquela gestão estadual da cultura, portanto, a retórica a favor dessa aliança concebia a interface entre turismo e cultura como mola propulsora da vitalidade econômica do estado do Ceará e da dinâmica de valorização dos seus bens e serviços culturais,

sobre os quais se atribuíam papéis privilegiados nos projetos de inclusão social, democratização cultural e geração e distribuição de rendas.

Ao turismo, o outro elo dessa corrente, delegava-se a função e o desafio de assumir o papel de “protagonista do crescimento econômico e social do Estado”, segundo prospectava Allan Pires de Aguiar em agosto de 2003, momento no qual ele tomou posse como titular da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará - SETUR, embora não possuísse nenhuma afinidade profissional com o setor⁵⁰. Todavia, sua vasta experiência na gestão estratégica de negócios e no mercado financeiro foi considerada pelo governador Lúcio Alcântara como credencial legítima que o colocava em posição confortável frente à pasta do turismo, doravante alçado à condição de umas das principais atividades de crescimento socioeconômico do estado.

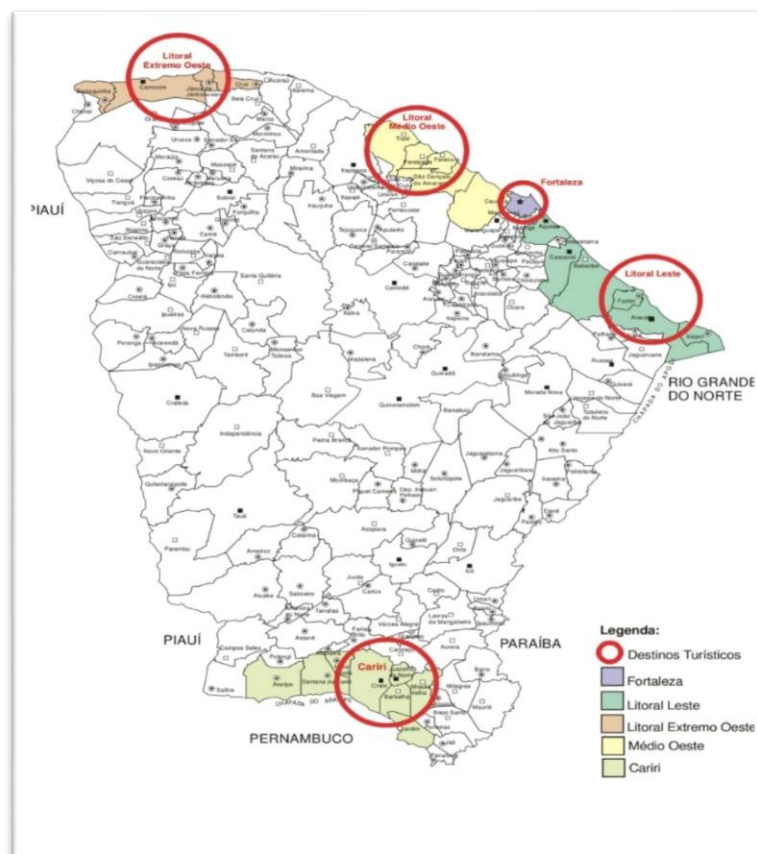
Durante a gestão de Aguiar, a política estratégica definida pela SETUR contemplava ações de fomento ao setor a partir do desenvolvimento de destinos e produtos turísticos; planejamento e qualificação desses produtos mediante o investimento em cursos de capacitação; definição de políticas de marketing e elaboração de projetos de desenvolvimento do turismo e da cultura que levassem em conta as singularidades de cada uma das regiões do estado do Ceará. Essas ações se dariam por meio de uma política de ordenamento da atividade turística pautada na espacialização do estado para identificação das suas potencialidades. Assim, tomando como base as diretrizes de identificação das “vocações” propostas pelo programa de regionalização do Ministério do Turismo, a SETUR definiu as “regiões turísticas prioritárias” com base nos critérios de oferta e demanda turística; atrativos naturais e culturais; nível de investimento governamental; recursos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR; acesso aéreo e rodoviário. A partir desses critérios, a secretaria pautou seu planejamento de ampliação da atividade turística com base no princípio da sustentabilidade do desenvolvimento local naquelas áreas “na perspectiva da geração de oportunidades de empregos e negócios, ao tempo que resgata[ria] e preserva[ria] o patrimônio histórico, cultural e

⁵⁰ Com formação em Administração de Instituições Financeiras, Allan Pires de Aguiar assumiu a SETUR em 04 de agosto de 2003, após Roberto Meira, então titular da pasta, ter alegado motivos pessoais para deixar o cargo. Na estrutura administrativa do governo Lúcio Alcântara, Aguiar era proveniente da Secretaria de Infraestrutura, ocupando o posto de secretário adjunto. Antes disso, ele atuava como superintendente da Caixa Econômica Federal no Ceará, onde exercia atividades bancárias desde o ano de 1984. A notícia da cerimônia de posse de Aguiar e a fala da qual foi extraída a citação que se apresenta no corpo do texto podem ser consultados em http://www25.ceara.gov.br/noticias/noticias_detalhes.asp?nCodigoNoticia=9885. Acesso em 04 de janeiro de 2017.

ambiental”, conforme explicitado nas páginas do Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico proposto para o quadriênio 2004-2007.

Esse mesmo documento apresentou toda a faixa litorânea e o Cariri como as zonas prioritárias do plano estadual de regionalização do turismo para aquele período:

Figura 6- Regiões Turísticas Prioritárias do Ceará.



Fonte: SETUR: Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Ceará: 2004-2007, p. 06.

Convém lembrar que essa perspectiva de descentralização administrativa dos recursos turísticos estava em voga desde o período correspondente aos dois governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, através do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (1996-2002), que culminou com o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, no primeiro governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva⁵¹. Nesse sentido, o argumento utilizado pela

⁵¹ Em 2007, a regionalização deixou de ser um programa para se tornar uma política de desenvolvimento do turismo. Na ocasião do lançamento do Plano Nacional de Turismo 2007-2010, a então ministra Marta Suplicy apresentou a regionalização como um macroprograma que reuniria, dali em diante, um conjunto de programas e ações específicas com vistas ao desenvolvimento da atividade turística no país. Ver: BRASIL, Ministério do Turismo. *Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – Resumo Executivo*. Brasília 2010.

SETUR para fundamentar sua política de gestão e planejamento de destinos turísticos baseada na regionalização era orientado pela proposta federal de promoção dos destinos, diversificação da oferta e melhora do posicionamento dos produtos turísticos das regiões brasileiras no mercado turístico internacional, facilitando, em tese, a definição das supostas vocações turísticas de cada um dos estados da federação e favorecendo ainda o fortalecimento do turismo interno no país.

Não obstante o projeto estadual estimular esforços conjugados entre os setores público e privado na construção de roteiros turísticos mais competitivos, dos quais se esperava serem canais de fluidez e demanda para toda a região onde estivessem inseridos, é curioso que a SETUR tenha considerado somente duas áreas do estado como prioritárias para geração efetiva de demandas e fluxos, dando a impressão de que a base da interiorização do turismo proposta naquele momento tinha uma lógica contraditória e geradora de uma espécie de insulamento dos destinos turísticos cearenses, marcados mais pela preocupação com o receptivo local do que propensos à articulação com os municípios vizinhos. Ademais, essa hierarquia de prioridades no investimento em infraestrutura turística pode ser considerada um fato bastante indicativo de que as políticas de fortalecimento da atividade – pelo menos no início do governo Lúcio Alcântara –, subestimavam a capacidade turística de grande parte do estado, uma vez que outras regiões não apareceram contempladas numa política de planejamento que tinha como conduta retórica o desenvolvimento turístico integrado. De todo modo, a SETUR incentivou o processo de formação de redes de cooperação técnica para a roteirização turística e a estruturação dos segmentos relativos ao setor, levando em conta as especificidades dos destinos turísticos priorizados. Nesse sentido, tratou de consolidar instâncias que dialogassem a partir do âmbito local com as esferas governamental, empresarial e do terceiro setor, na tentativa de demonstrar a capacidade de adaptação das regiões cearenses ao espaço produtivo do turismo.

O primeiro passo dado nessa direção foi o trabalho coletivo de constituição dos Fóruns Regionais de Cultura e Turismo, que além de possibilitar a densidade institucional de apoio às demandas de infraestrutura e qualificação dos roteiros turísticos do estado, também foram essenciais para dar ênfase à força incisiva que a cultura teria sobre os fundamentos de organização dessa atividade. Articulados por intermédio da pasta estadual da cultura, os fóruns regionais atuavam como instâncias privilegiadas para execução do plano de ação da SECULT no que diz respeito ao

trabalho de identificação e mapeamento das “vocações” culturais das diversas regiões cearenses, com vistas ao desenvolvimento de um processo de interiorização do turismo pela via da “municipalização da cultura”, conforme as lembranças da ex-secretária Claudia Leitão:

Nós compreendíamos, naquele momento, que a ‘municipalização da cultura’ poderia e deveria contar com um parceiro fundamental que reforçaria os nossos discursos acerca da cultura e do desenvolvimento. Necessitávamos aproximar e conectar as políticas de cultura e turismo a partir do fomento ao turismo cultural no Ceará [...]. Pelas razões acima elencadas, percebi, no meu primeiro contato com os municípios cearenses, que a aproximação da SECULT da Secretaria de Turismo seria estratégica para o processo de ‘municipalização da cultura’ que gostaríamos de realizar. Observei, ainda, que os discursos sobre cultura não sensibilizavam os prefeitos, mas quando falávamos sobre a construção de produtos e destinos turísticos, a partir da cultura, éramos compreendidos e acolhidos pelos poderes executivos municipais (LEITÃO, 2014, p. 120 e 123).

Evidenciando esforços em viabilizar a relação entre SECULT e SETUR a partir do estabelecimento de diretrizes para as políticas integradas entre os dois setores, o eixo central dessa proposição também tinha o objetivo político de articular novos investimentos na área da cultura mediante a maior capacidade da área do turismo em captar recursos financeiros. A julgar pela fala de Claudia Leitão, essa estratégia encaminharia uma política sustentável do turismo nos municípios cearenses, que deveria priorizar o envolvimento com a cultura, dela se servindo e com ela se comprometendo. Em termos de efetivação das potencialidades desses destinos turísticos, a secretária seguia defendendo desde seu discurso de posse um modo de enxergar a cultura não como mero complemento estético das atividades turísticas, porque mais do que uma “indiscutível necessidade social” ela também seria uma importante via de interiorização do desenvolvimento econômico:

[...] a cultura não é somente coleção, inventário ou repertório de objetos e manifestações. O que lhe dá sentido é sua capacidade de produzir sentimento de pertença aos diversos grupos sociais, enfim, do próprio significado que estes objetos e manifestações suscitam nestes grupos [...]. A cultura permite definições por categorias, mas nenhuma delas é mais ou menos significativa do que a outra. Assim, cultura popular ou erudita, cultura rural ou urbana, moderna ou tradicional, integram a mesma realidade, sendo objetos de interesse de políticas culturais [...]. A cultura é hoje reconhecida como uma indiscutível necessidade social (IDEM, In: CEARÁ, 2003a, p. 07).

Seguindo essa linha interpretativa, a satisfação das necessidades de cultura aludida por Claudia Leitão passaria pelo trabalho de redefinição das prioridades locais, de um lado, e de sua associação às necessidades comerciais e turísticas, de outro, no intuito de fazer com que elas tendessem a ser mais complementares e menos excludentes entre si. Nesse sentido, a importância da estruturação dos Fóruns Regionais de Cultura e Turismo residia nas ações de fomento e organização do segmento cultural do turismo enfatizando perspectivas e possibilidades para o desenvolvimento local e regional.

No Plano Estadual de Cultura, esse aspecto apareceu contemplado sob o guarda-chuva da “valorização das culturas regionais”:

A maior riqueza da cultura cearense é a sua diversidade. Valorizar a diversidade cultural implica, necessariamente, desenvolver ações culturais voltadas para as potencialidades regionais. Isto naturalmente requer a criação de instâncias de compartilhamento de ideias, formatação de planos, execução e monitoramento de ações [...]. Organizados em fóruns regionais, os municípios encontrarão o espaço para discussão sobre as ações culturais compatíveis com as aspirações das populações de cada uma das regiões do Estado (CEARÁ, 2003a, p. 20)

As pretensões grandiloquentes e o profundo otimismo nessa causa possibilitaram a constituição de doze fóruns regionais⁵² destinados a desempenhar o papel de articulador e mediador do diálogo entre as pastas da cultura e do turismo em todo o estado a partir das demandas municipais. Atuando enquanto espaços de discussão cujo objetivo seria delinear e sugerir políticas públicas nas áreas afins, essas instâncias estavam estruturadas pela coordenação bienal de um comitê gestor, e suas diretorias eram compostas por representantes da sociedade civil, do poder público, de instituições públicas e privadas (SEBRAE, SESC, universidades, *trade* turístico) além de representantes do campo da produção cultural. Como parte da estratégia para reconhecimento dos destinos turísticos e identificação das potencialidades de produtos e roteiros, o funcionamento dos fóruns se dava por

⁵² Os fóruns representavam as seguintes regiões: Cariri; Centro Sul e Vale do Salgado; Vale do Jaguaribe; Litoral Leste; Sertão Central; Inhamuns; Litoral Extremo Oeste; Vale do Curu; Vale do Acaraú; Ibiapaba; Maciço de Baturité e Serra de Aratanha; Região Metropolitana de Fortaleza. Cf: SILVA, Henrique Barbosa. *Relatório de gestão 2005-2006: caminhos trilhados*. Fortaleza: Secult, 2006, pp. 22-3.

encontros mensais e de forma itinerante, tratando de garantir que os mesmos chegassem às diversas regiões do estado.

Analisando os argumentos em prol dos fóruns regionais de cultura e turismo, é possível depreender que a proposta de investimento em serviços turísticos pela via dos atrativos culturais, além de ter sido um dos instrumentos utilizados na gestão da secretária Claudia Leitão para implantar e monitorar programas definidores da cultura como condição necessária para alavancar o crescimento socioeconômico do estado, também foi um projeto político que representava a busca da consolidação da própria SECULT como secretaria estratégica e efetiva na agenda do desenvolvimento do Ceará, talvez no intuito de começar a reverter uma tendência histórica no estado – como de resto em todo o país – do poder público relegar a cultura a uma condição secundária. Certamente, tal ideia era motivada pelas perspectivas alvissareiras que se apresentavam à área cultural naquele momento inicial do primeiro governo do ex-presidente Lula, com a chegada do novo ministro da cultura, Gilberto Gil, e diante da proliferação de projetos e iniciativas voltadas para o setor. O papel estratégico da SECULT seria, pois, o de identificar os pontos de intersecção entre turismo e cultura, promovendo intervenções concretas e pertinentes aos dois setores.

Paralelamente, o Plano de Governo apresentado à população cearense no ano de 2003 definiu o produto sol e praia como “negócio principal do turismo” no estado, mencionando *en passant* ações de interiorização dessa atividade a partir do estabelecimento de relações com os bens culturais. De modo muito genérico, o texto do referido documento propôs o estímulo a uma “maior organização interna dos municípios” e a promoção de “maior interação entre eles” (CEARÁ, 2003b, p. 67), mas não explicitava quais deveriam ser as ações mais concretas no sentido de proceder a propalada interiorização do turismo.

O que ficou evidente a partir da consulta às fontes utilizadas neste trabalho é que houve uma distribuição de competências entre SECULT e SETUR nesse processo, ficando a primeira responsável quase exclusivamente pelo interior, enquanto a segunda ocupou-se da capital e toda a faixa litorânea. Então, possivelmente a estruturação dos fóruns, em sua presumível capacidade de difusão das demandas regionais, foi pensada no intuito de definir formas eficientes para estabelecer vínculos entre as secretarias de cultura e turismo com as diversas localidades do estado.

Embora tal grupo político gostasse de reiterar o ineditismo de uma gestão compartilhada nessas duas áreas, deve ser assinalado que ele não possuía a marca de mérito exclusivo do governo Lúcio Alcântara, uma vez que a estruturação de instâncias de natureza muito semelhante àquela dos Fóruns Regionais de Cultura e Turismo ressoava ecos de discussões ocorridas no âmbito estadual desde o início dos anos 1990, precisamente durante a gestão do governador Ciro Gomes (1991-1994). Naquele período, havia um intenso engajamento político no processo de construção de uma imagem moderna para o estado do Ceará (BARBALHO, 2005) e as iniciativas de cooperação entre setor privado, governos do estado e dos municípios e organizações não governamentais eram amplamente estimuladas. Foi nesse contexto que surgiu o “Pacto de Cooperação”, um fórum permanente que discutia problemas relacionados à reestruturação da economia local face às questões nacionais e internacionais, com o objetivo de buscar a cooperação de diversas entidades na viabilização técnica-financeira de projetos voltados aos diferentes setores da produção econômica local.

A atuação do Pacto de Cooperação pode ser dividida em duas fases, de acordo com o economista Jair do Amaral Filho:

A primeira foi marcada por ações bem delimitadas que atingiam discussões e soluções de problemas econômicos e setoriais. Nesta fase o Pacto funcionou como uma espécie de câmara de discussões, envolvendo governo e empresários, que visava a troca de informações e a desobstrução de problemas setoriais. Neste sentido, os trabalhos do Pacto anteciparam a aplicação da metodologia, muito utilizada hoje, da organização das cadeias produtivas. Na segunda fase, [...], a atuação do Pacto vai além dos temas econômicos, ela alcança temas relacionados à cidadania, ao meio ambiente, etc. Para isso ele se desdobrou em Fóruns de discussões e interiorizou-se (2003, p. 17).

Nesse movimento de desdobramento do Pacto de Cooperação, foi fundado o Fórum de Turismo do Ceará, no ano de 1996, com a missão de unir esforços para desenvolver ideias e planejar a atividade turística no estado. Datado desse momento também é o início das reuniões de seu correspondente regional no Cariri, estimulado pelos encontros promovidos a partir da parceria entre SETUR, SEBRAE e URCA, que abordavam assuntos especificamente relacionados à qualificação dos serviços voltados ao setor. Sobre esses eventos, encontrei no acervo documental do Instituto Cultural do Cariri - ICC um folder de divulgação que dava conta da realização dos “Seminários de Conscientização Turística para proprietários e Gerentes de

Empreendimentos Hoteleiros” realizado nas cidades de Juazeiro do Norte e Crato, em junho de 1996, fundamentados na “proposta maior [de] sensibilizar o empresariado caririense do segmento turístico, para esta nova realidade, que se traduz na satisfação de uma clientela cada vez mais exigente que acima de tudo busca a qualidade” (1996, p. 02).

Inicialmente, a adesão ao Fórum de Turismo do Cariri foi notadamente maior entre a comunidade acadêmica, o poder público local e as instituições de apoio e fomento ao desenvolvimento do turismo naquela região. Contudo, o fórum não possuía uma “agenda pré-estabelecida nem o poder de articulação consolidado” (CALLOU; GIANELLA, 2012, p. 08), e isso resultou num interregno dos encontros entre os anos de 1998 e 2000. Somente no ano de 2001, após o estabelecimento de parceria entre as secretarias municipais de turismo de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte e Missão Velha, as atividades do fórum foram retomadas. O trabalho coletivo de reordenamento dessas ações foi coordenado pelo escritório regional do SEBRAE, e culminou na criação de entidades de representação empresarial voltadas ao turismo, tais como a Associação Caririense de Hotéis, Pousadas, Restaurantes, Parques e Similares - ACARIH e Associação dos Condutores, Guias e Ambientalistas do Cariri – ACONGUIA.

Reativado sob a denominação de Fórum Regional de Turismo do Cariri, tendo em vista o anseio de envolver os demais municípios caririenses na organização da atividade turística, suas reuniões passaram a ser realizadas sistemática e periodicamente por meio de assembleias mensais itinerantes, momentos nos quais se davam os encaminhamentos necessários ao atendimento das premissas locais, com base nas diretrizes do programa federal de investimento na municipalização do turismo, dentre as quais se destacam: formação dos conselhos de turismo; criação de um fundo para o setor; preenchimento do relatório de informações turísticas; elaboração e implementação do plano de desenvolvimento turístico em cada um dos municípios signatários (BRUSADIN, 2005).

Numa análise da atuação dessa instância deliberativa, Callou e Gianella (Op.cit, p. 09), sugerem que a retomada dos trabalhos com base nas proposições do PNMTur teria sido tão exitosa que despertou o interesse das secretarias de turismo e de cultura do Ceará em replicar a experiência nas demais regiões do estado, mas com o acréscimo da temática da cultura nas preocupações dos fóruns correlatos, que

doravante passaram a exercer suas funções sob a designação de Fóruns Regionais de Cultura e Turismo.

Se, por um lado, a filiação dos fóruns regionais ao fórum do Cariri pode ser questionada, de outro, é válido ressaltar que aquela região foi sim o principal laboratório de desenvolvimento dos projetos estaduais no segmento do turismo cultural para o período aqui analisado. A partir do ano de 2003, as ações de estímulo à institucionalização da relação entre turismo e cultura serviram como fio condutor para a implementação de programas e projetos que utilizavam o patrimônio cultural enquanto recurso turístico. No investimento dessa relação, a realização, no Cariri, de eventos diversos, tais como lançamentos de projetos, cerimônias de premiação, assinatura de convênios – fossem em âmbito municipal, estadual ou federal – davam suporte à disseminação de um imaginário turístico através da (re)afirmação de uma identidade cultural supostamente excepcional. Portanto, a ideia da SECULT era demonstrar a existência de uma grande efervescência cultural naquela região, a fim de indicar o prestígio que teria o patrimônio nas atividades de fomento ao turismo, e alimentar o sentimento que definia, organizava e explicava a pretensa “originalidade” do Cariri: uma rica herança de bens simbólicos definidores de um patrimônio “bastante razoável e de uma extrema diversidade cultural” (LEITÃO, 2014, p. 184).

As ações da SECULT no Cariri serviriam, então, como elementos norteadores do trabalho de ativação do patrimônio, em simultâneo ao processo de formatação do produto turístico local. Desse modo, cada um dos eventos que visavam demonstrar o início de uma nova fase para a cultura na região do Cariri e, de resto, no Ceará, endossava – geralmente sem a problematização necessária – discursos de enaltecimento da superioridade cultural daquela região.

Nesse processo, a instituição oficial do patrimônio cultural foi uma das principais posturas adotadas pela SECULT no sentido de pleitear a consolidação do Cariri enquanto notável destino turístico-cultural no estado do Ceará. As deliberações sobre tombamentos de bens de natureza material e registros para bens culturais imateriais eram levadas adiante pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural – COEPA, órgão reestruturado na gestão de Claudia Leitão para inclusão na lista de conselheiros de dois nomes vinculados ao segmento do patrimônio, passando de vinte e um para vinte e quatro o número total, além dos

representantes dos fóruns regionais de cultura e turismo⁵³. Na retomada dos trabalhos do órgão citado, a Coordenadoria do Patrimônio História e Cultural – COPAHC, lhe apresentava as propostas de tombamento dos bens edificados. Nesse domínio, convém assinalar que na parceria com a SETUR, era a SECULT que definia quais edifícios seriam tombados, além da responsabilidade de preparar os termos de referência para licitação das obras de restauro desses edifícios (a exemplo da Igreja Matriz de Viçosa do Ceará, na região norte do estado, e do Sobrado Dr. José Lourenço, na capital cearense), cuja execução se dava através dos recursos do PRODETUR, geridos pela SETUR.

Para o Cariri, o pedido de tombamento da Casa de Câmara e Cadeia do Crato – uma edificação em dois pavimentos, cuja construção é datada da segunda metade do século XIX –, que abriga desde a década de 1970 a sede do Museu Histórico do Crato, foi aprovado em março de 2004. A execução desse procedimento foi utilizada no discurso da SECULT para indicar uma mudança de postura em relação aos processos de patrimonialização coordenados pelo órgão, tendo em vista que aquele foi o primeiro tombamento em âmbito estadual fundamentado num processo de instrução completo, já que antes disso todos os tombamentos de bens edificados teriam sido realizados através de decretos governamentais ou mediante simples apresentação de justificativa do pedido ao Conselho Estadual de Cultura – CEC. A avaliação da secretária Claudia Leitão era de que os processos de tombamento anteriores à sua gestão seriam frágeis, porque embora reconhecessem legalmente o valor cultural do bem, não garantiriam a salvaguarda do mesmo (LEITÃO, 2014, p. 90).

Essa mudança de postura se deu muito em função da sólida formação acadêmica da secretária Claudia Leitão na área da cultura, mas também estava acompanhando o movimento do governo federal no fomento às políticas para o patrimônio cultural, particularmente na área do patrimônio imaterial, seguindo os princípios do Decreto nº 3.551. Nessa direção, foi criado um núcleo específico na estrutura da COPAHC para o registro e a formulação da lei voltada aos bens culturais de natureza imaterial, cuja preocupação em dar destaque aos chamados “valores regionais” tinha como pressuposto o reconhecimento da sua importância para a

⁵³ Conforme a Lei nº 13.619, de 15 de julho de 2005, que alterou a Lei nº 13.078, de 20 de dezembro de 2000 e instituiu o COEPA. Ver: <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/patrimonio-cultural/legislacao-geral> Acesso em 08 de janeiro de 2017.

produção social do patrimônio cultural, conforme ressaltado por Claudia Leitão em análise retrospectiva ao trabalho desenvolvido nesse campo:

Somos ricos e diversos no plano cultural, mas ainda não conseguimos [no Ceará] transformar este capital simbólico em um ativo transformador do homem. Buscamos, através de uma política de valorização do nosso patrimônio imaterial, reconhecer nossos 'tesouros vivos', valorizando a força e a importância estratégica da cultura tradicional popular no estado. Se desejamos avançar em um novo projeto de desenvolvimento em nosso País, necessitamos fazê-lo a partir da reabilitação dos nossos saberes e fazeres ancestrais (IBIDEM, p. 221).

Essa passagem faz referência à criação da Lei Estadual de Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular (Lei nº 13.351, de 22/08/2003), inspirada na categoria "Tesouros Humanos Vivos" da UNESCO. Pela proposta desta lei, para fazer jus ao auxílio financeiro mensal e vitalício, no valor de um salário mínimo, os diplomados na categoria "Mestres da Cultura" deveriam ser pessoas portadoras de conhecimentos ou técnicas necessárias para a produção e preservação da cultura popular (Art. 1º), e de comprovada carência de recursos financeiros (Art. 3º). Esse último critério, porém, gerou algumas polêmicas. Uma delas foi registrada pela historiadora Jana Rafaella Maia Machado (2014, p. 119), e diz respeito à recusa, por parte do COEPA, da indicação do nome do artesão do couro Espedito Veloso de Carvalho, mais conhecido como Espedito Seleiro, ao título de "Mestre da Cultura". O COEPA justificou que o artesão não se encaixava naquele critério porque suas peças teriam grande circulação comercial, inclusive fora do país, o que supunha uma situação financeira estável, diferente dos outros candidatos que estavam concorrendo ao título. Ainda de acordo com Jana Machado, esse fato foi emblemático das tensões constituídas em torno da lei nº 13.351 e teria desencadeado uma série de questionamentos que desembocou na sua revisão e ampliação, dando lugar à Lei dos Tesouros Vivos da Cultura (nº 13.842, de 27/11/2006). No quadro de alterações suscitadas, a nova lei excluiu o critério relativo à situação de carência econômica ou social e permitiu a inclusão de grupos e coletividades no registro, tendo sido contemplado dois grupos de Juazeiro do Norte, a saber: Reisado dos Irmãos Discípulos de Mestre Pedro (2008) e Grupo de São Gonçalo da Comunidade do Horto (2009). Em decorrência dessa revisão, finalmente o artesão Espedito Seleiro pôde ser diplomado "Tesouro Vivo", no ano de 2008.

As informações disponibilizadas no endereço eletrônico da SECULT indicam que, no período de 2004 a 2006, dos trinta e seis “mestres da cultura” reconhecidos em todo o estado, dezessete deles representavam o Cariri. Em 2004, dos doze nomes agraciados com o título, nove representavam essa região, sendo quatro de Juazeiro do Norte, três do Crato, um de Barbalha e um de Milagres. Em 2005, somente dois representantes da região do Cariri foram diplomados mestres da cultura, mas no ano seguinte esse número triplicou, chegando a seis o número de agraciados. Se ampliarmos a soma dos dados para o período de 2004 a 2009 veremos que dentre os 69 diplomados com o título de “Tesouro Vivo” em todo o estado do Ceará, 31 deles estavam no Cariri, sendo 29 pessoas físicas e dois grupos, conforme demonstra o quadro seguinte:

Quadro 2: Mestres da Cultura/Tesouros Vivos – Cariri. 2004-2009.

A N O	NOME	CIDADE	TRADIÇÃO CULTURAL DESENVOLVIDA
2 0 0 4	Joaquim Mulato de Sousa	Barbalha	Penitência
	José Aldenir Aguiar (Mestre Aldenir)	Crato	Reisado
	Manoel Antonio da Silva (Mestre Bigode)	Juazeiro	Maneiro-pau
	Maria de Lourdes Cândido Monteiro (Maria Cândido)	Juazeiro	Artesanato
	Maria Margarida da Conceição (Margarida Guerreira ou Mestra Margarida)	Juazeiro	Reisado
	Miguel Francisco da Rocha (Mestre Miguel)	Juazeiro	Banda Cabaçal
	Raimundo José da Silva (Raimundo Aniceto)	Crato	Banda Cabaçal
	Raimundo Zacarias (Doca Zacarias)	Milagres	Congala
	Walderêdo Gonçalves de Oliveira (Walderêdo)	Crato	Xilogravura
			TOTAL: 09
2 0 0 5	José Demétrio de Araújo (Mestre Cirilo)	Crato	Maneiro-Pau, Coco e Dança de São Gonçalo
	José Pedro de Oliveira	Barbalha	Reisado de Couro
			TOTAL: 02
2 0 0 6	Antônio Pinto Fernandes (Mestre Antônio)	Aurora	Luthier de Rabecas
	Joaquim Pereira Lima (Joaquim de Cota)	Assaré	Artesanato em Couro
	José Matias da Silva (Seu Zé Matias)	Caririaçu	Reisado
	Manoel Graciano Cardoso dos Santos (Mestre Graciano)	Juazeiro	Artesanato em Madeira
	Maria Pereira da Silva (Dona Tatai)	Juazeiro	Lapinha

	Zulene Galdino Sousa (Mestra Zulena)	Crato	Pastoril, Dança do coco, Maneiro-pau
TOTAL: 06			
2 0 0 7	Antônio Gomes da Silva (Totonho)	Mauriti	Luthier de Violino
	Maria Assunção Gonçalves	Juazeiro	Artesanato e Artes Plásticas
	Maria do Horto	Juazeiro	Bendito
	Sebastião Cosme	Juazeiro	Reisado
TOTAL: 04			
2 0 0 8	Espedito Veloso de Carvalho (Espedito Seleiro)	Nova Olinda	Artesanato em Couro
	José Stênio Silva Diniz	Juazeiro	Xilogravura e Cordel
	Luciano Carneiro Lima	Crato	Cordelista e Tipógrafo
	Raimundo de Brito Silva (Mundô)	Juazeiro	Mateiro
	Grupo de Reisado dos Irmãos Discípulos de Mestre Pedro	Juazeiro	Reisado
TOTAL: 05			
2 0 0 9	Antônio Luiz de Souza	Potengi	Reisado de Caretas
	José Maurício dos Santos	Juazeiro	Artesanato em Flandres
	Francisco Paes de Castro (Chico Paes)	Assaré	Instrumentista - Sanfona de Oito Baixos (Pé-de-bode)
	Severino Antônio Uchoa	Barbalha	Penitente
	Grupo de São Gonçalo da Comunidade do Horto	Juazeiro	Dança de São Gonçalo
TOTAL: 05			

Fonte: Elaborado com base nas informações da SECULT. Disponível em: <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/tesouros-vivos-da-cultura>

Como se pode notar, para as duas etapas do período mencionado, quase metade dos Tesouros Vivos do Estado do Ceará estava concentrada na região do Cariri, fato que a meu ver demonstra a preocupação do órgão estadual de cultura em reconhecer esse espaço recortado da porção sul do estado como um lugar privilegiado para investir no aproveitamento turístico do patrimônio cultural, apostando na garantia de condições satisfatórias para o desenvolvimento das relações entre criação, difusão, consumo e fruição dos bens e serviços culturais.

Evidente que há sempre um posicionamento político nesse processo seletivo e, por isso, tal aspecto não deve ser subestimado. Que esta observação não seja confundida com qualquer negação da existência efetiva de elementos culturais mercedores da ação protecionista do Estado, pois o que ela visa é assinalar as repercussões nas formas de definição de políticas culturais no Ceará. Nesse sentido, aparecem as questões político-partidárias que objetivaram propagar a suposta habilidade do Cariri em participar de uma importante área da economia, a de serviços, liderada pelo comércio, pelo turismo e pela cultura. Esse, aliás, foi o argumento

utilizado pelo então candidato ao governo do estado do Ceará, Lúcio Alcântara, quando da realização de um comício na cidade do Crato, já na reta final de sua campanha eleitoral, em setembro de 2002.

Na ocasião, considerando a importância do complexo CRAJUBAR como segundo maior colégio eleitoral do estado – cerca de 200 mil eleitores –, Lúcio Alcântara proclamava um discurso político de “reconciliação” do Crato com “o desenvolvimento e o progresso”, empregando as duas palavras como sinônimos, em uma correlação de causa e efeito que lhe soava muito natural. Além disso, definindo sua candidatura no jogo de forças políticas que oferecia bens simbólicos como os recursos mais elaborados para promover o desenvolvimento socioeconômico do estado do Ceará, o candidato sinalizou sua disposição em exercer o mandato, caso fosse eleito, como “uma espécie de prefeito para o Crato” (JORNAL DO CARIRI, 08/09/02, p. 03), num discurso de evocação metafórica do deslocamento do centro de decisões governamentais que revelava o objetivo de estabelecer um sentido de proximidade junto aos eleitores locais naquele importante momento da campanha.

Logo após homologado o resultado positivo das urnas, alguns intelectuais locais não tardaram em destacar o papel do Cariri na eleição de Lúcio Alcântara e em cobrar dele a atenção que julgavam devida àquela região. Numa matéria intitulada *Lúcio Alcântara e o Cariri*, o memorialista Raimundo de Oliveira Borges resolveu usar argumentos outrora defendidos pelo próprio governador eleito para reclamar o investimento na empresa de “revitalização econômica” do Cariri pela via do turismo. Para tanto, Borges analisou um discurso que teria sido proferido por Alcântara em 1996 – quando este ocupava uma vaga no senado federal –, a fim de reiterar que o tema da dinamização da economia pela via do turismo seria preocupação de longa data do novo governador. A análise de Raimundo de Oliveira Borges buscava ser suficientemente persuasiva para convencer Lúcio Alcântara a realizar aquilo que ele próprio teria considerado indispensável ao desenvolvimento da região:

Depois de analisar com conhecimento de causa a problemática do ubertoso vale, cujo poder econômico decaiu com os engenhos de rapadura de fogo morto e com as usinas de algodão fechadas, [Lúcio Alcântara] aponta as medidas, no seu entender, mais necessárias e mais urgentes para a revitalização econômica da região, entre as quais salienta o turismo, com uma rede hoteleira moderna, ou à altura da modernidade. Lembra ainda a construção da estrada Cariri-Lavras da Mangabeira [atual rodovia Padre Cícero, CE-385], reivindicação, diz ele, de mais de três décadas, a qual encurta substancialmente a

distância entre o Cariri e Fortaleza, disponibilizando os equipamentos hoteleiros da metrópole regional (Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha) como escala intermediária na jornada do Sul do País a Fortaleza e vice-versa [...]. Agora que terá em breve às suas mãos as rédeas do governo do nosso Estado, espero que ele, conhecedor que é como demonstra dos nossos prementes problemas volte para cá suas vistas, adotando as medidas cabíveis e indispensáveis ao nosso almejado desenvolvimento, que importa, afinal de contas, no desenvolvimento integrado do Estado do Ceará [...]. Aguardemos dias melhores (JORNAL DO CARIRI, 23/11/02, p. 02).

O entendimento de que o governador Lúcio Alcântara deveria mesmo prestar contas à região do Cariri também foi reforçado pelo escritor Geraldo Menezes Barbosa, que pressupôs inegável influência regional e municipal na formulação e execução de uma política turística para o estado mediante o fomento das atividades turísticas locais, como deixou bem claro em editorial para o Jornal do Cariri, cujo título *Juazeiro Lucio Alcântara* soava como um apelo, mas também como um alerta:

Não fosse o potencial eleitoral dos 131 mil eleitores da terra do Padre Cícero, com certeza essa vitória teria se diluído em derrota por ausência de volume de colegiado. Assumindo, portanto, o novo governo do Ceará Lúcio Alcântara percebe a difícil posição que lhe foi confiada pelos cearenses de bom senso político, como um brado de oportunidade especial a sua arrancada reestrutural para um Ceará carente de multiplicidade de indústrias geratrizes de novos empregos, na qual Juazeiro do Norte tem sido um eterno solicitador. [...] A terra ciceropolitana há de encontrar, no reconhecido amigo de longa data, um partícipe coerente para dar amplitude à desejada indústria do turismo, mercê de seu potencial artesanato, buscando apoio estadual. No momento em que as trombetas do Cambéba oferecerem a Juazeiro do Norte uma participação na mídia nacional, no embalo do turismo, assegurando-lhe uma colaboração numa série de obras de há muito projetadas pela Prefeitura Municipal, até o Padre Cícero Romão Batista, santo entronizado no coração da maioria dos brasileiros, já sensibilizaria novamente seu colégio eleitoral para uma próxima reeleição governamental [...]. Nestes termos, Juazeiro do Norte saúda o governador Lúcio Alcântara, em nome também do Cariri indômito, fiel às suas tradições e ao seu passado de lutas (JORNAL DO CARIRI, 07/01/03, p. 02).

Convocando o governo estadual a assumir sua responsabilidade pública de fomento à atividade turística – a partir do investimento na modernização da rede hoteleira; conservação das estradas e abertura de novas rodovias; desenvolvimento do marketing turístico; organização e financiamento dos atrativos culturais –, essas reclamações e solicitações, mais que sugerir medidas que visassem o planejamento e a tomada de decisões que afetariam a atividade turística estadual, pressionavam o

processo de implementação de políticas públicas para o setor naquela região, com o fito de atribuir-lhe prestígio nas atividades distribuidoras de benefícios culturais, econômicas, sociais e políticas. Desse modo, o turismo como uma das preocupações estatais também servia como forma de direcionar e justificar investimentos para a satisfação das necessidades políticas de movimentação turística no Cariri. Em última instância, as duas passagens revelam o entendimento de que o Cariri já possuiria prestígio simbólico suficientemente consolidado para que o governo do estado iniciasse a estruturação de sua política cultural em interface com os projetos turísticos dando ênfase àquela porção sul do Ceará.

Obviamente não é possível afirmar que o governo Lucio Alcântara tenha elaborado um plano turístico-cultural para atender as demandas específicas da região do Cariri, afinal, as políticas públicas não resultam de boa vontade – embora a tendência no nosso país seja afirmar exatamente o contrário –, mas é plausível argumentar que os programas e projetos das secretarias de cultura e turismo sinalizaram alguma correspondência com as promessas de campanha de Lúcio Alcântara, ao promover a região como polo turístico-cultural do estado. Isso fica evidenciado na fala da secretária Claudia Leitão (2014, p. 184), quando afirmou que “historicamente o Cariri ainda não foi objeto de políticas públicas que o transformem em destino turístico estadual, nacional e internacional”, deixando aberta uma larga porta para o reconhecimento das valorações simbólicas e ações concretas de fomento aos usos turísticos dos bens culturais naquela região.

É também provável que a capitalização e legitimação desses bens culturais tenha ocorrido em função de uma estratégia de construção e reforço da imagem de um governo que estaria bastante preocupado com os assuntos culturais. De tal forma, não parece exagero inferir que os gestores da SETUR e SECULT sabiam que essa imagem daria visibilidade, distinção e realce aos agentes protagonistas do cenário político estadual vigente.

A tradução desse reconhecimento se deu com a conquista da SECULT do Prêmio Cultura Viva, promovido pelo Ministério da Cultura⁵⁴. A secretaria recebeu o prêmio de primeiro lugar na categoria gestão pública, no ano de 2006, pelo

⁵⁴ Sobre esta política pública de cultura, ver: BARBALHO, Alexandre; MATTOS, Fabrício. *Pontos de cultura e de cidadania: relações entre Estado, cultura e sociedade na Era Lula*. In: ABDELHAFID, Hammouche; MARQUES, Kadma. *Práticas de cultura: contribuições franco-brasileiras para uma sociologia da arte e das políticas culturais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011, p.75-87.

desenvolvimento do *Programa de Valorização das Culturas Regionais: Cultura em Movimento*, uma espécie de “carro-chefe” da gestão de Claudia Leitão, cujo trabalho fundamentado na atuação itinerante da SECULT resultou no mapeamento dos bens culturais de natureza material e imaterial; cadastro de artistas e profissionais da área da cultura; estruturação dos sistemas municipais de cultura e instituição da rede estadual de equipamentos culturais (bibliotecas, museus, teatros, arquivos e centros culturais), reunindo dados que passaram a compor o Sistema de Informações Culturais do Ceará – SINF (SILVA, 2014).

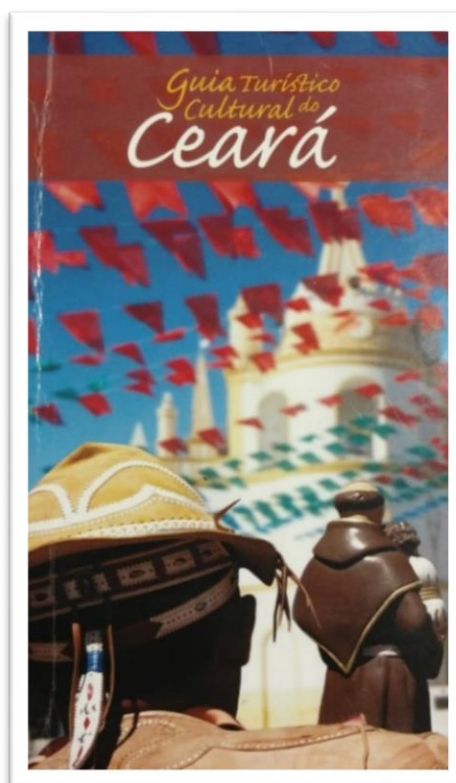
Um dos principais produtos desse projeto foi o *Guia Turístico e Cultural do Ceará*, uma publicação em capa dura, com mais de 450 páginas, que descreveu os 184 municípios cearenses a partir de suas “vocações culturais” e “potencialidades regionais”. Impresso em formato de livreto (11 x 21cm), o referido guia apresentou um texto introdutório que narrava, em duas partes distintas, o processo de formação histórica do Ceará e os aspectos culturais considerados mais marcantes dos municípios cearenses. Estes, por sua vez, estavam agrupados de acordo com a divisão dos Fóruns Regionais de Cultura e Turismo, sendo ali apontados quais eram os principais atrativos locais, além da indicação de pessoas, instituições ou projetos culturais que foram apresentados em *boxes* chamados de “cultura viva”, com o objetivo de revelar aquilo que seria “um retrato minucioso dos saberes e fazeres de um povo criativo, bem humorado [sic] e cheio de imaginação” (GUIA TURÍSTICO E CULTURAL DO CEARÁ, 2006, p. 12).

No intuito de facilitar a consulta ao guia, as regiões cearenses foram ordenadas por um sistema de cores. Na página introdutória referente a cada uma dessas regiões um mapa indicava os municípios a elas pertencentes, sendo eles também assinalados por pictogramas que identificavam unidades de conservação ambiental, patrimônio material tombado (nas esferas federal, estadual e municipal), sítios arqueológicos e/ou paleontológicos, comunidades indígenas e/ou quilombolas. As páginas finais da publicação foram reservadas para indicação de eventos culturais do estado, a fim de aproximar o leitor “desse rico patrimônio que faz do Ceará um dos principais destinos turísticos do Brasil” (IDEM, p. 13), além de outras informações, tais como equipamentos culturais e serviços de hospedagem e alimentação na capital e no interior.

A imagem que ilustrou a capa do *Guia Turístico e Cultural do Ceará* é bastante significativa do esforço empreendido pela SECULT em fortalecer a cultura como

elemento estratégico para o desenvolvimento do turismo no estado, notadamente pela via da interiorização, posto que essa imagem não apresentou as praias paradisíacas comumente exibidas nos guias e folders de divulgação turística do estado, mas sim a de um vaqueiro (representação do sertanejo “autêntico”, arquétipo do cearense portador de atributos que remeteriam à ancestralidade de seu povo) carregando uma estátua de Santo Antônio em procissão até a Igreja do Rosário, na cidade de Barbalha, ou seja, desempenhando um hábito de devoção costumeiro, que foi elevado à condição de atrativo turístico. As bandeirolas coloridas indicam o período festivo em homenagem ao santo padroeiro, identificando o Cariri como lugar teoricamente consagrado à ritualização da cultura pela entronização dos elementos da fé na configuração do seu patrimônio. Vejamos:

Figura 7: Guia Turístico e Cultural do Ceará. Capa.



Fonte: SECULT-CE, 2006.

É evidente que a conversão desses atributos em símbolos de atratividade turística possuía o sentido utilitário de demarcar a importância dos bens culturais no direcionamento de políticas públicas de turismo no estado, mas entendo que seguia, sobretudo, o propósito de territorialização da cultura, configurando a crença de ser o Ceará um lugar privilegiado pelas manifestações populares e pela permanência de

valores culturais que seriam regidos pelo signo da tradição. Ideia manifesta, em termos de linguagem visual, na vestimenta do vaqueiro, que presumia uma fixidez das características de bens e práticas culturais supostamente constituidoras do “ser cearense”, por conjectura renitente no Cariri.

Cumpra ainda destacar que, quando o guia em questão foi publicado, o processo de patrimonialização da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha já tinha se iniciado, culminando, anos mais tarde, no seu registro como patrimônio cultural imaterial do Brasil. Nesse contexto, o guia da SECULT tentava colocar a tradição, elemento de ordem local – teoricamente parte de um passado – em contato com aquilo que é de ordem global, o turismo, partindo da hipótese de ser o Cariri o espaço mobilizador de miscibilidades temporais, isto é, lugar de afirmação do passado no presente, através do patrimônio cultural e em contato com o futuro pela via do turismo.

A parceria entre SECULT e SETUR era, portanto, uma estratégia de fazer cultura e turismo andarem juntos. Isoladamente, cada uma das secretarias poderia reforçar suas demandas específicas – e o fez sempre que necessário –, entretanto, o fato de compartilharem a opinião de que a cooperação entre elas seria mutuamente vantajosa (incrementando ações dedicadas ao discurso do desenvolvimento local e regional, por exemplo), pode ser considerado como elemento de construção e favorecimento de um todo que se queria coerente, qual seja, o turismo cultural no Ceará. Nesta perspectiva, desde aquilo que diz respeito a consultorias técnicas, treinamento e aperfeiçoamento; passando por financiamento de projetos por iniciativas de ambas as instituições e seus equipamentos, até programas de intercâmbio com entidades estrangeiras⁵⁵, havia o desejo de fabricar correspondências entre turismo e cultura como alavancas de um conjunto de ações alinhadas com o crescimento econômico do estado.

Nessa invocação da cultura como recurso, o patrimônio compareceu como uma das principais possibilidades de transformação do espaço cearense, ajudando

⁵⁵ Em 2005 foi firmado um acordo de cooperação entre as secretarias de cultura e turismo do Ceará e a região de Rhône (França), cujo escopo seria “desenvolver programas de intercâmbio e cooperação com vistas ao aprofundamento e consolidação dessas linguagens [cultura e turismo]”. O referido acordo previa envio de delegações em missões específicas para as regiões partícipes, consultoria técnica, fornecimento de meios técnicos para implantação de programas, enfim, versava “sobre todos os domínios considerados de interesse para ambas as partes”. Cf. D.O.E, Série 2. Ano VIII, n. 63, 04/04/2005, p. 19.

ainda na produção discursiva das identidades cultural e turística do estado no alvorecer do século XXI.

3.3 O SESC e as muitas artes do Cariri

O evento atualmente denominado Mostra Sesc Cariri de Culturas, realizado pelo Serviço Social do Comércio – SESC, consiste num festival anual, geralmente realizado no mês de novembro, que integra diversas linguagens artísticas aspirando contribuir com a promoção e divulgação da identidade regional do Cariri e ensejando o desenvolvimento de uma “economia que brota da arte” (REVISTA MOSTRA SESC CARIRI DE CULTURAS, nº 04, novembro de 2013, p. 15). Partindo desse princípio, o evento acontece durante uma semana em diversas cidades da região, buscando estabelecer diálogo entre as áreas do audiovisual, da literatura, das artes cênicas, da música, das culturas populares e das artes visuais na proposição de questões estéticas afins. Mas nem sempre teve essa abrangência toda.

Concebido nos idos de 1998 com uma dimensão circunscrita – cuja ideia central estava sendo traçada dentro de um projeto de desenvolvimento e consolidação do teatro na região –, a Mostra Cariri de Teatro, nome inicial do evento, foi idealizada pela gestora cultural Dane de Jade, quando trabalhava na Fundação Cultural J. de Figueiredo Filho, na cidade do Crato. Posteriormente, Dane de Jade assumiu a função de coordenadora de cultura da unidade operacional do Sesc naquela cidade, momento no qual o evento por ela idealizado teria sido “abraçado” pelo Sesc Ceará e pelo Departamento Nacional de Cultura da entidade⁵⁶. A repercussão positiva do projeto levou Dane de Jade a ser transferida para a unidade do Sesc na capital cearense, de onde passou a gerenciar o programa estadual de cultura da instituição. Dali em diante, ela estabeleceu uma rede de contatos que, além de proporcionar a ampliação e consolidação da Mostra como um dos principais eventos culturais do estado do Ceará, também lhe garantiu reconhecimento e possibilidades de inserção cultural e política em diversos espaços da sociedade⁵⁷.

⁵⁶ Cf: https://www.youtube.com/watch?v=CzUUkWy_jwY Acesso em 28/04/2014.

⁵⁷ Pelo trabalho realizado frente à Mostra SESC, Dane de Jade recebeu, em 2012, o *Prêmio Claudia*, promovido pela Editora Abril para “descobrir e destacar mulheres competentes, talentosas, inovadoras e empenhadas em construir um Brasil melhor”. Cf: <http://premioclaudia.abril.com.br/sobre-o-premio-claudia/>. Acesso em 29/04/2014. No ano seguinte, Dane de Jade passou a compor o secretariado da Prefeitura Municipal do Crato, assumindo a pasta da cultura no período compreendido entre 01 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2016.

Fundamentados no argumento da “retórica da perda” (GONÇALVES, 1996), isto é, num discurso de apontamentos da fragilidade da tradição cultural que disseminava o receio de seu desaparecimento, os fundadores da Mostra eram ávidos em demarcar o Cariri como lugar de “reencontro de etnias e culturas que forjam a identidade múltipla brasileira”, ansiosos para dar vida longa ao projeto teoricamente portador de “todos os ingredientes necessários para fazer parte do calendário anual e turístico da região do Cariri” (CRUZ, 2010, p. 147).

Desde a primeira edição, realizada em outubro de 1999, até a edição de número seis, que aconteceu em novembro de 2004, a Mostra Sesc foi um evento que seguiu um modelo do tipo competitivo, no qual os grupos teatrais inscritos disputavam uma premiação em dinheiro e em cursos de formação e aperfeiçoamento. Fora da competição, mas no quadro de programação do evento, havia a chamada “Mostra de Tradição Popular”, momento no qual os brincantes de reisado, maneiro-pau e da dança de coco somavam-se aos violeiros e às bandas cabaçais para exhibir, todo final de tarde, as manifestações artísticas da chamada cultura popular. Essa mostra dentro da Mostra tinha o intuito de produzir nos espectadores a crença de que eles estariam diante dos “autênticos” costumes e tradições do passado que teriam dado origem a uma cultura regional peculiar. O órgão oficial de divulgação do evento apresentou a Mostra de Tradição Popular a partir de uma narrativa que dizia ser o símbolo a própria coisa, isto é, que as “as artes populares” encarnavam “a identidade do Cariri”:

Hora de comemorar o começo de uma festa que dura nove dias. A musicalidade marcada do maneiro-pau dá o pontapé inicial para a mistura de sotaques, religiões e culturas que se mudam para o Cariri durante o maior evento da Região. O entrechoque dos cacetes e o coro dos dançarinos de artes populares agitam os participantes desse momento mágico de uma tradição rica e encantadora [...]. Um duelo cadenciado que empolga a multidão que acompanha tudo sem desgrudar os olhos [...] mexendo com o imaginário de quem assiste uma apresentação inspirada no passado [...].

A identidade do Cariri refletida nos rostos e sorrisos. O respeito aos mestres que está no passo seguro e gingado. Bem ali, no meio da Praça da Sé. A Tradição Popular pulsando todos os dias, pois a Mostra já começou (JORNAL FLOR DO PIQUI, 13/11/04, p. 03).

Ao que parece, a preocupação dos idealizadores da Mostra de Tradição Popular era proporcionar uma imbricação de tempos, procurando na tradição que viria do passado o apoio para enfrentar o desconhecido, o futuro. Esse almejado encontro entre a contemporaneidade e a “cultura do passado” tinha a pretensão de revelar

aquilo que os organizadores do evento descreviam como “um mundo de diversidade num pedacinho fértil, no meio do Nordeste do Brasil” (JADE, 2008, p. 38). O palco da encenação era bastante significativo dessa proposta: a Praça da Sé, no centro da cidade do Crato. Afinal, a praça é um território que, não sendo de ninguém, é também de todos, lugar adequado para produzir um sentimento de pertença e identificação com a chamada “tradição popular”, cuja sacralidade seria oriunda das manifestações artísticas singulares.

Entendo que tal proposta era indicativa de uma ação cultural e política que insistia na naturalização de um recorte, a partir de elementos das culturas populares, como característica fundamental da identidade cultural do Cariri, como se tais manifestações fossem produzidas e “sobrevivessem” apenas naquela região, como se elas, enfim, dessem mostras do verdadeiro “depósito da criatividade camponesa, da suposta transparência da comunicação cara a cara, da profundidade que se perderia com as mudanças ‘exteriores’ da modernidade”, para usar aqui uma observação feita pelo antropólogo Néstor Canclini (2011, p. 209). Nesse sentido, a tradição popular celebrada pela Mostra Sesc tornava-se produto de uma encenação teatral posto à venda no mercado turístico da cultura. Decerto, ao insistir nesta questão não quero dizer que percebo a identidade cultural como fruto de uma ação intelectual essencialmente dominadora, que seria a única autorizada a definir o que é cultura, suas práticas e representações. Muito menos estou advogando a favor da tese do “popular como monopólio dos setores populares” (IDEM, p. 220). Pelo contrário, defendo aqui a compreensão da identidade cultural do Cariri – bem como de qualquer outra sociedade –, como uma produção social negociada entre os diferentes sujeitos e, por isso mesmo, atravessada por múltiplas relações, que vão do conflito à adesão.

Posto dessa maneira, quero situar a Mostra Sesc como um evento que fez *usos culturais da cultura* (MENESES, 2002) traçando linhas de ação tanto no sentido de políticas públicas que visavam o afamado “resgate” da tradição – com a oferta de possibilidades de continuidade no tempo –, quanto na intenção de sugerir que essa tradição cultural seria a chave para o desenvolvimento econômico da região do Cariri, sobretudo pela via de incremento do setor turístico. Nesse sentido, os organizadores da Mostra a concebiam como uma “vitrine para os grupos da tradição”, pois conforme explicitado nas páginas da Revista Mostra Sesc Cariri de Culturas, o evento incentivava a preservação e difusão do patrimônio cultural, “contribuindo para o

desenvolvimento da região como destino turístico-cultural, além de fortalecer os grupos de tradições e estimular a formação de plateias (IDEM, nº 05, novembro de 2014, p. 11).

Na trajetória da Mostra, no entanto, a precariedade ou ausência de equipamentos culturais nas cidades onde deveriam ser realizados os espetáculos teatrais constituiu o principal entrave na configuração do destino turístico e na formação de plateias. Aliás, esse era um problema antigo que inquietava os agentes culturais do Cariri pelo menos desde final dos anos 1980. Naquela época, acreditava-se que os equipamentos culturais, cada qual com sua importância, desafios e carências, além de sinalizar o crescimento do próprio fazer cultural no Cariri, ainda serviriam como instrumentos de aferição do apreço que aquela sociedade teria pela cultura e suas manifestações artísticas. Na cidade do Crato, por exemplo, Salviano Saraiva, um dos fundadores do Grupo de Teatro Amador do Crato – GRUTAC, usou as páginas da Revista Itaytera para reclamar a construção de um teatro na região porque considerava “terrível e angustiante” tal falta. Disse ele:

Por incrível que possa parecer, não existe um só teatro em toda a vasta região do Cariri. Cidades do Nordeste, com atividade cultural bem menos intensa que a do Crato, se orgulham em prosseguir o seu teatro municipal. Portanto, um bom teatro nesta cidade atenderá plenamente às cidades vizinhas, aí repousando a sua maior significação (IDEM, 1988, nº 32, p.130).

Saraiva achava natural que o “Teatro do Cariri” fosse construído na cidade do Crato e estranhava o fato da construção do equipamento não ter sido iniciada àquela altura, considerando que o mesmo ouvira falar da existência de um projeto de lei aprovado, mas supostamente arquivado, pela Câmara Municipal de Vereadores, para a construção de “um bom palco” na cidade. Ele também se mostrava incomodado com a atuação da administração municipal em relação aos “assuntos da cultura”, afirmando que a prefeitura teria adquirido o imóvel do Cine-Moderno, no centro da cidade – que ele dizia ter sido “o primeiro cinema sonoro do interior do Estado” –, a fim de transformá-lo em teatro e cinema municipal, porém, até o momento da reclamação, nada teria sido feito.

O fato é que a construção do equipamento demorou bastante. Passada uma década do manifesto lançado por Salviano Saraiva ainda faltava “um bom palco” no Cariri. Como essa situação afetava diretamente os organizadores da Mostra Sesc, a

solução por eles encontrada foi a de construir uma caixa cênica na quadra de esportes da unidade do Sesc no Crato. Segundo a afirmação do produtor cultural e técnico de teatro Sidnei Cruz (2010, p. 39), o equipamento “apesar da sua estrutura rudimentar, causou sensação pelo ineditismo” e garantiu a apresentação dos grupos inscritos na primeira edição do evento, ocorrida no ano de 1999. A partir de então, os organizadores da Mostra apontavam insistentemente a necessidade de sensibilização, por parte das instituições públicas e privadas, no sentido de investir em equipamentos especializados para a difusão das artes cênicas e ampliação de acesso à cultura na região do Cariri. Nesse sentido, o jornal Flor do Piqui, publicado durante os dias de realização da Mostra, anunciou que o ano de 2004 seria marcado pelo início das obras de um “teatro modelo para todo o Brasil” na unidade do Sesc de Juazeiro do Norte (13/11/04, ano VI, nº 2, p. 02). A previsão era de que as obras estivessem concluídas no ano seguinte, a fim de atender às demandas da Mostra na edição do ano de 2005, porém, a reforma da sala só foi iniciada em 2006. A espera pelo novo teatro durou dois anos, até que, finalmente, foi inaugurado na semana de realização da Mostra Sesc de 2008 o Teatro Patativa do Assaré, denominado assim como parte das comemorações do centenário de nascimento do poeta homônimo.

Antes mesmo da construção desse equipamento, outras soluções foram adotadas no intuito de resolver os problemas relativos à falta de espaços apropriados para o evento, a começar pela expansão da mostra de teatro para além dos limites do Crato. Assim, a partir da quarta edição da Mostra, ocorrida em 2002, o evento passou a acontecer, simultaneamente, em outras três cidades: Juazeiro do Norte, Barbalha e Nova Olinda. As informações de Sidnei Cruz (IDEM, p. 46) dão conta de que a escolha de Juazeiro do Norte atendeu a dois importantes critérios: o primeiro, por abrigar uma unidade operacional do Sesc, e o segundo, em função da diversidade de equipamentos, que agia em favor da demanda turística, tendo em vista as condições de deslocamento (aeroporto) e de acomodação (pousadas e hotéis) que a cidade apresentava; a inclusão de Barbalha no roteiro de programação da Mostra SESC teria se dado em decorrência de sua “importância como Patrimônio Histórico”, em alusão ao centro histórico da cidade, lugar onde algumas edificações são protegidas por lei municipal e/ou pelo tombo estadual e que, na compreensão de Cruz, poderiam servir de atrativos turísticos e culturais complementares à Mostra; já a cidade de Nova

Olinda, teria sido inserida no roteiro devido a existência da Fundação Casa Grande⁵⁸, “parceira orgânica e posto avançado para projetos sociais de inclusão e acessibilidade”, segundo as considerações do citado produtor cultural (IBIDEM, loc.cit). No meu entendimento, tais escolhas indicam o esforço dos organizadores do evento em inter-relacionar cultura, turismo e patrimônio como suportes de representação simbólica da identidade regional, assim como demonstram a empenhada dos organizadores da Mostra em definir e consagrar o lugar de intérpretes dos valores culturais do Cariri.

Somou-se ainda a essas estratégias de discussão e resolução dos problemas referentes aos equipamentos culturais no Cariri, a inserção, no quadro de programação oficial da Mostra, de uma série de atividades formativas, como oficinas para os artistas, debates com os secretários de cultura e turismo dos municípios onde seriam realizados os espetáculos, palestras sobre o aproveitamento e adaptação de “espaços não convencionais a partir de imóveis abandonados, inutilizados, e outras situações de espaços construídos para fins diversos” (IDEM, p. 87). Anos mais tarde, essas discussões foram ampliadas e convertidas em espaços de debate inicialmente chamados de “Pensamento Giratórios” e, posteriormente, denominados “Seminário Arte e Pensamento”, cuja temática central abrangeu questões relativas aos aspectos das políticas públicas de fomento e gestão da cultura, refletindo sobre como poderia o Cariri se beneficiar cultural, social e economicamente a partir da arte.

Com o passar dos anos, a consolidação gradativa da Mostra Sesc instaurou uma disputa material e simbólica em torno do evento e de suas funções, tendo em vista que diversos agentes públicos e privados quiseram legitimar seus instrumentos de ação cultural – tais como exposições, conferências, festivais, entre outros –, a partir do reconhecimento de sua viabilidade pelo mundo da cultura. No caso da gestão pública, isso ficou evidente a partir do ano de 2003, quando o governo estadual se deu conta que o conceito desse evento estava sendo delineado na mesma direção do projeto de modernização da cultura proposto pela SECULT, órgão que demonstrava bastante interesse no estabelecimento de parcerias com o Sesc para dar maior ressonância às suas ações. Afinal, como afirmei anteriormente, aquela era uma época em que se buscava construir a imagem de um governo dedicado e preocupado com os temas da produção cultural, sobretudo se eles pudessem repercutir em ações de

⁵⁸ Mais sobre esta ONG em: <http://www.fundacaocasagrande.org.br/principal.php> Acesso em 30 de abril de 2014.

turismo e lazer e, mais ainda, agir como elementos propulsores do desenvolvimento regional.

Pode-se mesmo considerar que a definição de uma política cultural por parte da SECULT vislumbrava na Mostra Sesc as bases institucionais para o tratamento dos bens culturais na região do Cariri. A partir de então, o estímulo à produção, circulação e consumo da cultura, buscando dinamizar vários setores da produção artística, como literatura, teatro, música e artes plásticas, incorporou-se a uma dimensão patrimonial que, além das preocupações habituais de salvaguarda e preservação, se transformou num instrumento político de distinção, instrumentalizado por um objetivo turístico, conforme destacado pela secretária Claudia Leitão na cerimônia de abertura da Mostra no ano de 2004:

Um dado importante este ano é que a Mostra aqui no Cariri está crescendo bastante nas outras áreas das artes, uma presença mais marcante da música e das artes plásticas. Muitos municípios também estão começando a se envolver mais, isso é um potencial para que a Mostra Cariri tenha mais força nas outras edições, crescer nos outros anos. Ações que certamente vão ajudar no turismo cultural e social do Estado (JORNAL FLOR DO PIQUI, ano VI, nº 03, 14/11/2004, p. 02).

Tendo em vista a geração de alternativas econômicas baseadas na oferta de serviços e produtos culturais, a ideia do governo estadual era viabilizar projetos públicos e privados na área da cultura e estruturar uma ampla rede de equipamentos que fossem “capazes de garantir a valorização do nosso patrimônio cultural, a produção e difusão dos bens e serviços culturais para todos os cearenses em todo o Estado” (CEARÁ, 2003a, p. 13). Ressalte-se que a noção de patrimônio aparece como modo de objetivar a ideia de pertencimento a uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008), divulgando uma imagem de comunhão profunda e horizontal sem considerar as assimetrias existentes.

De todo modo, a legitimação desse empreendimento cultural na região do Cariri se deu durante a realização da Mostra Sesc, ainda no ano de 2003, quando o evento serviu de palco para a assinatura da Lei Estadual nº 13.397, de 17/11/03, que instituiu o título de “Capital Cultural do Estado”, no âmbito do programa de “valorização das culturas regionais”, eixo integrante do Plano Estadual de Cultura para o período 2003-2006, orientado pela estratégia de converter-se num mecanismo da política governamental com o objetivo de propiciar

[...] uma nova alternativa de desenvolvimento social e econômico aos cearenses, gerando oportunidades de emprego e renda, dinamizando a cadeia de produtos e serviços no campo cultural de acordo com as vocações regionais. (CEARÁ, 2003a, p. 26).

Para operacionalizar a referida lei, a atribuição do título de “Capital Cultural do Estado do Ceará” estava subordinada, a partir daquele ano, à publicação anual de um edital específico pela Secretaria da Cultura. Os municípios interessados deveriam, então, enviar solicitação de inscrição mediante a comprovação da realização de projetos cujos objetivos girassem em torno do “engrandecimento cultural do município”, conforme previsto no Art. 3º do Decreto nº 27.323, de 31/12/2003, que também definia que a homologação das inscrições seria atribuição de uma comissão especialmente designada para aquele fim, sem, contudo, explicitar quais seriam os critérios de composição da mesma, nem de validação das inscrições.

Nesse processo de atribuição de sentidos, o mesmo decreto tornou o Crato a primeira cidade a carregar o título de “capital cultural” do Ceará⁵⁹. Isso significava que, ao longo do ano de 2004, o governo do estado, através da SECULT, estaria comprometido com o apoio a projetos culturais mediante um circuito de palestras, fóruns e debates que pudessem implementar políticas públicas de cultura e difundir o trabalho de “engrandecimento” do município agraciado com aquele título. É preciso assinalar que o formalismo da referida lei refletia um projeto de intencionalidades, ou seja, não garantia a execução das proposições do governo estadual neste setor. Antes de assegurar práticas institucionais efetivas, o texto da lei apenas assumia o compromisso de envidar esforços “no sentido de catalogar/registrar todos os artistas locais, separados em suas respectivas categorias” (Art. 5º, Lei nº 13.397, de 17/11/03), embora tenha promovido ações de patrimonialização que resultaram no tombamento dos edifícios da antiga Casa de Câmara e Cadeia do Crato e da Estação Ferroviária da cidade, ambos em 2004, e do Sítio Caldeirão, no ano seguinte. Assim,

⁵⁹ Dando prosseguimento ao processo de institucionalização e patrimonialização dos bens culturais em todo o estado do Ceará, a SECULT concedeu o título de capital da cultura para o ano de 2005 à cidade de Viçosa do Ceará, na região norte do estado. Em 2006, foi a vez da cidade de Senador Pompeu, na região do sertão central, receber o certificado de capital cultural do Ceará. Sobre os distintos processos de patrimonialização havidos nessas duas cidades, ver: VIANA, Monalisa Freitas. *Conjunto Histórico e Arquitetônico da cidade de Viçosa do Ceará: dos percursos da patrimonialização (1997-2006)*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UECE, 2016; MARTINS, Raimundo Aterlane Pereira. *Das santas almas da barragem à caminhada da seca: projetos de patrimonialização da memória no sertão central cearense (1982-2008)*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2015.

a referida lei estava assentada sobre um esforço de articulação dos agentes culturais locais no intuito de manter atualizado um mercado de bens simbólicos que poderia se beneficiar economicamente com a contribuição do turismo cultural. Nesse sentido, presumo que a atribuição do título de “Capital Cultural do Estado do Ceará” informava mais sobre práticas e políticas que queriam transmitir as ideias do governo e seus modelos de gestão do que expressava o reconhecimento de uma tradição cultural incontestável de uma ou de outra cidade.

De todo modo, houve quem interpretasse o projeto da SECULT como um testemunho, de fato, da imensa riqueza cultural da cidade do Crato. Exprimindo as costumeiras aspirações de vanguarda e discorrendo acerca da assinatura do decreto que instituiu a “Capital da Cultura”, o jornalista cratense Antônio Vicelmo publicou uma matéria em que demonstrava absoluta crença num processo de “culturalização” geral da cidade: “a partir de agora, todas as ações do governo no campo cultural serão direcionadas para o Crato” (DIÁRIO DO NORDESTE, caderno regional online, 11/03/2004). Enquanto Vicelmo se demonstrava cheio de esperanças, o memorialista Raimundo de Oliveira Borges minimizou a importância do decreto governamental, ciente que estava de ser aquele projeto mera redundância do discurso que ele e o grupo intelectual a que esteve ligado durante grande parte de sua vida, o Instituto Cultural do Cariri, já estavam proclamando desde meados do século XX, isto é, que o Crato seria um lugar naturalmente adiantado, de passado glorioso e coroado de êxitos (VIANA, 2011), enfim, a “semente seivosa” do progresso e adiantamento cultural e material de toda a região do Cariri:

Na verdade, o título de ‘Capital da Cultura’ dado ao Crato não foi obra de benemerência ou favor de quem quer que seja, nem objeto de lei ou decreto que podem ser revogados a qualquer momento e com uma só penada. Ao contrário, foi e é uma conquista do povo, da sua alta mentalidade e da sua vocação ao amanhã das ciências, das letras e das artes. [...]. Por tudo isso, o cratense não deixará nunca de cultuar, [...], a sua cidade como capital da cultura, o município modelo, a princesa do Cariri (REVISTA A PROVÍNCIA, dezembro de 2005, p. 158).

Mas, voltemos à ocasião do lançamento do projeto “Capital da Cultura” durante a realização da quinta edição da Mostra de Teatro promovida pelo Sesc. Naquela oportunidade, a então secretária de cultura Claudia Leitão afirmou que a Mostra fazia parte dos planos da SECULT, em parceria com a SETUR, de reconhecer

as múltiplas “vocações culturais” dos municípios cearenses e torná-las fontes de emprego e renda. Para ela, identificar e valorizar a diversidade e as potencialidades culturais das regiões cearenses era a melhor maneira de contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Estado. Aliás, esse uso recorrente da palavra desenvolvimento nos discursos da SECULT pode ser pensado como elemento mobilizador de políticas públicas que visavam inserir os problemas culturais na pauta de planificação das ações do governo do Ceará – preocupado em refletir e atuar como grande mecenas no campo cultural –, uma vez que investia fortemente na defesa do papel da cultura para o êxito dos projetos de crescimento econômico do estado.

No rastro desse trabalho, aquela ocasião sinalizou também a estratégia de gestão do órgão estadual da cultura de se apropriar e criar eventos diversos sob o rótulo de um mesmo projeto. A partir do ano de 2003, por exemplo, a SECULT estreitou os laços com a Mostra Sesc, e suas relações institucionais ficaram cada vez mais forte e evidentes, sobretudo quando a secretaria de cultura tratou de incluir na programação da mostra de teatro uma outra mostra, a de artes plásticas, que o governo estadual já seguia realizando de modo independente em outras cidades do Ceará. Essa situação, aliás, não foi bem acolhida pelo técnico de teatro Sidnei Cruz, um dos principais organizadores da Mostra Sesc, que chegou a acusar a SECULT de descaracterizar o evento e de adotar uma postura “grosseira e dissimulada, denunciada pela forma explicitada no plano de divulgação e programação visual, [...], que espalhou cartazes, placas e setas por toda a região, causando confusão no público e indignação em todos os participantes” (2010, p. 49).

O tom de desagrado imposto por Sidnei Cruz era motivado pelo fato de que, no guia de programação do evento, o nome da Mostra Cariri das Artes estava disposto em primeiro plano, seguido pela indicação, pouco visível, da realização da V Mostra SESC Cariri de Teatro, conforme pode ser observado na imagem que segue:

Figura 8: Guia de Programação Mostra Cariri das Artes (capa e contracapa) - 2003.



Fonte: SESC. Acervo pessoal do autor.

Curiosamente, a produção do material de divulgação da Mostra naquele ano foi realizada por uma agência de publicidade contratada pela própria direção do Sesc Ceará, sendo possível, portanto, presumir que possuía o aval da instituição. Mas, na opinião de Sidnei Cruz, mesmo assim o referido material teria dado destaque assimétrico à mostra de artes plásticas promovida pela SECULT em relação ao evento teatral levado adiante pelo SESC, fato que demonstraria o interesse da secretaria em obter vantagens simbólicas em torno do evento.

É possível que sua reclamação tenha surtido algum efeito, considerando que no ano seguinte manteve-se o layout do material de divulgação dos dois eventos, porém com pequenas alterações que, desta feita, davam mais destaque visual à Mostra de Teatro do SESC. Outra mudança foi relativa ao texto de apresentação que constava no guia de programação do ano de 2003, suprimido no material do ano seguinte para dar vez a indicação dos agentes realizadores dos eventos. Ademais, a ilustração das placas sinalizadoras desses eventos deixou de indicar os caminhos da “cultura em todos os sentidos” e passou a apontar a convergência da “arte do mundo para todo o Cariri”. Veja-se:

Figura 9: Guia de Programação II Mostra Cariri das Artes (capa e contracapa) – 2004.



Fonte: SESC. Acervo pessoal do autor.

Outro acréscimo importante neste material de divulgação foi a inclusão do nome da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará - FECOMÉRCIO entre os nomes dos realizadores da VI Mostra SESC Cariri de Teatro e II Mostra Cariri das Artes. Possivelmente isso se deu em decorrência do investimento financeiro da entidade no projeto *Cultura em Movimento – SECULT Itinerante*, criado no intuito de consolidar o eixo “valorização das culturas regionais” proposto no Plano Estadual de Cultura⁶⁰. Vale lembrar que, antes de assumir a pasta estadual da cultura, Claudia Leitão era diretora do SENAC-Ceará, instituição ligada à Fecomércio, e isso deve ter colaborado para que ela conseguisse apoio financeiro e institucional por parte da entidade às demandas dos projetos coordenados pela SECULT.

No processo de consolidação da Mostra Sesc, o ano de 2004 foi sintomático das mudanças pelas quais o evento passaria. Durante fala na solenidade de abertura da Mostra daquele ano, Luiz Gastão Bittencourt, então presidente do Sistema

⁶⁰ A historiadora Aline Silva Lima afirma que valor oficial total dos recursos investidos no referido projeto alcançou a cifra dos R\$ 3 milhões, fonte oriunda do tesouro estadual, Ministério da Cultura e da Fecomércio. Cf: LIMA, Aline Silva. *A Secretaria da Cultura do Ceará para além dos centros: “Cultura Em Movimento” - Secult Itinerante 2005-2006*. In: Anais do V Seminário Internacional de Políticas Culturais. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2014/06/Aline-Silva-Lima.pdf> Acesso em 12 de maio de 2015.

Fecomércio⁶¹, apontou os supostos benefícios oriundos da fusão dos eventos do governo do estado e da entidade privada:

A cultura não pode ter apenas uma face, ela tem muitas faces que precisam ser exploradas. São dois eventos que estão crescendo e incorporando outros municípios. Atualmente, a mostra envolve três grandes pólos difusores. São 14 cidades envolvidas nesse processo, promovendo uma cultura ampla do Cariri, transformando o evento em agente consolidador do turismo da Região. O desenvolvimento do Cariri passa pela sua cultura, preservação histórica e tradições (JORNAL FLOR DO PIQUI, ano VI, nº 02, 13/11/2004, p. 02).

A ampliação dos sentidos e trabalhos da Mostra, destacada neste trecho, ressalta o início dos projetos de reestruturação do evento. que foram efetivados no ano de 2005, quando se impôs como única a designação de Mostra Cariri das Artes, evidenciando a força de atuação do governo do estado sobre a estruturação de eventos culturais no Ceará. Outra mudança importante dizia respeito ao fato da Mostra ter deixado o caráter competitivo e passado a investir na configuração de um festival estruturado pelo intercâmbio de variadas experiências artísticas, com grande reforço do papel das tradições culturais do Cariri. Isso começou pela mudança da marca do evento no seu material de divulgação, pois a ilustração de placas sinalizadoras de caminhos que levavam aos eventos simultâneos e complementares (Mostra de Teatro/SESC e Mostra de Artes Plásticas/SECULT) cedeu lugar à representação do chapéu dos brincantes de reisado, adornados com espelhos e fitas coloridas, imagem fértil para criar o discurso de serem muitas as artes do Cariri, todas elas aparentemente ligadas aos aspectos populares da cultura, supostamente pródigos em representar a pujança de seu patrimônio imaterial, exprimir sua memória e estabelecer sua identidade cultural:

⁶¹ O Sistema Fecomércio congrega o Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Comércio (IPDC). Cf. <http://www.fecomercio-ce.org.br/site/conheca-a-fercomercio/> Acesso em 19 de agosto de 2014.

Figura 10: Guia de Programação VII Mostra Cariri das Artes. 2005. Capa.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Penso que um aspecto de grande importância nessa mudança de conteúdo imagético refere-se à tentativa definidora da Mostra Sesc como evento de resgate, defesa e preservação de valores culturais que deveriam compor o patrimônio da região, sem, contudo, questionar a existência dos mesmos. Na imagem em análise, a ênfase dada aos elementos culturais atribuídos às camadas populares reflete o intuito de apontar vínculos entre a herança recebida de outras gerações e sua permanência no presente, tentando persuadir as pessoas da efetiva unidade, no Cariri, de bens culturais “vivos”, estes, por sua vez, referentes aos lugares, festas, religiões, modos de criar, fazer e viver cuja existência dependeria de indivíduos ou grupos portadores de reminiscências históricas formadoras da identidade cultural da região. Nessa linha de raciocínio, a SECULT aproveitou a parceria com o SESC para produzir dados e indicadores que serviriam para alimentar o Sistema de Informações Culturais do Estado, em processo de constituição à época. Nesse sentido, foi realizado um levantamento do patrimônio material e imaterial do Cariri durante a realização da sétima edição do evento, no ano de 2005, com o objetivo de identificar os bens culturais da região, investir em ações de proteção e salvaguardam, além de destiná-los à fruição.

Defendendo uma inegável contribuição da Mostra para tornar profícuo e efetivo o acesso e a fruição desses bens, a idealizadora do evento, Dane de Jade, demonstrou grandes expectativas com sua nova fase, estimando para aquele ano de 2005 um público de aproximadamente quatrocentas mil pessoas:

A realização da Mostra Cariri tem provocado processos de mudanças nos diversos segmentos da região: da economia, do turismo, da gastronomia, do lazer, da educação e, principalmente na autoestima cultural desse povo ávido de energia herdada da ancestralidade das nossas raízes indígenas nação Cariri, se estendendo em todo estado e país, causando desdobramentos no sentido de acender possibilidades de existência de novas formas de diálogos e intercâmbios, visando estimular bens e serviços culturais, sejam materiais e imateriais, assumindo papel significativo na integração regional, estadual e nacional. [...]. É um acontecimento único, periódico e permanente no calendário do estado do Ceará (REVISTA A PROVÍNCIA, nº 22, 2005, p. 118).

Dado o sugestivo potencial do evento para a consolidação do turismo cultural na região, com presumíveis benefícios de integração cultural e econômica da sociedade, essa mudança estrutural da Mostra também foi marcada pelo reforço da crença na tradição popular – ali definida como passado que se faz presente –, como força do patrimônio cultural do Cariri, simbolizado pelo cortejo de abertura do evento, comumente marcado pela presença das bandas cabaçais animando os espectadores com a música produzida pelas suas flautas de madeira e coreografias performáticas, bem como pelos brincantes do reisado, vestidos com saiotes de cetim colorido e carregando coroas brilhantes adornadas de espelhos reluzentes. Com efeito, do conjunto do que ali era representado, parte se constituía como permanência, enquanto a outra era invenção correspondente ao intento de considerar a cultura popular, basicamente iletrada, como fosse o traço essencial da identidade caririense, não raro sugerida como elemento de conservação da “alma do povo” e como um prolongamento de sua memória coletiva.

Para que as “expressões artísticas que brotam no coração da Nação Cariri” (SILVA; JADE, 2010, p. 48) pudessem ter continuidade enquanto prática cultural, os gestores do SESC criaram outros projetos de salvaguarda com o objetivo de documentar, divulgar, promover e fomentar as “culturas de raiz”, principalmente reisados, lapinhas e bandas cabaçais. As chamadas “terreiradas” foram, então, constituídas nesse intuito. Elas são eventos que acontecem em paralelo à Mostra,

quando os “mestres populares” e os grupos aos quais eles pertencem apresentam, de forma teatralizada, nos “terreiros” de suas casas, danças e celebrações muitas vezes originadas na sociabilidade rural e geralmente constituídas em torno de atos de louvação ao sagrado.

Baseada no entendimento de que as terreiradas são expressão das identidades que reportam às referências culturais do Cariri, Dane de Jade, ao comentar a proposta do evento, afirmou que sua característica mais interessante consistiria no compromisso com o auto reconhecimento, uma vez que a afluência de um público espectador despertaria nos sujeitos que o produziam “o sentimento de pertencimento à tradição”⁶². Na avaliação de um espectador local, as terreiradas atribuiriam visibilidade às tradições populares e propiciariam o “estreitamento entre os mestres e seus seguidores, onde os mesmos abrem suas portas para que possamos conviver com seu jeito simples, mas sofisticado de tradições culturais”⁶³.

O ponto em comum nessas duas falas é o modo como ambas tratam as terreiradas como objetos de fruição do “outro”, transformando as culturas populares em um bem de consumo, um verdadeiro espetáculo. Nos dois comentários percebe-se ainda a renitência de um pensamento do tipo folclorista, diga-se de passagem, bastante acentuado no Cariri da segunda metade do século XX, cujo empenho em valorizar as práticas das culturas populares como raízes culturais de um povo também indicava um sentimento de nostalgia do passado. Através desse sentimento, o popular cumpriria a função de resíduo de um tempo ido, fragmento do passado restaurado e emoldurado para ser exibido no presente como um retrato vivo e “autêntico” da “cultura regional”.

Decerto, esses usos das culturas populares indicam a existência de diversos objetivos, que vão desde a atração de turistas até o aproveitamento político do prestígio popular do chamado folclore, na busca pela afirmação e hegemonia de uma identidade cultural que se vale do patrimônio para legitimar a distinção. Na cidade de Barbalha, por exemplo, a Secretaria de Cultura criou a sua própria terreirada, e em parceria com o Centro Cultural do Banco do Nordeste – CCBNB, segue promovendo,

⁶² Ver: <http://premioclaudia.abril.com.br/finalistas/dane-de-jade/> Acesso em 28 de abril de 2014.

⁶³ “Bendito sejam os mestres e suas tradições!”, disse o fotógrafo Wilson Bernardo ao registrar suas impressões sobre as terreiradas no seguinte endereço eletrônico: <http://blogdocrato.blogspot.com.br/2011/11/mostra-sesc-cariri-de-culturastradicoes.html>. Acesso em 22 de agosto de 2014.

desde o ano de 2011, a “Terreirada de Tradição Cultural”, sob a seguinte argumentação:

Barbalha é conhecida como o ‘Celeiro de Cultura do Cariri’, por ser a localidade rica em patrimônio cultural e artístico. Ao todo, o Município tem em cadastro 53 grupos de cultura popular. O Projeto Terreiradas da Tradição Cultural pretende fortalecer os vínculos entre os artistas, realizar a troca de conhecimentos e informações e trabalhar na população barbalhense o afeto, o respeito e a preservação da cultura local. Segundo o [então] secretário de Cultura do Município, Dorivan Amaro, é com incentivo que o Município vai conseguir conservar a tradição. ‘A partir do momento em que a gente estimula os grupos, eles começam a ensinar seus conhecimentos aos mais jovens, ensaiam mais e assim se fortalecem. Isso é a continuidade da cultura de raiz. O Município é quem ganha, pois fortalece o nosso potencial turístico, artístico e econômico’ (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, Caderno Regional online, 26/11/2011).

Importa analisar aqui dois aspectos justificadores utilizados pela organização do evento em Barbalha: o primeiro compreende que os saberes e fazeres populares estariam na iminência de desaparecer, tornando urgentes as ações que fossem capazes de “conservar a tradição”; o segundo considera que essa “ameaça” só seria mitigada pela ação de fatores externos que, ao menos em tese, seriam ideais para gerar receitas e auxiliar na preservação dos bens culturais, legitimando intervenções protecionistas capazes de promover a “continuidade da cultura de raiz”. No que concerne ao primeiro ponto, considero que as práticas culturais são atividades dinâmicas que se estabelecem no cotidiano e correspondem, portanto, à experiência vivida. Logo, o medo do desaparecimento total parece ser destituído de sentido, porque a vida cotidiana é o reino dos processos constantes de ajuste e significação, criando e recriando condições de adaptação, mas também de contingências. Quanto ao segundo aspecto, é importante ressaltar que o atributo patrimonial conferido pelas instituições de salvaguarda torna, de fato, possível “o afeto, o respeito e a preservação da cultura local”. Porém, não é raro que a patrimonialização tenha dificuldades de se coadunar com os sentidos imputados por aqueles que praticam as atividades culturais ditas tradicionais, revelando assimetrias entre quem vivencia a prática cultural e quem imprime a elas o caráter de bem cultural de consumo que, supostamente, “fortalece nosso potencial turístico, artístico e econômico”. Quando isso acontece, o que o público assiste é o simulacro da experiência dessas práticas, mas ele nem sempre alcança a mesma simbologia.

Dito isto, é preciso considerar que a dinâmica de expropriações e apropriações das culturas populares pelas terreiradas não poderia cumprir seus objetivos se não contasse com o interesse dos sujeitos identificados como populares em manter sua herança cultural e renová-la. Se, contudo, insisto no caráter espetacular pelo qual foram e continuam sendo representadas estas práticas culturais, não suponho que a Mostra proceda com possíveis deturpações ou descaracterizações das práticas populares de cultura. Antes disso, estou defendendo que a tradição popular faz parte de uma plataforma política que dá legitimidade a diversos agentes e instituições para investir nela como fonte para o desenvolvimento local, arcando com os gastos e aproveitando os ganhos que os bens culturais, convertidos em patrimônio, podem oferecer.

Diante dessa trajetória, observo que ao longo de quase duas décadas de realização da Mostra, o SESC agiu no sentido de tornar esse evento um dos principais instrumentos de fomento às atividades culturais na região, apostando em consequentes benefícios econômicos para as cidades-sede. Todavia, nem sempre isso se deu de forma harmoniosa, conforme demonstra a polêmica que agitou a solenidade de pré-lançamento do evento de 2014 e de balanço geral da décima quinta edição do evento, realizada no ano de 2013. Naquela ocasião, o presidente da Fecomércio, Luiz Gastão Bittencourt, afirmou que, a despeito da falta de apoio dos poderes públicos, o investimento do SESC na promoção da Mostra – apontado como algo em torno de um milhão de reais –, seria responsável pela crescente afluência do número de turistas durante os dias de realização do evento. Na verdade, mais do que uma prestação de contas, esse comentário era uma alfinetada no poder público municipal do Crato, envolvido em celeuma diante do fato da cidade, berço do evento, ter sediado um menor número de espetáculos naquela edição. Gastão afirmou que tal situação deu-se em decorrência do não atendimento, por parte da prefeitura, das solicitações feitas pelo SESC para o uso dos espaços públicos onde fossem possíveis realizar a programação do evento.

Para a prefeitura, a história era outra. Entendendo a questão: no ano de 2013 a prefeitura do Crato, por meio da sua secretaria de cultura – já sob a gestão de Dane de Jade, não mais vinculada profissionalmente ao SESC –, decidiu ampliar o apoio municipal a um evento denominado Guerrilha do Ato Dramático, realizado desde o ano de 2009 por companhias de teatro da cidade, concedendo o uso de diversos espaços para a realização do mesmo sob a justificativa de estímulo às manifestações

culturais locais. Em nota amplamente divulgada, datada de 07 de novembro de 2013, a prefeitura afirmou que manteve, desde o início das negociações com o SESC uma postura de conciliação, considerando que tanto a Guerrilha quanto a Mostra refletiriam a ampliação dos eventos culturais na cidade e, por isso mesmo, dizia estranhar a recusa de acordo por parte do SESC para a realização concomitante dos eventos:

Desde o início das conversas entre a Prefeitura e o SESC, a instituição, na pessoa de seu presidente, Luiz Gastão Bittencourt, se pronunciou afirmando que caso a Prefeitura desse apoio à Guerrilha do Ato Dramático, eles retirariam a Mostra SESC do Crato [...]. A Prefeitura mostrou interesse em ter a Mostra em nossa terra e apresentou várias alternativas e espaços para que a Mostra SESC acontecesse em Crato, cidade onde nasceu o evento.

A Prefeitura entende que a Mostra tem sua importância, assim como a Guerrilha do Ato Dramático. Os dois eventos não se excluem e fazem parte do calendário cultural do Crato e do Cariri. [...]. Causa estranheza à atual gestão, a Mostra SESC se sentir ameaçada pela Guerrilha do Ato Dramático e retirar suas atividades da terra da cultura [...].

A Prefeitura do Crato reafirma seu compromisso com a cultura, com eventos como a Mostra SESC e a Guerrilha do Ato Dramático, e com as manifestações culturais da nossa gente. Iremos continuar apoiando todas as manifestações e eventos que contribuam com nossa cidade e nosso povo.⁶⁴

Em resposta, o presidente da Fecomércio afirmou que o fato da Guerrilha do Ato Dramático ser um evento que cobrava ingressos para o público conferir os espetáculos feria os princípios de “gratuidade, valorização da cultura e formação de plateia” defendidos pela Mostra. Já Cacá Araújo, organizador da Guerrilha, justificou a necessidade de cobrança de ingressos como forma de reconhecimento do trabalho dos artistas locais⁶⁵. Gastão discordou da justificativa, mas disse que a respeitava. Afirmou ainda que, para o ano seguinte, já havia sido pensado um modo de evitar a recorrência dessas questões: as prefeituras das cidades caririenses que desejassem sediar a Mostra deveriam realizar credenciamento junto ao SESC, adequando-se a um edital com formas e condições necessárias para participação, sobretudo no que dizia respeito à cessão dos espaços públicos para exibição gratuita dos espetáculos,

⁶⁴ A referida nota foi reproduzida em: <http://ambrosiosantos.blogspot.com.br/2013/11/nota-de-esclarecimento-acerca-da-mostra.html?m=1> Acesso em 03 de fevereiro de 2017.

⁶⁵ A polêmica foi noticiada pelo jornal Diário do Nordeste na edição do dia 05 de dezembro de 2013, de onde foram extraídas as citações entre aspas. Cf: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/balanco-da-mostra-sesc-no-cariri-provoca-bate-boca-1.789272> Acesso em 30 de abril de 2014.

indicando a disposição de fazer o poder público submeter-se às normas da entidade privada, e não o contrário.

Aproveitando o calor dos ânimos, Gastão rebateu as críticas que afirmavam que a Mostra privilegiava grupos artísticos de outros lugares, em prejuízo dos grupos locais. Numa comparação que parece não ter considerado as proporções tomadas pelo evento ao longo dos anos, ele frisou que na primeira edição, apenas 19 grupos do Cariri teriam feito parte do evento, enquanto na edição de 2013 as apresentações ocorridas somariam 170, sendo que 120 delas seriam de artistas da região, no intuito de reforçar que a Mostra era do e para o Cariri⁶⁶.

Como modo de minimizar as críticas e encerrar as polêmicas, naquela mesma ocasião, a organização do evento exibiu um vídeo que fazia apanhado geral do papel da Mostra no desenvolvimento econômico local, apresentando dados de uma pesquisa que teria sido realizada no ano anterior, 2012, portanto, pelo IPDC, órgão da Fecomércio. Segundo essa mensuração, a taxa de ocupação da rede hoteleira durante os dias do evento teria sido de 80%; os empresários consultados teriam declarado aumentar em 60% os estoques para o período, além de contratar 20% mais pessoas e investir 16% em infraestrutura; outro dado indicava que 10% dos empresários consultados teriam mencionado que destinaram algum recurso para publicidade do empreendimento durante o período da Mostra” (Diário do Nordeste, Caderno Regional online, 05/12/2013). Esse mesmo estudo teria apontado que 45% dos participantes do evento, num universo de 800 pessoas, diziam permanecer na região por mais de uma semana e 64% das pessoas consultadas afirmavam ficarem hospedadas em hotéis ou pousadas da região, dados que fundamentavam a afirmação dos organizadores do evento que diziam haver “através das artes um grandioso impacto econômico” na região do Cariri (REVISTA MOSTRA SESC CARIRI DE CULTURAS, nº 04, novembro de 2013, p. 16)

No que corresponde aos impactos exercidos pela Mostra sobre o turismo e o consumo de bens culturais nas cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte, a pesquisa *Mostra Sesc Cariri de Culturas 2014: perfil do público*, realizada pelo

⁶⁶ Vale registrar dois momentos de itinerância, por assim dizer, da Mostra Sesc. O primeiro foi em 2008, ano de comemoração da sua décima edição, quando a programação se estendeu para Fortaleza na semana posterior ao evento no Cariri; o segundo se deu em 2011, quando da realização da Mostra Sesc Luso-Brasileira de Culturas, ocorrida em Coimbra, Portugal. Foi a partir desse evento, aliás, que um “s” a mais passou a constar na definição do evento, doravante denominado Mostra Sesc Cariri de Culturas.

Observatório Cariri de Políticas e Práticas Culturais, da Universidade Federal do Cariri – UFCA, publicada no ano de 2015, apontou que 26% do público consultado não seriam oriundos da região do Cariri, sendo que 12% deste total eram de outros estados da federação. Os dados apresentados pelos pesquisadores da UFCA sugerem também que a Mostra seria elemento de motivação para frequentar atividades culturais em cerca de 92% do público consultado, mesmo entre aquelas pessoas que declararam não ter o hábito de frequentar este tipo de atividade. Na extensão dessa frequência, segmentos como alimentação, hospedagem, passeios e compras teriam sido apontados pelos participantes da pesquisa como os mais estimulados durante o evento (ALMEIDA, 2015, pp. 29 e 32).

Todas essas pesquisas encomendadas pelo Sesc visavam demonstrar que o evento teria consolidado significativo valor no que diz respeito à contribuição para o desenvolvimento econômico da região do Cariri, gerando empregos temporários, propiciando o aumento das vendas no comércio local, estimulando o crescimento do turismo regional e de diversos setores da economia, além da implementação de políticas direcionadas à preservação das tradições das culturas populares. Nesse último aspecto, no entanto, é preciso levar em conta que os discursos e ações da Mostra, ainda que tenham contribuído para dar uma maior visibilidade às manifestações culturais populares da região do Cariri, não resultaram em ampliação significativa do acesso à cidadania – na acepção ampla do termo –, para as pessoas diretamente envolvidas com essas manifestações culturais.

Evidente que os bens culturais que configuram o patrimônio possuem, ao mesmo tempo, sentido prático e simbólico. Afinal, sua ressonância tanto contribui para as condições de transmissão, (re)produção e circulação das expressões culturais quanto concorre para o reconhecimento de sua continuidade histórica. Porém, não tem sido pouco comum que objetos, práticas e rituais das culturas populares sejam descontextualizados e submetidos a uma organização folclorizante a serviço do turismo e do consumo estético, minimizando sua força de mediação entre passado e presente, e de evocação da complexidade e dinâmica cultural que age sobre bens materiais e imateriais, para se tornarem meros artefatos de decoração que proliferam miniaturas de bandas cabaçais, grupos de reisado e lapinhas como réplicas da tradição.

Nesse processo de espetacularização das culturas populares, a Mostra Sesc Cariri de Culturas tornou-se relevante por acumular a dupla função de conferir valores

simbólicos que constroem e representam identidades, e de definir a cultura como lazer, fonte de estetização e consumo turístico. Aliás, na designação do evento, a palavra cultura foi empregada no singular entre as edições dos anos de 2006 e 2010. Somente a partir de 2011, tal palavra passou a figurar com seu emprego no plural, estabelecendo o sentido de multiplicidade relativo mais aos aspectos qualitativos do que quantitativos das manifestações artísticas envolvidas na programação.

Foi assim, jogando com o sentido das palavras, que a Mostra agrupou à sua trajetória processos de patrimonialização que se expandiram da cultura e alcançaram a natureza, fazendo com que a valorização da diversidade cultural se juntasse à defesa da preservação do mundo natural, empenho ilustrado na estilização da imagem do pássaro batizado de Soldadinho do Araripe, ave nativa da Chapada do Araripe, como símbolo do evento a partir de 2008:

Figura 11: Frame do vídeo institucional da 10ª Mostra Cariri de Cultura – 2008. Logotipo da Mostra Sesc Cariri de Culturas – 2016



Fonte: SESC. Disponível em. <https://www.youtube.com/watch?v=NLfw3kfnkUI> e www.mostracariri.sesc-ce.com.br

Em 2016, ano de realização da décima oitava edição da Mostra, o *site* oficial do evento ressaltou que sua consolidação se dava “no calor da busca permanente pela excelência das ações culturais, sem esquecer de vincular a cultura com a valorização e preservação do patrimônio ambiental”, inscrevendo, mais uma vez, o tema do patrimônio no discurso de ameaça, que amedronta e requer respostas rápidas e eficientes. A cultura aparecia, então, como o palco ideal para acompanhar a evocação de outro espetáculo, o da natureza, tema que será abordado no próximo tópico.

3.4 O Geopark Araripe e a patrimonialização da natureza

Os processos que envolvem a valorização da natureza como patrimônio cultural encontram diversas motivações, representações e interesses na construção das paisagens turísticas. Tornada patrimônio, a natureza pode congrega desde aspectos mais abstratos, como o valor estético apoiado na ideia de paradisíaco, lugar de refúgio, contemplação e lazer, até os mais instrumentais, como os valores econômico e de conhecimento científico. Desse modo, a estruturação de atividades turísticas fundamentadas na noção de bem simbólico distintivo funciona como catalisadora de interesses que se legitimam no discurso da necessidade de preservação e conservação das “riquezas naturais” selecionadas como excepcionais e presumivelmente atrativas ao olhar dos turistas.

A despeito das marcas que deixam os humanos nas paisagens naturais, esse caráter de excepcionalidade tem sido reforçado desde longa data e com grande euforia no Cariri. Em meados do século XX, por exemplo, a vitalidade do mundo natural foi assinalada por Irineu Pinheiro, médico que se fez historiador na cidade do Crato, autor de um livro que apresenta o Cariri como “um presente da Chapada do Araripe”, tal como o Egito seria uma dádiva do rio Nilo (2009, p. 21). Num discurso que facilmente deslizava-se para a retórica da singularidade, Pinheiro foi mais um daqueles que reverberou a ideia de ser o Cariri possuidor de “pitorescas” características de beleza e sublimidade. Antes dele, os viajantes que passaram por aquelas terras no século XIX também contribuíram, através de seus relatos, para elaborar representações sobre o Cariri como um lugar sedutor e repleto de atrativos⁶⁷. Em ambos os casos, partia-se de uma percepção individual para fixar alguns pontos de representação coletiva que avaliavam como pródiga a natureza daquela região: floresta densa e variada, longas e cristalinas cascatas, temperatura amena, abundância de água e fertilidade do solo seriam os elementos responsáveis por dotar o Cariri de uma feição de oásis em pleno sertão nordestino.

⁶⁷ Em meados do século XIX, o botânico Francisco Freire Alemão presidiu a Comissão Científica de Exploração, patrocinada Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB para desenvolver estudos técnicos nas províncias do império brasileiro. Nessa empreitada, ele esteve no Cariri e deixou registradas em seu diário de viagem as impressões sobre o lugar: “Tudo dá a êste país um aspecto bem distinto do sertão. É uma sorte de oásis, situado no centro, e confrontação de várias Províncias, e rodeado por toda a parte de sertões. Aqui, como no litoral, se diz: ir ou vir do sertão”. Ver: ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011. p. 190.

Embora essas representações tenham variado ao longo dos anos, considerando que as convenções estéticas dependem de uma apropriação visual e de um observador historicamente situado, elas permaneceram atribuindo à natureza um caráter *sui generis*, a partir da crença de que a paisagem natural do Cariri possuiria uma aura encantada, alimentada por uma suposta relação genuína com o passado de glórias. Este, por sua vez, daria forma, conteúdo e função aos projetos de construção de identidades e de memórias que visavam dotar os espaços naturais de sentidos vinculados a um caráter monumental.

As marcas da preocupação específica com a preservação da natureza e a definição de seu caráter monumental podem ser encontradas nas páginas dos jornais, livros e revistas que circularam na região do Cariri desde meados da década de 1950. Contudo, foi somente a partir dos anos 1970 que essa temática passou a ocupar lugar de destaque no discurso intelectual caririense, cujas propostas estavam estreitamente ligadas ao desenvolvimento da visitação turística. Pretendia-se, pois, preservar a natureza pela elevação do turismo a promissora fonte de desenvolvimento econômico daquela região. Dentre as possibilidades aventadas para o incremento da atividade turística, aquelas que deveriam ser desenvolvidas na extensão da Serra do Araripe foram sobejamente destacadas. Num desses registros, o jornalista J. Lindemberg de Aquino imaginou algumas situações de aproveitamento dos espaços, buscando descrever minuciosamente as potencialidades turísticas da região:

Das maiores formações geológicas existentes dentro do Ceará, servindo de divisão entre o nosso Estado e Pernambuco, [...], a Serra do Araripe tem um comprimento de 18 léguas e largura variável entre 7 e 12 léguas. Do lado pernambucano, por um capricho da natureza que muito nos favoreceu, a formação da Araripe é granítica, aparecendo fontes com raras exceções. Mas do lado cearense, de suas encostas e escarpas, além do belíssimo panorama do Vale Verde aos seus pés (o que não acontece do lado de lá, onde o sertão adusto nos espeta), temos o deslumbramento fascinante de dezenas de fontes perenes, 36 somente no município do Crato, que somada aos veios d'água, [...], somam a 71 maravilhas da natureza [...]. Ao pé da Serra, se aproveitados os recursos que a natureza nos pôs às mãos, poderíamos ter balneários de incontáveis belezas, com as águas barradas, proporcionando banhos excelentes e, sobretudo, a criação de clubes campestres, sociedades recreativas [...]. Voltando ao alto da Serra, poderíamos ter estação de repouso (o clima é muito saudável oscilando sempre de 17 a 20 graus) [...], hotéis panorâmicos, belvederes etc [...]. Sem esses elementos não se pode, jamais, imaginar se quer em se fazer turismo, muito menos em atrair turistas.

Por enquanto só temos condições. A natureza latente a oferecer tudo (REVISTA A REGIÃO, Ano I, nº 01, 25/07/1971, p. 10-11).

As observações do referido jornalista veiculavam um olhar que queria evidenciar as peculiaridades naturais do espaço físico, considerando as condições climáticas como prenunciadoras das potencialidades turísticas da Serra do Araripe. Se o clima ameno era propício para as atividades de lazer voltadas ao turismo, Aquino também considerava importante valorizar os aspectos culturais como o “folclore regional”, as “bonitas feiras semanais”, a “bucólica moagem da cana” e a “arte regional”. Na sua visão, tais aspectos seriam capazes de garantir um fluxo permanente de turistas, além de colocar em evidência a riqueza daquele “inesgotável patrimônio” (Idem).

Note-se que, ao defender a potencialidade turística da região do Cariri, Lindemberg de Aquino demonstrava compreender que um espaço turístico não é feito apenas de condições propícias e latentes, posto que ele depende de uma construção cultural capaz de dar sentido e significado às coisas, com os desdobramentos mais variáveis. Nesse sentido, sua preocupação parecia estar em sintonia com uma discussão muito mais ampla, expressa em normativas internacionais, como o documento chamado *Normas de Quito* (1967), que reservou um lugar de destaque para a atividade turística na (re)valorização do patrimônio. As palavras de Aquino também indicam certo entrosamento com o *Compromisso de Brasília* (1970), uma carta patrimonial que manifestou apoio ao fomento de políticas de proteção à natureza e aos “bens culturais de valor regional” (CURY, 2000, p. 138). Convém ressaltar que os argumentos desta carta foram ratificados pelo *Compromisso de Salvador* (1971), com recomendações para o desenvolvimento do turismo com vistas “à preservação e valorização dos monumentos naturais e de valor cultural” (IDEM, p. 145).

A preocupação exposta em tais documentos, e o reconhecimento de que a proteção e preservação da natureza como um bem patrimonial era uma questão que ultrapassava os limites das fronteiras nacionais, repercutiu de modo mais ampliado quando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco adotou a *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (1972), definindo, a partir de então, o patrimônio sob um duplo aspecto, cultural e natural (HARTOG, 2013). Vinte anos após essa convenção, a cidade do Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e

Desenvolvimento, também conhecida como ECO 92, ocasião em que os temas da proteção e preservação ambiental foram reunidos no documento denominado *Agenda 21*, definida pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil como sendo um “instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”⁶⁸. Para Silvia Zanirato e Wagner Ribeiro (2006), teria sido nesse momento “que emergiu uma outra compreensão do patrimônio natural, com o reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica” (IDEM, p. 260).

Entre as diretrizes da *Agenda 21*, havia ainda a orientação para que as medidas de proteção e preservação ambiental pudessem incluir roteiros adequados à compreensão dos processos biológicos e geológicos nas mais diversas partes do planeta. Neste âmbito, a Unesco lançou, em 2001, um programa de geoparques com o objetivo de valorizar e proteger regiões que apresentassem relevantes “testemunhos” acerca de “histórias da terra, do meio ambiente e da cultura” (CEARÁ, 2012).

Se insere nesse quadro de atribuição de valor patrimonial aos recursos naturais o projeto do Geopark Araripe, desenvolvido pela Universidade Regional do Cariri – URCA, como apoio da Universidade de Hamburgo, na Alemanha, e em colaboração com o Museu de Paleontologia de Santana do Cariri, instituição pertencente à URCA. Em 2004, um convênio firmado entre as referidas universidades traçou ações comuns no sentido de promover pesquisas paleontológicas e geológicas que tornassem o Cariri “um destino turístico qualificado no âmbito do setor de serviços e nas questões relacionadas à conservação, proteção e preservação do patrimônio ambiental: natureza e cultura” (CARTAXO FILHO, 2008, p. 14). Após uma série de pesquisas e visitas técnicas, o Geopark Araripe foi reconhecido pela Unesco, no ano de 2006, como o primeiro geoparque do continente americano, passando a fazer parte da rede internacional do programa de geoconservação da Divisão de Ciências da Terra daquela organização, voltada principalmente à promoção e proteção de territórios considerados pela Unesco portadores de relevantes valores para o patrimônio geológico, paleontológico, educacional e cultural da humanidade,

⁶⁸ Cf: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21> Acesso em 22 de abril de 2014.

“possibilitando o desenvolvimento do Geoturismo como estratégia na dinâmica econômica local” (GONÇALVES; FEITOSA, 2010, p. 15).

Um ano após a conquista do selo da Unesco, notadamente pela sua vertente paleontológica, o Geopark Araripe recebeu o Prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade, concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, na categoria “Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico”. Naquela época, o prêmio deu um sopro de esperança ao projeto que então se iniciava:

Além do legado geológico de significado internacional, devido ao valor científico e educacional, assim como às suas qualidades estéticas e de raridade, o Geopark abrange aspectos arqueológico, ecológico, histórico e cultural. Da mesma forma, seu impacto não se restringe ao âmbito local, com ressonância nacional e global, com a proposta de proteger um local geologicamente importante com um aparato legal e planejamento local, exigindo a elaboração de um projeto de gestão capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico local que garanta a conservação e promoção do legado geológico. [...] O Selo Geopark, atribuído pela Unesco à região, tem um prazo de três anos definido para a edificação de toda esta infraestrutura física, científica, educacional, cultural, de visitação turística, de proteção e conservação do legado geológico, condição para a manutenção do Selo (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, Caderno Cidades, edição online, 03/08/2007).

Contudo, a divulgação entusiasmada do reconhecimento por parte dos órgãos internacional e nacional não livrou o Geopark das dificuldades de estruturação. Passados dois anos de sua oficialização, o mesmo jornal Diário do Nordeste publicou uma matéria, assinada pela jornalista Maristela Crispim, apontando o risco que o Geopark Araripe estaria correndo de perder o selo da Unesco. A notícia dizia o seguinte:

[...] planos, projetos, promessas e divulgação não garantem a preservação do patrimônio, o Estado deve ser submetido, em 2009, a nova avaliação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e, não preenchendo os requisitos, pode perder o selo Geopark. O reconhecimento internacional ainda carece do equivalente local, no que diz respeito a investimentos concretos para a garantia da preservação desse grande patrimônio geológico presente na Bacia Sedimentar do Araripe [...]. O Geopark Araripe é composto por uma rede de monumentos naturais, selecionados por conter os registros mais relevantes da formação geológica da região, essenciais para a compreensão da evolução do planeta. Sua missão principal é preservar esses patrimônios naturais e divulgar a história da Terra por seus registros geo-paleontológicos, missão esta que ainda carece de muitos investimentos [...]. Esse abandono, além de

ameaçar a integridade desses patrimônios naturais, afugenta potenciais turistas, que não veem atrativos ou segurança para permanecerem naqueles locais e afugenta também os investimentos que a região atrai, em função, principalmente, do turismo e da pesquisa relacionada à Paleontologia, Geologia, Arqueologia e outros (IDEM, Caderno Regional, edição online, 05/01/2009).

A reflexão contida nessa matéria põe em evidência uma ação política marcada por conflitos de representação e pelas contradições socioespaciais envolvidas no processo de valorização da natureza enquanto patrimônio cultural. Elas também revelam o jogo de cena de dois movimentos constitutivos desse processo de patrimonialização: o primeiro, marcado pelo desejo frenético de preservação, que imprime aos bens simbólicos um sentido de permanência e continuidade; o segundo, caracterizado pela lógica do movimento acelerado e das mudanças que legitimam intervenções de ordem modernizadora, como o turismo. No meio desses dois movimentos, estava a alegação da referida jornalista no que dizia respeito à falta de sinalização e de infraestrutura de acesso aos sítios do chamado patrimônio geológico, os geossítios, que compunham o território do geoparque⁶⁹. Segundo a mesma, o abandono e a depredação resultava da indisposição política por parte do Governo do Estado do Ceará de valorizar e preservar os “patrimônios naturais”. O governo estadual, por sua vez, rebateu as críticas afirmando ser o Geopark Araripe uma das suas prioridades, haja vista “coincidir geograficamente” com o *Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará - Cidades do Ceará - Cariri Central*, ligado à Secretaria Estadual das Cidades⁷⁰. Pelo que consta no documento “Termo

⁶⁹ Atualmente, o Geopark Araripe, com aproximadamente quatro mil quilômetros quadrados de extensão, possui nove geossítios, a saber: Colina do Horto (Juazeiro); Floresta Petrificada do Cariri e Cachoeira de Missão Velha (Missão Velha); Batateiras (Crato); Pedra Cariri (Nova Olinda); Parque dos Pterossauros (Santana do Cariri); Riacho do Meio (Barbalha); Ponte de Pedra (CE- 292, entre Crato e Nova Olinda); e Pontal de Santa Cruz (Santana do Cariri). Em 2011 foi feita uma revisão e concluída a complementação do inventário do patrimônio geológico do Geopark Araripe, tendo como base indicativa os 59 geossítios previamente identificados no Dossiê de Candidatura do Geopark Araripe à UNESCO em 2005. De acordo com Vilas Boas (2012, p. 34), o objetivo deste trabalho seria “rever, caracterizar e avaliar todas as ocorrências geológicas singulares do território, seu enquadramento holístico, seus potenciais usos e necessidades de conservação, como também a sua relevância (internacional, nacional, regional ou local)”. A nova avaliação identificou 26 geossítios, e atribuiu a 17 deles o caráter de relevância regional, enquanto 6 teriam relevância nacional e 3 seriam internacionalmente relevantes. Para melhor compreensão desse assunto, ver: VILAS BOAS, Mariana Pinheiro. *Patrimônio paleontológico do Geopark Araripe (Ceará, Brasil): análise e propostas de conservação*. Dissertação de Mestrado em Patrimônio Geológico e Geoconservação. 2012, Universidade do Minho, Portugal.

⁷⁰ Lançado em 2008, o projeto pretendia “estimular a economia, melhorar a infraestrutura urbana e proporcionar o desenvolvimento socioeconômico de cada município do Cariri”. Para tanto, cerca de R\$ 130 milhões foram investidos em qualificação territorial (infraestrutura viária e de transportes) e em atividades de inovação e apoio ao setor privado, com destaque para a produção de calçados e o setor

de Referência” desse mesmo projeto, relativo aos serviços de elaboração do Plano de Negócios do Geopark Araripe, caberia ao *Cidades do Ceará* apoiar sua estrutura administrativa, bem como à infraestrutura dos geossítios e à aquisição de bens de consumo, como os de informática e mobiliário, além das ações de fortalecimento e difusão do turismo na região (CEARÁ, 2010, p. 02).

Giannella e Callou (2011) avaliam que, nesse período, a adesão do governo estadual ao projeto do Geopark Araripe correspondia a uma demanda emergencial de curto prazo, que elegia como prioridade a avaliação positiva da Unesco e não a sua definição enquanto política de Estado (IDEM, p. 15). De todo modo, a participação do governo estadual nesse processo teria ampliado significativamente as possibilidades de acordos institucionais vinculados a projetos de desenvolvimento local com base no segmento do geoturismo, culminando na aprovação do programa pelo órgão internacional responsável (IBIDEM).

Ainda assim houve quem afirmasse que o governo do estado não estaria cumprindo seu papel, conforme se pode notar num texto publicado na internet pelo arquiteto José Sales Costa Filho, outrora curador do Plano de Divulgação do Geopark, que expressou todo seu descontentamento dizendo que aquele seria um “patrimônio da humanidade reconhecido pela Unesco, mas não pelo Estado do Ceará”⁷¹, e sugeriu que a solução dos problemas do Geopark não poderia prescindir de sua patrimonialização:

A Instrução de Tombamento do Geopark Araripe é o primeiro passo para consolidação deste sistema de áreas naturais de interesse geológico, paleontológico e paisagístico. Sem a Instrução de Tombamento e as ações consequentes da mesma, como o próprio tombamento, e as desapropriações das situações, hoje em mãos de particulares, e por isto mesmo sujeitas a interferências diversas, [estas áreas] não poderão ser protegidas. Só a partir da Instrução de Tombamento é que o Geopark Araripe terá a inclusão dos geotopes no SNUC/ Sistema Nacional de Unidades de Conservação, uma medida urgente [...]. Todos os geotopes sem exceção estão sob esta condição de risco, mesmo aqueles que estão parcialmente protegidos por Legislação Municipal. O reconhecimento da UNESCO, embora importantíssimo e fundamental, por si só não garante a preservação. Não se trata de uma discussão acadêmica, mas da realização do rito legal de proteção e preservação dos geotopes [...]. Não podemos, em

turístico.

Cf:

http://www.cidades.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=43448:projeto&catid=12:categoria-4 Acesso em 25 de março de 2014.

⁷¹ Cf. <http://geoparkararipe.blogspot.com.br/2014/06/geopark-araripe.html> Acesso em 20 de julho de 2014.

nenhuma hipótese, cometer o erro de deixar a Instrução de Tombamento e o próprio Tombamento para ‘depois’ (Disponível em: <http://geoparkararipe.blogspot.com.br/2008/01/instruo-de-tombamento-do-geopark.html>. Acesso em 23 de abril de 2014).

É interessante notar que Costa Filho em nenhum momento discutiu a presença ou a ausência desse patrimônio, porque do seu ponto de vista ele de fato existia, devendo, por isso mesmo, ser alvo de uma política de proteção e preservação. Suas palavras indicam como a proteção de áreas naturais – no caso em questão, pela via do tombamento –, envolve ações políticas e culturais que se legitimam no discurso do fomento à preservação de herança comum da coletividade, mas também está inserida em lugares de tensão repletos de disputas e interesses diversificados. Diante disso, convém reforçar que o patrimônio cultural não fala de significados imanentes, como se não houvesse elaborações subjetivas na sua definição, posto que ele necessita de instrumentos de mediação para produzir efeitos e sentidos.

Essa arena de disputas tem indicações nítidas no caso relacionado ao projeto de reurbanização da Rua do Horto, inserida no geossítio Colina do Horto, em Juazeiro do Norte, que mobilizou diferentes opiniões no correr dos dias do mês de março do ano de 2008. A controvérsia girava em torno da seguinte questão: manter o calçamento do tipo pedra tosca na ladeira que dá acesso à estátua do Padre Cícero ou substituir as tais pedras por paralelepípedos? Na imprensa, a polêmica foi registrada pela jornalista Elizângela Santos, que se demonstrou contrária ao projeto de modernização por entender que ele representaria a “descaracterização da história de Juazeiro do Norte”:

A Rua do Horto, que dá acesso à Colina do Horto pela estrada antiga, onde se encontra a estátua do Padre Cícero, conforme anúncio da Prefeitura Municipal, deverá receber, a partir da assinatura da ordem de serviço, no dia do aniversário do fundador da cidade, próximo dia 24 de março, uma nova ‘roupagem’. A pedra tosca de décadas será substituída pelo paralelepípedo. A justificativa da administração é revitalizar a rua, que se encontra, em alguns trechos, praticamente sem condições de tráfego.

Os moradores são unânimes na melhoria, mas a substituição da pedra divide opiniões, tanto de moradores como de historiadores da cidade. Segundo o escritor, historiador e pesquisador da história do Padre Cícero e de Juazeiro, Raimundo Araújo, é um absurdo a mudança proposta [...]. **‘Seria mexer num capítulo da história de Juazeiro. Ela foi feita daquela forma para ficar até o final dos tempos’**, afirma o professor Araújo. Ele ressalta as pedras como testemunho do sacrifício dos romeiros [...]. Para o historiador, **é como se magoasse**

a história, numa falta de sensibilidade sem precedentes. [...]. Aos poucos, segundo ele, **a história vai minando**, e os políticos se aproveitam das melhorias propostas para ganharem votos sem se preocupar com o passado, a identidade do povo'. Já o historiador e também pesquisador de Juazeiro e do Padre Cícero, Daniel Walker, ressalta a importância da preservação da pedra tosca ao invés do paralelepípedo, mas destaca uma pedra de melhor qualidade, afixada com cimento e não com areia como aconteceu com a que continua há quase quatro décadas [...].

O prefeito de Juazeiro do Norte, Raimundo Macedo, ressalta a importância de promover melhorias no local e diz que este é apenas o início do trabalho de revitalização da Rua do Horto (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, Caderno Regional online, 18/03/2008. Grifos meus).

A nova pavimentação da Rua do Horto representava, naquele contexto, o início de um processo de reurbanização que contava com o investimento do Banco Mundial – algo em torno de setenta milhões de reais –, para incrementar a atividade turística na cidade de Juazeiro do Norte. Tal projeto teria sido visto com bons olhos por Benigna Maria Carmino, uma das moradoras da localidade, cuja opinião foi registrada na citada reportagem: "o que importa é que seja feita na antiga rua uma estrada boa, porque aqui não tem mais estrada que preste". No entanto, outro morador, chamado Cícero Alves, teria expressado descontentamento com a reforma: "É triste ver a retirada desse calçamento. São décadas de uma história que não deve ser destruída em Juazeiro" (IDEM).

Além de pôr em discussão a (re)organização material da Rua do Horto em benefício do incremento das atividades turísticas, a questão da substituição das pedras envolvia também a representação simbólica que elas evocariam. Nos trechos citados, percebe-se que a jornalista optou por dar espaço às opiniões que estivessem integradas a um mesmo marcador temporal: a história. Aliás, uma história longa, entendida enquanto passado, que só poderia se perpetuar no tempo, presente e posterior, através da manutenção das funções e valores de origem que estariam representados no caráter concreto daquelas pedras. Entendidas de modo literal como o chão da história, as pedras da Rua do Horto, mais do que delinearem o próprio logradouro, efetuariam o registro da passagem do tempo pela acumulação das diversas experiências ao longo de seu trajeto. Nesse sentido, a justificativa de manutenção das pedras como marcas do passado e da história da Rua do Horto, assim como a defesa de seu tombamento, representavam a produção social do tempo e do patrimônio, ambos envolvidos em determinações políticas, econômicas, religiosas e culturais do presente.

A intervenção naquela rua, espaço integrante do geossítio Colina do Horto, recolocou a discussão da política do tombamento como forma eficaz de proteção e preservação do patrimônio, bem como o seu papel normatizador em relação ao uso do território. Considerando que qualquer ente político da federação está habilitado a efetuar o tombamento, podemos mesmo pensar que a defesa da conveniência e oportunidade de seu tombamento pelo IPHAN sinalizava a intenção política de demarcar a prevalência dos interesses federais sobre os interesses locais no processo de *ativação do patrimônio cultural* (PRATS, 1998) de Juazeiro do Norte.

Nesse movimento de ajuste entre a dinâmica da modernização e intervenções de preservação do geossítio, a reurbanização da Rua do Horto foi levada adiante, mas, em 2011, fortes chuvas danificaram todo o novo calçamento, dificultando a passagem de pedestres e veículos. Na ocasião, um órgão da imprensa local divulgou:

Como a maioria das pavimentações em Juazeiro, não existe nenhuma drenagem, quando chove forte, as águas levam boa parte do calçamento ou asfalto. Os estragos da ladeira do horto eram esperados e a prefeitura vai ter muito trabalho para recuperar todo trecho. Quem mora na subida do horto espera que a recuperação seja feita com uma dosagem de cimento forte, para evitar novos problemas (Cf: http://www.tvpadrecicero.com.br/exibir_noticia.php?id=2561).

Sem desprezar a importância de outras questões que cercam este assunto, quero destacar que a tensão constituída em torno da reurbanização da Rua do Horto evidencia como o patrimônio se processa na intersecção do tangível e intangível. Afinal, os romeiros do Padre Cícero têm uma relação especial com aquele caminho, que é considerado por muitos como um espaço sagrado, lugar de penitência cujas promessas deveriam ser cumpridas no enfretamento das irregulares pedras toscas, justificando daí a rejeição à “comodidade” oferecida pelo paralelepípedo⁷² que, de resto, significaria a destruição dos traços deixados pelo padre Cícero Romão Batista e a perda dos traços de continuidade e com o tempo em que teria se dado a construção daquela espécie de “paraíso encantado”, onde “um lado é rua e o outro é

⁷² Carlos Alberto Steil (2003) destaca que um dos aspectos que levam os religiosos a resistirem à modernização dos lugares de peregrinação refere-se à possibilidade dessa mudança retirar a centralidade e profundidade do ato devocional, pois “se a religião de modo geral potencializa e ressemantiza o interesse ecológico, a idealização do ‘natural’ também tende a conduzir o acesso direto à natureza, dispensando mediações institucionais” (Idem, p. 36) STEIL, Carlos Alberto. *Peregrinação, romaria e turismo religioso: raízes etimológicas e interpretações antropológicas*. In: ABUMANSUR, Edin Sued (org.). *Turismo religioso: ensaios antropológicos sobre religião e turismo*. Campinas: Papyrus, 2003. pp. 29-51.

favorecido pra fazer roça”, segundo palavras registradas pela historiadora Maria de Fátima Moraes Pinho (2004, p. 17).

Vale ressaltar que o Decreto-Lei 25/1937, que organizou o patrimônio histórico e artístico brasileiro, já indicava uma concepção integrada de patrimônio, associando a conservação da natureza aos temas de interesse público, fosse pela vinculação a fatos históricos memoráveis ou pela “feição notável” dos chamados monumentos naturais. De acordo com Carlos Fernando Delphim (2009), o interesse do IPHAN nessa área teria sido demonstrado logo após sua criação, quando a entidade promoveu o tombamento de “morros, penhascos e pontões rochosos da zona costeira, grutas e outros elementos, pelo valor geológico ou por sua associação a conjuntos paisagísticos” (Idem, p. 76). Além do tombamento, os principais mecanismos de defesa do meio ambiente e do patrimônio natural na legislação brasileira são: Áreas de Reserva Legal Florestal (Código Florestal, art. 1º, § 2º, III), Áreas de Preservação Permanente – APP (Código Florestal, art. 2º) e Unidades de Conservação – UC (Lei 9.985/2000), sendo que estas últimas estão divididas em dois grupos, a saber: de proteção integral e de uso sustentável (Idem, *Ibidem*).

No território do Geopark Araripe existem onze dessas unidades de conservação, criadas em âmbito federal, estadual, municipal e privado⁷³, sendo sete delas inseridas no grupo de Proteção Integral, que admite apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, cuja atividade turística pode ser tomada como exemplo. As demais integram o grupo de uso sustentável, em que a exploração parcial dos recursos naturais é permitida. Essa classificação dá legitimidade material e simbólica aos projetos de patrimonialização da natureza engendrados pelo Geopark Araripe, que tornam não apenas a natureza disponível aos visitantes, mas o saber sobre ela e sobre o tempo dela, seus processos e ciclos. Conjuntamente, os aspectos da preservação e proteção deste “patrimônio geológico e paleontológico” (CEARÁ, 2012, p. 60) agem em nome da estruturação de um plano de desenvolvimento regional

⁷³ Protegidas no âmbito federal: Floresta Nacional do Araripe (Missão Velha, Barbalha, Crato, Jardim e Santana do Cariri); Área de Proteção Ambiental – APA da Chapada do Araripe (38 municípios dos estados do CE, PE, PI, dentre eles, Crato, Barbalha, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri). Na esfera estadual: Parque Estadual do Sítio Fundão (Crato); Monumento Natural Sítio Canabrava e Monumento Natural Sítio Riacho do Meio (Barbalha); Monumento Natural Pontal da Santa Cruz (Santana do Cariri); Monumento Natural Cachoeira de Missão Velha (Missão Velha). No âmbito municipal: Parque Ecológico das Timbaúbas (Juazeiro do Norte); Parque Ecológico Luis Roberto Correia Sampaio (Barbalha); Parque Natural Municipal Cachoeira de Missão Velha – BioParque (Missão Velha). No domínio privado, encontra-se a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Arajara Park (Barbalha). Informações disponíveis em: CEARÁ. *Geopark Araripe: Histórias da Terra, do Meio Ambiente e da Cultura*. Universidade Regional do Cariri. Crato, 2012.

integrado, cujo turismo seria o esteio principal. Assim, a proposição da configuração de um segmento da atividade turística que utiliza a natureza como atrativo imprime nela o caráter de recurso econômico, promovendo, a um só tempo, a conscientização para a preservação ambiental e a exploração de seu consumo:

O Cariri é conhecido por sua riqueza e diversidade cultural. As festas típicas, a religiosidade, o artesanato, a xilogravura, o cordel e as diversas outras manifestações já são símbolos marcantes deste território. Mas a região abriga também um patrimônio que é ainda mais antigo do que o cultural: é referência mundial pela relevância do seu patrimônio geológico. [...]. Todos esses atributos naturais contribuíram para que a região fosse certificada como Geopark, ainda em 2006. [...]. A denominação é concedida a territórios que consigam articular as dimensões científicas e econômicas dos patrimônios geológico, paleontológico e também cultural. [...]. O Geopark integra uma rede global e a partir dela existem turistas do mundo todo interessados em conhecer territórios como este. A atração destes turistas tem um impacto direto no surgimento e fortalecimento de negócios nos setores de hotelaria, alimentação, guias, receptivos turísticos, produtos associados à marca e outras atividades [...] o desafio da instituição é contribuir para fazer com que a nossa cultura possa gerar mais riqueza para as pessoas da nossa região (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, Caderno Turismo, edição online, 20/08/15).

Nas palavras do geólogo francês Guy Martini, o geoparque “é um território ‘vivo’, resultado do encontro entre o Homem, a Natureza e o Tempo” e, no caso do Geopark Araripe, a especificidade estaria marcada pelos “excepcionais depósitos fossilíferos, a rica história e a cultura local, a peculiar religiosidade, o belo artesanato e a deliciosa gastronomia” (Idem, p. 12), sendo estes os elementos privilegiados na divulgação de seu projeto. Essa definição é amplamente utilizada nas ações de valorização turística do patrimônio natural, de modo que em diversos folders, guias turísticos, peças publicitárias no rádio, na televisão e na internet, bem como em publicações de livros, produções de xilogravuras e folhetos de cordel, o Geopark Araripe apresenta a paisagem do Cariri como fosse um espetáculo exclusivo da natureza, sem intervenção humana, também transformada em marca com produtos comerciais chamados “geoprodutos”, que visam fabricar uma essência hipoteticamente definidora da distinção daquela região, sobretudo em relação a outras partes do semiárido nordestino, tendo entre os seus objetivos atrair turistas para um lugar que seria particularmente especial. Assim, no fomento à tipologia do turismo de natureza no Cariri, as intenções do material de divulgação do Geopark Araripe parecem tentar seduzir o turista com a promessa de que o contato com aquele

território seria capaz de promover uma verdadeira experiência de encontro consigo mesmo, de autoconhecimento.

Essa disposição faz lembrar as observações da historiadora Françoise Choay (2006), quando ela chama a atenção para a dupla função que o patrimônio adquire na esfera da planificação econômica, servindo tanto para propiciar prazer e saber quanto para ser consumido como um simples produto, um objeto “coisificado”. Sintomático desse processo de fetichização do patrimônio (VELOSO, 2006) é um folder produzido pelo Geopark Araripe no ano de 2012. Nele, a apresentação da região do Cariri seguiu dando continuidade à tradição de narrativas enaltecidas de um lugar que alguns imaginam como “um oásis verde em meio à caatinga”, tomando a natureza e a cultura como patrimônios que deveriam ser orientados para o uso turístico:

O Cariri preserva um grande patrimônio cultural, que é repassado com orgulho de geração em geração. A cultura popular se manifesta em grupos folclóricos e danças típicas, no ritmo singular das bandas cabaçais, congadas e reisados. Um espetáculo de som, beleza e cor. A história é registrada nas páginas da poesia popular dos cordéis e eternizadas nas xilogravuras, que se reproduzem a partir de desenhos nos tacos da madeira. O artesanato regional contempla peças em madeira, barro e couro (GEOPARK ARARIPE – *Histórias da Terra, do Meio Ambiente e da Cultura*, 2012. Folder de divulgação).

Esse material de divulgação insiste que toda a diversidade cultural do Cariri resultava de um hipotético isolamento da região em relação aos “grandes centros”, fato que teria possibilitado a permanência de costumes supostamente mais “puros”, já que estariam ligados a uma forma de sociabilidade muito distante do elemento urbano e industrial. Ora, este tipo de pensamento parece não levar em conta o princípio fundamental da cultura, qual seja, a dinâmica. Afinal, considerar que o menor grau de influência externa é diretamente proporcional ao maior grau de pureza das manifestações culturais gera essencialismos extremos e, no limite, caricatos. Nesse sentido, é preciso observar que o patrimônio natural e cultural facilmente liga-se às tradições históricas e símbolos culturais como princípio de afirmação das identidades, mas jamais poderá abraçar todo o passado em sua forma mais pura, porque essa pureza não existe.

Provavelmente, no momento de concepção desse material, os gestores do Geopark Araripe não estavam preocupados em questionar estereótipos como o da peculiaridade, singularidade ou pureza da cultura e da natureza do Cariri, talvez pela

crença de que fossem todos realmente verdadeiros ou naturais. O problema dessa naturalização da cultura e da natureza como patrimônio é que ela contradiz sua condição social e culturalmente imaginada, na medida em que depende de um projeto, como o do próprio geoparque, para colocar em evidência características patrimoniais, qualidades naturais e potencialidades turísticas. Deve-se, portanto, entender que as representações construídas em torno da natureza fazem parte de um jogo de disputas que tem o intuito de compartilhar identidades culturais prescritas e/ou desejadas, com consideráveis benefícios políticos e econômicos.

A problematização dessas questões ajuda a explicar, por exemplo, o fortalecimento institucional do Geopark Araripe levado adiante pelo governo estadual em parceria com o Ministério da Integração Nacional, quando ambos investiram cerca de oitocentos mil reais na edificação da sede própria da entidade, na compra de equipamentos e na aquisição de transporte. Durante a inauguração da nova sede do Geopark Araripe, ocorrida no ano de 2012, Camilo Santana, então secretário estadual das cidades, afirmou que a pasta sob sua responsabilidade estaria atuando como indutora do desenvolvimento da região ao dotar o Cariri de “um centro de referência que envolve a cultura, economia, turismo, além é claro da paleontologia”⁷⁴, numa fala que demonstra como podem ser diferentes os usos sociais do patrimônio, tendo em vista que “se antes funcionava como obstáculo do desenvolvimento, agora é fundamento deste” (TAMASO, 2005, p. 13).

Associado à noção de desenvolvimento, o conceito de patrimônio natural e/ou cultural também sinaliza o lugar de tensão que se manifesta entre o público e o privado, o particular e o universal, a tradição e a modernidade. Gostaria de esclarecer essa observação apresentando a polêmica que se instaurou, no ano de 2007, em torno da Festa de Santo Antônio de Barbalha e o corte da árvore que serve de mastro da bandeira do santo padroeiro, momento que marca a abertura do período festivo naquela cidade.

A questão girou em torno do rito de corte e carregamento de uma aroeira de mais de vinte e três metros de altura e cerca de duas toneladas⁷⁵. Como a árvore era

⁷⁴Cf: <http://www.casacivil.ce.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/5480-geopark-araripe-sera-inaugurado-nesta-sexta-feira-16> Acesso em 27 de abril de 2014.

⁷⁵ Cardoso e Silva (2013) explicam que “a tendência de escolha do caule obedece aos requisitos de a árvore ser adulta, ter diâmetro compatível com o tamanho dos braços dos carregadores, permitindo a sua locomoção. A altura é outro fator determinante na escolha, geralmente optando-se por árvores que variam entre 20 a 25 metros, que permitam o cumprimento da exigência simbólica da religiosidade, que consiste no hasteamento da bandeira do santo de devoção. Essas condições fazem com que a escolha

considerada uma espécie ameaçada de extinção, ela foi apreendida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e o responsável pelo corte, conhecido na festa como “Capitão do Pau”, junto ao proprietário do terreno de onde tal árvore foi extraída, foram responsabilizados criminalmente. Rebatendo a acusação, o “capitão do pau”, Rildo Teles, afirmou não ter conhecimento que a aroeira era uma espécie protegida, e que o IBAMA sabia daquela derrubada, uma vez que teria sido enviado ao órgão um ofício informando do corte do pau da bandeira. Entretanto, o chefe do escritório regional do IBAMA alegou que o documento apresentado por Teles não especificava a árvore a ser cortada e que o corte teria sido feito sem a presença de um único fiscal daquele órgão.

A solicitação de intervenção jurídica sobre o corte do pau da bandeira criou um alvoroço entre os partidários da tradição cultural e os defensores da questão ambiental. A chama da polêmica aumentou ainda mais após um comentário feito pelo pesquisador Gilmar de Carvalho no jornal Diário do Nordeste. Ele disse:

Numa época em que se luta pelo respeito à natureza derrubar um pé de aroeira é complicado. Ao mesmo tempo, a festa de Santo Antônio de Barbalha, por mais antiga que seja, está esvaziada do seu significado inicial. Transformou-se em um espetáculo do ‘show bizz’. A Prefeitura Municipal se apropriou da festa e a terceiriza, contratando uma empresa para a realização. Por isso, não vai fazer diferença se o caule for de madeira, plástico ou até um tubo de PVC. Principalmente porque, a grande atração, hoje, são as bandas de forró que tocam à noite toda durante vários dias. O ‘pau da bandeira’, cujo significado era fazer a ligação entre a profundidade e o céu, se transformou só num pretexto para show de banda de forró. Independente disso, era para ter havido uma negociação anterior entre Ibama e os organizadores do evento sobre qual árvore poderia ser cortada, para evitar este tipo de problema. É uma judiação cortar uma árvore assim (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, Caderno Regional online, 22/05/2007).

A declaração de Gilmar de Carvalho não foi bem recebida na cidade de Barbalha, chegando a ponto de a Câmara Municipal de Vereadores aventar a possibilidade de considerar esse afamado pesquisador das tradições culturais

das árvores se vincule às características técnicas do seu desenvolvimento condicionadas pelas condições geoambientais, mesmo sem que os carregadores tenham consciência sobre elas” (Idem, p. 144). Cf: CARDOSO, Antônio Igor; SILVA, Josier Ferreira da. *Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha: intervenção cultural na natureza mediada pela fé*. In: SOARES, Igor de Menezes; SILVA, Ítala Byanca Morais da (Org.). *Sentidos de devoção: festa e carregamento em Barbalha*. Fortaleza: Iphan, 2013, pp. 138-157.

populares no Ceará como *persona non grata* no município, mas o projeto não seguiu adiante.

No intuito de esclarecer o mal-entendido, Gilmar de Carvalho tratou de usar o mesmo espaço do jornal Diário do Nordeste para fazer a seguinte declaração:

Gilmar de Carvalho diz que mantém a sua declaração, publicada no Diário do Nordeste, edição do último dia 23 [sic], em relação à festa de Barbalha. Ele acredita, entretanto, estar sendo mal interpretado. Isso porque, quando disse que qualquer material, fosse um caule de plástico ou um tubo de PVC, serviria para ser utilizado como 'pau da bandeira', estava falando no nível simbólico. Ou seja, independente de se estar erguendo um tronco de aroeira, colocando pedras em justaposição ou projetando um feixe de raio laser, o que importa não é o material, mas o significado da verticalidade — a ligação entre o céu e a terra — que ele carrega. Na avaliação de Carvalho, em nenhum momento quis ser desrespeitoso à festa, que considera uma das datas mais importantes do calendário religioso do Ceará [...]. Ele, inclusive, está admirado com a repercussão de sua fala, pois essa não é a primeira vez que ele reflete sobre o assunto (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, Caderno Regional online, 26/05/2007).

Para o historiador Océlio Teixeira, que se posicionou a favor da sustentabilidade ambiental e cultural da festa, a declaração de Gilmar de Carvalho porquanto inoportuna salientava a necessidade do debate em torno das categorias de cultura, tradição e patrimônio, bem como evidenciava a necessidade de um estudo antecipado das implicações ambientais decorrentes do corte do "pau da bandeira" para manutenção das tradições envolvidas nos festejos ao santo padroeiro:

Tem que haver um casamento entre a tradição e a proteção ambiental, para que ambos não sejam prejudicados. No próximo ano [2008] é importante fazer um mapeamento do sítio e identificar a árvore que deve ser cortada [...]. É importante preservar o meio ambiente e a festa, que está prestes a ser patrimônio imaterial do povo brasileiro e incluída no livro das celebrações (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, Caderno Regional online, 22/05/2007).

O simbolismo presente no ritual de retirada da árvore que serve de mastro para a bandeira de Santo Antônio pôs em discussão a necessidade de investimentos no planejamento ambiental para tentar minorar os impactos no ecossistema sem, contudo, comprometer a sustentabilidade cultural da festa de Santo Antônio, demonstrando que a separação entre os mundos da cultura e da natureza é apenas funcional. A tensão constituída em torno desse fato foi apaziguada a partir da

intervenção do Ministério Público Federal, em resposta ao encaminhamento de ofício do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio pela procuradoria da república no município de Juazeiro do Norte, resultando num Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº 01/2009, cujos compromissários são o ICMBio e a Prefeitura de Barbalha. De acordo com o Dossiê de Registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, neste documento o governo municipal firmou os seguintes compromissos:

[...] apenas permitir o corte de espécies de árvores autorizadas pelo ICMBio, alterar o dia do corte do domingo para um dia útil, com objetivo de diminuir a participação popular, proibir a venda de bebidas e comidas na mata, coibir a poluição sonora e controlar o trânsito de pessoas, permitindo acesso a mata apenas àquelas indispensáveis ao ritual. Além disso, se comprometeu a recuperar as áreas degradadas pelo corte anualmente e estruturar um Horto Florestal, nas imediações da sede do município [...]. Atualmente, há 4 árvores cujos cortes já estão previamente autorizados pelo ICMBio no sítio São Joaquim, sendo a autorização válida até 2018. Elas são das espécies Jatobá, Pau d'óleo e Rama Branca. Segundo o capitão do pau, Rildo Teles, a perspectiva é de que haja um revezamento entre os sítios, e se esta regra for mantida, o sítio São Joaquim tem árvores aprovadas ao corte até 2022 (IPHAN, 2015, p. 209)

Este episódio serve para ilustrar questões conflituosas mais evidentes ao longo do território do Geopark Araripe desde seu reconhecimento pela Unesco, uma vez que o discurso da sustentabilidade, potencializado por ações de conservação e educação ambiental, tem sido acompanhado por uma série de problemas sociais e ambientais no espaço abrangido pela instituição. Ali, o debate da patrimonialização da natureza, ora a serviço da educação, ora a serviço da ciência, e por vezes adequada ao lazer, ainda não garante a conservação dos recursos naturais; além disso, os processos desencadeados com vistas à estruturação da atividade turística, em tese geradores de rendimentos para os moradores de áreas contiguas aos geossítios, parecem ter uma eficácia questionável, considerando a inexpressiva afluência de turistas àqueles locais⁷⁶.

⁷⁶ Uma análise dos impactos do Geopark Araripe sobre o desenvolvimento local da comunidade de Riacho do Meio, onde está localizado o geossítio homônimo, no município de Barbalha, concluiu que os visitantes ali são do tipo excursionistas e que lá eles não encontram “qualquer tipo de hospedagem seja ela comunitária, como albergues, ou individual, como hotéis e pousadas. Ressalte-se também a falta de infraestrutura para acampamento” (MACEDO; PINHEIRO, 2014, p. 157). Os autores do referido estudo afirmam que o desconhecimento da população local em relação à influência que teria o Geopark no desenvolvimento econômico do município decorre, entre outros fatores, do afastamento e da falta de sentimento de pertença ao lugar que teria sido gerado após a transformação do Parque Ecológico

A partir do trabalho desenvolvido pelo Geopark Araripe, uma variedade de discursos atribui à natureza diversos significados, todos eles social e culturalmente construídos, criados e recriados pela representação idílica e apropriados como um valor imanente. O que há em comum entre eles é o vínculo estabelecido entre turismo e patrimônio natural, favorecendo a mercantilização de funções que não determinaram as formas da natureza. Desse modo, florestas petrificadas, jazidas fossilíferas e “pedras de peixe” – assim denominadas porque a maioria dos fósseis encontrados é de peixes –, vendem fragmentos do tempo e servem igualmente para afirmação da existência de uma natureza com História, dada a ver mediante a “espetacular biodiversidade” que seria propiciada “por condições singulares durante a evolução” e que teriam possibilitado “um excepcional estado de conservação” das mais variadas espécies animais e vegetais naquela região, conforme descrição expressa na página do Geopark Araripe na internet.

Obviamente não há aqui nenhuma negação da importância paleontológica e do valor científico e cultural dos fósseis de animais e vegetais encontrados na bacia sedimentar do Araripe. O que procuro destacar é a atuação do Geopark como um poderoso agente de territorialização – no sentido de mobilização da comunidade em defesa do seu espaço – de uma identidade impregnada de sentidos, valores e expectativas oriundos de uma vasta produção cultural, artística e intelectual que naturaliza representações sociais acerca da região do Cariri e conduz à percepção do patrimônio, natural e cultural, como um recurso a ser usufruído pelas atividades turísticas. Desse modo, a constatação científica de toda a pujança do meio ambiente tem alimentado um repertório de adjetivações que parece mais preocupado em satisfazer e legitimar investimentos políticos e econômicos, fundamentados nos usos turísticos da natureza, do que em compreender os movimentos relacionados à constituição da vida na terra a partir dos desdobramentos de sua evolução.

Vistos a partir desse ângulo, os processos de patrimonialização engendrados pelo Geopark Araripe demonstram que a natureza é o material sobre o qual os seres humanos forjam o artefato chamado cultura.

Riacho do Meio, unidade de conservação instituída pelo governo municipal, em Geossítio Riacho do Meio, sob a jurisdição do Geopark Araripe. Cf: MACEDO, Joalana. A; PINHEIRO, Daniel R. de C.: *O Geoparque Araripe e o seu impacto no desenvolvimento local da comunidade Riacho Meio: Barbalha, Ceará, Brasil*. Geografia Ensino & Pesquisa, vol. 18, n. 2, maio/ago. 2014. pp. 145-162. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/12861/pdf> Acesso em 07 de fevereiro de 2017.

4. FESTA (D)E DEVOÇÃO: PATRIMONIALIZAÇÃO E TURISMO NOS EVENTOS RELIGIOSOS

No esforço denodado para o aproveitamento turístico de festas, eventos e lugares religiosos do Cariri, observa-se a tendência recorrente de estabelecer os bens culturais (materiais ou imateriais) como elementos mobilizadores de fluxos de visitação, que seriam capazes de canalizar atividades turísticas para as localidades onde acontecem diversas manifestações da religiosidade católica. Apesar das nuances particulares desses eventos, o discurso em favor do turismo destaca como ponto de confluência entre eles o acesso ao sagrado pela via da memória e da tradição, aspectos relevantes na reconstrução de ligações com o passado e na conformação de uma identidade cultural.

Semelhante ao que ocorre em diferentes cidades brasileiras, as manifestações de devoção religiosa que têm lugar em Barbalha e Juazeiro do Norte foram politicamente instrumentalizadas para a produção de atratividades turísticas, transformando manifestações de fé e religiosidade em espetáculos artísticos e culturais que ultrapassam os limites da comunidade e são disponibilizados à sociedade de consumo como produtos, fazendo com que ritos locais sirvam de base para a disseminação da “cultura do Cariri”. Contudo, o empréstimo dos adjetivos “turístico” e “cultural” a tais eventos não implica na perda de eficácia simbólica da esfera religiosa, porque a Igreja, enquanto instituição, não é dispensada do seu papel regulador. O que acontece é um deslocamento do controle institucional a partir da apropriação dos conteúdos religiosos pela atividade turística, uma espécie de secularização dos eventos, que serve aos interesses do rico filão do mercado de bens simbólicos.

Assim, sucessiva e simultaneamente, a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha e as Romarias de Juazeiro são investidas de atributos culturais associados à identidade local, ajudando a configurar o cenário que aponta para a imbricação do turismo com as tradições religiosas, indicando uma quebra do monopólio dos significados atribuídos pela Igreja Católica, e gerando movimentos de afirmação de identidade que interpenetram cultura popular, religião, turismo e lazer no

acionamento de *dispositivos*⁷⁷ de produção de significados que resultam no discurso patrimonializador.

Nesse sentido, o presente capítulo demonstrará como turismo, religião e patrimônio acomodam práticas diversas num mesmo espaço, analisando os modos pelos quais essa relação tem sido equacionada no Cariri. Não se trata de descrever os eventos em suas particularidades, mas de perceber como em cada um deles se combinam práticas religiosas e representações culturais que constituem lócus privilegiado para investidas patrimonializantes definidas a partir de interesses turísticos.

4.1 “ESPETÁCULO DE ATRAÇÕES”: romarias, turismo e patrimônio em Juazeiro

No ano das comemorações do centenário de emancipação política de Juazeiro do Norte, celebrado em 2011, a cidade aniversariante sediou o 4º Encontro das Cidades Históricas e Turísticas e o 4º Encontro do Grupo de Trabalho do Turismo Religioso, realizados conjuntamente sob a chancela do Ministério do Turismo (por meio da Secretaria Nacional de Políticas do Turismo e do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico) e com o apoio da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará - SETUR. Na ocasião, o evento reuniu em Juazeiro cerca de 150 pessoas que representavam órgãos públicos, privados e do terceiro setor, em âmbito federal, estadual e municipal, além de profissionais e especialistas ligados ao tema, com o objetivo de elaborar propostas e socializar experiências para o desenvolvimento do turismo nas chamadas cidades históricas. Através dessas ações, o governo federal buscava avançar nas políticas públicas que visassem o desenvolvimento econômico das cidades por intermédio das atividades turísticas, construindo estratégias de ação conjunta no intuito de “potencializar e expandir o turismo interno e inter-regional, além do desafio de atrair turistas estrangeiros provenientes de diferentes países” (BRASIL, 2010, p. 04).

⁷⁷ O uso da noção de dispositivo está fundamentado na proposição de Michel Foucault, que a utiliza com o objetivo de “demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos [...] É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”. Cf: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Difel, 1979, pp. 244-6.

O início da realização de fóruns nacionais a fim de promover o intercâmbio entre as cidades autodeclaradas possuidoras de acervo histórico e de potencial turístico data do ano de 2009, quando o Ministério do Turismo e a Prefeitura de Olinda (PE) promoveram o I Fórum Nacional das Cidades Históricas e Turísticas. Tal iniciativa ia ao encontro das diretrizes que norteavam a implementação do Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos, previsto no macroprograma 4 do Plano Nacional de Turismo 2007-2010, que propunha a consolidação do segmento de turismo cultural em cidades históricas e a articulação das instâncias representativas desse segmento (BRASIL, 2007). Daquele Fórum resultou a *Carta de Olinda*, documento elaborado com vistas a servir de base para a política do turismo nos municípios brasileiros. Os signatários da carta, dentre os quais estava a cidade de Juazeiro do Norte, elencaram uma série de ações necessárias para alcançar os objetivos do fórum, tais como: elaborar uma política nacional integrada, realizar inventário turístico, capacitar empresas e profissionais e criar conselhos municipais de preservação e desenvolvimento turístico. Um dos encaminhamentos do Fórum sugeriu que fossem realizados encontros técnicos para que os participantes pudessem dar continuidade aos debates iniciados em Olinda, tendo sido proposto que a cada ano uma cidade participante fosse escolhida para sediar o evento⁷⁸.

Logo após o fórum de Olinda, houve a realização do I Encontro das Cidades Históricas e Turísticas na cidade paranaense de Paranaguá, ainda no ano de 2009. Na programação do encontro, o então secretário de Turismo e Romaria de Juazeiro do Norte, José Carlos Santos, proferiu a palestra *Juazeiro, centro de peregrinação no oásis do Nordeste Brasileiro*, apresentando a experiência da cidade no segmento do

⁷⁸ A partir deste encaminhamento, definiu-se que seriam realizados Encontros e Fóruns Nacionais das Cidades Históricas e Turísticas com objetivos diferentes, porém, complementares. A escolha da cidade-sede atendia ao critério de rotatividade de representação das macrorregiões brasileiras. Dessa forma, a primeira edição do Encontro aconteceu no município paranaense de Paranaguá (Outubro/2009), seguido pelo evento de Pirenópolis-GO (Julho/2010); as edições 3 e 4 destes encontros ocorreram na cidade de Belém-PA (Abril/2011) e Juazeiro do Norte-CE (Setembro/2011), respectivamente. Já os Fóruns tiveram lugar em Olinda-PE (Junho/2009), Santos-SP (Novembro/2010) e Santa Maria-RS (Abril/2012). Na documentação pesquisada não encontrei referências sobre a realização do referido fórum no ano de 2011, mas é razoável supor que a realização de dois encontros neste mesmo ano tenha sido um dos motivos pelo quais ele não ocorreu. A diferença entre os dois tipos de evento, segundo o que está exposto no Documento Referencial do I Fórum, reside no fato de que enquanto o Fórum tem por objetivo “promover o debate de temas de interesse comum e socializar experiências para o desenvolvimento do turismo nas cidades históricas”, os Encontros têm caráter mais técnico e “objetivam avançar em discussões e buscar soluções para as questões e entraves identificados durante os Fóruns [...], por meio da composição de grupos de trabalho para discussão de temas específicos”. Ver: BRASIL, Ministério do Turismo. *Documento Referencial Fórum Nacional das Cidades Históricas e Turísticas*. Brasília, Ministério do Turismo, 2010, pp.7-8.

turismo religioso. Naquele momento, a ideia de Santos era bastante ambiciosa: situar Juazeiro “entre as dez cidades mais importantes para o turismo nacional”, partindo do pressuposto que a cidade seria “o principal centro de peregrinação do Nordeste brasileiro” (DIÁRIO DO NORDESTE, Caderno Regional, edição online, 03/10/2009). Junto a ele estava o então prefeito de Juazeiro, Manuel Raimundo de Santana Neto, que aproveitou a ocasião para manifestar o interesse municipal em sediar o próximo encontro, numa evidente estratégia de dar visibilidade às comemorações do centenário de emancipação política da cidade, aproveitando o contexto de celebrações para justificar a realização do Encontro das Cidades Históricas e Turísticas. Ademais, sua proposição era um modo de dar legitimidade aos projetos políticos que visavam inserir Juazeiro do Norte no rol das cidades brasileiras potencialmente turísticas, encontrando justificativas para os investimentos de incremento à atividade do turismo na “terra do Padre Cícero”.

A aprovação da candidatura de Juazeiro do Norte colocou no centro do debate a questão do aproveitamento turístico das romarias, mas não seria a primeira vez que o interesse governamental, a ação empresarial e a atuação da Igreja tratariam da temática, considerando que pelo menos desde o final dos anos 1960 o assunto se constituiu objeto de interesse econômico de várias instâncias, que passaram a disputar espaços de apropriações capazes de tornar as romarias num grande “espetáculo de atrações” (CORDEIRO, 2011a, p. 144).

Essa perspectiva, no entanto, jamais foi tomada na forma de um consenso, tendo em vista que as romarias de Juazeiro alimentaram durante muito tempo incontáveis polêmicas. Para a socióloga Renata Marinho Paz (2011, p. 316), foram mais de setenta anos de oscilação entre rejeição, intolerância, silêncio e controle por parte da Igreja Católica perante às romarias de Juazeiro. Isso porque a propagação do chamado “milagre da hóstia” e o movimento a ele subsequente – que atraía cada vez mais centenas de pessoas em busca de conselhos, bênçãos e ajuda – gerou uma forte tensão entre o Padre Cícero e a hierarquia católica, fazendo com que a Igreja adotasse uma postura de condenação das romarias e julgamento do sacerdote. Ainda assim, os “fatos extraordinários” de Juazeiro continuavam exercendo grande atração sobre um sem número de pessoas que para lá se deslocavam em busca de um lenitivo para as agruras dos seus dias.

Fato é que as motivações de ordem religiosa favoreceram o considerável desenvolvimento socioeconômico do então povoado de Joazeiro, pois para lá

começaram a se dirigir comerciantes e profissionais liberais que aproveitavam a demanda criada pelos romeiros e adventícios. Entre fins do século XIX e o limiar do século XX, aquele pequeno povoado passou de um “centro de fanatismo”, conforme propagava a Igreja, a uma importante força econômica e política do Vale do Cariri.

A chegada dos romeiros, segundo o historiador Ralph Della Cava, propiciou uma mudança notável na área urbana daquele povoado:

Prestando serviço à cidade, havia duas padarias, três barbearias, quinze alfaiatarias, duas farmácias, vinte escolas primárias (das quais apenas duas eram públicas), uma tipografia, uma estação de telégrafo, uma agência de correios, um tabelião e uma repartição da Coletoria de Impostos do estado. O comércio da aldeia [sic] era animado. Além de uma feira semanal, realizada aos domingos [...], orgulhava-se Joaseiro de possuir 10 lojas abertas de tecidos e artigos de armarinhos, igual número de armazéns e cerca de 30 pequenas mercearias, bares e lojas de miudezas (1976, pp. 144-45).

Em Joaseiro, não só aumentava a variedade de serviços como também seguia em larga expansão o movimento das peregrinações, fato preocupante para as autoridades eclesiásticas que imaginavam ser todo aquele movimento comercial alimentado pela suposta ignorância, ingenuidade e boa fé dos romeiros do Padre Cícero. Dizia-se também que aquele trânsito teria sido patrocinado pela astúcia dos comerciantes interessados em extrair o máximo de lucros com a propagação do “milagre da hóstia” (PAZ, p. 118), demonstrando o temor da Igreja em relação ao aumento das romarias, por suposição, estimuladas pelo “fanatismo” que daria força aos populares nas suas práticas e crenças religiosas, consideradas àquela altura como desviantes do caminho da romanização⁷⁹.

Envoltas nessa trama, as romarias à “terra do Padre Cícero” seguiram em seu crescente e contínuo fluxo, despertando interesses religiosos, políticos e econômicos

⁷⁹ Também denominada de movimento ultramontano, teve início no século XIX, e o seu corolário direto foi Concílio Vaticano I (1869-1870), que definia uma política para a Igreja Católica em reação ao mundo moderno e laicizado, “marcado por ideologias materialistas prestigiadoras das ciências, em detrimento da fé [...]. Por outro lado, o crescimento do protestantismo, da maçonaria, das religiosidades populares, igualmente preocupava a Igreja. Tratava-se de recristianizar a sociedade. Para tanto, a Igreja reestruturou, expandiu e tentou moralizar o clero, assim como tentou instaurar a unidade da Igreja através da supervalorização da autoridade hierárquica, doutrinária e moral do Papa”. Cf: CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. *A construção da “cidade da cultura”*: Crato (1889-1960). Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro, 2000. UFRJ, p. 48. Para Renata Marinho Paz, a Igreja Romanizada estabelecia o certo e o errado nas práticas religiosas e a maneira como lidava com as formas “desviantes” da “verdadeira religião” era por meio da erradicação das “superstições e crenças equivocadas”. Ver: PAZ, Renata Marinho. *Para onde sopra o vento: a Igreja Católica e as romarias de Juazeiro do Norte*. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

que contribuíram para seu aproveitamento turístico, com forte impacto no desenvolvimento sociocultural e consideráveis benefícios políticos e econômicos para o município de Juazeiro do Norte.

A construção da estátua do Padre Cícero, na Colina do Horto, ainda em meados do século XX, pode ser um indicativo do modo pelo qual a devoção em torno do referido sacerdote foi utilizada como propaganda política de Juazeiro, bem como das possibilidades de aproveitamento econômico e turístico do fluxo de peregrinos que visitavam a cidade várias vezes ao ano. Valendo-se desse movimento, a estátua do Padre Cícero Romão Batista, inaugurada em 1969, foi concebida como uma obra de “grande fundo turístico” e que tinha a pretensão de tornar Juazeiro do Norte uma cidade mundialmente conhecida. Os idealizadores da obra imaginavam que sua repercussão poderia ser tão positiva que “até o padre Cícero ficaria satisfeito” (JORNAL FOLHA DE JUAZEIRO, novembro de 1969, p. 01), talvez pensando nos legados possíveis da memória coletiva construída em torno do sacerdote. Um ano após a inauguração, a estátua do Padre Cícero estava sendo divulgada nas páginas do jornal *Tribuna do Cariri* (22/07/1970, p. 01), de Juazeiro do Norte, como um dos principais pontos turísticos da cidade, juntamente ao Estádio Romeirão, ao Prédio da Prefeitura Municipal e à Praça Padre Cícero, onde, aliás, existe uma outra estátua do sacerdote, feita de bronze e esculpida em tamanho natural por Laurindo Ramos, inaugurada em meados da década de 1920.

Na avaliação do historiador Francisco Régis Lopes Ramos (2000), é provável que essa estátua tenha sido construída com a intenção de diminuir os comentários acerca do “fanatismo” e da “barbárie” que alguns acreditavam grassar em Juazeiro – e com a perspectiva de redimensionar a imagem da cidade –, procurando associá-la às representações de um “mundo civilizado” que eram correntes no início do século XX. De fato, a inauguração da estátua de bronze repercutiu de modo muito mais ligado aos jogos do poder político do que vinculado a uma experiência religiosa dos romeiros:

No centro da praça, ainda descansa, até hoje, a estátua do poderoso dono de terras que foi prefeito, deputado, vice-governador do Estado e vigário da cidade. O tom aristocrático da escultura lembra as estátuas dos generais ou vultos da classe dirigente. No pedestal de granito, jaz uma rápida informação: ‘Ao Padre Cícero, a homenagem do Sertão. 24.03.1924.’ A imagem não seduziu a fé dos peregrinos. Em certo sentido, não representa, ou melhor, não apresenta o Padre Cícero constituído nas tessituras de seus imaginários. Ou seja: não tem ressonância coletiva na experiência religiosa. É como se o Padre

Cícero de bronze não fosse o Padre Cícero, quer dizer, o santo de Juazeiro (IDEM, p. 66).

“Um santo que fica no sol” – como disse há alguns anos dona Maria do Rosário de Lima, romeira residente na capital do estado de Alagoas (apud PAZ, 2004, p. 54) –, mas que projeta larga sombra a se estender numa urdidura múltipla e infundável de territórios. Para alguns, de contemplação e fé, alimento da alma; para outros, de sobrevivência material do corpo. Tanto é assim, que durante as romarias misturam-se os pregões dos vendedores, o canto dos benditos, a buzina dos carros, o estouro de baterias de fogos de artifício anunciando aos fiéis a chegada à estátua que fica no Horto, com um Padre Cícero de “500 toneladas para suportar nas costas os pecados do seu povo”, segundo as palavras do jornalista Ricardo Noblat em meados da década de 1970, quando o mesmo registrou suas impressões acerca de uma romaria que acabara de acompanhar em Juazeiro do Norte.

As linhas que ele escreveu no jornal Diário de Pernambuco destacavam:

[A estátua do Padre Cícero] rodeada de gente que lhe raspa um pouco de cimento para fazer chá milagroso, que deixa o nome escrito a lápis ou riscado a canivete, gente crente de fé cega, capaz de esgotar o aparentemente inesgotável estoque de dezenas de vendedores de monóculos que se espalham, por toda parte, como uma praga, de beber toda a bebida do bar dos Salesianos, de consumir toda a comida da churrascaria que os Salesianos exploram, deixando, ainda, dinheiro no cofre de uma capelinha [...] (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, agosto de 1976, p.?).

Nesta mesma matéria, intitulada *Os Romeiros da Mãe de Deus*, o referido jornalista criticou não apenas o comportamento da “gente crente de fé cega”, como também daqueles que, na sua avaliação, faziam parte da rede de exploração promovida a partir de uma tal “indústria da fé”, incluindo na categoria de exploradores os proprietários de caminhões que estariam carregando o máximo de pessoas “em estreitas folhas de madeira atravessadas de um lado para o outro da carroceria” até Juazeiro; os donos dos ranchos, “onde se dorme quase sentado”, que serviam de alojamento para os peregrinos; os vendedores “de um copo d’água por dez centavos”; e a própria Igreja, que estaria lucrando excessivamente com as romarias (IDEM).

Em relação a esta última, Noblat sustentou seus argumentos demonstrando com números, mas sem informar a fonte, a intensa movimentação financeira nos cofres da Igreja de Juazeiro do Norte:

Em 1974, no mês de setembro, os romeiros deixaram no cofre Cr\$ 21.559,45 e entre 2 e 14 do mesmo mês a Matriz arrecadou Cr\$ 69.417,83 nas noites dedicadas às diversas classes sociais da cidade. A classe que mais contribuiu foi a dos agricultores, como aconteceu nos anos anteriores, como certamente sempre acontecerá. Em cinco anos, de 1970 a 1974, entre esmolas dos romeiros e contribuição do povo de Juazeiro e de cidades vizinhas, só nos meses de setembro a Matriz de Nossa Senhora das Dores arrecadou um total de Cr\$ 211.538,44. Em quatro anos, de 1971 a 1974, as doações dos agricultores somaram Cr\$ 79.302,77 mais que o dobro das doações em igual período, dos industriais e comerciantes juntos que foram, apenas, de Cr\$ 36.073,00.

Ele ainda fez comentários sobre outros tipos de “exploradores da fé”:

Homens e mulheres, velhos e moços, alguns por precisão, outros nem tanto, porque conhecem a generosidade dos romeiros se escoram nas colunas da igreja [Matriz] e tiram esmolas. Um homem bem vestido escora-se numa das colunas somente para descansar, mas, por via das dúvidas uma romeira passa e joga-lhe uma moeda. Outra faz o mesmo. Um velho imita-lhe o gesto. Em dez minutos, o homem apurou Cr\$ 15,00.

Ao final da matéria, Noblat mostrou-se convencido de que a romaria de Juazeiro era mesmo um lugar para “todo mundo ganhar dinheiro, menos romeiro, que veio foi deixar” (IBIDEM).

Analisadas calmamente, as observações desse jornalista demonstram como vem de longe e o quão complexo é o imbricamento das romarias com práticas sociais que escapam da imposição de uma disciplina eclesiástica e que expõem contradições e ambiguidades entre o prescrito pela Igreja e o vivido pelos fiéis. Ora, se as romarias de Juazeiro representam uma necessidade na vida de cada romeiro, no sentido de alimentar o *ser*, de dar sentido à existência, elas também estabelecem a oportunidade de *fazer*, donde emerge “uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (CERTEAU, 1994, p. 41). São estas múltiplas artes que fazem convergir diversos sentidos durante as romarias, cuja dinamicidade foi registrada pelo citado jornalista a partir do depoimento de uma “artesã-romeira”, identificada como Helena Vieira dos Santos:

Não preciso esconder: estou muito bem de vida vendendo imagens do padre Cícero, de quem também sou crente e devota. A cada romaria, procuro sempre oferecer um produto novo, diferente, original, que agrade os romeiros. Justamente por causa desse meu esforço é que já me roubaram, pelo menos duas vezes, matrizes de novos

lançamentos que eu ia fazer. É a tal da espionagem industrial que eu já tinha ouvido falar e que começa a chegar por aqui. Na minha oficina tem padre Cícero de todos os tamanhos, em todas as posições e para todos os gostos. Tem o sentado, o de pé, o tipo mini-monumento, o com base, o sem base, o de parede, o de medalha, o medalhão, o tipo moldura, em todas as cores, em gesso, para todos os preços. Na romaria de setembro de 1974, vendi uns 2 mil padre Cícero. Na romaria de novembro, devo ter vendido 2.500 imagens. Para a romaria de setembro de 1975, pus à venda 3 mil imagens. Mas, a situação não está ficando boa não. Como tem muita oficina por aí, elas estão usando material ruim na fabricação das imagens, forçando uma baixa no preço do produto. Como só uso do melhor material e não posso baixar o preço, estou tendo dificuldades. E mais, que a Cerâmica Nordeste, na Bahia, que não fazia padre Cícero em gesso, agora está fazendo e vendendo às lojas de Juazeiro. Vou ter de diminuir minha produção e vou partir para me dedicar mais às imagens de dois metros de altura, feitas em cimento, que vendo Cr\$ 8 mil, até Cr\$ 10 mil e que estão sendo colocadas em praças de diversas cidades daqui da região (JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO, agosto de 1976, p.?).

Todos os trechos citados sobre essa questão permitem compreender que as tramas das romarias são tecidas por fios que não se ligam exclusivamente à fé e à religiosidade do “povo romeiro”, sendo elas bem mais complexas do que pode supor uma apressada imaginação. A citação demonstra ainda que o estabelecimento de relações comerciais, a preocupação com a concorrência entre os produtos industrializados e o incremento do artesanato na produção de imagens do Padre Cícero não anula a dimensão religiosa da romaria, tampouco reduz ou transforma essa romaria numa mera feira de trocas econômicas porque, na verdade, ali há também uma economia de outra ordem, aquela das trocas simbólicas (BOURDIEU, 2007).

Essas e outras problemáticas permaneceram ao longo dos anos, alcançando o século XXI em busca de um equacionamento entre a constante preocupação da Igreja em definir as romarias de Juazeiro como evento religioso e os projetos dos setores políticos e econômicos em evidenciá-las também como mercadoria rentável para o turismo. Desse modo, pela variedade de motivações e manifestações que para ali convergem, não tem sido pouco frequente a presença tensional de preocupações pastorais e políticas com as romarias de Juazeiro, tendo em vista o retorno que elas podem oferecer. Retorno religioso de um lado, reivindicando o ordenamento da religiosidade e da fé dos romeiros, bem como destacando o poder da Igreja Católica; econômico e político do outro, capaz tanto de alavancar a arrecadação financeira quanto de funcionar como símbolo da identidade regional.

Indicativa dessa tensão é a questão posta pela publicação de um texto atribuído aos membros do Grupo de Estudo Semeador - GES, provavelmente ligado à pastoral diocesana de romarias, da Diocese do Crato, a respeito das relações entre turismo e romaria, que situou a prática turística num sentido diametralmente oposto ao fundamento religioso da romaria. Vejamos:

[...] o Estado [do Ceará] e o Governo Federal querem transformar o Cariri num **pólo turístico** (turismo ecológico, científico...). Essa proposta vai criar empregos, crescimento econômico na região: em si, não é ruim na medida em que se trata de um turismo sadio [...].

O que é preocupante, é que o Estado e o Governo Federal parecem querer 'transformar' a Romaria (que não dá muito dinheiro) em turismo religioso, distorcendo e desrespeitando a originalidade da romaria dos pobres da Mãe das Dores e do Padre Cícero, e, num certo sentido, eliminando o que é próprio à história e a cultura da Cidade do Padre Cícero. Ora, quando a gente acaba com as raízes de uma árvore, o que acontece?

Vamos explicar melhor: Qual é a diferença entre o turista e o romeiro?

-O Turista quer VER coisas interessantes, bonitas, o romeiro quer VIVER uma experiência de penitência e de fé!

-A satisfação do turista depende de uma boa cama, boa comida, bonitos passeios, espetáculos interessantes de folclore e religiosidade popular, enfim: prazeres que o divertem!

-A satisfação do Romeiro é bem diferente: o seu prazer é espiritual, é religioso, é íntimo. Sua alegria é vivida num clima de solidariedade, de partilha, de simplicidade, mesmo se ele espera ser bem recebido e encontrar um mínimo de conforto nos ranchos e pousadas.

Vamos dar um exemplo bem concreto:

-O romeiro quer subir a ladeira do Horto num gesto de penitência, seguindo a Via Sacra e os passos do Padrinho Cícero e, quando chega no alto da colina, ele experimenta que a Serra do Catolé é um espaço sagrado, encantado.

-O turista vai querer subir ao Horto de teleférico, para ter a vista bonita do Cariri e achar, lá em cima, um bom restaurante, de preferência com piscina! Haverá boa acolhida do turista e mais dinheiro no bolso do dono do teleférico ou do restaurante, mas a dimensão e a experiência do sagrado desaparecerão, assim como a história mística da Serra do Horto!

Não estamos contra o desenvolvimento e a modernização de Juazeiro, mas é preciso saber qual desenvolvimento 'sustentável' e qual 'modernização' valorizarão e não destruirão o tesouro histórico e religioso dessa cidade sonhada pelo Padre Cícero e construída pelos romeiros, [...] é preciso ter uma visão mais larga: no futuro, quem vai vencer? O Turismo ou a Romaria? E qual é e qual será o nosso papel, como membros da Igreja e 'herdeiros espirituais' do Padre Cícero?

A Igreja (e não o Estado ou o Governo Federal) é quem tem a responsabilidade de valorizar, aprofundar, favorecer os espaços e tempos de Romaria como vivência profunda de uma experiência de fé [...]

(Disponível em <http://romeirosdomeupadim.blogspot.com.br/2011/03/pastoral-da-romaria.html>. Grifo no original).

Essa citação é daquelas que multiplicam as problemáticas, sendo bastante significativa, para a análise empreendida aqui, a questão referente às disputas pela posse de um patrimônio que representava muito mais que uma herança material do passado, na medida em que os bens de valor simbólico também foram entendidos como partes fundamentais de um “tesouro histórico e religioso” que estaria presente nas romarias de Juazeiro do Norte. Entendo que a polêmica em torno desse assunto colocou em pauta uma questão fundamentalmente patrimonial, que dizia respeito tanto à preservação de uma experiência coletiva das romarias – em sua capacidade singular de representar uma identidade regional – quanto à estratégia de valorização de algo pensado como sendo dotado de uma autenticidade impossível de ser “distorcida” e/ou desrespeitada. Já pelo entendimento de um aspecto religioso, o “pecado” dos governantes, na visão do referido grupo pastoral, era querer transformar “uma experiência de penitência e fé” que, alegava-se, “não dá muito dinheiro” num “espetáculo interessante” para o turismo religioso, quando deveria ser entendida pelo caráter exclusivamente sagrado. Trata-se, porém, de um sagrado regulado, que se quer dependente da presença e do controle da Igreja, cuja estratégia pastoral e política era reconhecer-se como a única responsável pela valorização e legitimação da romaria⁸⁰, assim como os legados por ela deixados, quais sejam: o espiritual e o material.

Após a circulação dessa carta, a autoridade eclesiástica, Dom Fernando Panico, então bispo da Diocese do Crato, tratou do assunto na sua 2ª Carta Pastoral, datada de 02 de fevereiro de 2003. Sem polemizar muito, mas assumindo uma postura de aproximação com o divulgado na carta do GES, o bispo deixou assinalada as diferenças entre os projetos da Igreja em relação aos dos governos municipal e estadual para o aproveitamento turístico das romarias de Juazeiro, disse ele:

⁸⁰ Segundo Pierre Sanchis, nota-se esse processo no Brasil desde a romanização, quando o episcopado brasileiro estava preocupado em “reformatar” as romarias e, para isso, contou com a ajuda de congregações estrangeiras. Cf: SANCHIS, Pierre. *Peregrinação e Romaria: um lugar para o Turismo Religioso*. In Ciências Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião. Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul. Porto Alegre, Ano 8, n. 8, p. 85-97, outubro de 2006. No caso de Juazeiro, o citado estudo de Renata Marinho Paz aponta que essa política pastoral diocesana começou a surgir, de maneira tímida e isolada, no final dos anos 1950, junto à paróquia de Nossa Senhora das Dores, através do padre Murilo de Sá Barreto. No entanto, foi somente a partir de meados da década de 1970 que o trabalho de acolhimento dos romeiros “começou a ganhar uma coloração mais distinta com a chegada das irmãs de Nossa Senhora, cónegas de Santo Agostinho, Anette Dumoulin e Teresa Guimarães” (Op.cit, p. 219).

Em torno das romarias, muito se tem falado. Ultimamente, as reflexões giram em torno da compreensão, a meu ver restrita, do chamado 'turismo religioso'. Evidentemente os governos municipais e estadual podem e devem esforçar-se por propugnar que os municípios e o Estado, como um todo, estejam aptos a acolher bem os turistas, oferecendo-lhes lazer, sob os mais diversos prismas. Contudo, romeiros e turistas religiosos não são sempre componentes do mesmo grupo, pois os primeiros – singularmente em Juazeiro do Norte – mesmo tendo a romaria, as missas e peregrinações como festa e motivo de alegria, seguem um esquema e um rito singular naquele que consideram como um espaço sagrado. A cidade de Juazeiro do Norte é vista, costumeiramente, como uma cidade-santuário, a Terra da Mãe de Deus. Romeiros e peregrinos, em Juazeiro, na sua expressão popular de fé cristã, visitam a Igreja Matriz de N. Sra. das Dores, o cemitério do Socorro, a Igreja de São Francisco (com o 'Passeio das Almas'), o Caminho e a Colina do Horto, o Santo Sepulcro, entre outros lugares. Cada passo compõe, e também o seu conjunto, um legítimo itinerário peregrino de fé e piedade popular, uma tradução reconhecida da práxis cristã na perspectiva do *sensus fidei* segundo a espiritualidade nordestina.

Nesse mesmo campo, interagem a discussão e os projetos do turismo religioso. Podemos ousar afirmar que almejamos um certo tipo de turismo religioso: aquele que aprimora a dignidade da pessoa humana, oferecendo água de qualidade, saneamento básico, habitação digna para os que aqui moram e para os que vêm, seguindo os conselhos expressos em atitudes e palavras do padre Cícero. A cidade de Juazeiro do Norte, como um espaço singular da experiência nordestina de fé cristã, precisa ter em conta que os romeiros e romeiras, peregrinos e peregrinas que a ela se deslocam são seres humanos que experimentam, diariamente, a exclusão, pois estão colocados à margem do processo que ora vivemos da globalização do poder e da renda concentrados nas mãos de poucos.

Portanto, a Pastoral da Romaria ultrapassa, e muito, o mero turismo religioso voltado somente à grandiosidade das obras que servem mais ao espetáculo da mídia e às vaidades, aos interesses comerciais e ao lucro enganoso e explorador, do que ao aprofundamento espiritual e religioso do povo. Ou seja, cremos poder dar a nossa contribuição, especialmente com fundamentos éticos e morais, às diversas proposições públicas de centros de apoio aos romeiros. Consideramos importante que os romeiros não sejam vistos exclusivamente, como parte de um processo econômico, dentro de um sistema orgânico de relações de produção e consumo, num viés economicista que é, sobretudo, excludente, restritivo e simplista (*2ª Carta Pastoral – Romarias e Reconciliação*. Dom Fernando Panico, pp. 09-10. Disponível em: <http://diocesedecrato.org/palavrabispo/2a-carta-pastoral-romarias-e-reconciliacao/>).

A preocupação expressa na Carta Pastoral em estabelecer uma distinção muito bem marcada entre romaria e turismo, assim como entre turista e romeiro, demonstra que agentes situados fora do campo religioso possuem uma concepção bastante alargada do fenômeno das romarias, incorporando a elas atividades de lazer e de consumo que geram tensões dentro e fora da Igreja Católica, assim como indica

a complexidade do jogo de interações promovido pelo fluxo de romeiros (SANCHIS, 2006). Nesse sentido, o bispo tentava dar medidas adequadas para ambas as coisas, como se a romaria estivesse do lado da oferta (da fé e da satisfação espiritual) e o turismo estivesse do lado da procura (da diversão consumista e do prazer profano). Em trecho anterior ao citado, Dom Fernando Panico afirma que “luxo e ostentação” do turismo não se coadunam com a “resistência e despojamento” (2ª Carta Pastoral, 2003, p. 09), indicando que abrir mão da penitência em nome do conforto significava a ausência da experiência mística e sagrada do caminho que conduz ao Horto, além da exaltação dos possíveis lucros materiais em detrimento dos espirituais.

É preciso destacar que tais críticas surgiram frente às investidas de “modernização” do espaço urbano de Juazeiro propostas no final dos anos 2000, quando foi elaborado o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) daquela cidade, sendo parte integrante do Projeto de Desenvolvimento Urbano do Estado do Ceará (PROURB). Este, por sua vez, recebeu o apoio financeiro do Banco Mundial para traçar estratégias de desenvolvimento dos principais municípios do Estado do Ceará, dentre os quais incluiu-se Juazeiro do Norte. No referido planejamento, a atividade turística foi contemplada como uma das principais linhas estratégicas de desenvolvimento econômico daquele município, defendendo-se, para tanto, a transformação de Juazeiro “num importante centro de turismo religioso da América Latina” por meio da criação de infraestrutura receptiva do “turista religioso” e de ações que visavam “facilitar e estilizar acesso à estátua do Padre Cícero, na Serra do Horto, a partir da zona central da cidade” (SETUR, 2000, s/p) . Essa ideia, como foi mostrado anteriormente, contribuiu para criar um clima de tensão entre a Igreja Católica e os planejadores de políticas urbanas em Juazeiro do Norte, ambos envolvidos em projetos que estavam perpassados por outra tensão, aquela que se articula entre a tradição e a modernidade.

Pouco mais de uma década após a elaboração e apresentação do PDDU, o então o secretário de Turismo e Romaria de Juazeiro do Norte, José Carlos dos Santos, ainda tentava apaziguar a situação, assegurando que mesmo que o projeto da instalação de um teleférico até o Horto representasse uma nova opção de acesso, “a tradição não será esquecida pelo romeiro, que vem ao município fazer a sua

peregrinação”⁸¹. Naquela época o projeto não foi executado e, ao que parece, essa questão parece longe de ser resolvida, considerando que em fevereiro de 2017 o governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, anunciou a aprovação do projeto que garantiria recursos do Tesouro Estadual para a construção do teleférico e urbanização do Horto, afirmando que será “uma obra importantíssima para o Horto. Vai melhorar a acessibilidade, trazer mais conforto e segurança para os romeiros e alavancar ainda mais o turismo em toda a região do Cariri”⁸², garantiu o governador do Ceará, sem, contudo, divulgar a data de início das obras, nem informar o valor total do investimento.

Retomando a discussão do PDDU de Juazeiro no final dos anos 2000, outro ponto que merece destaque no referido planejamento é o da proposição de ações voltadas para o atrelamento do turismo religioso com “outras formas de turismo em Juazeiro do Norte e municípios vizinhos”, no intuito de prolongar o período de estadia dos turistas e romeiros na região do Cariri. O Plano Estratégico de Juazeiro do Norte, parte integrante do PDDU, sistematizou a ideia da seguinte forma:

- Consolidar turismo de negócios de Juazeiro do Norte através da atração de feiras/exposições de negócios e eventos profissionais (congressos, jornadas);
- Promover cultura do artesanato (gesso, couro, madeira), da literatura de cordel e da formação religiosa do povo juazeirense;
- Estender o turismo religioso ao Crato, através de visitação a lugares da infância e juventude do Padre Cícero;
- Divulgar e promover visitação às atrações ecológicas e científicas dos municípios vizinhos (Crato, Barbalha, Santana do Cariri e Nova Olinda) (SETUR. Disponível em: http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/sdlr-pddu/juazeiro_do_norte/gerados/planoestrat.asp).

Como   possível observar, a partir dessas a es, os governos estadual e municipal buscaram promover política, cultural e economicamente as romarias de Juazeiro, embora a Igreja entendesse ser de sua responsabilidade o controle das romarias. Nesta perspectiva, Dom Fernando Panico afirmou:

⁸¹ Cf: LOPES, Jota. *Cariri-CE: Barbalha e Juazeiro do Norte ter o teleféricos* Disponível em: <http://www.caririnoticia.com.br/2012/05/cariri-ce-barbalha-e-juazeiro-do-norte-terao-telefericos.html> Acesso em 18 de abril de 2014.

⁸² Ver “*Colina do Horto receberá teleférico e projeto de urbaniza o, diz Camilo*, notícia publicada no portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/02/colina-do-horto-recebera-teleferico-e-projeto-de-urbanizacao-diz-camilo.html> Acesso em 09 de fevereiro de 2017.

Não confundamos a Pastoral da Romaria com o 'turismo religioso' [...]. Qualquer projeto desenhado não poderá, em hipótese alguma, ser pensado e decidido por uma pequena parcela de pessoas, mas deve envolver a participação de todos. A manipulação do povo é arte que cabe aos filhos das trevas que, pelo Evangelho, são mais espertos nos negócios que os filhos da luz [...] (2ª Carta Pastoral – Romarias e Reconciliação, 2003, p. 13).

O fato de o bispo não ver com bons olhos o aproveitamento turístico das romarias não significou, contudo, que ele deixasse de ser fomentado, pois conforme demonstrei no segundo capítulo desta tese, a Câmara de Dirigentes Lojistas do Crato lançou, em meados dos anos 2000, uma campanha de recepção dos romeiros na Praça da Sé, disponibilizando uma equipe para fazer a distribuição de água, oferecer fitas de tecido com o nome do Padre Cícero e estimular um roteiro de visitas aos pontos turísticos da cidade natal do sacerdote. Esse acolhimento se dava logo após o ritual de visitação da Igreja da Sé, onde os romeiros poderiam ver e tocar a pia batismal que teria sido a mesma em que o Padre Cícero recebera o sacramento da iniciação cristã.

Em Barbalha, a prefeitura municipal divulgou o Balneário do Caldas como a principal e mais rica atração do Vale do Cariri para receber o crescente fluxo de “romeiros turistas” que se deslocam até Juazeiro no “tempo da romaria”. Daquele balneário, dizia-se que “a natureza é a grande atração que ele apresenta, com suas águas minerais mais leves e cristalinas do Nordeste”:

Hoje, o município barbalhense é o único da região do Cariri que recebe o maior número de visitantes romeiros do Padre Cícero Romão Batista que visitam Juazeiro do Norte durante o ano inteiro, principalmente nas grandes romarias, durante os meses de fevereiro, março, julho, setembro e novembro, sendo grande o fluxo de romeiros turistas que se deslocam até o balneário do Caldas para o seu lazer. Os romeiros têm enfatizado, em suas visitas à Barbalha, que o balneário do Caldas é o melhor local do Cariri para o lazer e o repouso (*Balneário do Caldas é local preferido pelos romeiros do Padre Cícero*. Disponível em: <http://ptceara.org.br/noticias/texto.asp?id=3653>).

Decerto, a miscelânea de interesses é elemento constituinte do fenômeno das romarias, abrigo de forma intensa e ampliada uma infinidade de experiências individuais e coletivas. Nesse sentido, compartilho do entendimento da socióloga Paula Cordeiro (2011b), estudiosa da dinâmica das romarias em Juazeiro do Norte, que compreende tal polarização (turismo x religião) como indicador de “um processo

de caracterização do fenômeno que avança do essencialmente religioso ao amplamente cultural, na medida em que a justificativa tradicionalmente religiosa já não dá conta do fenômeno” (IDEM, p. 11). No entanto, devo ressaltar que as romarias de Juazeiro jamais estiveram deslocadas do plano cultural, do qual também fazem parte as características religiosas, o que significa dizer que este fenômeno não se acomoda tranquilamente num polo “essencialmente religioso” ou “amplamente cultural”.

A diversidade de práticas e experiências que caracterizam as romarias ganham cada vez mais espaço em Juazeiro, mas elas nem sempre foram compreendidas como expressão de uma demanda complementar, pois como lembra Carlos Alberto Steil (2003, p. 259), “as representações que buscam afirmar a romaria como um evento turístico não podem ser tomadas simplesmente como o resultado ‘natural’ de um processo de racionalização ou como o resíduo da ação modernizadora da religião católica”.

Nesse contexto de projetos modernizadores, o discurso em favor do turismo colaborou com a construção de uma identidade cultural que serviu como elemento legitimador dos processos de patrimonialização do Cariri, dentre os quais pode-se destacar o registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha e dos lugares sagrados de Juazeiro (inventário em andamento), além do tombamento da estátua do Padre Cícero. Para o caso da estátua, que “passou a ser um dos principais pontos de visita do romeiro nordestino” (Jornal Diário do Nordeste, Caderno Regional, edição online, 10/07/2010), o processo começou no ano de 2010 e a prefeitura de Juazeiro esperava que a instrução do tombamento fosse realizada o quanto antes, a fim de que o reconhecimento do Iphan pudesse culminar com o marco de comemoração do centenário da cidade. Para tanto, foi firmada uma parceria entre aquele órgão e a Universidade Federal do Ceará, que colocou à disposição uma equipe de técnicos para o desenvolvimento do trabalho. Porém, depois de três meses do início das atividades, o Iphan afirmou que os técnicos da UFC não tinham disponibilidade para realizar os levantamentos necessários à instrução, e que aquele seria o motivo pelo qual o trabalho da equipe não tinha avançado.

Na ocasião, o então superintendente do Iphan no Ceará, Alexandre José Martins Jacó, concedeu uma entrevista ao jornal Diário do Nordeste (Caderno Regional, edição online, 06/10/2010) e assegurou: “Se for inviável com a UFC, vamos contratar uma empresa para realizar a instrução, onde estarão contidos todos os levantamentos necessários para o encaminhamento ao Departamento do Patrimônio

Imaterial (DPI) [sic]”. Jacó afirmou ainda que a nova equipe deveria ser mais ampla, considerando que o processo para realizar a instrução de tombamento envolvia “além da arquitetura e história, o sentido antropológico pela apropriação do aspecto sagrado, por parte dos fiéis”. Ele também destacou: “Será um bem protegido em nível nacional. O tombamento será um amparo oficial, com possibilidade maior de investimento público para a preservação e proteção desse patrimônio” (IDEM). Quanto ao registro dos lugares sagrados das romarias de Juazeiro, Jacó previa que o levantamento do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) só fosse intensificado após o encaminhamento do registro da festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, questão que será aprofundada no próximo tópico.

De volta ao ponto do tombamento da estátua do Padre Cícero, nota-se que nem tudo saiu conforme o planejado pelos organizadores da festa do centenário de Juazeiro. A estátua não passou pelo processo oficial de patrimonialização a tempo dos festejos. Diante da paralisação do processo de tombamento, a prefeitura de Juazeiro do Norte juntou-se à Ordem dos Salesianos, administradora da Colina do Horto e herdeira dos bens do Padre Cícero, para custear uma reforma no intuito de garantir que no mês do aniversário de cem anos da cidade a estátua estivesse “de cara renovada”:

É assim que a estátua do ‘Padim’, no alto do Horto, deverá estar na comemoração do centenário de Juazeiro do Norte, em 22 de julho. Na próxima semana, começa a recuperação da estátua, que se encontra com algumas rachaduras superficiais. O chapéu está danificado em uma parte da aba. Será priorizada a parte externa da estátua, no momento, para que até o mês das comemorações, o monumento esteja pronto. Os custos somente da reforma da estátua estão avaliados em R\$ 80 mil, sendo 50% da Prefeitura de Juazeiro e a outra metade vinda da administração da Colina do Horto, feita pelos padres Salesianos [...]. Considera-se [ainda] a possibilidade de abertura da estátua, o que irá propiciar mais ventilação interna, além de permitir a colocação de um livro para colher a assinatura dos visitantes e urnas de vidro para os bilhetes deixados com os pedidos, orações e mensagens dos romeiros. Com isso, poderá se evitar que as pessoas rabisquem a imagem (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, Caderno Regional, edição online, 02/06/2011).

Após quatro décadas de sua construção, a estátua do Padre Cícero dava sinais da ação do tempo. Interessados em acertar o passo com a celebração do centenário, a Igreja e a prefeitura de Juazeiro encetaram esforços para reformar um dos principais símbolos “do complexo turístico religioso da cidade” (IDEM). Era

também a oportunidade ideal de colocar no centro do debate, mais uma vez, a pertinência da inclusão de Juazeiro do Norte na rota do turismo religioso brasileiro, tendo em vista que, no ano anterior às comemorações do aniversário da cidade, ela havia sido “excluída da rota internacional do turismo religioso”, de acordo com afirmação da matéria assinada pela jornalista Elizângela Santos:

A empresa Ópera Romana Peregrinações [de caráter privado, mas ligada ao Vaticano] divulgou que não irá trazer turistas para a terra do Padre Cícero. A Ópera Romana Peregrinações começa a trazer turistas no próximo ano, principalmente de Israel e da Itália, mas também de outros países europeus. As cidades escolhidas pela agência internacional foram Aparecida (SP), Salvador (BA), Recife (PE) e Rio de Janeiro, com visitas ao monumento do Cristo Redentor, e no Estado de Minas Gerais, com as cidades históricas mineiras (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, Caderno Regional, edição online, 08/12/2010).

A Ópera Romana teria tomado essa decisão com base na alegação de precariedade da infraestrutura turística de Juazeiro, que não seria capaz de dar suporte necessário para o atendimento de maiores demandas, principalmente em relação ao Aeroporto Orlando Bezerra de Menezes, também conhecido como Aeroporto Regional do Cariri. De acordo com a matéria citada, a opinião do secretário de Turismo e Romaria, José Carlos Santos, era de que apenas a questão da infraestrutura não impediria a inclusão de Juazeiro naquele roteiro: “todos os roteiros escolhidos pela agência internacional no Brasil estão voltados para locais onde os santos são reconhecidos pela Igreja” (IDEM), ressaltando a ausência desse reconhecimento ao Padre Cícero e lembrando que o Vaticano até então não tinha se pronunciado a respeito do processo de reabilitação do sacerdote⁸³.

Quem também deu sua opinião à jornalista Elizângela Santos foi o administrador da Basílica Menor de Nossa Senhora das Dores, padre Paulo Lemos. Posicionando-se a favor do secretário de Turismo e Romaria, padre Lemos defendeu o caráter “incontestável do potencial turístico da cidade, principalmente no Nordeste

⁸³ A constituição de uma Comissão de Estudos para a Reabilitação Histórico-Eclesial do Padre Cícero foi uma das primeiras ações empreendidas pelo bispo do Crato, Dom Fernando Panico (PAZ, Op.cit, p.307). Tratava-se de um processo que visou o reposicionamento da Igreja Católica perante o Padre Cícero Romão Batista e, por extensão, à devoção popular que instiga as romarias de Juazeiro. Após uma série de estudos, a Diocese do Crato encaminhou ao Vaticano um conjunto de documentos para avaliação do sumo pontífice. Somente depois de nove anos do encaminhamento do pedido de Dom Fernando Panico, o Vaticano enviou uma carta à Diocese do Crato, em dezembro de 2015, comunicando o perdão das punições impostas ao Padre Cícero.

do País” (IBIDEM), fato que tornaria estranha e inexplicável a decisão da operadora de turismo italiana. Mesmo reconhecendo que no período de romarias havia um aumento considerável da demanda de usuários dos voos para a cidade e que, como consequência, a cidade não atendia a todos os requisitos propostos pela Ópera Romana, o padre afirmava que o problema do aeroporto não seria suficiente para excluir Juazeiro do roteiro internacional. Além disso, o sacerdote disse desconhecer qualquer pesquisa em relação ao potencial turístico da cidade realizada por parte da referida empresa, mas as reclamações não surtiram o efeito esperado.

Diante dessas circunstâncias, a realização do 4º Encontro das Cidades Históricas e Turísticas e do 4º Encontro do Grupo de Trabalho do Turismo Religioso, em 2011, representou a possibilidade de o município de Juazeiro receber uma assessoria voltada para a roteirização, infraestrutura, qualificação de pessoal e meios de hospedagem que assegurassem o fortalecimento do turismo religioso em algumas cidades brasileiras. Naquele momento, tal assessoria estava sendo proposta pelo Ministério do Turismo por meio de uma seleção pública que iria escolher um município em cada região do país para participar do projeto *Turismo Religioso: Experiências do Brasil*. Em meio a entraves burocráticos, o edital de seleção do projeto foi finalmente aberto em abril de 2013. Quase noventa dias depois, o resultado preliminar foi apresentado pelo MTur, mas Juazeiro do Norte não figurou na lista das cidades selecionadas, muito menos na lista das propostas classificadas e habilitadas.

A partir de todas essas observações, é possível perceber que a relação entre patrimônio cultural, turismo e romaria na cidade de Juazeiro se inscreve num espaço de tensões que é tratado de diversos modos em diferentes momentos, definindo os seus rumos a partir de sentidos e valores que evidenciam escolhas políticas de considerável importância, principalmente porque significam também a construção de uma representação do passado, da história, da cultura, da memória e da própria noção de região do Cariri.

Diante desse quadro, acompanhar o processo de produção do patrimônio cultural do Cariri e seus usos turísticos é uma boa oportunidade para evidenciar a multiplicidade de interesses, intenções e motivações presentes nas políticas públicas de cultura e turismo na região. A discussão específica sobre o chamado turismo religioso, serve também para destacar a multiplicidade de experiências, em parte harmônicas, em parte conflitantes, que atravessam este fenômeno, tais como “o gozo, a festa, o comércio, os shows, os folguedos populares, os encontros, os namoros, o

turismo” (PAZ, 2011, p. 28). Afinal, os diferentes modos de experimentar as romarias de Juazeiro, seja pela patrimonialização ou pelo seu aproveitamento turístico, certamente concorrem para a sua remodelação, mas não são capazes de enfraquecer ou esvaziar a força de sua simbologia.

4.2 Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha: patrimônio cultural do Brasil

Em agosto de 2015 foi publicado no Diário Oficial da União o aviso de Registro em curso da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, parte constituinte do processo que resultou, no mês seguinte, na aprovação do pedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, conferindo o título de “Patrimônio Cultural do Brasil” ao primeiro bem cultural imaterial cearense a ser registrado no Livro das Celebrações. O requerimento para o registro da festa foi encaminhado à Coordenação Geral de Identificação e Registro do Departamento do Patrimônio Imaterial – DPI em abril de 2010, mediante solicitação da Secretaria de Cultura e Turismo de Barbalha, conforme Ofício nº175/2010, datado de 26 de março daquele ano. Endossado pela superintendência estadual do IPHAN e subscrito pelo Instituto Cultural do Vale Caririense – ICVC, Prefeitura de Barbalha, Centro Pro-Memória de Barbalha Josafá Magalhães, Câmara Municipal de Vereadores e União das Associações de Barbalha – UNAB, o pedido deu ensejo à abertura do processo administrativo de instrução de Registro da festa em questão⁸⁴.

Esse reconhecimento da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha como patrimônio cultural do Brasil resultou de um demorado trabalho, marcado ao longo da primeira década deste século por instabilidades administrativas, reformulações, adequações e encaminhamentos que tornaram bastante confuso o andamento do processo. Sabe-se que a primeira solicitação para o registro da festa –

⁸⁴ Trata-se do Processo nº 01450.008635/2010-08. Conforme o Parecer nº. 51/DPI/IPHAN/Minc, assinado pelo antropólogo Pedro Clerot, a Instrução é constituída pelo Dossiê de Registro da Festa, produzido pelos Técnicos do IPHAN/CE; o Inventário Nacional de Referências Culturais da Festa de Santo Antônio de Barbalha, resultado da parceria entre o IPHAN e a Universidade Regional do Cariri - URCA e, por fim, a Nota Técnica nº 033/2013, de autoria da servidora Claudia Marina Vasques, à época da apresentação da referida NT (novembro de 2013) titular da Coordenação Geral de Identificação e Registro do DPI. Ver: *Parecer nº. 51/DPI/IPHAN/Minc. Assunto: Registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha/CE.* Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer_dpi_santo_antonio_barbalha.pdf. Acesso em 16 de fevereiro de 2017.

com objetivo de inscrevê-la num dos livros criados pelo Decreto nº 3.551/2000, que instituiu o registro dos bens imateriais correspondentes aos saberes, às celebrações, às formas de expressão e aos lugares – foi empreendida no ano de 2002, antes mesmo da criação do DPI/Iphan, sendo, portanto, um dos primeiros bens culturais de natureza imaterial com processo de reconhecimento aberto na instituição⁸⁵. Naquela época, o solicitante foi o Instituto dos Arquitetos do Brasil – seção Ceará, que também encaminhou o pedido de reconhecimento da obra do Poeta Patativa do Assaré e da Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto.

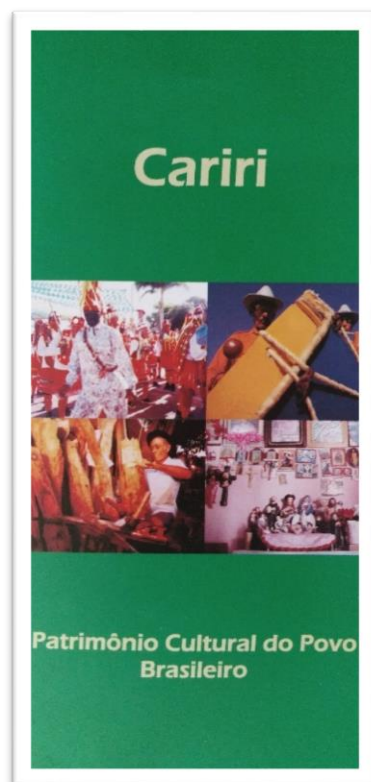
Provavelmente essa solicitação se coadunava com as diretrizes do “Projeto Cariri”, iniciado em 2001 através da assinatura de um termo de Cooperação Técnica e Científica firmado entre a 4ª Superintendência Regional do Iphan, a Fundação de Desenvolvimento Tecnológico do Cariri – FUNDETEC e a Universidade Regional do Cariri – URCA, instituição que abrigou o espaço físico do escritório técnico para realização dos trabalhos do referido projeto, sob a coordenação de sua pró-reitoria de extensão. Organizado no bojo do processo de implantação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial – que fomentou parcerias com instituições dos governos federal, estadual e municipal, universidades, ONG’s e outras entidades públicas e privadas ligadas à pesquisa e à cultura para o desenvolvimento de projetos de identificação e reconhecimento de bens culturais de natureza imaterial, com o objetivo de implementar uma política pública de promoção, valorização e salvaguarda desse patrimônio (SANT’ANNA, 2009) –, o Projeto Cariri decorreu de uma decisão administrativa da superintendência estadual do Iphan em definir a região do Cariri como “um território prioritário de atuação”, escolha supostamente motivada pela abundância de representações da região como “caldeirão da cultura popular” do Estado do Ceará (IPHAN, 2015, p. 200), e balizada por trabalhos técnicos ali realizados pelo órgão federal de preservação do patrimônio. Estima-se que esse trabalho tenha sido realizado no período compreendido entre os anos de 2001 e 2008, não sendo possível precisar a data de sua vigência em decorrência de “dúvidas e incoerências” que pairam sobre os resultados do referido projeto (IDEM, p. 201).

⁸⁵ Segundo informa o parecer supracitado, os pedidos de Registro encaminhados ao antigo Departamento de Identificação e Documentação – DID/Iphan eram transformados em Dossiês de Estudos, mas a abertura do processo administrativo estava condicionada ao parecer conclusivo sobre o dossiê de instrução. Somente a partir de 2004, com a criação do DPI, de acordo com o decreto nº 5.040, datado de 07/04/2004, os pedidos passaram a ter, desde a sua entrada nessa instância do Iphan, o caráter de processo administrativo (IDEM, p. 05).

Por ser escassa a documentação que favoreceria a compreensão dos trabalhos levados adiante pelo Projeto Cariri, fato destacado no Dossiê de Registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, torna-se difícil uma análise mais contundente de sua atuação. Em relação a esse projeto, o único material a que tive acesso me foi cedido pelo historiador Jucieldo Ferreira Alexandre, que atuou como bolsista no trabalho de inventariamento dos bens culturais daquela região no âmbito do Projeto Cariri. Trata-se de um folder de divulgação – com três dobraduras, frente e verso (21cm de altura, largura de 11cm fechado e 30cm aberto) – que apresenta na parte interna, já na primeira dobradura, um breve informe da constituição do projeto e dos seus objetivos de atuação. Segue-se a esse texto uma imagem que mostra uma celebração religiosa no espaço de devoção conhecido como Santo Sepulcro, na Colina do Horto, em Juazeiro do Norte. Nas duas dobraduras seguintes foi reproduzido o texto do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, precedido por uma fotografia da Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto e sucedido pela imagem do carregamento do pau da bandeira de Santo Antônio.

A capa do folder em questão apresenta o Cariri como “patrimônio cultural do povo brasileiro” e está ilustrada por imagens alusivas às categorias do patrimônio imaterial que deveriam ser inventariadas ali. Veja-se:

Figura 12 - Folder Cariri: Patrimônio cultural do povo brasileiro. Capa.



Fonte: Iphan. [s.d]. Acervo pessoal do autor.

Uma explicação para o uso dessas imagens pode ser dada a partir da definição do próprio projeto, constante na primeira página interna do folder:

[...] O Projeto Cariri tem como principal objetivo a realização de estudos voltados às categorias do patrimônio imaterial: Lugares – Roteiro da Fé: Santuário de Nossa Senhora das Dores, Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Colina do Horto e Santo Sepulcro; Formas de Expressão: Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto; Saberes e Fazer: Obra do escultor Manuel Graciano; Celebração: Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, e a obtenção de seu reconhecimento como patrimônio cultural do Brasil. [...] Essas manifestações destacam-se, sem dúvida, por sua expressividade e representatividade, como componentes desse raro caleidoscópio cultural (IDEM, s.d., p. 01).

Conforme pode ser observado no material em análise, a intenção manifesta do referido projeto era tornar conhecido o Cariri como “uma das mais extraordinárias regiões do nosso planeta”, definindo aquele lugar como sendo “caracterizado por exuberantes recursos naturais e um diverso e rico patrimônio cultural”, motivos que seriam justificadores da iniciativa do referido projeto em “identificar, estudar, registrar

e difundir as expressões do patrimônio imaterial do Cariri, para que lhes seja conferida distinção, à altura de sua relevância, como patrimônio cultural do povo brasileiro” (IBIDEM).

A despeito dessa proposição, o acervo produzido pelo Projeto Cariri resultou apenas num conjunto de documentos referente ao poeta Patativa do Assaré e no Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, instrumento de pesquisa que subsidia as ações de registro no intuito de dar conta dos processos de produção simbólica e material dos bens culturais de natureza imaterial. De acordo com a explicação de Marcia Sant’Anna (2009), a metodologia do INRC está fundamentada em três níveis sucessivos de abordagem: o primeiro corresponde ao levantamento de documentação que possibilite um mapeamento geral dos bens passíveis de identificação. Nesse estágio, documentos oficiais, fontes secundárias, entrevistas com instituições e com a população detentora do bem fazem parte do acervo de fontes; em seguida, são identificados os processos de constituição das manifestações e suas relações com outros bens e práticas culturais relevantes para sua manutenção e continuidade. Também nessa fase inclui-se o processo de documentação, via registro audiovisual, do bem inventariado; a etapa seguinte corresponde a um trabalho de competência técnica, qual seja, a elaboração de um dossiê descritivo, de natureza etnográfica, “que poderá ou não ser empreendido com vistas à inscrição do bem num dos Livros” de registro (IDEM, p. 57), conforme determinação do decreto específico para este fim.

Com a instituição do Registro, o Inventário tornou-se, a partir dos anos 2000⁸⁶, um instrumento privilegiado para a preservação dos bens culturais imateriais do país, embora os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988 também tivessem reconhecido a dimensão imaterial do patrimônio. Contudo, vale ressaltar que o trabalho de inventariamento sistemático, pela documentação e registro dos diversos elementos culturais vinculados a um bem específico, data de um momento anterior, fazendo parte das preocupações do poeta Mário de Andrade já na primeira metade do século XX, mormente no anteprojeto de criação do órgão nacional de preservação do patrimônio. Posteriormente, a noção abrangente do inventário foi relegada ao caráter de

⁸⁶ Pautada nos pressupostos teóricos e metodológicos da Antropologia, uma experiência preliminar de aplicação do INRC foi coordenada pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes, em parceria com o DID/lphan, no Museu Aberto do Descobrimento, em Porto Seguro (BA), no ano de 1999. Cf.: SANT’ANNA. *Op. Cit.*, p. 56.

“instrumento técnico para apenas ‘informar’ sobre e ‘reconhecer’” (NOGUEIRA, 2005, p. 250) os valores preestabelecidos para o tombamento do patrimônio de *pedra e cal*, isto é, os imóveis cuja representatividade histórica era consagrada pelo discurso intelectual que orientava as ações de preservação lideradas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN.

A retomada da “função primeira do inventário de identificar e registrar as manifestações culturais de um povo”, como definiu Nogueira (IBIDEM), deu-se no final da década de 1990, precisamente em novembro de 1997, quando da realização, em Fortaleza, do *Seminário Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção*, do qual participaram estudiosos da área, representantes da Unesco, sociedade civil, instituições públicas e privadas (CURY, 2000, p. 363). Desse encontro resultou o documento denominado *Carta de Fortaleza* que, em resumo, orientou o Iphan a aprofundar as reflexões sobre o conceito de bem cultural de natureza imaterial, recomendou a realização de inventário desses bens em parceria com os agentes do poder público e da sociedade, e propôs a criação de um grupo de trabalho, no âmbito do Ministério da Cultura e sob a coordenação do Iphan “com o objetivo de desenvolver estudos necessários para propor a edição de instrumento legal, dispondo sobre a criação do instituto jurídico denominado ‘registro’ (IDEM, p. 364). De acordo com a pesquisadora Vivian Fonseca (2014, p. 107), a resposta a essa demanda se deu poucos meses depois, já em março de 1998, com a criação do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial – GTPI, cujos trabalhos culminaram na publicação do decreto nº 3.551.

Respaldado na noção de *referência cultural*, caracterizada pela compreensão das transformações em contraposição à ideia de imutabilidade dos bens imateriais, o Inventário tem a função de produzir um acervo documental que permita a análise dos significados sociais atribuídos aos bens pelas comunidades detentoras, na perspectiva de geração de conhecimento acerca do bem inventariado. A sistematização desse conjunto de documentos resulta num dossiê descritivo da manifestação cultural, sobre a qual se pleiteia o reconhecimento como patrimônio brasileiro.

Constituindo parte do processo de atribuição de significados patrimoniais a determinados bens culturais, o dossiê é um procedimento administrativo que aponta a importância local, regional e/ou nacional do bem em questão e fornece ao Estado argumentos justificadores para as ações de reconhecimento, proteção, salvaguarda e

inscrição num dos livros de registro (FONSECA, 2014). Isso faz com que esse documento seja algo mais do que um trabalho técnico organizador do campo, posto que indica uma produção discursiva que determina a representatividade do bem e seu caráter patrimonial. Nesse sentido, o dossiê de registro pode ser pensado como uma prática social e simbólica de referência à identidade cultural pela via do patrimônio. Por preceder e orientar a ação do registro em si, momento decisivo para implementação de políticas públicas do patrimônio cultural, torna-se conveniente a análise desse documento no contexto específico da patrimonialização da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, uma vez que ele também participou do processo histórico de fabricação das tradições culturais em favor da construção de um sentimento de identificação coletiva que fundamentou a patrimonialização da referida celebração.

4.2.1 Notas sobre o Dossiê de Registro

O Dossiê de Registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha foi submetido à avaliação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – que tem a competência decisória sobre a pertinência do registro como patrimônio cultural brasileiro – no ano de 2015, após sucessivas tentativas de produção do INRC da festa pela superintendência estadual do Iphan, conforme registrado no texto do dossiê descritivo: “o referido inventário ocorreu em duas etapas, a primeira entre 2002 e 2003 e a segunda em 2005” (IPHAN, 2015, p. 201). O mesmo documento informa que a resolução de questões operacionais internas ao Iphan, em 2010, possibilitou empreender continuidade aos trabalhos de levantamento dos dados relativos ao bem cultural em questão, finalmente concluídos no ano de 2011.

Resultado da consulta a uma vasta pesquisa documental e bibliográfica, e de um considerável trabalho de campo realizado por pesquisadores bolsistas e pelos técnicos do Iphan/CE, a estrutura do dossiê é composta por um texto analítico-descritivo que contextualiza a cidade de Barbalha, apresentando informações políticas, sociais, econômicas e culturais que possibilitam a compreensão do lugar por ela ocupado no decurso do processo de formação histórica da região do Cariri; inventaria o bem cultural propriamente dito (analisando as formas, os conteúdos, as funções e as narrativas sobre a festa de Santo Antônio), assim como os bens associados a ele, numa descrição que busca dar conta de sua historicidade, da

atuação de pessoas, grupos e instituições responsáveis pelo seu desenvolvimento, e da identificação de políticas públicas direcionadas ao aproveitamento turístico da festa; apresenta justificativa do registro do bem e, por fim, propõe medidas de salvaguarda e valorização desses bens com o objetivo de lhes garantir melhores condições de produção, reprodução e transmissão. Integram o conjunto desse dossiê: o INRC da manifestação, coordenado pela antropóloga Renata Marinho Paz, professora da URCA; um documentário dirigido pelo cineasta Rosemberg Cariry, e o acervo fotográfico produzido pelos fotógrafos Maurício Albano e Jeferson Hamaguchi.

Porquanto sejam diversos os suportes do Dossiê de Registro, meu interesse aqui é analisar apenas o texto que deu embasamento à decisão afirmativa do Conselho Consultivo em registrar a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha como patrimônio cultural brasileiro. Considero que tal perspectiva permite compreender as problemáticas que envolveram esse processo de patrimonialização, e coloca em evidência as tensões constituídas em relação à atribuição de valor de patrimônio à aludida manifestação, afinal, pela natureza do documento, o próprio texto se insere nesse processo de valoração imbuído do esforço de definir a “Festa do Pau da Bandeira” ou “Festa de Santo Antônio”, nomes pelos quais tornou-se popularmente conhecida a celebração, como bem representativo de toda uma cultura regional, a despeito dela ser uma circunstância particular dessa cultura.

Para refletir sobre o registro de variados discursos que estabeleceram seus enunciados a partir de um feixe de relações delineadas no sentido de efetivar a patrimonialização da festa do santo padroeiro de Barbalha, é preciso começar identificando os diversos sujeitos envolvidos na elaboração do Dossiê de Registro, de modo a tornar mais compreensível o papel dos agentes que participaram direta e indiretamente de sua produção. Nesse sentido, ao consultar a ficha técnica desse documento, verifica-se que toda equipe responsável pela aplicação do INRC possuía vínculos institucionais e/ou acadêmicos com a URCA: os coordenadores do trabalho (dois historiadores e uma antropóloga, em momentos distintos do processo), os consultores (um geógrafo e um sociólogo) e os pesquisadores bolsistas (oito graduandos dos cursos de licenciatura em História e Geografia). As imagens que ilustram o texto foram registradas em diferentes momentos históricos (entre as décadas de 1940 e 1970 e os anos 2000) por profissionais contratados pelo órgão de preservação do patrimônio e também por um pároco da cidade de Barbalha. A revisão

final do trabalho ficou sob a responsabilidade de profissionais ligados à superintendência do Iphan/CE (dois técnicos e uma consultora).

O texto do dossiê descritivo contém mais de duzentas páginas e está dividido em três capítulos, estruturados do seguinte modo: o capítulo inicial, “Identificação”, demonstra aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos e culturais da cidade de Barbalha, seguido de tópicos que descrevem os principais bens culturais integrantes da Festa do Pau da Bandeira; o capítulo seguinte, “O bem cultural como objeto de registro”, elenca alguns aspectos da celebração que justificariam o seu reconhecimento como patrimônio cultural; o último capítulo, “Recomendações de Salvaguarda”, apresenta subsídios para a elaboração do plano de salvaguarda da celebração.

Feitas essas observações, penso que duas questões merecem ser postas para reflexão acerca da produção social do referido documento. A primeira remete à dimensão de sua própria escritura, indicador importante para pensar a narrativa que informa e as apropriações que conformam sentidos patrimoniais aos festejos de devoção a Santo Antônio em Barbalha. Assim, observa-se a indicação presente na ficha técnica do Dossiê de Registro de que o trabalho de redação dos textos ficou a cargo da equipe formada pelos servidores técnicos Igor de Menezes Soares e Ítala Byanca M. da Silva, ambos historiadores de formação, e o bolsista estagiário em História Elionardo Saraiva. Portanto, foram esses os indivíduos identificados como produtores de narrativas patrimoniais (CHUVA, 2012) acerca da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, falando em nome da superintendência estadual do Iphan e por ela sendo respaldados para fundamentar a instrução técnica do processo de registro da Festa, julgado pertinente pela Câmara Técnica do Patrimônio Imaterial e aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Mesmo reconhecendo as implicações do envolvimento institucional sobre o processo de produção do texto, os técnicos do Iphan/CE se declararam comprometidos com uma prática singular de escrita, qual seja, aquela que busca seguir os procedimentos específicos da pesquisa histórica:

E assim, em meio aos instrumentos, às políticas que nos conformam o cotidiano da atividade técnica, própria de um órgão público cuja função é a preservação do patrimônio cultural, percebemo-nos, por vezes, camuflados de técnicos, enrijecidos pelo rigor de legislações e orientações jurídicas, administrativas que se chocam brutalmente com os profissionais que trazemos para além da função técnica; afinal, não

há uma mera fantasia e uma vestimenta que nos tornem historiadores; somos, tão simples assim; e é sempre um alívio saber que a única rigidez que nos apetece leva-nos ao rigor do método, do uso das fontes e da escrita, e é bom que assim seja (IPHAN, 2015, pp. 17-8).

As ponderações sobre o desafio de produzir um documento que fosse algo mais que um relatório tecnicista, não somente um rico e bem fundamentado histórico das práticas culturais contempladas nos festejos de Santo Antônio, trazem à tona uma segunda questão, esta, por sua vez, referente ao lugar do historiador nas lides do patrimônio. Afinal, o exercício de sua função no campo do patrimônio cultural não apenas indica a ampliação das áreas de atuação para esse profissional, como também aponta para sua participação em um diálogo interdisciplinar que demanda assumir posições e necessita manter suas especificidades (GUILLEN, 2014). Não sendo tão simples o encaminhamento das resoluções sobre essa problemática, há que se ressaltar ainda a dimensão política e social da inserção dos historiadores nesse tipo de trabalho, uma vez que ela reclama contribuições para a produção das identidades culturais que são marcadas por olhares do presente sobre o passado, portanto, decorrentes de escolhas social e historicamente situadas.

Analisando esse aspecto, Antônio Gilberto Ramos Nogueira apresenta a categoria do “historiador inventariante”, alusão ao “antropólogo inventariante” de que fala Isabela Tamaso em leitura crítica sobre a “responsabilidade social dos pesquisadores e técnicos” (apud NOGUEIRA, 2014, p. 61) nos trabalhos fundamentados pela metodologia do INRC. Nessa perspectiva, o “historiador inventariante” utilizaria os instrumentos que fundamentam a institucionalização do patrimônio cultural como ferramenta para produzir evidências de continuidade histórica de determinados aspectos da cultura e da memória que se quer preservar, tornando a história “fiadora” de processos que conferem o status de patrimônio aos bens culturais de natureza material ou imaterial, sendo “acionada com o objetivo de identificar os processos históricos e culturais de sua criação e situa-las no tempo e no espaço” (IBIDEM).

Como os historiadores profissionalmente vinculados ao Iphan/CE foram requeridos nos processos de registro da festa de Santo Antônio pela natureza de sua atuação técnica, penso que eles também podem ser vistos como *inventariantes*, uma vez que o texto do Dossiê de Registro corresponde ao trabalho de sistematização dos dados levantados pelo INRC que, em alguns momentos, eles mesmos

acompanharam. Ademais, seja pela própria compreensão de história que permeia a metodologia do dossiê, seja pela disposição profissional de compreender a dinâmica histórica do bem cultural alvo do processo de patrimonialização, os historiadores-técnicos que produziram o referido documento sabiam-se participantes de uma decisão política (CHUVA, 2012, p. 11) e reconheceram o papel que desempenhavam como agentes ativos no trabalho norteador das ações de registro do bem cultural em pauta:

[...] a cada passo que dávamos visando a encaminhar ações cujos propósitos referiam-se ao processo de registro da festa no livro das Celebrações, sentíamos a plena necessidade de ampliar nossa visão de forma a torná-la não mais restrita ao plano do movimento ritualístico, da narrativa pré-concebida daquilo que se espera sobre a Festa do Pau da Bandeira. A festa, portanto, nos exigia um tanto mais de acuidade e, sobretudo, reflexão acerca de nossas ações, como historiadores e técnicos ligados a uma instituição cujos objetivos traçados aludem sobretudo à preservação, promoção e salvaguarda do patrimônio cultural.

As distintas reuniões de que participávamos [com a comunidade detentora do bem] nos indicava claramente outra dinâmica alusiva à festa; os conflitos emergiam e se aproximavam, evidenciando-nos as disputas, os desejos e ânsias que visualizavam o poder de dar corpo e significado àquele evento. De certo modo, conforme nos percebíamos como parte ativa em um processo de reconfiguração da festa, já que estávamos a discutir e empreender ações com vistas ao registro daquela manifestação, passávamos, pouco a pouco, a compreender que, de um modo geral, as festas necessariamente apresentam outra face, nenhum pouco menos relevante, quando pensamos em sua legibilidade (IPHAN, 2015, p. 10).

Solicitados a responder as demandas de reconhecimento da Festa do Pau da Bandeira como patrimônio cultural do Brasil, nota-se que esses sujeitos deixaram assinalada a proveniência de seu discurso, querendo demonstrar que, se existia um fio condutor nesta multiplicidade de interesses, ele mantinha uma relação específica com o discurso histórico.

É claro que, no funcionamento das engrenagens do fazer historiográfico, tal discurso não esteve desvinculado do lugar no qual foi produzido, pois como ensina Michel de Certeau, “a escrita da história se constrói em função de uma instituição” (1982, p. 66). A sentença é válida para os argumentos justificadores do registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, ainda mais quando o Dossiê de Registro não foi dirigido a quem produz ou faz parte da manifestação.

Em função do fim específico de fundamentar e justificar a legitimidade do registro da celebração, nota-se no texto do Dossiê a prevalência do discurso oficial que definiu os parâmetros de elaboração do documento⁸⁷, o que significa dizer que no conjunto de todos os indivíduos investidos da autoridade de fala sobre a manifestação, foi o Iphan – enquanto instituição agenciadora de saberes voltados às ações de proteção e preservação do patrimônio cultural –, quem deteve sua titularidade⁸⁸.

Essa observação de modo algum implica a suposição de um caráter acessório no trabalho dos redatores do Dossiê de Registro, até porque a diligência de elaboração crítica do texto pode ser notada na forma como o tema foi abordado pelos diversos prismas. A despeito de ser expressamente definido como “um recorte da festa” (IPHAN, 2015, p. 51), há no referido documento espaço para fala de uma diversidade de sujeitos, manifestos nos apontamentos de documentos oficiais, na transcrição de depoimentos orais, em reproduções de registros fotográficos e das notícias veiculadas pela imprensa nos seus mais variados suportes, além das referências aos trabalhos acadêmicos cujo objeto de discussão é o ritual e suas práticas, produzidos em distintas áreas do conhecimento.

Não obstante a pluralidade de sujeitos que falam sobre a manifestação, a interpretação de seus discursos deu-se através dos filtros de seleção próprios às demandas daqueles que postulavam o Registro da festa, seguindo as definições da resolução normativa atinente a este processo. Ainda que não seja possível afirmar certa hierarquização das falas nesse documento – porque constata-se uma ânsia de construção dos argumentos com base no registro das mais diversas falas –, cabe a observação de que os detentores dos bens culturais considerados no Dossiê de Registro como passíveis de patrimonialização acabaram ocupando uma posição secundária no conjunto do texto. Poucas são as ocasiões em que eles comparecem

⁸⁷ Conforme artigo 11 da Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2006, que trata dos procedimentos a serem observados na instauração do processo administrativo de Registro. Ver: IPHAN. *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: 4. ed, 2006. pp. 35-9.

⁸⁸ Essa formulação está respaldada nas elaborações de Michel Foucault sobre a análise do discurso, sobretudo quando ele destaca a necessidade de prestar atenção ao sujeito enunciativo para compreender o encadeamento de sentidos na construção discursiva. Diz ele: “Quem, no conjunto de todos os indivíduos-que-falam, está autorizado a ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos e de quem, em troca, recebe, senão sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o estatuto dos indivíduos que têm - e apenas eles - o direito de regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso?” Cf.: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 65.

com falas que “traduzem” os sentidos que atribuem às práticas a que estão vinculados, sejam elas relativas aos aspectos religiosos ou folclóricos da festa. De modo geral, tais indivíduos são referenciados como forma de contextualizar historicamente alguns elementos da celebração, descrever o papel de determinadas manifestações na (re)configuração da festa, ressaltar tensões entre os grupos que participam dos eventos culturais ou destacar aproximações de seus interesses.

O caso dos carregadores da árvore que servirá de mastro para a bandeira do orago pode ser usado como exemplo indicativo dessa condição, porque apesar da evidente preocupação dos autores em apresentá-los como protagonistas do ato que inaugura os festejos a Santo Antônio, não se observa um discurso proveniente desses sujeitos no que diz respeito aos sentidos que eles próprios constroem para o ato devocional do carregamento, ficando a cargo dos produtores do dossiê fazer a interpretação e a síntese dos sentidos elaborados por seus praticantes, conforme demonstra a citação dos seguintes trechos:

[...] todos os esforços desempenhados ao longo do processo de carregamento, para além dos significados que envolvem as relações e as distinções entre os grupos sociais que conformam a sociedade barbalhense, buscam principalmente reafirmar o ciclo devocional prestado ao santo padroeiro da cidade, conferindo certa estabilidade necessária no que concerne à relação entre esses indivíduos e o seu mundo envolvente, permitindo maior compreensão e aceitação para o que lhes ocorre na vida, de maneira que possam então prosseguir adiante.

Todo o cortejo do pau da bandeira evoca a noção de devoção e sacrifício em torno do santo padroeiro. Centenas de homens levando em seus ombros o peso, a dor, o risco de morte, a fim de garantir e reforçar a relação do santo e de seus devotos torna a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, em Barbalha, um evento singular. O cortejo, portanto, além de pôr em evidência um grupo social que pouca visibilidade tem, já que a maioria dos carregadores é composta por homens oriundos de classes mais populares, e que durante a carrega do pau passam a exercer uma função protagônica [sic] ao longo do evento mais relevante da cidade, não resta dúvidas de que é uma ocasião na qual os laços com o santo padroeiro se renovam. E, para além de uma integração social, ocorre uma proximidade entre o meio natural e o meio urbano, entre o tradicional e o moderno, garantindo uma espécie de comunhão simbólica, que evidentemente envolve pessoas e os diferentes espaços da cidade (IPHAN, 2015, pp. 79 e 198).

Decerto tais argumentos apontam o modo cuidadoso pelo qual os técnicos do Iphan definiram os sentidos relativos aos elementos simbólicos do ritual de

carregamento do pau da bandeira, mas eles correspondem a uma apropriação discursiva dos carregadores pelos produtores do documento em análise. Uma explicação plausível para a questão aqui levantada tem a ver menos com omissão de fala dos sujeitos e mais com uma opção metodológica do INRC, instrumento utilizado para embasar a escrita do Dossiê de Registro. Ora, certamente essas falas aparecem nas fichas e questionários utilizados no processo de identificação dos bens que perpassam o fazer cultural relativo ao conjunto da celebração, mas considerando que por princípios teóricos e metodológicos tais fichas foram utilizadas como fontes para o dossiê, é razoável supor uma incorporação do discurso dos entrevistados, o que equivale a dizer que os técnicos do Iphan fizeram a leitura dos aspectos não determinados pela materialidade dos bens e os definiram como elementos moduladores da existência dos carregadores, costurando o tecido de suas presenças no mundo. Penso, então, que esse aspecto coloca em evidência a predominância de um discurso institucional cujos efeitos consagram o Iphan como lugar de fala hegemônico nas práticas de invenção do patrimônio cultural nacional (CHUVA, 2012b, p. 67).

Outro traço recorrente no texto do Dossiê de Registro, usado como reforço dos argumentos em favor da patrimonialização da Festa do Pau da Bandeira, diz respeito ao papel da celebração como um recurso turístico permeado de conotações simbólicas que demarcariam culturalmente a identidade regional:

É irrefutável a forte relação existente entre a ideia de uma identidade cultural barbalhense e a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio. Não temos a menor dúvida de que é um tanto perigoso falarmos de maneira tão abrangente sobre uma sociedade complexa, como é a sociedade barbalhense, e a concepção de uma identidade cultural referente a indivíduos e grupos sociais, que se distanciam e se aproximam a depender dos ângulos e das frestas a partir de onde e por onde se resolve observar. No entanto, no período dos festejos dedicados ao santo padroeiro de Barbalha, Santo Antônio, a cidade e a população local ficam imersas de tal modo nas atividades festivas que nos parece mais simples a compreensão de que a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, que é a principal festa da cidade - aquela que registra números mais vultosos no que concerne a expectadores, investimentos realizados e decerto recursos arrecadados - de forma alguma se limita a um ou outro determinado grupo social. A referida festa, portanto, dinamiza setores vários da cidade, permitindo-lhes sobremodo a conjugação de experiências que lhes remetem a ideia de origens, destinos e percursos comuns [...] (IPHAN, 2015, p. 196).

Definida como ocasião de confirmação dos laços de identidade e de conformação dos lugares simbólicos através dos quais seriam veiculados os valores de solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, a festa em louvor ao santo padroeiro foi descrita em grande parte do texto desse documento a partir de sua interação com a atividade turística, corroborando as premissas de diferentes estudos sobre a celebração que tentaram tornar consensual a relevância do turismo como prática mantenedora de elementos expressivos da identidade cultural local:

A dimensão que ganhou a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, ao longo da segunda metade do século XX, uma vez que tal festejo vem ultrapassando as fronteiras locais, em face à grande repercussão midiática que provoca e também pela grande quantidade de pessoas que mobiliza e atrai - como pesquisadores, jornalistas e turistas curiosos -, reforça um sentimento identitário, que integra e alimenta a cada ano a ideia de que aquele evento é uma referência para o reconhecimento identitário dos comuns, que são os habitantes, o povo de Barbalha. [...] A atratividade da festa, para além das fronteiras de Barbalha, concebe e reforça um sentimento de inclusão por parte da população barbalhense (IDEM, pp. 196-7).

Na contextualização histórica de seu entrelaçamento com o turismo, os produtores do Dossiê de Registro referenciam vários estudiosos que defendem a tese de (re)estruturação da festa mediante interferência direta do poder público municipal na segunda metade do século XX. Dali em diante, a prefeitura de Barbalha teria se dedicado ao esforço de tornar as homenagens a Santo Antônio num evento espetacular, institucionalizado como celebração da identidade local e transformado “cada vez mais um ‘espetáculo de consumo’, em vez de um ‘espetáculo de devoção’” (IBIDEM, p. 64). Os estudos que serviram de fundamento aos argumentos apresentados no Dossiê afirmam que o processo de modernização da festa teria dotado a celebração de múltiplas funções, para as quais concorreu o turismo nos trabalhos de atualização dos seus significados no mercado de bens simbólicos, transformando, recriando e transmitindo novos sentidos para os elementos culturais presentes nos festejos.

Inicialmente as mudanças ocorridas em torno da festa não teriam motivações econômicas, posto que o chamado processo de “carnavalização” da celebração (SOUZA, 2000), com contornos que seriam datados entre as décadas de 1940 e 1950, estaria vinculado mais o caráter transgressor das práticas prescritas pela Igreja Católica, por parte dos segmentos populares, como o consumo de bebida alcoólica

no percurso do cortejo de carregamento do pau da bandeira, por exemplo. Argumenta-se ainda que a ampliação dos festejos para além do domínio religioso seria decorrente de uma abertura estrategicamente consentida pelos grupos sociais da elite local “de forma a garantir certo controle sobre o desenvolvimento e organização da festa” (IPHAN, 2015, pp. 56-7).

Adotando sem muitas problematizações a periodização proposta nos anos 2000 pelo historiador Océlio Teixeira de Souza⁸⁹, os produtores do Dossiê de Registro da Festa de Santo Antônio de Barbalha apontam a década de 1970 como momento no qual a “folclorização” teria exercido forte influência sobre os festejos dedicados a Santo Antônio. Esse movimento seria marcado pela inserção dos grupos folclóricos locais na programação da festa, mormente no dia do carregamento do pau da bandeira, nas horas que antecedem o seu hasteamento, quando é realizado um cortejo dos grupos de reisado, bandas cabaçais, penitentes, entre outros. Conforme afirmado no texto do Dossiê, a estruturação do “desfile folclórico” correspondeu a uma estratégia de superação da crise econômica do município – cujo ramo principal assentava-se sobre a produção e o comércio de açúcar e rapadura – pela via da atratividade turística:

O desfile dos grupos folclóricos, portanto, foi uma das mudanças instituídas pela Prefeitura Municipal de Barbalha, a partir de 1973. A lógica era incentivar ‘resgatando e preservando’ as manifestações de tais grupos, promovendo a visibilidade da festa, de maneira a atrair o maior número de visitantes à cidade. O Prefeito Fabriano Livônio Sampaio, idealizador do desfile de folguedos durante a festa, [...], pretendeu dar uma nova roupagem ao evento, ‘transformando-a num evento turístico-religioso’ (IPHAN, 2015, p. 63).

Uma das medidas encaminhadas a fim de permitir que as manifestações folclóricas pudessem ocupar centralidade e relevância nos festejos, foi o

⁸⁹ Na sua dissertação de mestrado, o referido historiador apontou três momentos que seriam relevantes para a compreensão da configuração dos festejos. No primeiro, entre os anos 1928 e 1940, haveria a predominância do aspecto religioso da festa, marcado pela introdução dos rituais de corte e carregamento do mastro destinado ao hasteamento da bandeira de Santo Antônio; o segundo momento seria definido no espaço entre as décadas de 1940 e início dos anos 1970, quando ter-se-ia iniciado o processo de “carnavalização” da festa, com a sobreposição dos interesses profanos sobre os sagrados; a terceira fase, por ele chamada de “folclorização”, teria se iniciado em 1973, quando o poder público municipal investiu na participação dos grupos folclóricos no dia de abertura dos festejos com vistas a atrair um maior público visitante. Esta fase, com as transformações que se sucederam, teria definido a festa nos moldes como ela é atualmente. Cf: SOUZA, Océlio Teixeira de Souza. *A festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha (CE): entre o controle e autonomia (1928-1988)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

estabelecimento do início da celebração num dia de domingo, de modo a garantir o deslocamento dos visitantes até Barbalha. Segundo consta no Dossiê, antes da “folclorização”, a festa poderia começar em qualquer dia da semana (IDEM, p. 108), mas o uso turístico do folclore – associado à função de complementaridade econômica –, tornou possível uma série de mudanças na configuração da festa do padroeiro, dali em diante alçada ao posto de evento gerador de divisas para o município, com a preocupação e o objetivo de fazer com que Barbalha tivesse “sua imagem associada à cultura e ao património cultural e ser transformada em um importante polo de turismo na região” (IBIDEM, p. 106).

Sobre a presença dos grupos folclóricos no primeiro dia da festa do padroeiro de Barbalha, o texto do Dossiê informa:

A presença de tantas cores e a diversidade implementada pela multiplicidade de formas de expressão que caracterizam o dia do carregamento não é algo espontâneo, embora em outros tempos tenha sido motivado então exclusivamente pela vontade e necessidade dos membros dos grupos culturais em expressar sua fé e devoção ao santo padroeiro. A presença de tais grupos no dia do carregamento, conferindo diversidade e outras temporalidades à cidade refere-se a um dos elementos da festa, concebido e organizado pelo poder público com vistas a se tornar um dos principais atrativos para o crescente número de turistas que deveriam chegar à cidade a fim de acompanhar o cortejo (IDEM, p. 60).

Assim como há, nas considerações do Dossiê de Registro, a constatação das intenções políticas de dar mostras de grandeza dessa celebração, com o governo municipal organizando a programação dos festejos e definindo o modo de participação dos grupos populares – com objetivo de fazer a festa crescer não apenas em número de participantes, mas também em arrecadação –, nota-se ponderações que indicam como, ao longo dos anos, essa intervenção dependeu também da negociação estabelecida com os grupos que integram as expressões culturais exibidas no cortejo, dando destaque à percepção de que os grupos de reisado, coco, penitentes e bandas cabaçais não estiveram alheios à tendência de “folclorização” da festa, e que teriam consciência dos seus papéis na “construção do discurso turístico de Barbalha como ‘celeiro da cultura’” (IBIDEM, p. 117):

[...] é interessante observar como a maioria dos grupos que participam do desfile compartilham da ideia de que aquele momento é estratégico como forma de obter visibilidade junto ao poder público e à imprensa,

capitalizando o máximo possível nessa economia das trocas simbólicas que o desfile dos grupos de folguedos instituiu na Festa de Santo Antônio. [...] a partir da criação do desfile – sugestão que pode ser estendida também a outras expressões culturais, foi estabelecida uma rede de interdependência entre os grupos e o poder municipal, na qual a municipalidade lucra a partir da imagem de ‘cidade patrimônio’ que Barbalha passou a possuir, e das receitas advindas das mais de 350 mil pessoas que a visitam no dia do Desfile dos Grupos de Folguedos e do Carregamento do Pau da Bandeira. Já os grupos passam a ser tutelados e protegidos pelo poder municipal, [...] não sendo observados com tanta estranheza [...]. Esses conseguem manter uma agenda de apresentações durante o ano mediada pela SECTUR [Secretaria Municipal de Cultura e Turismo], que passa a ser a interlocutora dos grupos junto à imprensa, aos pesquisadores e ao próprio Iphan; recebem vestuário e objetos musicais e rituais. Em alguns casos conseguem se legitimar enquanto mestres de um saber tradicional, o que confere um lugar socialmente distinto em suas comunidades e, inclusive, retorno financeiro (IDEM, p. 114).

No texto do Dossiê de Registro, as narrativas de reconfiguração da festa ressaltam a todo momento a condição de “evento turístico” que teria sido conferida aos festejos a partir da presença dos grupos da cultura popular, atribuindo um status diferenciado ao “desfile dos folguedos que tornou a Festa de Santo Antônio, em Barbalha, tão grandiosa e nacionalmente conhecida” (IBIDEM, p. 103), e abrindo um amplo leque de possibilidades para a continuidade da celebração, dentre as quais se inclui o processo de patrimonialização da mesma. Nesse sentido, observa-se a tendência do texto em valorizar o “desfile dos folguedos” como evento espetacular, realimentado através de sucessivas apresentações e merecedor da atenção dos visitantes:

Todos os iniciados na ‘cultura popular’ do Ceará ratificam que a manhã da abertura da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio constituiu-se num verdadeiro catálogo das formas de expressão tradicionais do Cariri cearense. E para quem não conhece a ‘tradicional cultura popular’ do Nordeste, a visita à Barbalha no dia da abertura da festa seria uma excelente forma de conhecer (IDEM, p. 94).

Note-se nesse argumento a tradição como um atrativo à parte. Ela legitima o chamamento turístico, desenvolvendo uma proposta de contato com a “tradicional cultura popular” nordestina que estaria confinada no Cariri, como se aquele fosse o lugar onde seriam encontradas as amostras mais significativas da cultura de toda a região Nordeste. Aliás, os produtores do Dossiê parecem ter uma preocupação constante com o tema da tradição enquanto recurso turístico, por vezes dando a

entender que ele orienta a defesa de preservação dos bens culturais envolvidos na festa:

A festa vai sendo construída na proximidade entre os novos elementos que passam a incorporar a lógica e configuração da manifestação como um grande evento cultural e turístico da cidade de Barbalha, capaz de dar visibilidade ao município, atraindo milhares de pessoas que se deslocam em busca do movimento, das atrações musicais e, sem dúvida alguma, da irreverência das narrativas que garantem o poder milagroso do 'pau de Santo Antônio' [...].

A busca pelo tradicional, e aí referimo-nos às nossas percepções [dos técnicos do Iphan] quando em Barbalha chegávamos a nossas primeiras viagens, não deixa de ser um interesse pelo outro; a idealização do outro localizado em um passado cristalizado em trajes, músicas, rezas, artefatos e determinados movimentos que, a uma certa distância, imprime toda a coerência de uma manifestação que já não se evidencia tão facilmente, sobretudo nos grandes centros urbanos; é como se tais manifestações sobre as quais estamos a falar expressassem valores e interesses que de jeito algum reportam às conformidades da vida urbana, às transformações e velocidade dos avanços tecnológicos, aos individualismos, excessos de consumo e paranoias de uma complexa rede de relações que caracterizam eminentemente a vida contemporânea. [...]. A Festa de Santo Antônio, na medida em que, por sua enorme dimensão, atrai atenções de toda a mídia do Estado, além da mídia de veiculação nacional, como alguns programas de televisão, torna-se um forte elemento de reconhecimento de Barbalha e dos barbalhenses. Durante a festa, o mundo parece convergir seus olhares, que se expressam nas inúmeras câmeras, reportagens e turistas curiosos que indicam claramente o interesse forasteiro (IDEM, p. 16).

Implícita nessa discussão, ou paralela a ela, está a questão do tempo. É como se a festa permitisse realizar a miragem do encontro entre passado, presente e futuro. Um momento de suspensão temporal, para que cada uma das ordens do tempo apresentasse algo relativo a “tesouros” culturais para a multidão que assiste curiosa e interessada a sua passagem, gerando o imediato encontro com a tradição, ela própria tornada elemento identitário, que seria proveniente de uma mesma fonte, partilhando um mesmo traço em comum, definidora de um conjunto de valores acumulados através do tempo, e confirmando sua continuidade histórica. Assim sendo, cada manifestação das culturas populares representaria a unidade regional na diversidade, atraindo olhares de admiração e fascínio que permitiriam a percepção do outro, de uma outra cultura. Esta, por sua vez, encarnaria o patrimônio que, como tal, deveria ser reconhecido e preservado:

Esses motivos já são mais que suficientes para reconhecer tais formas de expressão como integrantes do patrimônio cultural brasileiro através do registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, bem como suscitar uma ação durante a salvaguarda mais intensiva de documentação e diálogo com os detentores desses bens culturais, com ênfase nos Reisados de Couro, de Congo e de Baile, nas Zabumbas (Bandas Cabaçais) e nas Ordens Penitentes – reconhecendo que tais práticas estão presentes em toda a Região Nordeste do país (IPHAN, 2015, p. 124-5).

Decerto, essa solicitação só foi possível pela própria ampliação do conceito de patrimônio cultural, que ao dar ênfase sobre os aspectos imateriais dos bens culturais, possibilitou tornar a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha num bem patrimonializado. Contudo, é preciso ressaltar que a atuação dos produtores do Dossiê de Registro foi fundamental para esse processo, afinal, o patrimônio não existe em si mesmo, sendo resultado de escolhas, seleções e atribuições de valores específicos para a referência cultural de um dado grupo social. Nesse sentido, os técnicos do Iphan/CE atuaram sobremaneira como artífices do processo de patrimonialização da festa. Desempenhando a função de “historiadores inventariantes”, os produtores do texto do Dossiê de Registro cumpriram o papel de *mediadores simbólicos*⁹⁰ entre o Estado, com sua política patrimonial, e a comunidade detentora do bem. Eles podem então ser pensados como agentes de uma operação intelectual que transforma elementos simbólicos em realidade compreensível, sintetizando as dimensões que congregam aspectos tangíveis e intangíveis, para definir a celebração como um evento singular que conjugaria temporalidades distintas, agindo em favor da referência identitária da cidade, mas também de toda uma região.

Trata-se, portanto, de perceber a produção do Dossiê de Registro como algo mais que um exercício técnico de patrimonialização, pois ele aponta na direção de uma importante operação política “para a consolidação de uma determinada história, memória e cultura comuns” (ABREU, 2007, p. 353). Assim, a leitura que os elaboradores do documento empreenderam da festa, ressaltando elementos que lhes parecem “algo além do que um momento comum do calendário religioso” (IPHAN,

⁹⁰ Segundo Renato Ortiz, os mediadores simbólicos são definidos por uma ação politicamente orientada e “confeccionam uma ligação entre o particular e o universal, o singular e o global. Suas ações são, portanto, distintas daqueles que encarnam a memória coletiva. Enquanto esses são especialistas que se voltam para uma vivência imediata, aqueles se orientam no sentido de elaborar um conhecimento de caráter globalizante. [...]. Entretanto, é fundamental entender que essas duas instâncias são distintas, mas não são forçosamente antagônicas. Colocar o intelectual como mediador simbólico implica apreendermos a mediação como possibilidade reinterpretção simbólica”. Ver: ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 139-40.

2015, p. 198) teve importância crucial para a decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, uma vez que este fundamentou sua decisão com base na interpretação daqueles agentes.

É certo que o Dossiê produzido pelos técnicos do Iphan/CE, bem como todo o processo que visou ao registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, necessariamente estabeleceu um diálogo com vasto aparato bibliográfico, narrativo e imagético, porque só assim seria possível referenciar os diversos sentidos atribuídos à manifestação e justificar o seu registro como patrimônio imaterial, mas é preciso reconhecer que, para além da natureza pragmática, ficou evidenciada sua função como objeto de fabricação do patrimônio, pois o Dossiê de Registro reforçou o peso simbólico da celebração e a inseriu num projeto de nacionalização (CHUVA, 2012a, p. 11) cujos esforços para dizer/dar a ver a festa resultou na sua instituição como patrimônio cultural do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando os aspectos de importância do patrimônio cultural para a atividade turística, a intenção deste trabalho foi compreender como tal relação articulou discursos sobre o tempo e representações acerca da identidade cultural no Cariri, considerando que ali a organização do turismo esteve vinculada aos projetos de futuro que indicavam a pertinência da interação com a memória e a cultura, legadas do passado, para o desenvolvimento econômico da região no limiar do século XXI. No entanto, a discussão sobre a conveniência das relações entre turismo e patrimônio cultural mostrou-se particularmente importante antes mesmo desse período, sobretudo a partir da segunda metade do século XX.

Conforme demonstrei no início do trabalho, os discursos de fomento ao turismo produzidos pelos intelectuais locais acompanhavam os movimentos ocorridos dentro e fora do país a favor dessa atividade econômica. Naquele contexto, aventou-se a possibilidade de associação entre folclore, artesanato, natureza e turismo como estratégia de diferenciação cultural, histórica e geográfica da região do Cariri em relação ao restante do Ceará e mesmo do Nordeste. Por essa perspectiva, os bens culturais foram definidos como particularidade locais que se juntavam em nome de uma identidade regional, de fundamental importância para atribuir prestígio simbólico à região.

Ao evidenciar os modos pelos quais a natureza foi concebida como especial atrativo turístico, demonstrei a influência desse discurso na configuração de narrativas que apresentaram o Cariri como lugar de grande potencial para entrar no planejamento das políticas estaduais de turismo. Com isso, imaginava-se criar a oportunidade para a região ser vista, competir com outros lugares, investir na melhoria de infraestrutura, ampliar e diversificar a oferta de produtos e serviços. Ademais, atribuiu-se à natureza o papel de “patrimônio maior do Cariri”, com ênfase nas possibilidades que ela poderia oferecer ao conhecimento da ciência e à geração de alternativas de crescimento econômico local.

Observei, então, que turismo e patrimônio serviram como modos de representar o tempo, fazendo emergir sentidos de identidade e cultura definidos pelo pertencimento a um dado recorte espacial. Todavia, entendo que o patrimônio não é repetição do passado, nem o turismo é antecipação do futuro. Ambos são processos

sociais pertinentes à singularização do presente, estratégias deliberadas de construir tradições pela invenção de práticas e valores sobre as quais os bens culturais tornaram-se instrumentos de fundamental importância para atribuir sentidos de pertencimento a uma realidade imaginada.

Na esteira desse processo, a análise sobre as narrativas contemporâneas acerca desse lugar imaginado, através dos discursos de divulgação turística do Cariri, me permitiu adentrar num universo de representações que demonstraram a tendência de apresentação do turismo e do patrimônio cultural por intermédio de um cruzamento temporal, como se ambos fossem capazes de fazer coincidir passado, presente e futuro na estruturação de roteiros turísticos fundamentados nas noções de cultura e tradição. Quando conveniente, a propaganda turística buscou promover um efeito de ruptura entre as dimensões temporais, para indicar superações e progressos; mas, de modo geral, ela insistiu em garantir o vínculo entre os estratos do tempo para oferecer certificados de origem, estabelecer filiações e dar continuidade histórica capaz de legitimar diversos projetos de patrimonialização na região do Cariri.

Considerando que tais processos de ativação patrimonial não poderiam ter se dado apenas no plano discursivo, destaquei os investimentos de diferentes agentes institucionais na organização da atividade turística do Cariri, para indicar que o patrimônio não é domínio exclusivo de uma ou outra área do conhecimento, muito menos se subtrai às articulações de diversas ordens. Dessa forma, penso que o trabalho conseguiu demonstrar como a partir de significados comuns, mas por modos diferentes de utilizá-los, o fenômeno da patrimonialização esteve ligado a atores plurais, ansiosos em delimitar um espaço específico de representação identitária e aspirando reforçar seu papel de agentes culturais, à custa da qualificação turística de um território e de seu agenciamento patrimonial.

Outra tendência notada neste estudo diz respeito a associação de práticas religiosas devocionais a sentidos festivos, estratégia fundamental para torna-las eventos turísticos. Desse modo, disponibilizavam-se recursos simbólicos para os projetos patrimonializadores investirem em representações de fora para dentro do campo religioso, fazendo com que símbolos e rituais que cercam determinadas manifestações da religiosidade católica no Cariri fossem percebidos como algo mais que práticas associadas ao sagrado, passando a ser vistos também enquanto ocasiões de imersão nas tradições culturais da região.

Cabe destacar que as discussões empreendidas nesta tese tiveram o objetivo de contribuir com ideias para o debate – ainda tímido –, entre o Turismo e a História, sobretudo nos seus envolvimento com o patrimônio cultural. Afinal, a exploração desta temática pode melhorar a compreensão de processos históricos atinentes à configuração das identidades culturais. Nesse sentido, indico algumas possibilidades de pesquisa sobre as múltiplas relações entre turismo e patrimônio cultural no Cariri, considerando que esta tese, por uma série de motivos e interesses, não conseguiu abordar a vasta complexidade do tema.

Seria muito pertinente o aprofundamento das questões levantadas no primeiro capítulo deste trabalho, sobretudo no que corresponde aos usos turísticos do artesanato a partir dos anos 1970, especificamente em Juazeiro do Norte. Naquele momento, foi dada grande ênfase, nos contextos político-administrativo municipal e estadual, ao fomento da produção artesanal como elemento de atração turística. Essas formulações acompanhavam o movimento gestado no âmbito federal, a partir das ações empreendidas pelo Ministério do Trabalho, que elaborou o *Plano Nacional de Desenvolvimento do Artesanato* e firmou um convênio com o Ceará e outros estados da federação para realizar o treinamento de artesãos, criar cooperativas de produção, mapear geograficamente a atividade, entre outras proposições; todas elas com vistas a definir o artesanato enquanto atividade econômica de relevante importância para o crescimento do país.

As fontes consultadas nesta tese sugerem também ser viável a realização de pesquisas sobre a inserção da região do Cariri no planejamento turístico do governo estadual, com destaque para o aproveitamento turístico dos bens culturais de natureza material e imaterial. Vale ressaltar que essa perspectiva do turismo como política de desenvolvimento regional ganhou maior sistematização, por parte do governo estadual, a partir da elaboração, em 1979, do *I Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Ceará*, pesquisa de caráter diagnóstico cuja intenção era definir os meios adequados para a exploração dessa atividade econômica no estado.

No quadro de prioridades estabelecidos pelo governo estadual, Juazeiro do Norte teria primazia no desenvolvimento de programas de aproveitamento do chamado “patrimônio turístico cultural”. Para o estabelecimento dessas prioridades, foram agrupadas três categorias, dispostas na seguinte ordem: 1) Monumentos Histórico-Arquitetônicos, 2) Folclore e Tradições e 3) Acontecimentos Programados. No caso de Juazeiro, a categoria 1 deu destaque aos espaços físicos que guardavam

direta relação com as romarias e o percurso dos romeiros (túmulo do Padre Cícero, Igreja Matriz Nossa Senhora das Dores, Capela do Horto, Museu Padre Cícero, Casa dos Milagres, Via Sacra (Ladeira do Horto), Estátua do Padre Cícero, entre outros). Na categoria 2, a atenção voltou-se para o artesanato em flandres, couro, madeira, cerâmica e outras tipologias, assim como para os folhetos de cordel, o reisado, o maneiro-pau e as bandas de pífano. Já na categoria 3, as romarias foram enfatizadas como elemento prioritário para intervenção e planejamento turístico na região.

Para além desse recorte temporal, outros estudos que abordem o tema do turismo em interface com o patrimônio cultural são igualmente possíveis e necessários. Pode-se desenvolver uma análise sobre as tentativas de consolidação do segmento religioso do turismo na cidade do Crato, por exemplo. Ali, a construção de uma estátua de Nossa Senhora de Fátima, no ano de 2014, com recursos do tesouro estadual, tentou se constituir em fator de atração para o turismo, no embalo do crescente e constante fluxo de romeiros em direção a Juazeiro do Norte. A construção da estátua esteve envolvida em várias polêmicas e as obras de execução do monumento foram embargadas diversas vezes pelo Ministério Público. A despeito de ter sido pensada para incrementar o turismo religioso na região, essa proposta parece não ter sido exitosa. No ano seguinte a inauguração, moradores da área onde a imagem foi construída denunciaram à imprensa a precariedade da infraestrutura de acesso ao monumento e a falta de manutenção da estátua, enquanto os comerciantes estabelecidos nas proximidades do local se diziam prejudicados por não haver movimentação de visitantes, o que impossibilitava a prosperidade dos negócios.

Por outro lado, um olhar mais demorado sobre a Exposição Centro Nordestina de Animais e Produtos Derivados, nome oficial do evento anual conhecido como ExpoCrato, pode indicar inúmeras tentativas de organização do chamado *turismo rural* naquele município; assim como a estruturação de empresas que investem em construção de pacotes turísticos que oferecem passeios em trilhas ecológicas, sob o nome de *turismo de aventuras ou de natureza*, sugerem várias possibilidades de pesquisa.

Por fim, gostaria de indicar a necessidade da realização de estudos que tenham a preocupação em analisar os próprios pedidos de registro de um determinado bem cultural de natureza imaterial. Afinal, uma década e meia depois do registro da arte *kusiwa* – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi –, dos índios do Wajãpi do Amapá, em maio de 2002 tornado o primeiro bem imaterial brasileiro inscrito num dos livros

de registro, o dos *saberes*, os pesquisadores do campo do patrimônio já possuem reflexões teóricas e metodológicas suficientemente maturadas para discutir o assunto.

Penso que ao observar o processo que instrui o registro de um bem cultural, estas pesquisas devam, sim, evidenciar as apropriações das políticas patrimoniais por parte da comunidade detentora do bem; mas também é salutar perceber o processo de produção dos documentos que visam atestar a referência cultural do bem submetido à avaliação do Conselho Consultivo do Iphan, entendendo que essa documentação possui relevada importância para a compreensão dos processos de atribuição de sentidos aos bens culturais, pois, embora o registro e o tombamento sejam medidas administrativas fundamentais para a preservação do bem, sabe-se que eles, por si só, não conferem valor cultural ao bem submetido ao processo de patrimonialização. Nesse sentido, um estudo mais demorado sobre documentos como dossiê de registro não apenas possibilita o acesso a informações valiosas acerca dos bens culturais, como também dá indícios do lugar ocupado por distintos sujeitos nas narrativas de fabricação do patrimônio.

Acredito que as problemáticas aqui suscitadas podem resultar em trabalhos que ratifiquem a relevância da discussão das relações entre história, memória e identidade para a reflexão sobre a historicidade do patrimônio cultural.

FONTES

1. PERIÓDICOS

Anuário do Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

REVISTAS: Aspectos (1967), A Província, (2005), A Região (1971,1984), Itaytera (1961, 1977, 1984, 1987, 1990), Mostra Sesc Cariri de Culturas, (2013, 2014).

JORNAIS: A Ação (1967- 1975), Diário de Pernambuco (agosto de 1976), Jornal do Cariri (2002-2004), Flor do Piqui (2004), Folha de Juazeiro (1969) Gazeta de Notícias (1969), O Povo (1968), Tribuna do Cariri (1970,1971).

Diário do Nordeste (2004/2015, online):

Barbalha resgata terreiradas (26/11/11). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/barbalha-resgata-terreiradas-1.774046>

Balanco da Mostra Sesc no Cariri provoca bate-boca (05/12/13). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/balanco-da-mostra-sesc-no-cariri-provoca-bate-boca-1.789272>

Caldeirão será revitalizado (28/02/2009). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/caldeirao-sera-revitalizado-1.692631>

Cariri aposta no geoturismo (20/08/15). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/suplementos/tur/cariri-aposta-no-geoturismo-1.1365845>

Cariri Garden Shopping inaugura expansão de área (26/06/12). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/cariri-garden-shopping-inaugura-expansao-de-area-1.511361>

Crato é a “Capital da Cultura” (11/03/04). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/crato-e-a-capital-da-cultura-1.443743>

Estátua de Padre Cícero espera por tombamento (06/10/2010). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/mobile/cadernos/estatuade-padre-cicero-espera-por-tombamento-1.571889>

Festa é mantida com impasse (22/05/07). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/festa-e-mantida-com-impasse-1.705641>

Geopark Araripe pode perder selo da Unesco (05/01/09). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/geopark-araripe-pode-perder-selo-da-unesco-1.581875>

Iphan quer tombar Estátua do Padre Cícero (10/07/10). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/iphan-quer-tombar-estatua-do-padre-cicero-1.340237>

Obras na Estátua de Padre Cícero iniciam próxima semana (02/06/2011). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/obras-na-estatua-de-padre-cicero-iniciam-proxima-semana-1.417022>

Potencial turístico de Juazeiro (03/10/09). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/potencial-turistico-de-juazeiro-1.468551>

Reforma na Rua do Horto divide opiniões (18/03/08). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/reforma-na-rua-do-horto-divide-opinioes-1.647559>

Romeiros visitam pia batismal do Padre Cícero (15/09/2005). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/romeiros-visitam-pia-batismal-do-padre-cicero-1.203560>

Será iniciada licitação para Parque Histórico (17/03/09). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/sera-iniciada-licitacao-para-parque-historico-1.719452>

Terreno do Sítio Caldeirão está sob ameaça de invasão (18/05/13). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/terreno-do-sitio-caldeirao-esta-sob-ameaca-de-invasao-1.135236>

Tradição e modernidade marcam polêmica (26/05/07). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/tradicao-e-modernidade-marcam-polemica-1.715549>

Vaticano exclui Juazeiro do turismo religioso no Brasil (08/12/10). Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/vaticano-exclui-juazeiro-do-turismo-religioso-no-brasil-1.717723>

2. GUIAS E FOLDERES DE DIVULGAÇÃO TURÍSTICA

Apaixone-se pelo Crato. Informativo da Expresso Guanabara, ano XVIII, nº 132. Fortaleza, julho de 2015.

Barbalha: terra da cultura, turismo e tradição. Prefeitura Municipal de Barbalha, 2011.

Barbalha: turismo, cultura e belezas naturais. Prefeitura Municipal de Barbalha, Secretaria de Cultura e Turismo, 2013.

Cariri: Patrimônio cultural do povo brasileiro, Fortaleza: IPHAN, [s.d].

Crato: caminhos da fé. Prefeitura Municipal do Crato: Secretaria de Cultura, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, 2014.

Crato: a cultura vive aqui. Prefeitura Municipal do Crato: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, 2014.

Esse ano Barbalha vai matar a pau. Barbalha: Eventus Produções e Publicidade, 2003.

Folheto Turístico da Cidade de Juazeiro. Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, [s.d].

Geopark Araripe: Histórias da Terra, do Meio Ambiente e da Cultura. Crato: Geopark Araripe, 2012.

Guia Turístico e Social – Cariri: A Fortaleza do Ceará, julho de 2008.

Guia Turístico Cultural do Ceará. Fortaleza: Terra da Luz, 2006.

Guia de Gastronomia. Juazeiro: Abrasel Cariri, 2015.

Juazeiro tem o Padre Cicero e muito, muito mais. Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, 2011.

PROCRATUR- Programa Crato Turístico. Prefeitura Municipal do Crato: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, 2015.

RODRIGUES, Estevão. *Guia Turístico de Juazeiro,* Juazeiro do Norte, 2000.

3. DOCUMENTOS DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

CEARÁ. Secretaria da Infraestrutura. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Juazeiro do Norte.* Fortaleza: Consórcio VBA/Espaço Plano, 2000.

_____. Secretaria da Cultura. *Plano Estadual da Cultura 2003 a 2006: valorizando a diversidade e promovendo a cidadania cultural.* Fortaleza, 2003a.

_____. Secretaria do Planejamento. *Plano de Governo 2003-2006. Ceará cidadania: crescimento com inclusão social.* Fortaleza, 2003b.

_____. Secretaria do Turismo. *Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico no Ceará (2004-2007).* Fortaleza, 2004.

_____. Secretaria das Cidades. *Geopark Araripe: Histórias da Terra, do Meio Ambiente e da Cultura.* Crato: Universidade Regional do Cariri, 2012.

4. DOCUMENTOS DO GOVERNO FEDERAL

BRASIL, Ministério do Turismo. *Plano Nacional do Turismo. Diretrizes, Metas e Programas.* 2003 – 2007. Brasília, 2003.

_____. *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Cultural*. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. *Programa de Regionalização do Turismo – diretrizes*. Brasília, Ministério do Turismo, 2013.

_____. *Manual para o desenvolvimento e a integração de atividades turísticas com foco na produção associada*. Brasília, 2011.

_____. *Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – Resumo Executivo*. Brasília, 2010.

_____. *Documento Referencial Fórum Nacional das Cidades Históricas e Turísticas*. Brasília, Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL, Ministério da Cultura. IPHAN, Superintendência do Ceará. *Dossiê de Registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha*. Fortaleza, 2015.

IPHAN. *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: 4. ed, 2006.

MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, 1980.

II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975–1979). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF

5. OUTRAS PUBLICAÇÕES

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Aspectos socioeconômicos do artesanato nordestino*. Fortaleza: ETENE/BNB, 1958.

Diagnóstico das Potencialidades Turísticas do Crato. Crato: Faculdade de Ciências Econômicas do Crato, 1975.

RIOS, José Arthur [et al]. *Artesanato e desenvolvimento: o caso cearense*. RJ: SESI, 1962; RABELLO, Sylvio. *Os artesãos do Padre Cícero*. Recife: IJNPS, 1967.

SOARES, Douracy. *O Cariri – Crato-Juazeiro do Norte. Estudo de Geografia Regional*. Crato, Faculdade de Filosofia do Crato, 1968.

II Seminário de Desenvolvimento do Sul do Ceará. Trabalho da comissão técnica: planejamento urbano, 1976.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. *Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional*. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca. *Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história*. Editora Civilização Brasileira, 2007.

ABUMANSSUR, Edin Sued (org.). *Turismo religioso: ensaios antropológicos sobre religião e turismo*. Campinas: Papirus, 2003.

AGUIAR, Leila Bianchi. *Estado, turismo, cultura e desenvolvimento: organização empresarial e a construção do consenso sobre a importância do turismo para o Brasil*. In: VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura, 2010.

_____ ; CHUVA, Marcia. *Institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e na Argentina e suas relações com as atividades turísticas*. Antíteses. v. 7, n. 14, p. 68-93, jul. - dez. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/18689/15604>

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste: 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.

ALCÂNTARA, Lúcio. *O Ceará e sua estratégia de desenvolvimento*. In: *III Conferência Investe Nordeste Brasil Nordeste: o lugar certo para investir*. Painel: Políticas Estaduais para atração de investimentos. Banco do Nordeste. Fortaleza/CE. 09 de julho de 2004. Disponível em: <http://www25.ceara.gov.br/upload/noticias/BANCO%20DO%20NORDESTE.2.pdf>

ALMEIDA, Maria Geralda de. *O turismo nos meandros das cidades contemporâneas*. Trajetos, Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. V,04, n.07. Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2006.

_____. *Paradigmas do turismo*. Goiânia: Alternativa, 2003.

ALMEIDA, José Robson Maia de. *Mostra Sesc Cariri de Culturas 2014: perfil do público*. Fortaleza: UFCA/SESC, 2015.

AMADO, Janaína. *História e região: reconhecendo e construindo espaços*. In: SILVA, Marcos Antonio da. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

AMARAL FILHO, Jair do. *Capital social, cooperação e alianças entre os setores público e privado no Ceará*. In: *Políticas públicas e sociedade: revista do mestrado*

acadêmico em políticas públicas e sociedade da Universidade Estadual do Ceará, v.1, n.6, p. 23-39, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1078>
ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

ARAGÃO, R. F.; OLIVEIRA, C. D. M. *Ascensão e Decadência de um Patrimônio Turístico-Religioso, o Luzeiro do Sertão*. Revista Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 121-138, set./dez. 2013.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *História do turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX: viagens, espaço e cultura*. São Paulo: Manole, 2012.

BANDUCCI JR; BARRETO, Margarida (orgs). *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papirus, 2001.

BARBALHO, Alexandre. *A modernização da cultura. Políticas para o Audiovisual nos Governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes (Ceará, 1987 - 1998)*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2005.

_____; MATTOS, Fabrício. *Pontos de cultura e de cidadania: relações entre Estado, cultura e sociedade na Era Lula*. In: ABDELHAFID, Hammouche; MARQUES, Kadma. *Práticas de cultura: contribuições franco-brasileiras para uma sociologia da arte e das políticas culturais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011, p.75-87.

BARREIRA, Irllys. *Cidades narradas – memória, representação e práticas de turismo*. Campinas: Pontes Editores, 2012.

_____. *A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio*. Sociologias [online]. 2003, n.9, pp. 314-339.

BARRETO, Margarida. *Manual de Iniciação ao estudo do turismo*. Coleção Turismo. Campinas: Papirus, 1995.

BELMINO, Silvia Helena. *Sinta na pele esta magia: propaganda e turismo no Ceará (1987-1994)*. In: MEDEIROS, Aline da Silva et al. *Imaginário e Cultura*. Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural – UFC/ Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

BENEVIDES, Ireleno Porto. *Turismo e PRODETUR: dimensões e olhares em parceria*. Fortaleza: Edições UFC, 1998.

BEZERRA, Cícera Patrícia Alcântara. *O Renascer pujante: Escritas sobre o folclore Caririense entre as décadas de cinquenta e setenta do século XX*. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Natal, 2013. [on-line].

BOURDIEU, Pierre. *A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região*. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BORGES, Raimundo de Oliveira. *O Crato intelectual: dados bio-bibliográficos*. Crato: Coleção Itaytera, 1995.

BRUSADIN, Leandro Benedini. *Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso*. Revista Hospitalidade, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 87-111, 2. sem. 2005. [online]. Disponível em: <https://www.revhosp.org/hospitalidade/article/view/223>.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2011.

CALLOU, Antonio Édio Pinheiro; GIANNELLA, Valéria. *Uma Visão de Governança Territorial Inspirada em Princípios de Gestão Social*. Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. São Paulo: PUC-SP, 2012. Disponível em: http://www.pucsp.br/enapegs/trabalhos_aprovados_eixo_2.html.

CARDOSO, Antônio Igor; SILVA, Josier Ferreira da. *Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha: intervenção cultural na natureza mediada pela fé*. In: SOARES, Igor de Menezes; SILVA, Ítala Byanca Morais da (Org.). *Sentidos de devoção: festa e carregamento em Barbalha*. Fortaleza: Iphan, 2013, pp. 138-157.

CARTAXO FILHO, Joaquim. *Geoturismo*. In: HERZOG, André. *O Geopark Araripe: uma pequena história da evolução da vida, das rochas e dos continentes*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008.

CARVALHO, Gilmar. *O Cru e cozinhado*. In: *Artes da tradição: mestres do povo*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

_____. *O dia em que vaiaram o sol na Praça do Ferreira*. Fortaleza: Edições Grupo Balaio, 1983.

CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

_____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. *A invenção do Cotidiano: 1- artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. SP: Estação Liberdade: Editora da UNESP, 2006.

CHUVA, Marcia. *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 34, pp. 147-165, 2012a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>.

_____. *Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política*. In: CHUVA, Marcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Org.). *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012b. pp. 67-78.

CORDEIRO, Maria Paula Jacinto. *Entre chegadas e partidas: dinâmicas das romarias em Juazeiro do Norte*. Fortaleza: IMEPH, 2011a.

_____. *O vivido, o recorrente e o construído: tramas de significação em contexto de romarias*. In: Anais do XI Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308348952_ARQUIVO_Artigo_completo-CONLABGT17-MariaPaulaJacintoCordeiro.pdf. 2011b.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. *Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do Patrimônio Cultural – 1973/1979*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Unb, 2012.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. *A Construção da “cidade da cultura”*: Crato (1889/1960). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, Sidnei. *Mostra Sesc Cariri de Cultura: a aldeia como política para o desenvolvimento cultural local*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CSENGO, Julia. *A emergência das cozinhas regionais*. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. SP: Estação Liberdade, 1998, pp. 806-824.

CURY, Isabelle (org.) *Cartas Patrimoniais*. (2ª edição rev. e aum). Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre de Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DELPHIM, Carlos Fernando Moura. *Patrimônio Cultural e Geoparque*. Geologia USP, Publ. espec., São Paulo, v. 5, p. 75-83, outubro 2009. Disponível em <http://ppegeo.igc.usp.br/scielo.php>.

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. *Guia dos Bens Tombados do Ceará*. Fortaleza: Secult, 2006.

FONSECA, Vivian L. *A outra face da imaterialidade o registro e o inventário como meios de preservação de patrimônio cultural imaterial a partir do estudo de caso da capoeira*. In: Acervo, Rio de Janeiro, v. 27, nº 2, pp. 106-117, jul./dez. 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

FORTUNA, Carlos. *Patrimônio, turismo e emoção*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.97, 2012, 23-40.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

FREYRE, Gilberto. *Conciliação de aparentes arcaísmos com a tecnologia*. In: RABELLO, Sylvio. *Os artesãos do Padre Cícero*. Recife: IJNPS, 1967. p. 9-14. Prefácio.

GIANNELLA, Valéria; CALLOU, Antonio Édio Pinheiro. *A emergência do paradigma de desenvolvimento centrado no território na observação de duas políticas no Cariri cearense*. Cad. EBAPE.BR, v. 9, nº 3, artigo 6, Rio de Janeiro, set. 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/52200>.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. *O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição*. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.

GONÇALVES, Naudiney de Castro. *"O fogo não está morto": engenhos de rapadura do Cariri cearense como uma referência cultural na perspectiva das políticas públicas do último quartel do século XX*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte: UFMG, 2011.

GONÇALVES, Maria Isa Pinheiro; FEITOSA, José Reginaldo Medeiros. *O que é um Geoparque?* In: CEARÁ. *Educação Ambiental: edição para professores e gestores*. Fortaleza, 2010. p.15.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *O historiador e o patrimônio cultural: perspectivas metodológicas*. In: NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos; SILVA FILHO, Antonio Luiz Macedo e. *História e Historiografia*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014. pp. 142-50.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JADE, Dane de. *Aldeia da diversidade*. In: Revista HARCO, ano 1, nº1, Fortaleza, CE: outubro de 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LACERDA, Luciana Silveira. *A produção do espaço turístico no Cariri cearense: sociedade-natureza-cultura*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2009.

LEAL, Claudia F. B. *As missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent*. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Patrimônio Cultural - Políticas e*

perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012, p. 133-144.

LEITÃO, Claudia Sousa. *Cultura em movimento: memórias e reflexões sobre políticas públicas e práticas de gestão*. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2014.

LIMA, Aline Silva. *A Secretaria da Cultura do Ceará para além dos centros: "Cultura Em Movimento" - Secult Itinerante 2005-2006*. In: Anais do V Seminário Internacional de Políticas Culturais, Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2014/06/Aline-Silva-Lima.pdf>

MACEDO, Joalana. A; PINHEIRO, Daniel R. de C.: *O Geoparque Araripe e o seu impacto no desenvolvimento local da comunidade Riacho Meio: Barbalha, Ceará, Brasil*. Geografia Ensino & Pesquisa, vol. 18, n. 2, maio/ago. 2014. pp. 145-162. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/12861/pdf>

MACHADO, Jana Rafaella Maia. *Entre cantos e açoites: memórias, narrativas e políticas públicas de patrimônio que envolvem os penitentes da cidade de Barbalha-CE*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPHAN, 2014.

MARQUES, Roberto. *A identidade como estratégia: modernização, memória e política no Cariri (1950)*. In: LIMA, Marinalva Vilar de; MARQUES, Roberto. *Estudos Regionais: Limites e Possibilidades*. Crato: NERE/CERES Editora, 2004, pp. 37-48.

MARIN, Louis. *Ler um quadro – uma carta de Poussin em 1639*. In: CHARTIER, Roger [et al]. *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

MARTINI, Guy. *Apresentação*. In: CEARÁ. *Geopark Araripe: Histórias da Terra, do Meio Ambiente e da Cultura*. Crato: 2012. pp. 10-11.

MARTINS, Raimundo Aterlane Pereira. *Das santas almas da barragem à caminha da seca: projetos de patrimonialização da memória no sertão central cearense (1982-2008)*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2015.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *A paisagem como fato cultural*. In: Eduardo Yázigi. (Org.). *Paisagem e turismo*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 29-64.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. *Por um Inventário dos Sentidos. Mário de Andrade e a concepção de Inventário*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

_____. *O Centro de Referência Cultural – CERES (1976-1990) e o registro audiovisual da memória popular do Ceará*. In: RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Futuro do pretérito: escrita da História e História do Museu*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/Expressão Gráfica Editora, 2010, p. 447-460.

_____. *O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação*. In: Antíteses. v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. - dez. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/19969/15603>.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. *Em busca do Ceará: a conveniência da cultura popular na figuração da cultura cearense (1948-1983)*. Tese de Doutorado. Fortaleza: UFC, 2015.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PARENTE, Josênio; ARRUDA, J. M. (Orgs). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

PAZ, Renata Marinho. *Para onde sopra o vento: a Igreja Católica e as romarias de Juazeiro do Norte*. Fortaleza: IMEPH, 2011.

_____. *O Santo que fica no Sol: uma leitura etnográfica sobre a devoção ao Padre Cícero de Juazeiro do Norte*. In: LIMA, Marinalva Vilar de; MARQUES, Roberto. *Estudos Regionais: Limites e Possibilidades*. Crato: NERE/CERES Editora, 2004, pp. 49-62.

PINHO, Maria de Fátima Moraes. *O Horto do Padim Ciço: território simbólico do sagrado e do profano*. In: IMOPEC. *Propostas Alternativas. Memória e Patrimônio Imaterial do Ceará – I*. Fortaleza: IMOPEC, 2004.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. *O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGAGO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano*. 2. ed. vol. 4. O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PRATS, Llorenç. *El concepto de patrimonio cultural*. Política y sociedade, nº 27, Madri, 1998. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/QuadernselCA/article/download/73518/131239>.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Caldeirão: estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades*. Fortaleza, NUDOC/UFC, 2011.

_____. *O meio do mundo: territórios do sagrado em Juazeiro do Padre Cícero*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2000.

RIOS, José Arthur [et al]. *Artesanato e desenvolvimento: o caso cearense*. Rio de Janeiro: SESI, 1962.

SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. *Os homens que faziam o Tupinambá moer: experiência e trabalho em Engenhos de Rapadura no Cariri (1945-1980)*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2007.

SANCHIS, Pierre. *Peregrinação e Romaria: um lugar para o Turismo Religioso*. In Ciências Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião. Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul. Porto Alegre, Ano 8, n. 8, p. 85-97, outubro de 2006.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2010.

SANTANA, Agustín. *Antropologia do Turismo: analogias, encontros e relações*. São Paulo: Aleph, 2009 (Série Turismo).

SANT'ANNA, Márcia. *A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 46-55.

SANTOS, Rafael José dos. *As cores locais: regionalidade, cultura e turismo*. In: PELEGRINI, Sandra C. A. [et al] (org). *Turismo e Patrimônio em tempos de globalização*. Editora da FECILCAM, 2010, p. 45-68.

SEBRAE. *Manual de Elaboração e Gestão de Projetos Orientados para Resultados*. DF: 2006.

SILVA, Simone Pereira da. *Os Sentidos da festa: (re)significações simbólicas dos brincantes do Reisado de Congo em Barbalha – CE (1960-1970)*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB, 2011.

SILVA, Henrique Barbosa. *Relatório de gestão 2005-2006: caminhos trilhados*. Fortaleza: Secult, 2006.

SOUZA, Océlio Teixeira de Souza. *A festa do pau da bandeira de Santo Antônio de Barbalha (CE): entre o controle e autonomia (1928-1988)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

STEIL, Carlos Alberto. *Romeiros e turistas no santuário de Bom Jesus da Lapa*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 249-261, outubro de 2003.

_____. *Peregrinação, romaria e turismo religioso: raízes etimológicas e interpretações antropológicas*. In: ABUMANSSUR, Edin Sued (org.). *Turismo religioso: ensaios antropológicos sobre religião e turismo*. Campinas: Papyrus, 2003. pp. 29-51.

TAMASO, Izabela. *A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios*. Sociedade e Cultura, v. 8, n. 2, jul./dez. 2005, p. 13-36.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. SP: Studio Nobel: SESC, 2001.

VELOSO, Mariza. *O Fetiche do Patrimônio*. In: Habitus. Goiânia, v. 4, n.1, p. 437-454, jan./jun. 2006.

VIANA, Monalisa Freitas. *Conjunto Histórico e Arquitetônico da cidade de Viçosa do Ceará: dos percursos da patrimonialização (1997-2006)*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UECE, 2016.

VIANA, J. Italo Bezerra. *O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2011.

VILAS BOAS, Mariana Pinheiro. *Património paleontológico do Geopark Araripe (Ceará, Brasil): análise e propostas de conservação*. Dissertação de Mestrado em Patrimônio Geológico e Geoconservação. 2012, Universidade do Minho, Portugal.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte: FGV, 1997.

VITORIANO, Germana Coelho. *A invenção da arte popular em Juazeiro do Norte*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2004.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. *Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável*. Rev. Bras. Hist. [online]. 2006, vol.26, n.51, pp. 251262. ISSN 1806-9347. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n51/12.pdf>.